



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÉ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FAVIANNI DA SILVA

**O CASO SADY E ÁGABA: O CRIME DA PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO
LEITE E A REVOLTA DOS ESTUDANTES DO GRÊMIO 24 DE MARÇO NA
PARAHYBA DE 1923.**

FORTALEZA

2014

FAVIANNI DA SILVA

**O CASO SADY E ÁGABA: O CRIME DA PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO
LEITE E A REVOLTA DOS ESTUDANTES DO GRÊMIO 24 DE MARÇO.**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito para à obtenção do título de doutor em Educação Brasileira. Área de concentração História e Memória da Educação. Orientador: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S58c Silva, Favianni da.
O caso de Sady e Ágaba: o crime da Praça Comendador Felizardo Leite e a Revolta dos estudantes do grêmio 24 de março na Parahyba de 1923. / Favianni da Silva. – 2014.
330 f.; 30 cm.
- Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, 2014.
Área de Concentração: História e Memória da Educação.
Orientação: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.
1. Estudantes. 2. Política. 3. Justiça. 4. Educação – História. I. Título.

CDD 370.903

FAVIANNI DA SILVA

**O CASO SADY E ÁGABA: O CRIME DA PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO
LEITE E A REVOLTA DOS ESTUDANTES DO GRÊMIO 24 DE MARÇO**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito para à obtenção do título de doutor em Educação Brasileira. Área de concentração História e Memória da Educação. Orientador: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof. Dr.^a Maria Lúcia da Silva Nunes
Universidade Federal do Ceará (UFPB)

Prof. Prof. Dr.^a Lia Machado Fiuza Fialho
Universidade Federal do Ceará (UECE)

Prof. Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba (UFC)

Prof. Prof. Dr. José Rogério Santana
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

Aos Deuses Astronautas.

A minha mãe, Serafina Maria da Silva; minha irmã, Fátima Maria da Silva; minha esposa, Úrsula Lima Brugge; minha filha, Dominique Silva Brugge; e toda minha família e amigos.

AGRADECIMENTO

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos, pela excelente orientação.

Aos Prof. participantes da banca examinadora Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos, Prof. Prof. Dr.^a Maria Lúcia da Silva Nunes, Prof. Prof. Dr.^a Lia Machado Fiuza Fialho, Prof. Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues e Prof. Prof. Dr. José Rogério Santana pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colaboradores, pelo tempo concedido nas conversas e orientações.

Aos colegas do NHIME, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Morrer

Á memória do inesquecível Colega Sady Castor

Morrer, quanto se sente a juventude abrindo
Em pétalas gentis as flores da ilusão,
Quando se sente ao peito as chamas de um vulcão,
- Vulcão de amor, vulcão de luz, n'alma surgindo;

Morrer, quando se é forte e quando é suave e lindo
O amor que nós conduz por sobre a vastidão
Do oceano universal, qual [...]ntim bem vindo
Das plagas do senhor; quando a alma e o coração,

Se mergulham no ardor febril da mocidade,
Quando se quer da vida a multiplicidade
E se vive de luz, de crença e de esperança;

É assistir comovido o funeral latente
Das pulchras ilusões extintas rudemente.
Tombando após com o amor, com a crença e com a bonança!

Assim morreste tu, Sady! Horripilante
Consequências te trouxe a morte traiçoeira.
Amavas loucamente, e o amor traz a cegueira.
De a gente idealizar coisas extravagantes.

Quantas aspirações desfeitas! Incessantes
Sonhos de glórias e amor, perdidos!... (oh que asneira
Esta minha em querer dizer a verdade
E santa aspiração dos jovens estudantes!)

Tombantes! E, qual cordeiro, ás mãos de monstro fero,
Fechates o livro atroz do teu destino austero,
Ouvindo o cantochão da hostil fatalidade!
Mas ouve a triste voz de teu sincero amigo:
-Se a turba te esquecer, sempre estarei contigo,
Minha alma ouvindo a tua além da eternidade
De Lyra e Cezar

Parahyba – setembro – 1923¹

RESUMO

Narra a história de um crime ocorrido no dia 22 de setembro de 1923, na cidade de Parahyba, capital do Estado da Parahyba do Norte, com repercussão nos anos seguintes. A escolha do tema não foi ao acaso: entre o crime e as ações do Grêmio existe uma relação explícita; já entre o crime e as tensões políticas, há uma relação mais sutil, tecida com fios tênues que se desdobram em aspectos de uma cultura histórica, específica do lugar e da época pesquisada. Considera-se o crime um incidente, o núcleo da narrativa, que se desdobra em outras, tendo como fio condutor a participação do Grêmio Cívico Literário 24 de Março Lyceu Parahybano nos protestos e manifestações desencadeadas pelo assassinato do “inditoso” Sady Castor. Inscrito numa perspectiva teórico-metodológica da História Cultural, especificamente, numa forma de fazer história mais conhecida como Micro-História, o estudo tem como referência autores como Michel Foucault, Le Roy Ladurie, Carlos Ginzburg, Giovanni Levi, entre outros. A metodologia adotada aproxima-se daquilo que Ginzburg (1991) intitulou de “paradigma indiciário”, definido por Barros (2004) como “análise intensiva das fontes”. Utiliza-se como fontes privilegiadas jornais e revistas da época, documentos oficiais, jurídicos e historiográficos e parte da literatura sobre o caso. A análise desse material segue na direção de investigar a atuação política dos estudantes do Grêmio Cívico Literário 24 de Março em meio às disputas políticas do final da Primeira República. O crime aconteceu num momento de sérias tensões políticas faccionais, não por coincidência, próximos às eleições estaduais de 1924. A hipótese levantada sugere que a morte violenta e repentina de Sady, que provavelmente pouco tinha relação com a militância política dos estudantes, serviu de “estopim” para o agravamento das tensões políticas locais. O objetivo principal é tentar compreender o significado político, isto é, as razões \ motivações pelas quais os estudantes do Grêmio Cívico Literário 24 de Março acabaram se envolvendo num impasse político com o Governo do Estado da Parahyba do Norte. O caso Sady e Ágaba foi um acontecimento acabou agravando as animosidades entre os dois principais grupos políticos (faccionais) em disputa pelo controle político do Estado naquele ano de 1923, e que mais tarde, exatamente sete anos depois, no Governo de João Pessoa, estariam novamente em disputa pelo controle político estadual no fatídico ano de 1930, época do levante de Princesa, do assassinato de João Pessoa e da “revolução” tenentista que levou Getúlio Vargas ao poder.

Palavras-chave: Estudante, Política e Justiça.

ABSTRACT

Tells the story of a crime that occurred on September 22, 1923, in the city of Parahyba, capital of the State of North Parahyba, with repercussions in subsequent years. The choice of subject was not random: between the crime and the actions of the Guild exists an explicit relationship; already between crime and political tensions, there is a more subtle relationship, woven with thin threads that unfold in aspects of one particular historical culture of the place and the time studied. Crime is considered an incident, the core of the narrative, which unfolds in other, having as guiding the participation of the Civic Guild Literary March 24 Lyceu Parahybano in protests and demonstrations triggered by the assassination of "inditoso" Sady Castor. Enrolled in a theoretical and methodological perspective of cultural history, specifically, a way to make more history known as Micro-History, the study's authors reference as Michel Foucault, Le Roy Ladurie, Carlos Ginzburg, Giovanni Levi, among others. The methodology approximates what Ginzburg (1991) titled "evidential paradigm", defined by Barros (2004) as "intensive analysis of the sources." Used as privileged sources newspapers and magazines, official, legal and historiographical documents and of the literature on the case. The analysis of this material goes in the direction of investigating the political activity of students Sorority Civic Literary March 24 amid political wrangling of the end of the First Republic. The crime happened at a time of serious factional political tensions, not Coincidence, near the state elections of 1924. The hypothesis suggests that violent and sudden death Sady, who probably had little relationship to the political activism of students served as "trigger "to the worsening of local political tensions. The main goal is to try to understand the political meaning, ie, the reasons \ reasons why students Sorority Civic Literary March 24 became involved in a political standoff with the government of the State of North Parahyba. The case Sady and Agaba was an event just exacerbating the animosity between the two main political groups (factions or) fighting over the political control of the state in 1923, and later, exactly seven years later, the government of João Pessoa, would again in contention for state political control in the fateful year of 1930, when the uprising Princess, the assassination of João Pessoa and the "revolution" lieutenants that led Vargas to power.

Keywords: Student, Politics and Justice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES²

Figura 1 – Antonio Carlos de Menezes (Guarda 33).....	74
Figura 2 – Dr. Francisco Gouveia Nóbrega.....	75
Figura 3 – Praça Comendador Felizardo Leite (1922).....	86
Figura 4 – Escola Normal construída no governo Camilo de Holanda (1916-1920).....	100
Figura 5 – Atual Escola Normal.....	101
Figura 6 – A Escola Normal em 1930.....	101
Figura 7 – Mons. João Batista Milanês.....	105
Figura 8 – Sady Castor Correia Lima	112
Figura 9 – Ágaba Gonçalves de Medeiros.....	118
Figura10 – Salviano Leite.....	138
Figura11 – Gilberto Leite.....	138
Figura12 – João da Mata Correia Lima.....	140
Figura13– Heráclito Cavalcante Carneiro Monteiro.....	154

² Obs: Pretendo, na versão final, ampliar o numero de imagens dentro do texto, boa parte será apresentada no dia da defesa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OS FIOS DA HISTÓRIA: OU HISTÓRIA DE UMA PESQUISA	20
	2.1 fios história (20)	
	2.2 O arcabouço teórico-metodológico (30)	
	2.3 Fontes e método (44)	
3	O CRIME DA PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO LEITE	56
4	A PARAHYBA DE 1923: HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE	67
5	A “LINHA DA DECÊNCIA”: EDUCAÇÃO, IGREJA E SOCIEDADE	81
6	AS VÍTIMAS: SADY CASTOR E SUICÍDIO DE ÁGABA	100
7	O GRÊMIO CÍVICO LITERÁRIO 24 DE MARÇO	120
8	ORIGENS DAS ANIMOSIDADES: E SEUS SIGNIFICADOS POLÍTICOS	133
9	OS PRIMEIROS EMBATES: IMPACTOS POLÍTICOS DO CASO SADY E ÁGABA	149
10	O <i>HABEAS CORPUS</i> E O FECHAMENTO DO LYCEU	169
11	CONCLUSÃO: A HISTÓRIA CONTINUA?	202
	REFERÊNCIAS	209
	ANEXOS	218

1 INTRODUÇÃO

“Os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real”. Paul Veyne (1998, p, 8).

A vocação de historiador, fascinado pela riqueza das narrativas históricas, motivou-me a produzir este estudo. Fruto da contribuição de muitas pessoas, em especial, dos professores José Gerardo Vasconcelos³, Charliton Machado⁴ e do professor José Octavio de Arruda Mello⁵, na difícil tarefa de escrever sobre o caso Sady e Ágaba, como ficaram conhecidos os acontecimentos decorrentes do crime do estudante do Lyceu Parahybano, Sady Castor Correia de Araújo, de 27 anos, morto junto aos gradis de ferro da Praça Comendador Felizardo Leite⁶, em frente à Escola Normal, no dia 22 de setembro de 1923, na cidade de Parahyba, capital do então Estado da Parahyba do Norte⁷, com repercussões nos anos seguintes.

Considero o crime um incidente, o núcleo da narrativa, a qual se desdobra em outras, tendo como fio condutor as ações do Grêmio Cívico Literário 24 de Março do Lyceu Parahybano diante das repercussões políticas e socioculturais desencadeadas pelos protestos e manifestações em desagravo ao assassinato do “inditoso” Sady Castor. A escolha do tema não foi ao acaso: entre o crime e as ações do Grêmio Estudantil existe uma relação explícita; já entre o crime e as tensões políticas e sociais há uma relação mais sutil, tecida com fios

3 Possui Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1988), Bacharelado em Filosofia Política pela Universidade Estadual do Ceará (1989), Especialização em Filosofia Política pela Universidade Estadual do Ceará (1990), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1993), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1997), Pós-Doutorado em Artes Cênicas, pela Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (2002) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2011 - 2012). Atualmente é professor associado IV, do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Federal do Ceará. Tutor do PET Pedagogia da UFC. É líder do Grupo de Pesquisa de História e Memória da Educação do CNPq - NHIME. Coordena a Linha de Pesquisa de História e Memória da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, História da Educação e Antropologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia da Educação Contemporânea (Nietzsche e Foucault) e História e Memória da Educação (Biografias, Memória/Esquecimento) e Antropologia da Educação (disciplinamento do corpo, sexualidade/prostituição e Práticas de escrita na cadeia e cultura negra/capoeira). Editor da Revista Educação em Debate do PPGEB/FACED/UFC e da Coleção Diálogos Intempestivos da EUFC.

4 Prof. Dr.^a Charliton José dos santos Machado, Sociólogo e Educador, desenvolve pesquisa nas áreas de gênero, educação, história e literatura e atualmente coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR GT Paraíba – PB.

5 José Octávio de Arruda Mello (João Pessoa, 18 de março de 1940) é um historiador, jornalista e escritor brasileiro. É membro da Academia Paraibana de Letras e um importante colaborador desta pesquisa.

6 Atual Praça João Pessoa, também é conhecida, popularmente, como praça dos “três poderes” por ficar no centro dos prédios históricos onde funcionam a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Palácio do Governo.

7 Por questões pessoais, usarei o termo Parahyba (com hy) sempre que me referi ao período anterior a 1931. Na época o estado se chamava Parahyba do Norte e sua capital, Cidade de Parahyba. Neste ano, a nova constituição estadual de 1931, mudou o nome para Estado da Paraíba e, sua capital passou a se chamar João Pessoa, em homenagem ao presidente assassinado.

tênuas que se desdobram em aspectos de uma cultura histórica, específica do lugar e da época pesquisada.

Inscrito numa perspectiva teórico-metodológica da História Cultural, mais especificamente, em uma forma de fazer história relativa à Micro-História, tomando como ponto de partida autores como Michel Foucault, Le Roy Ladurie, Carlos Ginzburg, Giovanni Levi, entre outros. Desde meados da década de 1970, a Micro-História tornou um gênero histórico muito prestigioso no mundo ocidental. Segundo Boris Fausto (2009), os objetivos básicos podem ser assim resumidos: a) reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significativas que passam despercebidas quando se lida com grandes quadros; b) concentrar essa escala em pessoas comuns e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz; c) extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante; d) apelar para o recurso da narrativa, ao contrário da história das grandes estruturas, sem, entretanto confundir-se – dado o seu conteúdo e seu estilo – com as narrativas tradicionais, predominantes no século XIX; e) situar-se nas fontes, delimitando-se assim, claramente, a obra não ficcional.

Com sua peculiaridade, o crime do estudante Sady Castor se enquadra na linha do Micro-História, por seu enfoque e suas preocupações. A escala de observação é reduzida, como indica a escolha do tema. Alguns personagens são pessoas comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos, e que não figuram no cenário dos “grandes personagens” da nossa história, enquanto outros, muito embora desconhecidos na época do crime, “entraram” para a história após os acontecimentos de 1930. No geral, suas vidas e ações interagem com um amplo contexto social e com personagens que surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fosse “fachos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança” (FAUSTO, 2009, p.5). O estilo preferencial é a narrativa, mas não a narrativa ficcional, pois a trama se apoia em dados históricos confiáveis e numa rigorosa análise das fontes. A metodologia adotada é algo muito próximo àquilo que Ginzburg (2007) intitulou de “paradigma indiciário”, denominada por Barros (2004) de “análise intensiva das fontes”, entendida aqui como a maneira pela qual é possível se movimentar sistematicamente em torno de um tema como este, tomando como fontes privilegiadas jornais e revistas da época, registros oficiais, peças jurídicas, além da historiografia e parte da literatura produzida sobre o caso.

O cenário é a Parahyba dos anos de 1923, com sua incipiente remodelação ao estilo *belle époque*, em grande parte incentivada pela cultura do algodão, haja vista que o Estado era

o principal produtor no Brasil à época; a ampliação da rede ferroviária, que, muito mais do que benefícios econômicos, contribuiu para o urbanismo e a modernização dos costumes; o incremento de obras contra a seca; o início da introdução do capitalismo industrial no Estado. Segundo Mello, (2000), o surto de urbanização que beneficiou principalmente a Capital trouxe consigo outras características das cidades mais urbanizadas. O espaço sociocultural, abrindo-se para as letras e as artes, era encampada pelo jornal *A União* e pela revista *Era Nova*; o Liceu Paraibano e a Escola Normal eram os centros culturais da Capital paraibana, em torno desses órgãos volteavam os intelectuais da época.

Por esse tempo, mais especificamente em 1922, a sociedade brasileira vivenciava um momento de confluências de insatisfações, colocando o País, pela primeira vez, no centro das discussões políticas, quase simultaneamente em toda a Nação, caracterizadas pela insatisfação política, social e cultural por parte de uma elite urbana e comercial (TRINDADE, 1979). A busca por soluções para os problemas das mais diversas áreas induziu o esforço da intelectualidade (parte de uma elite urbana e comercial), no sentido de dar um novo caráter ao País, buscando integrar as diversidades. Alguns costumes, no entanto, insistiam em prevalecer, como, por exemplo, a drástica separação do sexo nos espaços públicos e privados.

Nas escolas, a separação de meninas e meninos ainda era um tabu, tida como regra nas instituições educativas do Estado. A influência da Igreja Católica na educação do Estado contribuía sobremaneira na manutenção desse modelo, apesar de já existir debates sobre a coeducação dos sexos.⁸ Vale lembrar que, naquela época, apesar da separação República - Igreja Católica, está última passou a “auxiliar” o Estado no processo de escolarização da educação brasileira, mesmo com a constituição de 1891 estabelecendo a laicidade do ensino público⁹. Em alguns estados, no entanto, a igreja teve intensa influência nas políticas públicas em educação. Um exemplo foi na Parahyba que, na contramão desse processo, não adotou plenamente em suas primeiras Constituições republicanas o caráter da laicidade do ensino, apenas assegurado para o ensino primário público¹⁰. Seguindo os valores morais da época, rapazes do Lyceu e moças da Escola Normal não se deviam misturar.

Portanto, foi nesse contexto que o Sady Castor desafiou aquilo que os estudantes chamaram de “ordem injusta”, instituída pelo então diretor da Escola Normal, Monsenhor

8 Segundo Almeida (1998), no Brasil, os debates sobre a coeducação dos sexos foram iniciados em 1880, por meio do estabelecimento da Escola Normal na Província de São Paulo, onde foram principiadas as aulas mistas e discutidas nas Conferências Populares da Freguesia da Glória no Rio de Janeiro em 1883 e nas Atas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro, em 1884. Fonte: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Jane%20Soares%20de%20Almeida%20-%20Texto.pdf>

9 Fonte: (Seção II – declaração de direitos e garantias – art. 72 – §6). <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/224222>.

10 Fonte: (Título VI – Do município, Art.68§ VIII) <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/224222>.

João Milanez¹¹. No início do ano, o religioso havia restringido a aproximação masculina (mais especificamente dos estudantes do Lyceu) nas mediações da Escola Normal, a fim de evitar o contato entre moças e rapazes no início, nos intervalos e na saída das aulas. Para que se cumprisse inflexivelmente sua ordem, transmitida em nome da “honrada família paraibana”, o Monsenhor solicitou ao Chefe de Polícia, Dr. Demócrito de Almeida, uma autorização para colocar um guarda civil na porta da Escola. E assim ficou disponibilizado um agente de segurança do Estado, mais especificamente, da Guarda Civil, exclusivo para vigiar a aproximação de “certos” indivíduos nas proximidades daquele educandário.

Na ocasião, o estudante Sady Castor tinha “estacionado” de frente à escola, na calçada da Praça, aguardando o término das aulas da Escola Normal. Esperava a saída de sua “predileta”, a normalista Ágaba Gonçalves de Medeiros, de 17 anos, quando foi abordado pelo guarda-civil número 33, Antônio Carlos de Menezes, incumbido naquela ocasião de “vigiar e punir” qualquer aproximação masculina às moças da Escola Normal. Então, teve início uma áspera discussão entre os dois, culminando na morte do estudante, atingido com um tiro no abdome. O incidente teve amplas repercussões políticas, sociais e jurídicas, documentado pela imprensa da época, justamente num dos momentos mais delicados da política parahybana, marcado pelo agravamento das tensões políticas faccionais em meio à divisões intraelites e aos rearranjos das forças políticas locais e nacionais de 1922. Como se não bastasse, no final dos primeiros 15 dias, quanto tudo encaminhava para uma resolução do impasse, o caso ganha a dimensão de tragédia shakespeariana: muito deprimida e emocionalmente fragilizada pela morte do amado, Ágaba suicida-se ingerindo forte dose de veneno. A Parahyba cobre-se de luto (VASCONCELOS, 2009).

Assim, é principalmente sob o ponto de vista político que o crime da Praça Comendador Felizardo Leite passa a ser lembrado, ficando conhecido como o caso Sady e Ágaba. O caso, além de repercutir negativamente nos meios políticos, envolveu os dois principais grupos político – faccionais – em disputa pelo controle do Estado: *a priori*, o grupo político conhecidos como Heraclistas, na verdade, uma dissidência do Partido Republicano Conservador – PRC - de oposição ao Governo, liderados pelo então Desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Estado, Heráclito Cavalcante, e o grupo constituído no poder desde 1915, ligado ao ex-presidente da República, Epitácio Pessoa, líder maior do Partido Republicano Conservador da Parahyba.

11 Monsenhor João Batista Milanez, nascido em Guarabira/PB, ordenado em 1904 exerceu uma trajetória de mãos dadas com educação, atuando em diversas instituições de ensino religiosos, na época era o Diretor da Escola Normal Oficial, exercendo simultaneamente as funções de Secretário de Instrução Pública do Estado da Parahyba do Norte.

A situação se agravou quando, logo após o sepultamento, diante da comoção generalizada, os estudantes do Grêmio Cívico Literário 24 de Março, realizaram um polêmico protesto que acabou provocando atos de “vandalismo” e “quebra da ordem pública” no centro da Cidade, obrigando o Governo a tomar providencia, fechando o Lyceu Parahybano e a escola Normal, temporariamente. A oposição política àquele governo, contudo, com apoio de alguns militares, tomaram as dores dos estudantes e aproveitaram-se da situação para intensificar as críticas ao Governo do Estado. Suas intenções não eram outra senão complicar politicamente a imagem do governo epítacista de Solon de Lucena, ante as proximidades das indefinições pré-eleitorais de 1924.

Com efeito, é possível considerar o crime como um aspecto revelador de questões mais amplas que emergem de uma situação local, como, por exemplo, um assassinato. Assim, cabe perguntar: qual foi o papel político dos estudantes lyceanos, mais especificamente daqueles estudantes que orbitavam em torno do Grêmio Cívico Literário 24 de Março, no âmbito das disputas político (local e nacional) naquele momento histórico? Para responder a essa questão, a pesquisa em si caminha na direção de compreender as razões e\ou motivações pela qual o Grêmio Cívico Literário 24 de Março se envolveu abertamente num impasse político com o Governo do Estado após o assassinato do estudante Sady Castor Correia Lima, buscando identificar nos diversos discursos os impactos e os significados políticos deste caso para a História Parahybana, no recorte específico da pesquisa, mais especificadamente, o intervalo da morte de Sady e o suicídio de Ágaba, avançando e retrocedendo no tempo para melhor contextualizar questões específicas referentes à resolução do problema de tese.

Dessa forma, entendo que os estudantes do Lyceu Parahybano, mais especificamente, aqueles pertencentes ao Grêmio Cívico Literário 24 de Março, foram não só figurantes dessa história, manipulados por “elementos estranho a sua classe”, como afirmam os discursos oficiais, mas também protagonistas de sua história, portadores de outros questionamentos que emergiram num momento de grande tensão. Vale lembrar que a participação nos movimentos populares nas questões políticas, sociais e econômicas do País sempre contou com diversos setores da sociedade, entre eles os grêmios estudantis. Estes se constituíram em espaço coletivo de discussões, onde os estudantes tiveram a oportunidade de expor opiniões a respeito da comunidade escolar (suas necessidades, desejos, funções, tanto nas questões administrativas como nas questões pedagógicas), participando ativamente na elaboração do processo educacional (AGUIAR e GRÁCIO, 2002).

Desse modo, supondo de saída, que, ao mesmo tempo em que o Lyceu foi um espaço educativo destinado à formação intelectual da elite paraibana, também foi um *locus* de formação e atuação política de cunho liberal-republicano. Essa formação e atuação políticas se davam por meio das inúmeras associações cívicas e literárias (recreativas), criadas no final do século XIX, cujo modelo organizacional antecede as atuais organizações estudantis do século XX, que tinham como objetivos o “estímulo à cultura dos sentimentos morais e cívicos” ao desenvolvimento do “gosto pela instrução científica, literária e técnica”.

No Brasil, os estudantes participaram de importantes movimentos políticos e sociais, mesmo antes da Independência e da República. Segundo Poerner (1979), em 1710 ocorre a primeira manifestação estudantil anotada na história brasileira, em que estudantes de conventos e colégios religiosos se revoltam contra os franceses que haviam invadido o Rio de Janeiro. Os estudantes participaram ativamente também da Inconfidência Mineira e se engajaram nas campanhas cívicas pela Abolição da Escravatura, Proclamação da República, Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e Sabinada e Guerra de Canudos na Bahia. Em 1901, surge a Federação de Estudantes Brasileiros. Em 1917, aparece a Liga Nacionalista que organiza a juventude em campanhas de cunho cívico e social. Com a Revolução Constitucionalista, a juventude mais organizada e politizada se integra à Juventude Comunista e à Juventude Integralista, constituindo as bases do movimento estudantil contemporâneo.

Fundado em 1921, o Grêmio Cívico Literário 24 de Março foi a principal organização estudantil na Parahyba do Norte até 1930, indo além das tradições “cívicas” e “literárias”, ao se envolver diretamente nas disputas políticas do início da década de 1920. No ano de 1923, os alunos deste Grêmio tiveram um papel político significativo em diversos acontecimentos naquele ano, como por exemplo, durante as greves de 1923 em meio à paralisação das obras contras as secas e a da greve da Companhia de Luz, Força e Tração. Contudo foi no caso Sady e Ágaba, que os estudante do Grêmio 24 de Março se envolveram abertamente num impasse com as forças políticas governistas.

Então, posso afirmar que o caso Sady e Ágaba, embora nunca tenha sido objeto de um estudo em específico, faz parte, sem dúvidas, do rol dos grandes acontecimentos da Parahyba do Norte no final da Primeira República, pois se trata de um episódio que se destaca pela exuberância sangrenta, por envolver paixões amorosas, rixas políticas, debates jurídicos e educacionais, como também pela importância de alguns protagonistas conhecidos da história paraibana (como João da Mata, José Américo de Almeida, Heráclito Cavalcante, Isidrio Gomes) e, principalmente, outros ilustres anônimos como, por exemplo, monsenhor João

Bastita Milanez, o lyceano Sady Castor, a normalista Ágaba Medeiros e, até mesmo, o “famigerado” guarda 33.

Mais do que isso, o estudo do caso Sady e Ágaba pode constatar que, com o início do governo de Solon de Lucena, forças novas já se moviam no plano geral da realidade sociopolítica parahybana. A morte do estudante Sady Castor foi apenas o “estopim” que deflagrou os protestos e manifestações estudantis, e, conseqüentemente, a adesão oposicionista à causa dos estudantes, agravando ainda mais os conflitos entre as duas principais facções políticas do Estado, em uma conjectura política muito delicada naquele momento. Mais do que isso, o conjunto de tudo o que foi dito a respeito do caso, no geral, não chega a formar um discurso homogêneo, muito menos, coeso. Trata-se, muito mais, de lutas singulares, confrontos, relações de poder, batalhas de discursos os quais se entrecruzam, revelando tensões entre os grupos políticos locais, a Igreja, a justiça, entre a sociedade, como também entre os próprios estudantes.

Assim, consciente de que nunca poderei ter certeza ao recapturar o passado tal como realmente foi, haja vista que o mínimo que posso fazer é ficar dentro das fontes (TUCHMAN 1991, p. 11), tenho como objetivo geral compreender as razões \ motivações pelas quais os estudantes do Grêmio Cívico Literário 24 de Março acabaram se envolvendo num impasse político com o Governo do Estado. De modo específico 1) esclarecer o incidente que tirou a vida do estudante Sady Castor; 2) contextualizar o ambiente 2.1) histórico, 2.2) político, 2.3) cultural e 2.3) educacional em que viviam os protagonistas da história; 3) identificar a partir das práticas discursivas a existência de múltiplos conflitos e tensões que envolveram as ações do Grêmio 24 de Março no âmbito da educação, da política e da justiça; 4) por fim, compreender os impactos e os significados que produziram caso Sady e Ágaba enquanto discurso histórico.

Portanto, o estudo sobre caso “Sady e Ágaba” além de servir para vislumbrar determinados aspectos da cultura política estudantil, suas práticas e estratégias políticas, solidariedades e rivalidades como expressão de micropoderes, rigor e flexibilidades dos sistemas repressivos, pode lançar nova luz sobre as origens das “animosidades” entre os dois principais grupos políticos em disputa pelo controle político do Estado da Parahyba que, mais tarde, sete anos depois no governo de João Pessoa, entrariam novamente em choque no fatídico ano de 1930. Atenção, porém não quero dizer com isso que o caso Sady e Ágaba seja a origem dessas animosidades, mas que ele (o caso) pode revelar aspectos (ou pistas) de que esses atritos já estavam acontecendo e que mais resultariam nos acontecimentos fatídicos que

resultou no assassinato de João Pessoa e da “revolução” tenentista, levando Getúlio Vargas ao poder.

Assim, nos capítulos seguintes, procurei investigar, com ênfase nas análises históricas, os desdobramentos discursivos relativos ao incidente que vitimou o estudante Sady Castor e ao suicídio de Ágaba, particularmente, a atuação do Grêmio Cívico Literário 24 de Março no cenário político local e nacional, na tentativa de compreender as condições históricas específicas que produziram o caso como este. O capítulo 2, abordará a elaboração da pesquisa, buscando esclarecer o problema de tese, com suporte em uma análise do referencial teórico e metodológico, da definição dos objetivos e do tratamento das fontes. No capítulo 3, procuro esclarecer o incidente que vitimou o estudante Sady Castor, com base, principalmente, nos depoimentos das testemunhas da peça crime. No quarto, a narrativa se volta para a cidade de Parahyba dos anos de 1923, objetivando situar, aproximadamente, ambiente histórico, político e cultural, na qual estão inseridos os personagens desta história. No quinto seguimento, busquei na história da educação brasileira, principalmente no que diz respeito a relação entre a Igreja e a educação escolar na Primeira República, possíveis razões que justificariam a “instituição” da polêmica “linha imaginária”, também conhecida como “linha da decência”. No sexto módulo, devendo alguns antecedentes da atuação estudantil na Parahyba do Norte, no intento de registrar a atuação do Grêmio 24 de Março e sua ligação com elementos da política adversários daquele governo, que exploraram politicamente a tragédia, revelando assim, a existência de novas forças que já se moviam no plano geral da realidade sociopolítica parahybana. No capítulo 7, detive-me nas trajetórias de vida das “vítimas”, *a priori*, o estudante do Lyceu Parahybano Sady Castor Correia Lima e a aluna da Escola Normal, Ágaba Gonçalves de Medeiros, enfocando também a ampla repercussão do caso na imprensa da época. No capítulo oito, investigo as origens das “animosidades” políticas faccionais à época do crime, buscando entender quais os significados políticos produzidos, ante a crescente politização do assassinato de Sady Castor. Na sequência, o capítulo nove vai abordar as consequências políticos-educacionais desencadeadas pelos protestos e manifestações dos estudantes do Grêmio 24 de Março, enquanto que o capítulo dez tratará do polêmico debate sobre o *habeas corpus* dos estudantes e o consequente fechamento do Lyceu e da Escola Normal.

2 OS FIOS HISTÓRIA: OU A HISTÓRIA DE UMA PESQUISA.

Primeira parte: Os fios história

Este capítulo abordará a elaboração da pesquisa, buscando esclarecer o problema de tese, com base numa análise do referencial teórico e metodológico, da definição dos objetivos e do tratamento das fontes. Para isso, o texto será dividido em três partes. 1) A primeira buscar narrar, em particular, os caminhos que me levaram ao encontro dessa temática, desde o primeiro contato com o tema, passando pela elaboração do projeto de pesquisa até o processo final de elaboração da proposta de tese aprovada em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (UFC\PPGEB), com destaque para a análise das principais fontes literárias, jornalísticas, historiográficas e jurídicas que, inicialmente, fundamentaram as minhas inquietações.

Na segunda parte, 2) tentarei esclarecer o modo pelo qual compreendo o campo de fenômeno examinado, sua origem, os principais debates historiográficos e o atual estado de desenvolvimento da produção historiográfica relativo à História Cultural, bem como a abordagem escolhida, isto é, a Micro-História, entendida aqui como a maneira pela qual me movimentarei sistematicamente em torno do tema focalizado para, só em seguida, 3) na terceira parte, definir mais claramente a forma de tratamento das fontes, os conceitos e noções utilizadas neste estudo, os objetivos e as categorias de análises que orientaram a escrita da pesquisa, como forma de elucidar o problema de tese.

As inquietações que deram origem a este trabalho surgiram após a conclusão do Mestrado em 2007. Naquela ocasião, havia concluído um estudo sobre a trajetória de vida da educadora, escritora e militante feminista Analice Caldas de Barros¹², quando tomei conhecimento do caso Sady e Ágaba. No entanto, os caminhos que me levaram ao encontro desta história surgiram por acaso! No início de 2008, após defender a dissertação de Mestrado sobre a trajetória de vida da citada personagem, planejei ingressar no doutorado, buscando dar continuidade a minha formação\pesquisas e publicações sobre a histórias do cotidiano” escolar na Paraíba da Primeira República, na esperança de encontrar um tema relativamente novo ao ponto de suscitar uma tese; na ocasião, buscar encontrar mais informações sobre a

12 SILVA, Favianni da. A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras - 1891/1945 / Favianni da Silva. – João Pessoa, 2007. ...p. Orientador: Charliton José dos Santos Machado. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE 1. Educação. 2. Biografia – Analice Calda de Barros. 3. Historiografia - Paraíba

vida da professora Eudésia Vieira, médica e historiadora¹³ e uma das primeiras mulheres a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Na verdade, meu interesse era no conjunto de sua produção intelectual.

Para isso, procurei seguir a sugestão da professora Ana Paula Romão¹⁴, e entrei em contato com o professor José Octávio, professor e historiador com profundo conhecimento da história da Paraíba. Soube que ele costumava receber amigos e alunos aos domingos em sua residência para eventuais conversas sobre os mais variados assuntos, além de possuir uma vasta biblioteca, contendo entre nela, boa parte dos livros publicados por Eudésia Vieira. Obras consideradas raras e difíceis de achar em bibliotecas públicas. Depois de contatá-lo, agendei uma visita. Depois explicar meu interesse nos livros de Eudésia Vieira, particularmente, uma obra sobre o drama vivido pela própria autora, na ocasião do torpedeamento do navio Alfonso Pena¹⁵.

13 (* 08.04.1894, Livramento- PB – + 16.7.1981, João Pessoa-PB). Nasceu no dia 08 de abril de 1894, na povoação de Livramento, no município de Santa Rita, sendo seus pais Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira. Fez seus estudos primários na Escola particular de D. Isabel Cavalcanti Monteiro nesta Capital. Recebeu o diploma de professora pública pela Escola Normal Oficial, em 15 de junho de 1911, sendo a oradora da turma. Iniciou a carreira do magistério dando aulas particulares, somente em 1915, através de concurso público, ingressou no magistério oficial. Foi designada para ministrar aulas em Serraria, mais tarde transferiu-se para Santa Rita e, finalmente para a capital do Estado. Casou-se em 1917, com José Taciano da Fonseca Jardim, nascendo desse casamento 14 filhos, dos quais apenas cinco sobreviveram, João Batista, Leôncio, Marcília Celeste e Maria Brasil. Foi professora pública em várias escolas primárias do Estado. Já casada decidiu ser médica, contrariando a vontade do marido e enfrentando todos os obstáculos e preconceitos da época, preparou-se e submeteu-se às provas da Faculdade. Eudésia foi à única mulher numa turma de homens a receber o grau de doutora, e a primeira paraibana a conquistar o título, pela Faculdade de Medicina de Recife. Ali recebeu o diploma de doutora em ciências médicas e cirúrgicas, por ter sido a única que defendeu Tese (Síndrome de Schickelé), dentre os 52 diplomados naquele ano. Aqui em João Pessoa, instalou um consultório em sua residência, à rua Duque de Caxias, passou a atender e dedicar-se à sua clientela, fazendo da medicina o seu apostolado. Foi Assistente Social da Penitenciária Modelo, sendo muito amada pelos presidiários. Professora, médica, jornalista e poetisa. Eis a mulher Eudésia Vieira. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 3 de junho de 1922, onde exerceu o cargo de suplente de 1º Secretário no período de 1925-26. Como professora se preocupou muito com a qualidade do livro didático adotado nas Escolas Primárias e, com muito sacrifício, conseguiu elaborar e editar dois livros e adotá-los nas Escolas Oficiais do Estado. Como médica, dedicou-se com extremado desvelo às clientes, orientando-as, principalmente na questão do pré-natal, numa época que este exame era totalmente desconhecido pela maioria das mulheres. Como escritora, jornalista e poetisa, foi muito atuante. Colaborou na Revista Era Nova, nos jornais *O Norte*, *A União*, *A Imprensa*, *A Gazeta do Recife* e em *Novelar*, *Jornal da Festa das Neves*. Seu primeiro poema foi publicado quando tinha 14 anos. Realizou muitas Conferências que, posteriormente, foram enfileiradas em livros. Em 1974, foi convidada para ocupar a Cadeira nº 20 da Academia Fluminense de Letras, onde seu patrono era Alberto Torres; infelizmente, por motivo de saúde não aceitou o convite. Eudésia Vieira considerava fato marcante na sua vida a conversão ao Catolicismo. Depois desse acontecimento, tornou-se devota de Nossa Senhora de Fátima, a quem atribuiu o milagre de seu salvamento, em 1943, quando o navio em que viajava do Rio de Janeiro para João Pessoa, foi torpedeado por um submarino Alemão nas Costas da Bahia. Em 1974 recebeu o título de cidadã Benemérita da Paraíba e, quando faleceu, foi homenageada com seu nome dado a uma rua do Bairro dos Estados. Deixou publicados os seguintes trabalhos: *Pontos de História do Brasil* (didático); *Cirus e Nimbo*; (versos); *A Minha Conversão e Dom Ulrico Sonntag*; *Síndrome de Schickelé*; (Tese de doutorado); *Terra dos Tabajaras* (didático) - 1955; *Mistério de Fátima* - 1952; *Conferência* - 1948; *Dois Episódios de uma Vida*; *Poema do Sentenciado*; *O Torpedeamento do Afonso Pena* - 1951; Inéditos: *Mortos que Falam*; *A Mãe Cristã e a Educação Eucarística que Ha de Dar aos Filhos*. Além de preferir palestras em sessões solenes sobre a Emancipação Política do Brasil. Eudésia exerceu cargo de suplente de 1º Secretário, no período de 1925-26 no IHGP. Entre o período de 1956/59 assumiu o cargo de Oradora e entre 1959/62 assumiu a Comissão de Contas desta Instituição. Eudésia faleceu em João Pessoa, no dia 16 de julho de 1981. Redator: Favianni Silva – Publicado em Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. / Socorro de Fátima Pacífico Barbosa organizadora. – João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/152p>.

Fonte: Revista Manaíra. João Pessoa, abril de 1940. Nº 06 pág. 04. Memorial do IHGP Edição Comemorativa dos 90 anos de Fundação 1905/1995. J.P. 1995\ SANTANA, Martha Mª Falcão de C. e M. , “Primeira Historiadora e Médica Santaritense”, Artigo publicado na coluna Brasil 500 anos, In: *O Norte*, 17 de maio de 1998.\ *A União*, João Pessoa de 1930/1940.\ *A Imprensa*, João Pessoa de 1928/1940.\ *Era Nova*, Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1921/1926.\ *Revista de IHGP*, João Pessoa, *A União*, Imprensa Oficial, 1932/1940.

14 Dr. Ana Paula Romão, historiadora, professora e pesquisadora do Departamento de Habilitações Pedagógicas, do Centro de Educação da UFPB, desde 2008.

15 O vapor *Afonso Pena* foi um navio brasileiro de carga e de passageiros, afundado em 2 de março de 1943, pelo submarino italiano *Barbarigo*, no litoral do estado da Bahia, ao largo de Porto Seguro. Fonte: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_Pena_%28navio%29>

O tema do livro rendeu uma boa conversa sobre casos dramáticos ocorridos na Paraíba, entre os quais o *Drama de Ágaba*, mais especificamente, a narrativa literária do famoso crime da Praça Comendador Felizardo Leite, conhecido também como o caso Sady e Ágaba. Depois de ouvir a história contado pelo professor José Octavio, percebi que estava diante de caso singular, isto é, de um acontecimento, um conflito de pequena abrangência que, possivelmente, havia feito emergir tensões latentes naquela sociedade. Ainda sem saber a dimensão daquele acontecimento, havia encontrado algo interessante para dar continuidade aos meus estudos, prontamente viabilizada pelo professor Octavio. Afinal, o guarda acusado do crime foi preso, o que significava a existência de processo jurídico ainda não analisado.

Assim, rapidamente, comecei a montar o projeto de pesquisa, no entanto, precisava de fontes. No início, nada tinha além de uma cópia do romance inspirado no caso, o *Drama de Ágaba* (1987), na verdade, uma reedição do título original, *Sady Castor*¹⁶, escrito por Antonio Benvindo. Na verdade, uma história comovente, com fim trágico, bem ao estilo dramático e melancólico eternizado por Shakespeare em algumas de suas peças como *Antônio e Cleópatra*, *Otelo* e, principalmente, *Romeu e Julieta*. Talvez por conta deste ar literário dado ao caso, o drama dos estudantes paraibanos inspirou uma produção literária significativa, a exemplo da iniciativa de Eudes Barros, que publicou, dias após a tragédia, o poemeto Sady e Ágaba, em um “elegante volume” de 26 páginas¹⁷, impresso pelo “prelo” do Sr. F. O Baptista e Irmão¹⁸. É na obra de Antonio Benvindo, porém, publica no mesmo ano do crime onde a história de amor de Sady e Ágaba é mais conhecida.

Em 1923, Antonio Benvindo, com 24 anos, era professor efetivo da cadeira de Geografia da Academia de Comércio Epitácio Pessoa e, ao que tudo indica, ele conhecia o casal de namorados. Pelo menos é o que afirma no romance narrado em primeira pessoa pelo próprio autor. Além disso, há nos jornais registros da presença desse personagem, tanto no velório de Ágaba quanto nas missas e romarias em prol “das almas” do casal, inclusive. Naquele mesmo ano, escreveria o romance *Sady Castor* (VASCONCELOS, 1983, p.20).

Na época, a obra causou desconforto à família de Ágaba (família Medeiros), pois revelou os conteúdos das cartas, impondo certas dificuldades à manutenção do sepultamento cristão da desventurada jovem¹⁹. Talvez por isso, sua primeira publicação tenha ficado imersa

16 Referência não encontrada. A primeira edição teve poucos exemplares, além de não ter sido bem recebido pela família de Ágaba. A segunda edição foi lançada em 1987, supostamente com outro nome, uma promessa feita pelo pai, ao filho Amaury Vasconcelos.

17 Fonte: Jornal *A União*, 14 de outubro de 1923.

18 Fonte: Jornal *A União*, 19 de outubro de 1923.

19 Segundo depoimento colhido por Vasconcelos com Betinha Zácara, sobrinha de Ágaba Medeiros (João Pessoa, 23 de março de 2006) e publicado nos anexos do livro *Amor eterno amor: Sady e Ágaba*. Fonte: (VASCONCELOS, 2009, p.47).

em um completo desconhecimento até o ano de 1987, quando foi reeditado por seu filho, Amaury Vasconcelos, onde passou a se chamar *O drama de Ágaba*. Recentemente, o tema recebeu novo livro intitulado *Apologia do Amor: Sady e Ágaba (2009)*, uma coletânea de obras literárias, que, além de incluir o romance escrito por Benvindo, traz outros textos que expressam o imaginário da trágica *affaire* - poemas, cartas, valsa, peça de teatro, roteiro de filme, crônica e noticiário da revista *Era Nova*.

Não querendo entrar numa discussão a respeito do conjunto da produção literária sobre o caso (pelo menos por enquanto) haja vista a dificuldade e, principalmente, o foco voltado para os desdobramentos educacionais, políticos e jurídicos do caso, é impossível não enveredar, mesmo que rapidamente, pela “novela passionnal” escrita por Antonio Benvindo, em razão da riqueza deste trabalho como fonte história.

A obra atribuída ao professor Antonio Benvindo chama atenção pelo fato de o autor exaltar as atitudes dos estudantes, em particular, de Sady Castor: o jovem é apresentado como um herói que, por amor, ousou resistir a uma ordem injusta, fruto da mais atrasada mentalidade. Ágaba, por sua vez, é descrita como uma virgem que não resistiu à dor da perda de seu amado, suicidando-se 15 dias após a morte de Sady.

Quanto ao guarda 33, este é apontado por Benvindo como um assassino vil e perigoso, incapaz de exercer a função de mantenedor da ordem pública. A obra execra-o em detrimento aos demais (possíveis) responsáveis (o padre, o chefe de polícia e o próprio Presidente do Estado), razão pela qual tudo o que foi escrito posteriormente sobre o caso seguiu a mesma tendência, condenando como único responsável o guarda civil Antônio Carlos de Menezes – este sim, verdadeiramente esquecido, execrado por todos os lados como o único culpado. Sobre ele o silêncio se fez totalmente. Amargou sete anos da prisão, passando por dois julgamentos, até ser libertado em 1930. A partir daí, seus rastros desaparecem por completo, tornando-se mais um anônimo da história.

Segundo Léllis (2009, p.57), em seu *Roteiro Cinematográfico* sobre o caso, na verdade, outra versão contada com base nas lembranças da família Castor. Nessa obra, há uma só pista sobre o paradeiro do guarda, mas sem comprovação dos fatos. Conta ela que, certo dia, alguns anos depois da tragédia, bateu em sua porta um mendigo, que foi reconhecido pela autora, como sendo Antônio Carlos de Menezes, o *famigerado guarda 33*, assassino do seu tio Sady Castor. Segundo essa passagem, a autora sugere que Antonio Carlos Milanez, viveu seus últimos anos na miséria, o que é condizente com a versão contada pela irmã de Sady,

Dona, Áurea Castor, ao afirmar que o guarda morreu anos depois de ser libertado, vítima de tuberculose em um sanatório da Capital²⁰.

Voltando à obra de Benvindo, percebe-se que, apesar de o autor não ter dado muita atenção às tensões políticas instauradas após a morte de Sady, ele reforça as evidências da existência de um conflito entre os estudantes e o governo do Estado. Para ele, “o fato já era de amplo conhecimento, bem como as razões de ambos os lados” (Bemvindo, 2009, p. 26) e, por conta disso, não deu mais detalhes sobre a repercussão políticas do caso. O autor se preocupou muito mais em contar o drama de amor vivido pelo casal, principalmente do ponto de vista de Ágaba, já que tinha certa proximidade de ambos, o que torna a obra uma fonte por excelência para esta pesquisa.

Assim, de posse das principais peças literárias, diga-se, de passagem, reunidas em livro único, procurei localizar outras fontes, particularmente, a historiografia inspiradas no caso. Sobre este último, ao contrário da literatura, a historiografia²¹ sobre o caso, em maioria, não passa de breves citações em obras memorialistas ou trechos isolados sobre o respectivo momento histórico, tratando o evento quase sempre como um acontecimento marcante, e/ou quando a intenção é exemplificar os “excessos” e “rigores” da moralidade praticados à época.

Talvez o primeiro a escrever sobre este acontecimento tenha sido Apolônio Nóbrega, em seu livro *História Republicana da Parahyba* (1950), onde trata das consequências políticas que rodearam o caso. Segundo ele, o “assassinato” do estudante Sady Castor foi “um dos acontecimentos que mais abalaram o governo de Sólon de Lucena”.

Anos depois é Inocêncio Nóbrega (1974), outro representante da família Nóbrega, nascido em Soledade e determinado a escrever a história de sua cidade, no livro intitulado *Malhadas das Areias Brancas: ou história de uma cidade*, onde destaca o entrelaçamento genealógico das principais famílias da região (Nóbrega e Castor), certos detalhes da vida de Sady Castor, a época que morava em Soledade. Segundo esse autor, Sady fazia parte orquestra sinfônica da cidade e que, alguns de seus familiares, principalmente seu pai (Emiliano Castor de Araujo) e seu tio (Carlos Castor de Araujo), tinham\ou tiveram certo destaque no cenário político da Soledade.

Outro autor que também relembra o caso em diversas ocasiões é Mello (1979, p.50), em seu texto sobre Sólon de Lucena, onde reforça as afirmações de Apolônio Nóbrega como sendo o crime do estudante Sady um dos momentos mais difíceis do governo de Solon de

20 Fonte: *Jornal da cidade*. Suplemento Dominical. João Pessoa. Paraíba. Domingo, 03 de dezembro de 1989.

21 Entendida como a “história da historiografia”, como “ramo legítimo do conhecimento histórico” sendo a narrativa ou o relato que se faz dela, mecanismos importantes na construção da historiografia.

Lucena. Em outra obra, num estudo sobre os coretos no cotidiano de uma cidade, Mello (1990, p.84) refere-se à importância dada pelo romancista Antonio Benvido ao coreto da Praça Comendador Felizardo Leite, na novela *O Drama de Ágaba*, onde o autor “situa o segundo coreto da Praça João Pessoa como silenciosa testemunha do drama que, em 1923 abalou a cidade”.

Por sua vez, José Joffily (1980) também descreve essa história em seu livro sobre a escritora e poetisa Anayde Beiriz, onde tece críticas à dimensão da moralidade vigente, ao atraso da sociedade patriacalista e à intolerância religiosa vigente na sociedade da época, enfatizando, assim, a drástica separação dos sexos como norma vigente, representada pela "linha imaginária", instituída pelo monsenhor João Batista Milanez e legitimada pelo chefe de polícia do Estado da Paraíba do Norte.

Na verdade, não havia propriamente uma “linha imaginária”, dividindo a praça ao meio, separando, assim, rapazes e moças, como afirmou Joffily. O que havia era a guarda civil nas proximidades da Escola Normal, cujo objetivo era coagir a presença de rapazes à porta daquela instituição de ensino. Para outros fins, a Praça Felizardo era um espaço livre e democrático de lazer e socialização, muito embora houvesse certa “vigilância” que distinguia homens e mulheres, bem como a origem social das pessoas que por ela circulavam. Lembrando suas memórias, conta Joffily²² que, “mesmo anos depois do acontecido, o drama de Ágaba Medeiros ainda era motivo de comentários depois das aulas e até mesmo em casa falava-se sobre essa história”.

Nessa lista não podia faltar o jornalista Fernando Melo, autor de polêmicas biografias, entre elas a de João Duarte Dantas. O nome desse personagem está ligado à História da Paraíba, principalmente porque foi o autor dos disparos fatais que vitimaram o então presidente do Estado da Paraíba do Norte. Na época, João Pessoa havia sido candidato a vice-presidente do Brasil na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, contra o grupo paulista e o mineiro Júlio Prestes e Vital Soares. A sua morte é considerada o estopim da Revolução Tenentista conhecida como a Revolução de 1930, que levou Getúlio a ascender ao poder, após um levante contra uma suposta fraude nas eleições. Os disparos que vitimaram João Pessoa não tinham inicialmente motivos políticos, e sim, em sua maior parte, pessoais, uma vez que João Pessoa, como chefe da Polícia do Estado, foi conivente com o arrombamento do escritório de João Dantas, confiscando bens e principalmente, publicizando cartas íntimas. Na época do crime do estudante Sady Castor, João Dantas dividiu o escritório de advocacia com

o “agitador” da “mocidade estudantina” João da Mata Correia Lima. Ambos pertenciam às fileiras de opositores ao governo epítacista de Solon de Lucena, incomodados com os desmandos da política oligárquica.

Além de advogado, João da Mata era professor de História do Lyceu e guia intelectual dos estudantes, estando à frente dos protestos e manifestações em “desagravo” à morte do estudante Sady. Atuou no processo de *habeas corpus* impetrado pelos estudantes e no processo criminal do guarda 33, auxiliando a acusação. Na obra de Melo, o autor destaca o assassinato de Sady Castor entre os casos mais importantes defendidos por aquele escritório.

Já o cônego Francisco Lima, em *D. Aduato: subsídios biográficos* (2007), ressalta as atitudes tomadas pela Igreja e os desdobramentos do caso na versão oficial da Igreja, registrada por seu principal órgão de notícias, o jornal “A Imprensa”. Já a obra *De Escola a Palácio*, publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (1998), faz um registro iconográfico da sede restaurada do Poder Judiciário, lembrando a época em que o mesmo funcionava a Escola Normal, inaugurada a 30 de março de 1919. O novo edifício se constitui na grande atração da Cidade. Plenamente adequada aos fins a que o esteta-presidente (Camilo de Holanda) o destinara: “colher a graça e a firmeza espiritual da Paraíba representada pelas normalistas”, beleza a que não podia faltar, como na vida real, o seu contraponto de tragédia.

Assim, diante das principais referências historiográficas sobre o caso, percebe-se que, apesar de sua importância, tido como um acontecimento marcante na história da Paraíba naquele ano de 1923, com desdobramentos até os dias de hoje, o caso nunca recebeu um estudo aprofundado. Nesse sentido, justifica-se a relevância desse ensaio, particularmente, em lançar nova luz sobre os acontecimentos ocorridos por conta do assassinato do estudante Sady Castor, e seus desdobramentos para a educação, a política e a justiça, no final da Primeira República.

Então, o principal conjunto de fontes veio dos jornais da época, muitos ainda preservados no arquivo público do Estado. Durante a elaboração do projeto de pesquisa, procurei localizar os jornais *A União* (órgão oficial do Estado) e o jornal *A Imprensa* (órgão oficial da Igreja). Além disso, encontrei outras informações na revista *Era Nova* (quinzenal, que circulou por alguns anos durante a década de 1920). No primeiro, o caso foi acompanhado por, pelo menos, dois meses, tendo repercussão dos anos seguintes até aproximadamente o início de 1930. A Igreja, através do jornal *A Imprensa*, dedicou uma só edição dando a sua versão dos acontecimentos.

Já revista *Era Nova* fez duas matérias sobre o caso, uma sobre o “assassinato” de Sady Castor e outra sobre o “suicídio” de Ágaba de Medeiros, sendo dessa revista, provavelmente as únicas imagens publicadas do caso. Fundada e dirigida por Severino Lucena, filho do presidente Solon de Lucena, a *Era Nova* foi uma das primeiras revistas do Estado. Criada em 27 de março de 1921, circulou até 30 de dezembro de 1925, destinada ao público em geral, o objetivo central da revista era contribuir para o desenvolvimento literário do meio, caracterizando-se como um órgão de utilidade pública, comprometida tão-somente com o incremento das letras. Embora escrita, em sua maioria, por colunistas do sexo masculino, seu *design* e aspecto estrutural tinham características femininas, com fotos de belas modelos, a maioria filhas de personalidades ilustres da alta sociedade paraibana. Mesmo sendo uma revista de mentalidade elitista e conservadora, as colunistas contribuía com inúmeros artigos que cobriam desde as mais avançadas ideias feministas e à moda corrente da época.

Por fim, encontrei um precioso artigo do *Jornal da Cidade*, cujo título *Amor, infinito amor: Ágaba e Sady, um caso de paixão e morte na década de 20* dava contornos cinematográficos a essa história, 67 anos depois do ocorrido. Na verdade, era um recorte de jornal que veio cuidadosamente dobrado, e depois colocado dentro do livro *O drama de Ágaba*, que na ocasião, pedi emprestado ao professor José Octavio. No artigo, a articulista Regina Vonsohsten conseguiu colher o inédito depoimento de dona Áurea Castor Ramos, uma das irmãs mais novas de Sady, falecida.

Assim, de posse dessas informações, percebi que um estudo aprofundado sobre o caso era plenamente viável, pois as fontes existiam; o caso parecia cada vez mais interessante, levando a crer que o crime havia desencadeado uma série de tensões políticas naquele período. Alguns pontos, no entanto, não podiam ser respondidos, como, por exemplo: por que um crime repercutiria de tal maneira, ao ponto de se tornar tema de escritores e poetas, sendo lembradas décadas depois? O que teria acontecido realmente no dia 22 de setembro de 1923 e, conseqüentemente, nos dias seguintes ao crime? Quem eram Sady Castor e Ágaba Medeiros? Qual a circunstância que levou o guarda civil 33 a matar um estudante em plena praça pública? Quem era o guarda civil Antonio Carlos de Menezes? E, o mais importante, que tipo de problema de tese poderia ser pensado a partir desse caso? Será que existiam outras informações sobre essa história? Acreditando que hora menos hora encontraria as respostas, continuei pesquisando. Para isso precisava do processo jurídico do caso. A chave parecia estar na peça-crime, pois, como sabia, o guarda acusado de cometer o crime foi preso e condenado.

No segundo semestre de 2008, passei a procurar novas informações, desta vez nos arquivos do Tribunal de Justiça. Depois de algumas idas e vindas aos arquivos, e muitas caixas abertas, não havia encontrado nada. Numa dessas ocasiões, presenciei uma cena decisiva para minha pesquisa. Na ocasião, os funcionários do arquivo faziam uma triagem de parte da documentação deteriorada, pois o novo prédio onde o arquivo ficaria definitivamente não tinha espaço para todas aquelas caixas. As caixas ficaram por ali ainda alguns dias depois de que manifestei o interesse de olhá-las antes que outra providência fossem tomada com aqueles documentos.

Quando finalmente examinei as caixas, foi então que encontrei (e nem estavam tão deterioradas assim), duas importantes peças de *habeas corpus*: a primeira impetrada pelo bacharel João da Mata em favor dos alunos do Lyceu; a outra, esta sim, referente ao processo penal do acusado, mais especificamente, o *habeas corpus* impetrado pelo bacharel José Américo de Almeida, em julho de 1925, em favor de seu cliente, Antonio Carlos de Menezes, mais conhecido como o “Guarda 33”.

Muito embora não fosse a peça principal do caso, continha boa parte dela. Havia ali os detalhes do inquérito, os depoimentos das testemunhas e os sucessivos julgamentos do acusado. Pelo volume e conteúdo dos documentos, a importância do processo criminal ultrapassa o âmbito da esfera judiciária, e que pode possibilitar, futuramente, um estudo histórico mais detalhado dos autos do processo. Antônio Carlos de Menezes, após dois julgamentos, ficou preso até 1930, quando teve sua pena revisada. Foi solto no Governo de João Pessoa, depois de uma grande revisão de processos promovida nos dois anos de sua gestão.

Assim, uma análise prévia da segunda peça jurídica, isto é, o *habeas corpus* do guarda e processo crime dele, lança luz sobre o que realmente aconteceu naquela ocasião, caracterizando mais um acidente do que, propriamente, um crime premeditado – como sustentam algumas versões literárias - muito embora a polícia da época se caracterizasse muito mais pela truculência do que pelo caráter preventivo. Em síntese, no julgamento de 1924, a Justiça acabou condenando o guarda a uma pena muito maior do que realmente lhe cabia, sentença está que foi gradativamente revisada e reduzida ao longo dos sete anos em que ficou preso.

Quando a primeira peça, embora menor e aparentemente menos significativa do que a segunda, ia mais além à resolução do meu problema da tese, pois ao que tudo indica, os estudantes haviam participado intensamente de protestos e manifestações em retaliação à

morte de Sady Castor. Esses atos foram duramente censurados pelo Governo de Sólon de Lucena que, para evitar novas manifestações, tomou medidas rigorosas, usando da força policial para coibir aglomerações de estudantes na frente da Escola Normal.

Por conta disso, os estudantes impetraram uma ação de *habeas corpus*, com o objetivo de pôr um fim a tal coação policial nos arredores da escola Normal. Tendo seu despacho favorável, o Governo ordenou, pelo Decreto nº 206, de 25 de setembro de 1923, o fechamento do Lyceu e da Escola Normal por tempo indeterminado, evitando, assim, novas manifestações que porventura viessem a abalar a credibilidade política do Governo. Dessa forma, os indícios apontavam para uma quebra, uma ruptura nos padrões de comportamento considerados normais àquela época. Isto é, o crime havia sido motivado pela resistência a uma determinada norma extra disciplinar imposta pelo diretor da Escola Normal, monsenhor João Batista Milanez, que proibia a aproximação de moços às proximidades da respectiva escola.

Naquela época, a separação dos sexos não era exclusividade apenas dos estabelecimentos educacionais da Parahyba do Norte, mas comum em todas as esferas da sociedade, considerado um tabu para os padrões de comportamento da época, muito embora, por volta da década de 1920, já houvesse algum movimento de quebra desses padrões. E foi com isso que sustentei, inicialmente, meu problema de tese. Ainda não conseguia, porém, compreender os significados políticos daqueles atos. Ainda faltavam mais algumas peças desse quebra cabeça. De todo modo, o tempo havia acabado restando alguns meses para a conclusão do projeto e a seleção do doutorado no final de 2008.

Concluído o projeto, inscrevi na seleção do Doutorado em Educação PPGE/UFPB em fins de 2008, sem muito sucesso. Fui reprovado ainda na primeira etapa. Mesmo assim, resolvi dar continuidade à pesquisa. Para isso, novamente precisava de mais fontes! Assim, no começo de 2009, fui a Soledade, à procura de pistas que me levassem a conhecer a família de Sady. Sabia que o pai dele, o major Emiliano Castor de Araújo, morou nesta cidade, numa fazenda chamada “Espírito Santo”. A contribuição inicial de Maria Verônica, na época minha aluna do curso de Pedagogia a Distância da UFPB Virtual, me proporcionou colher algumas pistas iniciais sobre possíveis familiares e, principalmente, os locais por onde começar a pesquisar outros tipos de fontes. As conversas com o diretor do Museu municipal (Juarez) confirmaram a existência da propriedade original da família e descendentes diretos que ainda moravam na Cidade.

Por intermédio de um funcionário do Museu (Carlos), conheci a sobrinha de Sady, Carla Nóbrega Castor. Seu pai, falecido, era criança quando Sady foi assassinado. Tive longas

conversas com ela, inicialmente gravadas, no segundo momento, já quebrado o clima de formalidade, as conversas se estendiam por longas horas noite adentro. Nessas muitas conversas, tomei conhecimento da existência de uma senhora de aproximadamente 105 anos, a dona Rita, antiga trabalhadora da casa da família Castor. Esperava encontrar indícios que pudessem sustentar uma abordagem oral, individual ou mesmo coletiva. Na breve conversa que tive, dona Rita lembrou-se do acontecido, mas contou que pouco sabia sobre ele. Quando passou a trabalhar na casa do major Emiliano, pai de Sady, este já não morava mais por lá. Vinha vez por outra, disse ela. Infelizmente, não foi possível obter muitas informações, principalmente, em razão do estado de saúde no qual se encontrava. De idade bem avançada e muito debilitada, achei melhor parar e agradecer a colaboração dela e de sua família. Poucos meses depois ela faleceu.

Ainda cheguei a fazer a segunda e a terceira visita à Cidade, à procura de documentos oficiais das famílias Castor e Nóbrega - registros de nascimento, batismo, casamentos etc, sem muito sucesso – o padre havia feito uma “grande limpeza” nos arquivos paroquiais, inclusive removendo as placas que indicavam a localização das pessoas enterradas nas paredes da Igreja. Na ocasião, novamente pude contar com a gentileza da sobrinha de Sady (Carla Castor Nóbrega) em acompanhar-me até os arquivos da igreja. Em meados de 2010, depois uma nova tentativa frustrada de ingresso do curso de Doutorado da UFPB, no final de 2009, fui aprovado no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de História e Memória da Educação, sob a orientação do professor doutor José Gerardo Vasconcelos.

A partir daí, os rumos tomados pelas leituras das disciplinas cursadas; quanto às conversas com meu orientador, me ajudaram, sobremaneira, a refinar tanto as perguntas quanto às metodologias, bem como, as técnicas de pesquisa, convergindo, assim, para a elaboração teórica e, finalmente, as análises das fontes coletadas.

Segunda parte: o acarbouço teórico

Na tentativa de compreender o campo de fenômenos examinado, direcionei meus esforços de leitura em situar e apreender as discussões em torno da problemática dos novos sujeitos históricos e da ampliação do campo de estudo do historiador. Para isso, as leituras realizadas na dimensão da História Cultural e da Micro-História foram fundamentais para a caracterização do quadro teórico. Nesta parte, tentarei esclarecer o modo pelo qual

compreendo o campo de fenômeno examinado, 1) sua origem, 2) os principais debates historiográficos e o 3) atual desenvolvimento da produção historiográfica relativo à História Cultural, bem como 4) a abordagem escolhida, isto é, a Micro-História, entendida aqui como a maneira pela qual me movimentarei sistematicamente em torno do tema em questão, para, só em seguida, definir mais claramente os 5) conceitos e noções utilizadas neste estudo.

1) O arcabouço intelectual que vai impulsionar e aglutinar todo esse debate sobre a renovação dos estudos Históricos tem origem naquilo que se convencionou designar de História Nova²³ e surgida sob intensa influência da Escola dos *Annales*, no final da década de 1920, na França, com a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, por Bloch e Febvre. Todo esse movimento constituiu nova forma de se pensar as questões historiográficas, em oposição aos métodos tradicionais de investigação e a concepção corrente da história, ou seja, a história dos fatos e dos grandes feitos. Seu desenvolvimento favoreceu um rompimento com as tradicionais barreiras disciplinares, mas não com as fronteiras, como observa Le Goff (1988), abrindo espaço para a pesquisa interdisciplinar. Segundo Burke (1991), as diretrizes dadas pelos *Annales* propunham: em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo, a história de todas as atividades humanas e não apenas da história política, e em terceiro, visando a completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas.

Mais tarde, o segundo movimento, chamado de segunda geração dos *Annales*, com os trabalhos desenvolvidos por Braudel, recebendo também outra denominação, a de *Annales Économies Sociétés Civilizations* 1947/1969, e, posteriormente, uma terceira geração com Jacques Le Goff na presidência da 6ª seção da *École*, ao passo que a revista *Annales* passou a ser dirigida por Jacques Revel e André Burguière, pesquisadores que, como Le Goff, se dedicavam às mentalidades. Para muitos historiadores (pois não é um consenso entre a comunidade historiográfica, como mostrarei um pouco mais à frente), a História das Mentalidades, produzida pela terceira geração, foi a principal corrente da chamada Nova História até fins de 1970, pois as preocupações com os modos de sentir e pensar sempre ocuparam a atenção dos *annalesistas* desde os primórdios da revista *Annales*. Mesmo nos anos de 1960, os estudiosos das mentalidades sempre se reconheceram como herdeiros

23 Na verdade, o termo “nova história”, não é novo, as formulações de Le goff (1988) é que assinalaram essa manifestação sobre as novas pesquisas; os novos problemas; as novas abordagens e as novas fontes que a nova história passa a ecoar na França, evidenciando um novo campo de saber, portanto uma “nova história”.

contemporâneos de Bloch e de Febvre, por muitos chamados de pais fundadores da chamada Nova História produzida na França.

Na tentativa de delimitar o campo teórico e metodológico da História das Mentalidades, porém, desgastaram seu conceito. Segundo Vainfas (1997), é nessa época que se verifica a ruptura paradigmática marcada pela mudança de preocupação da base socioeconômica ou da vida material para os processos mentais, para vida cotidiana e suas representações. A partir daí, acontece a proliferação de uma série de novos campos, herdando os temas e as problemáticas das gerações anteriores da Nova História, apresentando caminhos alternativos para a investigação de novos atores histórico-sociais, portadores de novos questionamentos.

Tal modo, pode-se dizer que as mutações no campo da História, oriundas desse período, encorajaram muitos historiadores a serem interdisciplinares, no sentido de apreender e colaborar com antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos, filósofos e educadores.

Na verdade, essas transformações refletem mudanças bem mais amplas, ocorridas no próprio campo das ciências humanas, entre as quais: a) a chamada virada linguista, que chega ao campo da História nos anos sessenta do, 60 do XX, aproximando-a de disciplinas como Antropologia, Etnografia, a Psicanálise e Linguística, questionando, assim, a ideia de universalidade do homem e da razão ou da consciência, da racionalidade do sujeito, tanto do agente dos eventos históricos, como do próprio saber histórico. A História passa a se questionar como discurso, sobre como se dá a produção de sentido neste campo; b) o retorno da preocupação dos historiadores com a questão da narrativa, da escrita da história, e de como esta participa da própria elaboração do fato, tanto quanto a recepção do texto, levando a esta ênfase na dimensão ficcional, poética, inventiva do discurso histórico; (c), a redescoberta dos indivíduos como personagens da História, como forma de contrapor àquelas historiografias centradas nas categorias coletivas, em conceitos macroestruturais e abstratos, e, por fim, a memória como importante fonte histórica, permitindo o desdobramento metodológico em uma infinidade de possíveis leituras do passado (DIEHL, 2002). Fruto dessas transformações, a (Nova) História Cultural, como é chamada o estágio atual da produção historiográfica, avança na valorização das múltiplas atividades culturais da vida humana. Como resultado, convive-se hoje com inúmeros campos e métodos, um cenário ao mesmo tempo conturbado e dinâmico, onde a comunidade historiadora se encontra reunida num relativo consenso antipositivista e antinegacionista (BURKE, 1992).

2) Sem querer esgotar a discussão, a denominada História Cultural é uma das práticas historiográficas mais comuns e difundidas nos dias de hoje, sendo possível interpreta-la sob pontos de vistas diferenciados. Entre alguns autores que analisaram a sua definição, ela possui dois eixos de identificação: os que defendem a ideia de que está ligada diretamente, como herdeira e ao mesmo tempo questionadora, de uma História Cultural que tem raízes desde o século XVIII; e aqueles que acreditam este movimento possuir raízes mais recentes, vinculadas objetivamente na tradição historiográfica francesa, conhecida como história das mentalidades, surgida após os anos 1960.

No primeiro caso, há o historiador britânico Peter Burke, que no final dos anos 1980, realizou uma conferência no Brasil, quando procuraram determinar os mais recentes paradigmas da historiografia, especialmente os advindos da França e relacionados aos *Annales*. Sob o epíteto de a Nova História, caracterizou esta tendência como algo situado entre a história total e a estrutural. Esse movimento seria basicamente ocasionado por uma crise geral dos paradigmas, especialmente concentrados em algumas críticas: a política pensada além das instituições e a história pensada além da política; uma preocupação maior com as estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos; deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes datas para as pessoas e acontecimentos comuns; a necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais; a história não seria objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um período (1992, p. 7-16). Tentando determinar como e de que maneira surgiu essa nova história, Burke retorna ao início dos *Annales*, com Bloch e Febvre e sua oposição aos rankenianos, para em seguida ir ainda mais para trás, chegando a Jacob Burckhardt e aos acadêmicos do século XVIII que pensavam a história muito além da política, considerando as maneiras de pensar de uma sociedade, o chamado espírito da época.

Na realidade, Burke estava sendo influenciado naquele momento pela obra de Jacques Le Goff, que publicou uma coletânea em 1978 com o nome de *A Nova História*. Para Le Goff essa denominação remetia essencialmente a uma continuidade da historiografia francesa, onde os *annalesistas* ocupavam uma posição central, em pelo menos três gerações de pesquisadores, oferecendo novas perspectivas metodológicas, temáticas e problematizadoras, onde toda forma de história nova seria uma tentativa de história total, sendo a mais fecunda das perspectivas a longa duração (1993, p. 26-67). Posteriormente, em 1991, o texto de Burke foi modificado para servir de introdução ao livro *A Escrita da História* (2002), publicado três anos depois de sua palestra inicial. Nele, as recentes tendências investigativas recebiam

influências de outras partes, como Inglaterra e Estados Unidos e questões como a do relativismo cultural, a micro-história e o construtivismo apontavam direcionamentos muito além da tradição francesa.

Um pouco antes da publicação do livro de Burke, em 1989, a historiadora estadunidense Lynn Hunt (2006) realizou uma coletânea utilizando expressão que definiria e popularizaria esta tendência historiográfica em ascensão: a Nova História Cultural. Segundo Hunt, além da terceira e quarta gerações dos Annales, o interesse pelas práticas simbólicas foi também enfatizado por autores marxistas, antropólogos, críticos literários (narrativa e linguagem) e filósofos (análise do discurso), todos apontando que as relações econômicas e sociais são campos de produções culturais. Também os documentos não seriam simples reflexos transparentes do passado, mas ações simbólicas com significados diferentes, conforme os autores e suas estratégias. Era o início da supremacia dos estudos culturais na historiografia.

Em outro texto publicado em 1997, novamente procurando definir as origens da História Cultural, Peter Burke se distancia muito mais de uma ligação direta e única com a historiografia francesa. Tentando se desvincular de uma perspectiva linear e de continuidade, ele recorre aos antecedentes dos motivos culturais na Europa, ainda com os humanistas do Renascimento, estudando a língua e a literatura, até chegar à história da música e das artes durante o Setecentos (BURKE, 2006, p. 13-37). No decorrer do século XIX, surge o que ele denomina de história cultural clássica, especialmente na Alemanha, onde se percebe um interesse das elites pela cultura, aqui como sinônimo de arte, filosofia e literatura. Com relação aos historiadores da primeira metade do século XX, aponta algumas deficiências em comum: ignoram a sociedade e a economia; seu postulado de unidade cultural é injustificado; a ideia de tradição é muito tradicional e fixa e o conceito de cultura é equiparado com o produzido pela elite (IDEM 2006, p. 233-251).

Essas ideias seriam aprofundadas e organizadas em uma concepção mais esquemática, no livro *O que é história cultural?* publicado em 2004. Aqui Peter Burke concebe quatro fases para esse movimento historiográfico: a fase clássica, durante os Oitocentos; a História Social da arte na década de 1930; a História da Cultura popular nos anos 1960; e, finalmente, a nova história cultural posterior aos anos 1970. Entre todos os antecessores, dois mereceram maior atenção com seus clássicos: Jacob Burckhardt (*A cultura do renascimento na Itália*, 1860) e Johan Huizinga (*O outono da Idade Média*, 1919), mas também a obra de Aby Warburg e Ernest Gombrich, ambos trabalhando com a noção de esquemas ou fórmulas culturais de origem psicológica, que foram fundamentais para as gerações seguintes; mas a maior

influência acadêmica que Burke aponta para o surgimento da história cultural praticada durante a década de 1970 e 1980 teria vindo das confluências com os estudos de Antropologia, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (BURKE, 2008, p. 48-60).

Com uma perspectiva mais restrita ao âmbito francês, um estudo de Ronaldo Vainfas e outro de Roger Chartier vinculam diretamente o surgimento da Nova História Cultural como resposta e continuidade à história das mentalidades. Esse movimento recusaria o conceito de mentalidades, o considerando muito fluido, ambíguo e pouco preciso, sem articulações entre o psicológico e o social. Não negam, no entanto, o mental, nem os vínculos com a Antropologia e a longa duração: é lícito afirmar, portanto, que a história cultural é, neste sentido, um outro nome para aquilo que, nos anos 1970, era chamado de história das mentalidades (VAINFAS, 2011, p. 137). Outros dois elementos vão caracterizar a nova história cultural: a preocupação com o resgate do popular e a busca pelo coletivo (estratificações e conflitos). Reafirmando, porém, seu caráter plural e a multiplicidade de enfoques, Ronaldo Vainfas apresenta ao menos três vertentes atuais: a) a produzida por Edward Thompson e seus estudos sobre movimentos sociais e cotidianos das classes populares (VAINFAS, 2011, p. 139-140); b) a praticada por Carlo Ginzburg, com suas noções de cultura popular e circularidade cultural; c) a História Cultural de Roger Chartier e seus conceitos de representação e apropriação.

Seguindo a perspectiva de que a Nova História Cultural foi criada em torno da oposição dos conceitos da História das Mentalidades, Roger Chartier questiona o posicionamento de Lynn Hunt, de 1989, e de que este movimento historiográfico seria unificado e coerente. Para Chartier, a diversidade dos objetos de investigação, das perspectivas metodológicas e os conceitos teóricos demonstram, pelo contrário, um movimento totalmente sem unidade de abordagem, mas constituído em torno de um intercâmbio de debates, especialmente recusando a redução da história a uma só dimensão e o primado político-social na historiografia (CHARTIER, 2006, p. 29-44).

A mais recente reconstituição histórica também é originada de um francês, mas, ao contrário de Roger Chartier e Ronaldo Vainfas, percebe o movimento concomitantemente em torno de dois eixos de estudos culturais, um anglo-saxão e outro francês. O estudo de Pascal Ory entende a prática de História Cultural, no caso francês, situada à margem da denominada História das Mentalidades, vinculando o movimento a partir do artigo teórico de Georges Duby, *Histoire culturelle*, originalmente de 1969, mas republicado na coletânea *Por une histoire culturelle* (1997). Emblemático, o texto de Duby conclama para um inventário do fenômeno cultural, seus símbolos e signos, vocabulários, gestos rituais, enfim, da relação

entre os mecanismos mentais e sua articulação em um imaginário de base histórica (DUBY, 1989, p. 214).

Apesar de sua importância, entretanto o texto de Duby foi pouco conhecido e comentado, num período em que os debates sobre a estrutura eram centrais na historiografia francesa. Foi somente a partir dos anos 1980 que as perspectivas antropológicas e culturalistas teriam penetrado de forma incisiva na academia da França (ORY, 1989, p. 214). Na tradição anglo-saxônica, os estudos deste tema teriam se iniciado com a contrapartida britânica do artigo de Duby, *Em busca da história cultural*, de Ernest Gombrich, publicado em 1969, seguido de diversas obras de Natalie Zemon Davis, Peter Burke e Robert Darnton (ORY, Pascal. A história cultural tem uma história. Revista de História Regional 15, 2010, p. 15-28).

3) Com base nesse debate historiográfico, e para adotar um conceito operacional, José da Assunção Barros define História Cultural como não apenas a corrente historiográfica mais recente (a Nova História Cultural francesa), mas toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada. Nesse sentido, pode-se afirmar que os conceitos e noções que fundamentam essa prática historiográfica são originados de heranças e tradições distintas. Segundo Barros, nos últimos quarenta anos, a História Cultural privilegia objetos, domínios e métodos bem diferentes, sendo difícil realizar um levantamento completo. Enfim, é uma história plural, complexa, e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas. Apesar de seu sucesso, no entanto, seus conceitos e sua história não possuem uniformidade entre os historiadores (BARROS, 2004. p. 59). Em síntese, pode-se dizer que, diferentemente da História da Cultura que se limita a examinar estilisticamente certos objetos culturais, a História Cultural enfoca tanto os mecanismos de produção dos objetos culturais como os mecanismos de recepção.

Conforme Barros, dentre as noções que se acoplam à de “cultura” para constituir o universo de abrangência da História Cultural estão as noções de “Linguagem” ou comunicação, “representação” e “práticas”: “práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as “práticas discursivas” como as práticas não discursivas” (Barros, 2004. P. 59).

Assim, os objetos da história cultural podem ser distribuídos ou partilhados entre cinco eixos fundamentais. Incluem tanto aqueles que já faziam parte dos antigos estudos historiográficos da Cultura (as Artes, a Literatura e a Ciência), como todos os objetos da cultura material e os materiais (concretos ou não) oriundos da cultura popular produzida ao nível da vida cotidiana por meio de agentes com várias especificidades culturais.

Do mesmo modo, acentua o autor, uma nova História Cultural interessar-se-á pelos sujeitos produtores e receptores de cultura, até o público receptor, o leitor comum, ou a massa capturada modernamente pela chamada indústria cultural, bem como as agências de produção e difusão cultural. Transpondo os sujeitos e agências produtores de cultura, estudam-se os meios pelos quais esta se produz e se transmite: as práticas e os processos. Por fim, a matéria cultural propriamente dita, isto é, os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos, as visões de mundo, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem as pessoas, modos de vida, relacionados aos vários grupos sociais, concepções relativas a estes grupos, as ideias disseminadas por correntes e movimentos de tipos diversos (BARROS, 2004, p. 59).

Dentre os vários subsídios para o conceito de cultura, destaca-se a contribuição do Materialismo Histórico, particularmente no que se refere a tríplice articulação entre História Cultural, História Social e a História Política, com suporte em autores como Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill, naquilo que ficou conhecido como A Escola Inglesa. Com base nesses autores, o mundo da cultura passa a ser examinado como parte integrante do modo de produção, e não como um reflexo do modo de produção de uma sociedade. Ainda dentro do Marxismo, outra corrente de renovação que incide decisivamente sobre as perspectivas de uma nova História Cultural advém da chamada Escola de Frankfurt, propondo uma radical renovação do marxismo e que incorpora um atento diálogo com a Psicanálise e com as teorias de comunicação, enveredando por estudos que privilegiam diversificados aspectos culturais da vida social.

A atenção entre Cultura e Linguagem está na base de uma série de outros desenvolvimentos importantes para uma teorização da cultura, chamada por alguns historiadores de “polifônica”, cujos autores mais conhecidos são Mikhail Bakhtin, Todorov, Ginzburg e Paul Zumthor. Nesse sentido, esses autores pensam a Cultura em termos de polifonia, isto é, buscando as suas múltiplas vozes, seja para identificar a interação e o contraste de estratos culturais diversificados no interior de uma mesma sociedade, seja para examinar o diálogo ou o choque cultural entre duas culturas ou civilizações distintas.

Mais é fora da historiografia marxista, ou de inspiração marxista, que vêm as principais noções que atualmente fundamentam a História Cultural, particularmente, um grupo de historiadores franceses que tem dois dos seus principais representantes em Roger Chartier e em Michel de Certeau, atuando em consonância com o sociólogo Pierre Bourdieu, este de grande importância para a conexão entre História Cultural e História Política. Chartier e

Certeau avançam ainda, mas na crítica às concepções monolíticas da Cultura, condenando a pretensão de se, estabelecer em definitivo, relações culturais que seriam exclusivas de formas específicas e de grupos sociais particulares. Assim, Michel de Certeau, mais próximo de uma história antropológica, investe na possibilidade de decifrar normas culturais por via do cotidiano. Enquanto isso Roger Chartier se interessa pela transferência entre a cultura oral e a cultura escrita. Para isso, ele elabora as noções de “práticas” e “representações”. Dessa forma, tanto os objetos culturais seriam produzidos entre práticas e representações, como os sujeitos produtores e receptores de uma cultura circulariam entre esses dois polos, entendido respectivamente, como modos de fazer e modos de ver.

Para Barros, a noção de “prática cultural” é por demais importante para compreensão dessa vertente da História Cultural. Segundo esse autor, convém ter em vista a noção de que esta ideia deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições e às realizações, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador (BARROS, 2004, p 77).

São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem, ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem estrangeiros.

É nesse sentido que Chartier, complementa essa noção de prática cultural, por via das noções de representação, permitindo examinar objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a este processo e sujeitos, e, por fim, as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, mediante a consolidação de costumes. Nesse sentido, a História Cultural, segundo Roger Chartier, tem por finalidade principal identificar o modo como em diferentes períodos e momentos uma determinada realidade cultural é constituída, dada a ler (CHARTIER, 1990). A essas duas noções, inclui-se a terceira, a apropriação, resultado das lutas de representação, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que confrontam o mundo humano, que nos dizeres de Roger Chartier, procura compreender as práticas que constroem o mundo como representação (CHARTIER, 1990, p. 27-28).

A perspectiva cultural desenvolvida por autores como Roger Chartier e Michel de Certeau, enfim, constituem um dos três eixos mais influentes para o atual estágio de desenvolvimento de uma História Cultural, ao lado das já citadas perspectivas da Escola Inglesa (Thompson) e da abordagem polifônica da cultura (Bakhtin e Ginsburg). Há, porém, a quarta vertente, está sim, fundamental para compreender o campo dos fenômenos desenvolvidos neste trabalho, e que toma para objeto o discurso científico e o discurso historiográfico em particular, consolidando uma linha de reflexão que teve alguns de seus textos pioneiros com Michel Foucault, notadamente com *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1986). Os herdeiros desta perspectiva deslocam o olhar de uma pretensa realidade social para o campo dos discursos, notadamente as análises de Haydem White e Dominik LaCapra a respeito de uma História como uma forma de narrativa como todas as outras, a incluir componentes de retórica, estilo e imaginação literária que devem ser decifrados pelos analistas do discurso historiográfico (WHITE, 2008).

Nesse sentido, a História Cultural se conecta a uma História do Discurso (abordagem), entendida como campo historiográfico que examina os discursos, a partir de técnicas diversas e da análise do discurso propriamente dita, inscritos nas fontes textuais (nos jornais, revistas e documentos oficiais e extraoficiais) para compreender a sociedade, (ou no caso da Micro-História, um aspecto específico da sociedade) que os produziu. Segundo Barros, tal historiografia explora inúmeras abordagens mais específicas e produz múltiplos posicionamentos teóricos (BARROS, 2004, p.141).

A ampliação dos tipos de documentação escrita, com as quais o historiador trata, implicou necessariamente uma mudança de postura dele para com estes textos. Assim, as fontes textuais, além de serem utilizadas como “testemunho” de onde o historiador do século XIX procurava extrair informações mais ou menos diretas é também utilizada, deste o final do século XX, como discurso a ser decifrado em si mesmo. Para compreender a diferença entre um e outro, cabe definir melhor o que é fonte histórica.

Tomando a definição de Barros (2004, p.141), “fonte histórica” é tudo aquilo que situa o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material por via do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Nesse sentido, uma fonte é ao mesmo tempo o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar, ou ela mesma é o próprio fato histórico. Isto é, o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado como discurso de época a ser decifrado, compreendido, questionado.

Um discurso pode ser analisado tanto com origem numa abordagem qualitativa, quanto quantitativa e serial. Do ponto de vista qualitativo (no caso desta pesquisa), a riqueza de qualquer texto está no fato de que ele é simultaneamente um objeto de significação e um objeto de comunicação cultural entre sujeitos. A tentativa de avaliar um texto na sua primeira dimensão implica, necessariamente, a análise interna ou estrutura do texto, que pode ser empreendida por aportes teóricos e metodológicos diferenciados, como, por exemplo, a semiótica, isto é, fazer o texto falar sobre coisas que o próprio autor do texto não pretendia dizer. No segundo caso, empreende-se a análise externa do texto, que também pode ser realizada por diversas maneiras (do ponto de vista das intenções ou das motivações do autor, como daqueles que se apropriam dando-lhe novo sentido).

Para os historiadores da Cultura, particularmente para esta pesquisa, a perspectiva mais útil é considerar o texto com suporte na dualidade que o define e como objeto de significação e de comunicação. Nesse caso, a análise de um texto deve privilegiar, simultaneamente, três dimensões fundamentais, quais sejam: o intratexto²⁴, o intertexto²⁵ e o contexto²⁶, haja vista que “todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas pelo autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões que dessa sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto se aperceba”. Além de um lugar de produção, todo texto tem também um destino, visando um receptor, porque ele tem uma intenção, uma mensagem que quer ser transmitida ou uma informação a ser registrada. Soma a isso a ideia de que qualquer texto se insere em uma rede de semiose, em um sistema de textos de que ele extrai um pouco do seu sentido (BARROS, 2004, p. 136).

Por outro lado e, além disto, o discurso pode ser tratado, tanto cultural, como politicamente. Nesse sentido, um marco importante é a obra de Michel Foucault. Suas reflexões acerca do objeto histórico possibilitaram novas formas de ver e dizer o passado, influenciando inúmeros historiadores (VEYNE, 1998). Nem marxista, nem ligado à Escola dos *Annales*, o legado da obra de Foucault talvez tenha sido a que marcou mais profundamente os historiadores franceses, desde a década de 1960, do que propriamente a dos seus pares. Após suas críticas mordazes à sabedoria convencional, a história do encarceramento, da loucura, da sexualidade, e assim por diante, jamais foi a mesma.

Este filósofo que se fez historiador talvez tenha sido quem primeiro chamou a atenção de maneira mais enfática para o fato de que não é a própria sociedade que constitui a realidade

24 Refere-se aos aspectos internos do texto, implicando exclusivamente uma avaliação do texto como objeto de significação. (Roland Barthes).

25 Refere-se ao relacionamento de um texto com outros textos.

26 Refere-se à relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve.

a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas. Para exemplificar com o tema de minha pesquisa, posso dizer que, quando eu estudo o caso Sady e Ágaba, na verdade, estou estudando o que dizem as fontes a respeito desse caso; ou seja, estudo os discursos sobre este caso, mais especificamente, aqueles documentos que chegaram ao tempo atual e na verdade aqueles documentos, dentre estes, que resolvo constituir como fonte histórica. Nesse sentido, a História também é a História dos Discursos dos Historiadores sobre o caso em si.

A revolução de Michel Foucault no âmbito da História dos Discursos vai mais além, pois o filósofo-historiador chama atenção para a necessidade de uma ampliação da ideia de discurso. Além da Ciência, da Literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamento em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou o Estado são eles mesmos discursos. Discurso será visto ainda como “a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupo de signos, mas como relação de poder”(FOUCAULT, 1972).

Essa noção de poder possibilitou uma radical reviravolta na História Política, pois sugere que o poder não tem centro único, isto é, visto sob enfoque estatal ou das diversas instituições, mas também sob o ponto de vista dos micropoderes. O poder está por toda parte, entranhado em diversas outras relações que coexistem no mundo humano: na família, na sexualidade, no amor, no parentesco, nas relações sociais, na produção, na comunicação pelo uso da língua escrita ou falada. Com isso as relações de poder podem ser estudadas por meio dos discursos que, no meu caso específico, vai deste o discurso historiográfico e literário ao discurso jornalístico da época estudada, como expressão das relações entre grupos sociais, partidos políticos, instituições religiosas, como a Igreja Católica, associações estudantis ou mesmo pessoas específicas no âmbito de uma determinada sociedade, historicamente localizada. Em outras palavras, as práticas discursivas constroem ou constituem os objetos de que se fala, e, em última análise, a cultura ou a sociedade como um todo.

É interessante notar que esta análise política do discurso, tal como proposta por Foucault, sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados. Michel Foucault vai mais além, e pretende identificar os lugares de exclusão, interdição e controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas de normas que regem as práticas discursivas. Cumpre retomar *A Ordem do Discurso* que enuncia claramente a sua hipótese primordial (FOUCAULT, 1996, 8-9).

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Assim, além de focalizar o discurso como lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como um lugar onde se expressam estas lutas e estes confrontos, Foucault chama atenção para o fato de que o próprio discurso pode ser também aquilo por que se luta. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10). Nesse sentido, as relações entre as distintas práticas sociais estão imbricadas, por sua vez, com as relações de poder que revelam conflitos e as contradições que marcam a sociedade (ALMEIDA, 1998, p. 40). O poder não só reprime, mas também cria. Dentre todos esses aspectos, o mais polêmico de todos é a constatação de que o poder cria a verdade e, portanto, a própria legitimação. Assim, normalizar as ações e determinar regras para o comportamento das pessoas em seu convívio social, constituíam competências da sociedade como um todo e, mais especificamente, da escola e da família. Esse poder disciplinar, que aparecia de forma evidente não só nos decretos legais, foi entendido e descrito por Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977), em que alertava sobre o papel desempenhado pelo controle do tempo no processo histórico de consolidação da sociedade disciplinar e a escola e a prisão como instituição que muito contribuiu para o processo de disciplinarização de corpos e mentes.

No que se refere à História Cultural, algumas de suas ideias tiveram especial influência. Segundo Burke (2008), Foucault foi um crítico severo das interpretações teleológicas da história em termos de progresso, evolução ou crescimento da liberdade e do individualismo. Também chamou atenção para as descontinuidades culturais, ou “rupturas”, por exemplo, a mudança na relação entre as palavras e as coisas em meados do século XVII, a “invenção” da loucura também nesse século e da sexualidade no século XIX. Ainda segundo Burke, Foucault encarou os sistemas de classificação, chamados por ele de “epistêmes” ou “regimes de verdade”, como expressões de uma dada cultura e, ao mesmo tempo, forças que lhe dão forma. Por fim, Foucault escreveu uma história intelectual ou cultural que incluía tanto práticas como teorias, tanto corpos como mentes. Seu conceito de práticas está ligado a uma ênfase no que ele chamava de “microfísica do poder”, ou seja, de políticas no nível micro.

Patrícia O'Brien (1992), analisando a importância das questões de Foucault para a história cultural, afirma que, nesse autor, a cultura é investigada por meio das tecnologias de poder, das estratégias e táticas produzidas para sua legitimação, ficando para os historiadores a tarefa de identificar não somente o poder como produtor de verdade, mas a produção da verdade como uma função do poder. Segundo De Certeau (1994), com base nos estudos de Foucault, funda-se uma prática histórica, mais tarde rotulada de Micro-História (não confundir com Micro-História, entendida muitas vezes enquanto corrente ou escola de historiográfica), direcionada aos heróis anônimos, àqueles que são excluídos da história tradicional; uma modalidade de história que deixa de olhar para as grandes batalhas, as importantes lutas de monarcas, para voltar para os pequenos acontecimentos que fazem a história mudar seu curso. Como ressalta Burke (2002), Foucault, diferentemente de outros micro-historiadores, estimulou os microestudos com a discussão sobre o poder não apenas na esfera do Estado ou de pequenas comunidades, mas no âmbito da fábrica, da escola, da família e da prisão. No entanto, a questão central do autor não é o poder/poderes, mas também os mecanismos de poder, os seus efeitos e suas relações (FOUCAULT, 1998).

Desse modo, a Micro-História, é entendida como abordagem histórica, trabalhando no sentido de reduzir a escala de observação do historiador com o intuito de se perceber determinado aspectos de um acontecimento, ou de uma ocorrência que de outro modo passariam despercebidos aos olhos da Macro-História. Quando proponho estudar o caso Sady e Ágaba, não estou estudando propriamente o caso em si, mas estudo por meio do dele, como um veículo para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. Desse modo, o objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser desta forma apenas o espaço microrrecortado, mas uma prática social específica, como, por exemplo, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representação, uma ocorrência (no caso desta pesquisa, os impactos e os significados produzidos pelo crime do estudante Sady Castor, particularmente do que diz respeito às ações dos estudantes do Grêmio Cívico Literário 24 de Março) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar.

Nesse caso, a escolha do microrrecorte não deve ser confundida com estudo de caso ou então com recorte monográfico. Em outras palavras, não se trata de recortar para permitir uma análise viável. Ocorre é que o próprio recorte existe em função de um problema, pois é, na verdade, este recorte que define o problema. É o que ocorre com o caso Sady e Ágaba: não se trata de estudar o “a historia dos estudantes Sady Castor e Ágaba Medeiros” como um fim em

si mesmo. O caso chama atenção exatamente por sua excepcionalidade pelo fato de revelar certos conflitos sociais que de outro modo estariam submersos sob o ponto de vista da Macro-História, como, por exemplo, o problema da insegurança pública e arbitrariedades cometidas pelas forças de repressão do Estado. O destino “trágico do inditoso” casal nos diz algo sobre a silenciosa maioria de seus contemporâneos, revelando as incoerências nas normas sociais estabelecidas, os conflitos políticos em escala menor (no plano micro), uma determinada rede de rivalidades e solidariedades, de medo e de expectativas que afloram com suporte das práticas discursivas cotidianas recuperadas, da comoção popular, do fanatismo político e das reações do poder coercitivo do Estado e da Igreja.

Segundo Burke (BURKE, 2002, p.45), foi para debater esse tipo de situação que o historiador italiano Carlo Poni cunhou a expressão *o normal excepcional*. Já para o antropólogo britânico Victor Tuner (TUNER, 1968, p.326), trata-se de um drama social, expressão cunhada por ele para se referir a um conflito de pequena abrangência que revele as tensões sociais presentes o tempo todo, mas visíveis apenas vez por outra e que passa por uma sequência de quatro fases: ruptura, crise, ação corretiva e reintegração. Segundo Levi (LEVI, 1992), os micro-historadores podem se concentrar em um indivíduo, um incidente ou uma pequena comunidade como lugar privilegiado para se observar as incoerências de grandes sistemas sociais, as brechas, as fendas na estrutura que propiciam um pouco de espaço livre para um ou determinados indivíduos, desde que trate, é claro, da cultura mais ampla e que demonstre os vínculos entre as pequenas comunidades e as tendências macro-históricas. Nesse sentido, não se trata de querer enxergar uma sociedade inteira com base num a partir de um pequeno fragmento social, mas enxergar algo da realidade social que envolve o excerto humano examinado.

Por fim, no que diz respeito à relação entre macro e micro, isto é, o contexto no qual está inserido o objeto estudado, não é raro; na abordagem micro-histórica, a preocupação quanto à maneira de constituí o texto final, a fim de evitar generalizações simplificadas. Isso acontece porque a Micro-História tende a trabalhar com a ideia de que expor o texto de uma determinada maneira favorece certo modo determinada maneira de ver, e por isso alguns dos principais expoentes deste novo modo de abordar a História (Natalie Davis, Carlo Ginzburg, Robert Danton ente outros) parecem dar mais importância aos aspectos mais propriamente literários de suas narrativas ou sínteses históricas. Na verdade, essa prática entre os micro-historadores é apenas uma tendência de incorporar, ao seu modo de enunciar, características

peculiares ou mesmo as limitações da documentação propriamente dita, não se constituindo uma regra.

Para resolver esse problema, a questão do “contexto” recebe, muitas vezes, tratamentos inovadores e muitas vezes diferenciados dos tradicionais trabalhos acadêmicos. Entre tantas maneiras de estabelecer uma nativa histórica (BURKE, 1992), optei neste estudo por evitar uma contextualização inicial, partindo diretamente ao caso ou ao problema a ser examinado. E, desde então, ir deixando que se desprendam naturalmente, a cada oportunidade, ou cada capítulo, as inferências pertinentes a cada situação ou o contexto social mais amplo. Em outras palavras, parto da especificidade e, com apoio nela, é que vou estendendo o meu olhar para fora da realidade histórica.

Para facilitar esse processo, modifiquei o texto original apresentando à banca quando da segunda qualificação, de modo que dividi os quatro anteriores em 10 capítulos curtos, com cerca de 10 a 18 páginas cada um, com exceção do primeiro segundo capítulo e do penúltimo (respectivamente, sobre referencial teórico do processo de habeas corpus e o fechamento do Lyceu), de modo a facilitar a divisão de temas específicos, interligados pela trama do caso Sady e Ágaba.

Terceira parte: fontes e a metodologia

Como expliquei na primeira parte deste capítulo, minhas indagações iniciais iam na direção de uma possível quebra, uma ruptura nos padrões de comportamento considerados normais àquela época. Isto é, o crime havia sido motivado pela resistência a uma determinada norma extradisciplinar imposta pelo diretor da Escola Normal, monsenhor João Batista Milanez, que proibia a chegada de moços às proximidades da respectiva escola.

Na verdade, o que mais me inquietava, ao começar a escrever a tese, era entender mais sobre as relações de poderes que se estabelecem sobre determinada cultura escolar, compreendida como um conjunto de normas e práticas produzidas historicamente por sujeitos e/ou grupos determinados com finalidades específicas, que estão relacionadas a definições dos saberes a serem ensinados, das condutas a serem modificadas e de todo um processo não só de transmissão de saberes, mas também de modificação do “habitus pedagógico” (2000. p. 371 – 398). Lembrando-se da advertência de Burke (2002 p.63), “é preciso investigar as mudanças nas permanências como estratégias de inteligibilidade, as singularidades dos acontecimentos

na história”. Dessa forma, cabia no primeiro momento da pesquisa (2010) investigar 1) como o poder se manifestava nas práticas políticas de ordenamento da vida escolar paraibana?; 2) teria a mudança da Escola Normal para a Praça Comendador Felizardo Leite, em fins de 1919, provocado choques entre costumes tradicionais e novos comportamentos característicos do início do século XX, provocando, assim, uma “ruptura ética/moral” na história das relações de gênero dos dois principais educandários do estado da Paraíba?; 3) qual a relação da Igreja com a educação escolar pública, bem como com a política local?; 4) ou, ainda, supondo a existência de uma tradição oral em torno desse acontecimento traumático e de sua repressão, memória recalcada e enraizada, pode a literatura escrita sobre o “caso Sady e Ágaba” ter contribuído na propagação e/manutenção de uma memória, enquadrando assim, numa consciência coletiva?; E 5) o que elas têm a dizer sobre essa história, o que aconteceu de fato e o que virou ficção? Essas eram as questões que procurava responder no início da pesquisa, entretanto, tudo mudaria no meio para o final do curso.

Passados dois anos de estudos e muitos rascunhos inscritos e reinscritos, ainda sentia a necessidade de ir mais além dessas indagações. A todo o momento e, principalmente, durante a sistematização das fontes, as consequências políticas ganhavam destaque na análise, como se clamasse por explicação. Como lembra Paul Veyne (2007), uma história começa por um acontecimento raro que não está instalado na plenitude da razão, cercado de vazios e silêncios, que clama por explicação e é à compreensão desta raridade, desta diferença do acontecimento que o historiador deve se dedicar. O crime havia coincidido com um dos momentos de maior tensão àquele período, com acusações sendo trocadas entre governo e oposição. Aparentemente, a oposição àquele governo havia tomado partido do clima de revolta estudantil, instaurada pelo assassinato do estudante lyceano, Sady Castor. Estes se aproveitaram para denunciar as ingerências da política epicasta. Enfim, as “tensões políticas” sobressaíam diante do pressuposto de “quebra de normalidade”, ou de determinadas práticas culturais normalizadoras. Os fios e os rastros que tentava ligar entre o crime a uma possível quebra da separação dos sexos nas escolas pareciam não se entrelaçar muito bem.

Quando aos estudos sobre a coeducação dos sexos nas instituições de ensino (públicas e privadas), existe um certo vazio na historiografia educacional, principalmente a paraibana. A coeducação só passou a coexistir nas instituições públicas do Estado na década de 1930, quando o ensino ficou definitivamente laico no Estado. Até então, a influência da Igreja Católica constituía o maior empecilho à coexistência de ambos os sexos na mesma sala de aula, muito embora já existissem escolas mistas durante a Primeira República, mas restritas as

escolas de primeiras letras (o ensino primário). Em resumo, as fontes não apontavam para aquela direção. Sendo assim, passei a procurar outras peças para completar meu quebra-cabeça. De todo modo, as demais questões ainda eram relevantes para a pesquisa.

Em meados de 2012, parei a escrita do trabalho e mergulhei novamente nas pesquisas. Mesmo não tendo encontrado o que procurava reunir, ampla bibliografia sobre a história da Parahyba da Primeira República. Mais do que isso, localizei fontes oficiais e extraoficiais sobre a repercussão do incidente de 22 de setembro, como por exemplo, relatórios, dados criminais, mensagens presidenciais, correspondências particulares do Presidente do Estado e seus auxiliares, dados biográficos de alguns dos principais personagens - em particular, monsenhor João Batista Milanez, e de personalidades públicas de ambos os lados da política parahybana aquela época.

Essa nova etapa da pesquisa suscitou outra perspectiva para sobre o que poderiam ser consideradas fontes históricas. Nesse sentido, sob o ponto de vista da Nova História Cultural, a ampliação dos tipos de documentação escrita, com as quais o historiador trata, implicou necessariamente uma mudança de posição dele para com estes textos. Assim, as fontes textuais, além de serem utilizadas como “testemunho” de onde o historiador do século XIX procurava extrair informações mais ou menos diretas e são também utilizadas, deste o final do século XX, como discurso a serem decifrados em si mesmo, como já expressei. Para compreender a diferença entre um e outro, cabe definir melhor o que é fonte histórica.

Dito de outra maneira, as fontes podem ser compreendidas como tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação e que se constitui de uma escolha voluntária do historiador, mas é também como um conjunto de enunciados em que é possível pensar as práticas discursivas de uma sociedade, à medida que se ocupe em descrever os discursos como práticas específicas no elemento do arquivo. Nesse sentido, a pesquisa abrange, além da historiografia e parte da literatura sobre o caso, as matérias publicadas pelos órgãos de imprensa do Estado da Parahyba do Norte e do Brasil, de janeiro de 1923 a 1930, como também, outros documentos, como, por exemplo, conjunto de fontes oficiais (leis, decretos, ofícios, relatórios dos chefes de polícia, peças jurídicas etc).

No primeiro caso, tanto a historiografia quanto a literatura, mencionadas na primeira parte, não são vista apenas como importante fontes históricas para o estudo do caso, ou como “representação, mas também como “prática discursiva” de uma determinada sociedade, acreditando que os discursos tanto historiográficos como literários, não são neutros, já que esses reproduzem interesses e aspirações dos autores e da sua época. No caso da literatura, ela

não só permite o acesso à sintonia fina ou ao clima da época; o modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos”, mas a própria produção de verdade, ou de determinadas versões dos acontecimentos.

Do mesmo modo, ressalto que a imprensa, como documento da pesquisa histórica, não pode ser considerada um campo neutro, haja vista que se reveste do caráter político e de poder, no sentido de selecionar e formular uma narrativa do fato, transformando-o em acontecimento, criando uma memória do que deve ser lembrado e esquecido no futuro (ROSA, 2009, p.312). O mesmo vale para as fontes oficiais (as mensagens presidenciais, os relatórios de policial - dados criminais - e o processo jurídico), que são igualmente importantes, pois nos dizem muito sobre o uso dos aparelhos repressivos do Estado no controle de crimes, contravenções e desvios de comportamento. Na análise destes tipos de fontes, é necessário trabalhar o documento como produtor de determinada verdade e, neste sentido, é importante desconfiar dos discursos, considerando que todo ele é fruto de determinada época e sociedade, de um contexto. O esforço do historiador, neste sentido, é entender o ponto de vista do outro, levando em consideração o fato de que o olhar dos homens do passado sobre seu mundo estava permeado de fatores subjetivos, como frequentemente ocorre.

Com base nas peças jurídicas, em especial, por serem de material histórico de acessibilidade difícil, torna-se pertinente traçar o caminho que percorri para fazer a transcrição dos autos do processo. De início, constatei que o processo original, havia sido enviado do Supremo Tribunal de Justiça Federal para o arquivo histórico no Tribunal de Justiça da Paraíba na Capital do Estado em 1941. Segue a dizer que o processo tramitou em instâncias federais. Quando ao processo-crime original de 1924 e 1925 (primeiro e segundo julgamentos e condenação), consegui localizar no arquivo da Biblioteca Nacional - muitos dos dados deste estudo têm como base o discurso jurídico oficializado nos autos do processo criminal, principalmente no que se refere aos testemunhos dados, aos fatos apurados e à condenação do acusado.

A transcrição dos autos deu-se minuciosamente. Os documentos da década de 1920 são, em sua maioria, caligráficos. A escrita das palavras é anterior às reformas ortográficas postas em prática em 1940 pela Academia Brasileira de Letras; optei, entretanto, pela utilização do padrão linguístico atual, por facilitar a leitura e por não comprometer a inteligibilidade do conteúdo. Mesmo assim, para o fato de favorecer a estilística narrativa,

procurei manter a grafia “Cidade da Parahyba do Norte”, ou “Lyceu Parahybano”, uma vez que não se justificaria a opção pela denominação atual de “João Pessoa” ou “Liceu Paraibano”, evitando-se, anacronismos; no entanto, muitas das transcrições se encontram com algumas lagunas na transcrição – “(…)” – devido às más condições de preservação dos documentos.

A análise dos autos do processo baseia-se no exame intensivo das fontes (falarei mais a frente), considerando os dispositivos legais, bem como os princípios gerais instituídos pelas leis da época, comparando com a legislação posterior e com interpretações historiográficas sobre os efeitos dessas legislações. Ora, um crime cometido em 1923, tendo seu processo encerrado em 1941, deverá, necessariamente, pelo princípio da legalidade, ter sido fundamentado na legislação então vigente. Esta consistia, principalmente, no Código Penal de 1890 (Dec. 847, de 11.10.1890) e no Código do Processo Criminal do Estado da Paraíba do Norte (Lei 336, de 21.10.1910), uma vez que na época, a partir da Proclamação da República, em 1889, havia um direito penal substantivo vigente em todo o Território Nacional, mas o mesmo não acontecia com o direito penal adjetivo.

Não existia, assim, um direito processual penal de âmbito nacional federativo, mas sim um restrito a cada Estado, sendo as regras processualistas distintas até mesmo entre estados vizinhos, como Pernambuco, Paraíba do Norte e Rio Grande do Norte, o que hoje seria impensável. Dessa forma, interessa saber que, nos primeiros anos após o fim do Império, a então denominada Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, assim estabelecia a competência legislativa na área processual penal;²⁷

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891) Art 34 - Compete privativamente ao Congresso Nacional: (...) 23º) legislar sobre o direito civil, comercial e criminal da República e o processual da Justiça Federal; (...)

Sendo assim, era reservada a cada Estado a competência legislativa em matéria processual penal no âmbito de sua Justiça Estadual, o que na então denominada Parahyba do Norte encontrava expressão na referida Lei 336, de 21.10.1910, publicada em separado pela Imprensa Oficial do Estado em 1912. Somente a partir do período Getúlio Vargas, é que a

competência legislativa em matéria processual penal corresponde ao estabelecido atualmente pela Constituição Federal de 1988. Compare-se:²⁸

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934) Art 5º - Compete privativamente à União: (...) XIX - legislar sobre: a) direito penal, comercial, civil, aéreo e processual, registros públicos e juntas comerciais;

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937) Art 16 - Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias: (...) XVI - o direito civil, o direito comercial, o direito aéreo, o direito operário, o direito penal e o direito processual;

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (DE 5 DE OUTUBRO DE 1988) Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Isso implica dizer que, na análise do processo criminal do guarda é preciso levar em conta a legislação penal e processual penal da época contemporânea ao processo e a da atualidade, por dois motivos principais. O primeiro é evitar interpretações errôneas de um processo criminal histórico com base na legislação, na época, inexistente, sendo o segundo motivo a possibilidade de, por via um estudo de um processo histórico, poder observar a evolução da legislação criminal brasileira.

Quanto ao tratamento dado às fontes, a metodologia adotada é mais ou menos aquilo que Ginzburg chamou de “paradigma indiciário”²⁹ implicando também uma “análise intensiva das fontes”. Assim como nos casos *Pierre Rivière* (FOUCAULT, 2007) e *Menocchio* (GINZBURG, 2006), o conjunto de fontes sobre o caso Sady e Ágaba, em sua heterogeneidade, não formam um discurso homogêneo nem coeso, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e por vis dos discursos que se entrecruzam. Como ressalta Foucault (FOUCAULT, 2011, p,28), “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso

28 Textos constitucionais disponíveis em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm . Confira-se, ainda, Ramos (2005).

29 Entendido conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma. O que poderia ser entendido por pistas, indícios ou sintomas? Os documentos oficiais, relatórios, decretos leis, fontes secundárias e voluntárias, ou seja, as fontes investigadas pelo pesquisador que, se submetidas a análise semiótica ou sintomal, pode revelar muito mais do que o testemunho tomado apenas como um dado. Entretanto, outras fontes podem e devem ajudar no trabalho de construção da narrativa histórica e da análise sociológica, trata-se das fontes involuntárias, isto é, aquelas que não foram convidadas a testemunhar. Identificadas por acaso, muitas vezes teimam, insistem e se intrometem na pesquisa. Nesse caso, o pesquisador deverá fazer uso de sua intuição e sensibilidade para argui-las com criatividade e inteligência, e estar atento aos atos falhos, as metáforas, as metonímias e aos deslocamentos.

da luta". Nesse sentido, o olhar micro-históricográfico necessita de uma análise intensiva das fontes, incisiva, atenta tanto aos pormenores com as grandes conexões. Trata-se de estudar no plano das contradições e ambiguidades – não contra estas ambiguidades, mas sim tirando-se partido delas. Dito de outra maneira, busco desviar os olhos dos objetos tidos como naturais, isto é, dos discursos tidos como verdadeiros sobre o caso em questão, para poder ver seus esboços, margens, ou seja, suas múltiplas práticas discursivas, as quais remetem a outras verdades sobre este acontecimento. Isto porque, quase sempre, esquecemos a prática para não ver senão os objetos que a reificam aos nossos olhos.

A riqueza das fontes está precisamente na natureza contraditória das varias versões do crime, oriundas de depoimentos do réu, das testemunhas, argumentos dos advogados, retificações nos depoimentos de um e de outro, de silêncios reveladores, bem como nas diversas versões relativas aos desdobramentos iniciais do crime, produzidos pelas várias leituras empreendidas em âmbitos diferenciados, como o judicial, o jornalístico, o historiográfico e o literário. Desse modo, a tarefa do historiador não é julgar o crime, mas avaliar representações, expectativas, motivações produtoras de versões diferenciadas, condições de produção destas versões, além de captar com base na documentação detalhes que serão reveladores do cotidiano, do imaginário, no caso desta pesquisa, das peculiaridades de um grupo social específico, das suas resistências, das suas práticas e modos de vida (e organização).

Quanto ao uso de imagens, isto é, da iconografia, entendo que seja uma fonte que muito pode contribuir, também, para melhor compreensão das formas por meio das quais, no passado, as pessoas representaram sua história e sua historicidade e se apropriaram da memória cultivada individual e coletivamente. Estas, constituídas historicamente, e que ao serem associadas a outros registros, informações, usos e interpretação, as imagens se transformam, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado. São, portanto, representações que produzem nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço (PAIVA, 2002).

Ao contrário da prática desenvolvida no início do século XXI, quando as imagens proliferam muito além da materialidade concreta, as técnicas fotográficas do início do século XX guardam algumas particularidades. Primeiramente, havia a dificuldade para capturar a imagem, exigindo câmeras fotográficas até certo ponto rudimentares e pesadas, até o estágio da revelação, exigindo certo conhecimento sobre elementos químicos capazes de imprimir o negativo no papel-filme. Além disso, a técnica para fotografar uma determinada imagem

exigia do fotógrafo uma perspectiva previa do que seria fotografado, um certo ângulo de luz, um postura estática, até as vestimentas e ornamentos posicionados estrategicamente, pelo fotógrafo para captura a imagem, pois cada fotografia é única, diferente das várias imagens digitais, onde podemos escolher as melhores dentre várias. Desse modo, as imagens podem ser vistas como produtoras de determinada visão de mundo, mas também produtos dessa concepção, um modo particular de capturar a realidade imediata, que pode ser entendida como a realidade de seu autor. Tive o cuidado, no entanto, de inserir algumas poucas imagens no texto, por considerar um ponto ainda pouco trabalhado nesta pesquisa. No mais, coloquei todas as demais imagens, inclusive as fontes jornalísticas e documentos oficiais (por conta de seu difícil acesso), como anexo, não só para evidenciar as interpretações históricas como para registrar a metodologia adotada.

Assim, ante as possibilidades de utilização de novas fontes documentais, tomei a decisão de desconsiderar a perspectiva de uma tradição oral, o que implica estabelecer uma metodologia pautada no conceito de memória herdada, ou de memória coletiva, tomando a escolas, a praça e os objetos culturais produzidos pelo caso como lugares ou objetos de memória. Essa escolha foi muito importante para minha pesquisa, pois passei a me concentrar nos discursos produzidos em decorrência do crime, pois, como havia expressado, os conflitos políticos faccionais do início da década de 1920, em particular o ano de 1923, precisam ser mais bem investigados. E as fontes que localizei apontavam nessa direção.

Ainda faltava, entretanto, alguma coisa. Ao menos já sabia o que era! O que eu tanto procurava eram os discursos da oposição, mais especificamente, os discursos do jornal *A Tarde*, porta-voz do Partido Republica Conservador\Autonomistas; mas onde encontrar esse jornal, extremamente raro, já que circulou por alguns anos, com o objetivo principal de auxiliar a campanha da Reação Republica na Parahyba, nas eleições presidências de 1922? A solução era voltar para João Pessoa e recomeçar a pesquisa, à procura desses jornais. No final de 2011, no entanto passei a morar definitivamente em Fortaleza, isso porque casei no meio do curso, logo em seguida, minha mulher engravidou e meses depois nascia nossa filha, Dominique.

Por isso, sempre aproveitava os eventos da Parahyba e os períodos de férias para fazer minhas pesquisas. Quando viajava para João Pessoa, na maioria das vezes já, sabia o que queria encontrar, não tinha tempo de ficar revirando arquivos ao acaso. Novamente, porém, o acaso cruzou o meu caminho. Numa dessas oportunidades, durante a visita do professor Rui

Martinho³⁰ à Paraíba, no final de 2012, na ocasião que este foi convidado pelo professor Charliton Machado, para compor uma banca de defesa de dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, me foi sugerido pelo professor Ruy que, durante suas conversas com o professor José Octavio, este tinha informações que poderiam me interessa. Essas informações estariam arquivadas na UNIPE³¹, onde funciona o arquivo do Dr Humberto Nóbrega. Na época, imaginava já ter encontrado quase tudo o que havia sido preservado sobre o caso; mas, para minha surpresa, logo na pasta numero 01 da coleção, classificada como “Dossiê Sady e Ágaba”, continha o que eu procurava. E muito mais!

O dr. Humberto Nóbrega³² era filho do Sr. Francisco de Gouveia Nóbrega e parente próximo da Família Castor. Na ocasião do crime, Humberto ainda era pequeno, mas seus irmãos, principalmente o Fernando Nóbrega e Apolônio Nóbrega, já eram adultos quando Sady foi morto. Além de médico, Humberto Nóbrega foi um intelectual de grande porte, autor de inúmeras obras. Foi presidente de honra perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, membro da Academia Paraibana de Letras, vice-presidente da Academia Paraibana de Medicina, sócio-honorário do Instituto Brasileiro de História da Medicina, fundador e dirigente do Museu da Imagem e do Som da UFPB e reitor da Universidade Federal da Paraíba, responsável pelo início da implantação da chamada Reforma Cêntrica, que criou o sistema de centros de ensino, em substituição aos antigos institutos. Ao longo de sua trajetória, acumulou registros documentais por ele encontrados e/ou a ele confiados por amigos e parentes.

Após sua morte, seus familiares procuraram não se desfazer do arquivo. Para Isso, passaram a procurar instituições que se responsabilizassem pela guarda e conservação do material. O arquivo passou pela Biblioteca Central da UFPB, depois foi para o NIDHR – Núcleo de Informação e Documentação Histórico Regional – e por fim, na UNIPE.

Possivelmente, a família Nóbrega tenha arquivado os jornais que noticiaram este acontecimento, e não foram poucos. Praticamente todos os jornais da Capital que circularam na época, e mesmo de fora do Estado, noticiaram o caso durante por mais de mês. E entre eles estavam muitos recortes do jornal *A Tarde* e do jornal *Correio da Manhã*, este ultimo um pouco mais imparcial do que o primeiro. O mais interessante era que estes jornais estavam

30 Professor Dr. em História, da Universidade Federal do Ceará, Rui Martinho Rodrigues,

31 Universidade de João Pessoa.

32 Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega nasceu na Capital da Paraíba, hoje João Pessoa, a 3 de fevereiro de 1912, tendo falecido em 18 de junho de 1988. Foi médico de profissão, historiador por ofício e um visionário por excelência.

recortados e colados num antigo caderno, formando um dossiê³³, com poucas anotações. O tempo e as condições em que foram guardados degradaram em muito o estado dos documentos, mas no geral, estavam em melhores condições do que a maioria dos arquivos públicos do Estado.

Outro detalhe era que, apesar de uma prévia sistematização do dossiê, a maioria dos recortes de jornais não tinham quaisquer referências a que órgão de imprensa pertenciam, número ou mesmo data de publicação, impondo outra dificuldade à pesquisa: a tarefa agora era organizar e identificá-los com base na relação com outros jornais comprovadamente datados, comparando as notícias, observando as semelhanças e as contradições, as informações que se complementavam, que se repetiam e que se omitiam (observando o grau de síntese versão após versão), isto é, atendendo detalhes que possam edificá-los.

De todo modo, essas novas fontes me permitiram mergulhar ainda mais nos “micro-acontecimentos” desencadeados pelo crime da Praça Comendador Felizardo Leite, em 22 de setembro de 1922, relacionando aos acontecimentos políticos mais macro. Ao ler aqueles documentos, percebi que a peça que faltava no meu quebra-cabeça original estava o tempo todo na minha frente, mas, invisível aos meus olhos e a minha percepção. Desde o primeiro momento, foram os estudantes do Grêmio que deflagraram as batalhas entre Governo e oposição, participando ativamente dos protestos e manifestações, incentivando os demais alunos a resistirem às determinações do Governo e estabelecendo relações de reciprocidades com as oposições. E foram eles que convocaram os estudantes de outros estados em apoio a sua causa.

Enfim, foram os estudantes do Lyceu, mais especificamente, aqueles pertencentes ao Grêmio Cívico Literário 24 de Março, que se rebelaram contra o assassinato do estudante Sady Castor e a coação policial que impedia a livre circulação de pessoal pelas vias públicas da cidade de Parahyba. Também os estudantes que pediram a punição, não só do guarda, mas do monsenhor, do chefe de polícia e do Presidente do Estado. Foram os estudantes que derrubaram, com auxílio do Supremo Tribunal de Justiça e de elementos da oposição, a coação policial nas proximidades da Escola Normal e do Lyceu Parahybano, pondo um fim a tal “linha imaginária”. E foram eles que pediram a reabertura das escolas, fechadas pelo Governo após a ordem de *habeas corpus*, bem como, foram eles que anos depois pressionaram os governos de João Suassuna e João Pessoa, a não permitir a redução da pena do condenado. A diferença era que agora, eu tinha provas de sua existência e de sua atuação!

3 O CRIME DA PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO LEITE (22\09\1923)

*Que crime, ó grande Deus! Matar um estudante,
Do futuro da Pátria um astro suprimir!
Que revolta a de ver um monstro horripilante,
- um monstro balear, sacrificar, um porvir!
É terrível, é atroz, tristíssimo, clamante
Ver a vida de um moço um bárbaro destruir.
- Um suplicia infernal concedido por Dante
A criminalidade tais devia-se infligir!
Quantos sonhos de amor! Quantos sonhos de gloria
Perdido! (pois amar e idealizar é a história
De um estudante!) E tú, ó atroz Guarda Civil,
Ó tu que foste o autor da mais negra das cenas!
- Não penses, monstro, que és um ASSASSINO, apenas
Com o teu crime, ROUBASTE um futuro ao Brasil.*

Aproximadamente às 15 horas, do dia 22 de setembro de 1923, numa tarde de sábado³⁵, o estudante do Liceu Parahybano, Sady Castor Correia Lima, de 27 anos³⁶, aguardava "ansioso" o intervalo das aulas da Escola Normal.

Como quase todos os dias, a Praça Comendador Felizardo Leite, antigo Jardim Público da Cidade de Parahyba, capital do Estado da Parahyba do Norte (atualmente como Praça João Pessoa, mas popularmente chamada de “Praça dos Três Poderes”), centro político do Estado e um dos principais espaços de lazer e socialização à época, enchia-se de estudantes e transeuntes que quebravam a monotonia provinciana da capital, "embevecidos" nos grupos de rapazes e moças que passavam por lá antes e depois das aulas.

Ao que parece, Sady Castor havia saído um pouco mais cedo das aulas (ou suas aulas teriam acabado mais cedo) do curso preparatório do Liceu. Esperava encontrar com a jovem Ágaba Gonçalves de Medeiros, de 17 anos³⁷, aluna do terceiro ano da Escola Normal. Os dois haviam se conhecido alguns meses antes e, desde então, mantinham um relacionamento um tanto quanto problemático para a época. Ao sair da aula, Sady se colocou “estacionado” na calçada da praça, próximo ao “gradil”, de frente para Escola Normal, aguardando o término das aulas desta escola. Na época, a praça era cercada por grades de ferro, retiradas anos depois, já no governo de João Pessoa e colocadas no Cemitério Senhor da Boa Sentença. O que aconteceria instantes depois daria início a um dos acontecimentos mais singulares da História parahybana.

Um detalhe importante, e que merece esclarecimento antes continuar a história, é saber precisar se Ágaba estava junto ou não de Sady no momento crime. Os poucos indícios dessa dúvida são breves passagens literárias. Aliás, a licença poética é uma característica presente em boa parte da produção literária sobre o caso, facilmente explicada por ter sido, em sua maioria, escrita muitos anos depois dos acontecimentos. Segundo a articulista do Diário da

34 Fonte: arquivo Umberto Nóbrega\UNIPE. Publicado no Jornal *Correia da Manhã* de 25/09/1923. **Imagem Anexa 2: Referência:PTDC0042.**

35 A Revista *ERA NOVA* faz referência a este dia como uma tarde bela (numero de 04 de outubro, 1923). No entanto, na obra de Benvindo (IDEM 2009, p.54) “A manhã deste dia fora sombria, silenciosa, feita de tédio, que rompera do infinito nimbado, estendendo sobre a terra o manto pesado de profunda melancolia.”; Jornal da cidade se refere ao uma “tarde de Primavera”; Mas é Maria Dulce Léllys em “Amor...eterno amor”, obra escrita muitos anos depois por uma sobrinha de Sady, a própria Maria Dulce Léllys, se propôs a escrever, com muito talento, um roteiro cinematográfico, que fala em “uma tarde quente de sábado”. (LÉLLYS. Amor... eterno amor!. In., (IDEM,2009).

36 Segundo informação publicada no Jornal *A União* de 24 de setembro de 1925, encontrada no Dossier “Sady de Ágaba” no Arquivo do Dr. Umberto Nóbrega, onde trazia o depoimento de Apolônio Nóbrega, primo do falecido, quando discursou no salão nobre do Liceu, nas comemorações do segundo ano de morte de Sady.\ **Imagem Anexa 3: Referência: P2070338.**

37 Não encontrei, até o presente momento, nenhum registro que especifico a sua idade nem a sua escolaridade. No romance de Benvindo, na página 36, o autor diz que a jovem tinha 17 anos (VASCONCELOS, 2009); Tal informação é condizente com fontes jornalísticas da época, confirmam essa informação. Fonte: Jornal *A União* de 07/10/1923.\ **Imagem Anexa 4. Referência. DSCN5615.**

Borborema³⁸ “Graziela”, em nota publicada na coletânea Amor eterno amor: Sady e Ágaba, de Amaury Vasconcelos em 2009, lembra-se que sua mãe sempre lhe falhava desse fato, “ela estudava com Ágaba na Escola Normal em João Pessoa, na época e viu toda a tragédia”. (BEMVINDO 1987, p.8). Ainda segundo a articulista, sua mãe com seus “82 anos bem vividos e uma mente lúcida e lírica”, havia escrito uma “crônica” simples mas bonita, falando sobre o fato, cerca de um ano antes do relançamento do romance escrito por Antonio Benvindo, o Drama de Ágaba, em 1987. Segundo ela (IDEM. p.8),

Ágaba era uma garota alegre e cheia de vida. Tinha apenas 16 anos. Ela tinha um noivo chamado Sady, que todas as manhãs acompanhava-a à Escola Normal onde ela estudava. Acontece, porém, que o diretor da Escola, havia proibido as alunas chegarem acompanhadas por namorados, e, para cumprir essa ordem, colocou um vigilante. (...) Uma manhã como de costume Sady chegou na calçada da Escola acompanhado de Ágaba. O Vigilante não deixou ele se aproximar. Houve uma ligeira discussão, quando inesperadamente o guarda sacou de um revólver, atirando em Sady, que tombou morto. Ágaba que assistiu essa cena terrível, enlouquecida de dor e sofrimento saiu correndo e gritando pelas ruas. Dias após com veneno suicidou-se.

Apesar de sua proximidade com Ágaba, a mãe da articulista não esclarece se a jovem estava ou não no local do crime. O texto é confuso, pois se era provável que todas as manhãs Sady acompanhava Ágaba à Escola Normal (Ibib. p.8), por outro, a autora da “crônica” se confunde quando diz que o crime foi pela manhã. Segundo os autos, o crime foi à tarde, cerca das 15 horas. Também exagera ao escrever que Ágaba teria saído “correndo e gritando pelas ruas da cidade” desesperadamente, ao “assistir essa cena terrível”.

Quem pode ajudar a esclarecer essa dúvida é o autor da principal obra sobre o caso, Antonio Benvindo. O autor conta (VASCONCELOS, 2009 p.57), que Sady estava “a grade do Jardim (...) aguardando ansioso com a alma povoada de sonhos, sorrindo para o povir, a querida criatura que encheu o vácuo de sua vida”. Ainda segundo ele, Sady “(...) ansiava o momento feliz em que Ágaba estivesse junto dele, falando-lhe de amor, na meiguice de sua voz amorosa e linda” (VASCONCELOS, 2009. p.57). Em outro trecho do romance, Ágaba desmaia nos corredores da Escola quando soube que Sady havia sido baleado. Portanto, para Antônio Benvindo, Ágaba não estava na presença de Sady. Sua versão parece, no meu ponto

de vista, mais próxima do que de fato aconteceu. Além disso, ao longo de minhas pesquisas, não encontrei em nenhuns dos jornais pesquisados qualquer referência a sua presença. O mesmo pode-se dizer do conjunto das peças criminais, mais especificamente, os depoimentos de testemunhas que também não fazem nenhuma referência à presença de Ágaba no momento do incidente.

Esse detalhe é importante, pois se senão há provas de sua presença, não há como sustentar as versões que de Ágaba estava junto de Sady naquele momento. Por outro lado, o romance do Bemvindo foi escrito no mesmo ano do crime. O autor conhecia a família da jovem e vivenciou os fatos tão bem quanto qualquer outra pessoa mais próxima. Prova disso é que ele escreveu um livro que foi rapidamente esgotado, mas que feriu a família Medeiros por revelar segredos íntimos, no caso, as cartas de suicídio de Ágaba. Portanto, é mais provável que a jovem não estivesse presente no momento em que o guarda 33 efetuou o disparo de sua Mauser contra o estudante Sady Castor.

Na verdade, a razão que acabou vitimando o estudante foi o fato de Sady Castor haver se recusado a obedecer a ordem do Guarda Civil numero 33. A guarda Civil do Estado, embrião da atual Policia Civil, era uma nova instituição policial, criada há poucos anos, em 1912 pela lei n 580, de 26 de outubro, e reorganizada em 1918, pelo decreto n. 950 de 25 de junho.³⁹

O acusado de disparar contra o estudante foi Antonio Carlos de Menezes, natural de Pernambuco, 33 anos, filho de Joaquim Cavalcante Bezerra de Menezes, casado guarda civil há pelos 7 anos, responsável pelo serviço de policiamento daquela localidade, mais especificamente, o espaço entre a Escola Normal e a Praça, naquele momento. Este, havia intimado Sady a retirar-se dali dizendo serem ordens do chefe de policia nesse setor⁴⁰. E, como o infeliz Sady Castor se recusou a obedecer, deu-lhe voz de prisão. A discussão rapidamente passou a chamar a atenção de pessoas que transitavam pelas imediações da praça, entre eles, alguns funcionários da Escola Normal que, ouvindo um “ligeiro rumor” do lado de fora da rua, passaram a observar pela janela da secretaria o que se passava.

39 A primeira criou uma policia exercendo ação preventiva (quando administrativa) ou repressiva (quando judiciária), para coadjuvar a ação da magistratura preventiva, cujo corpo de agentes de policia seria composto de cidadãos “morigerados”, regulamentado pelo decreto n 606 de 24 de dezembro de 1913. Num total de 60 a 80 eram numerados de 1 ao ultimo número, entre guardas de primeira, segunda e terceira classe. Na época a segurança no estado era coordenada pela Chefatura de Policial, comandada pelo Chefe de Policia, dr. Demócrito de Almeida como uma espécie de secretário de segurança pública nos dias de hoje. Fonte: DIAS JÚNIOR, J - Synopse da legislação da Parahyba : 1892-1935. [Rio de Janeiro] : Imp.Official, 1935. 151,Vip.

40 Fonte: Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil. Processo 16.037. Recurso de Habeas-Corpus\18 de julho de 1925. **Imagens Anexas 5 e 6: Referências: P2190429 e P2190430.**

Um deles era o funcionário público do Estado, Joaquim Herculano de Figueiredo, que, no momento da discussão entre o guarda e o estudante, estava no interior da secretária da Escola Normal. É este que passa a narrar o que aconteceu. Conta que, ao ouvir alguns “rumores” do lado de fora da escola, foi até à janela e notou que em frente à mesma, junto aos portões do Jardim Público, havia qualquer coisa entre um guarda civil e um rapaz. Em seguida, volta-se para dentro da escola, chamando a atenção de outros funcionários – mais especificamente, o bibliotecário arquivista Aluisio Xavier e José Pires - avisando-os do que acabara de ver. Em seguida, todos se dirigiram para a balaustrada em frente à entrada principal e foi então que ali pôde testemunhar a sequências dos acontecimentos (documento transcrito pelo escrivão).⁴¹

[...] o guarda encarregado do ponto em frente a Escola Normal, discutia com um moço que depois soube chamar-se Sady Castor e ser estudante do Lyceu Parahybano; que nesse momento o guarda 33 dava voz de prisão ao estudante que se recusava seguir preso. Pelo que viu o guarda investir para Sady Castor, procurando agarrá-lo pela gola do paletó; que o estudante se desvencilhou das mãos do guarda, e já com outros colegas avançou para o guarda, [...] nesse momento era tomado o cassetete do guarda não vendo por quem; que notou que quando o guarda se livra das mãos dos estudantes, Sady Castor estava com o cassetete na mão em atitude ameaçadora contra o guarda, e nessa ocasião ouviu vozes de estudantes dizendo para Sady não [bater] no guarda; que Sady baixou a mão e pareceu [...] que jogou o cassetete para tras no chão e que um colega a quem não conheceu, apanhou o referido cassetete deste. Que nesse momento o guarda recuando um pouco puxou a pistola que trazia e correu a bala na agulha procurando novamente agarrar Sady Castor e que este recuando evitou; viu quando o guarda de arma na mão avançou para ele, que de cima onde estava ele testemunhou juntamente com os quais se lembra bem, Aluisio Xavier e João Pires, funcionários da Secretaria da Escola, gritavam para o denunciado não atirar no rapaz; que nesse momento o guarda denunciado avançou para Sady Castor de arma na mão conseguindo agarrá-lo pela gravata do laço comprido e que aos empuxões, viram os dois na calçada do jardim, onde se encontravam para o meio do calçamento da rua, em frente a balaustrada da Escola Normal a que já se referiu; que dizia ouvirem sempre para o guarda que não atirasse no rapaz; que já próximo a uma árvore, próximo a calçada da Escola o denunciado buscando-se em frente a Sady, segurando—lhe sempre na gravata, conseguiu encostar a rama na região umbilical, mais ou menos e detonou a arma, digo, detonou a mesma arma.

41 Fonte:: Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil. Processo 16.037. Recurso de Habeas-Corpus\18 de julho de 1925. (Falta escanear as paginas referentes aos depoimentos das duas principais testemunhas. Herculado. P 34;35. **Imagem Anexa 7 e 8. Referência:**

O som do estampido do tiro causou espanto e horror a todos por perto. O guarda ainda com a arma na mão recua alguns passos, enquanto que, Sady, ferido, com a mão sobre a ferida, cambalia por alguns segundos e cai dizendo: “matou-me”. Ainda segundo a testemunha, ao ser inquirido sobre a reação do guarda 33 diante da atitude de Sady, lembra-se de que, quando foi tomado o cassetete do guarda, o mesmo ficou estarecido diante do rapaz e nada disse. Apenas recua e sacou sua pistola. Depois disso, não soube mais o que passou com o guarda, pois as atenções voltaram-se para o estudante ferido, rapidamente socorrido por colegas e professores que vieram em seu auxílio. Por fim, a testemunha afirma que, segundo um estudante presente no momento do incidente, eles – os estudantes - não haviam escutado nenhum apito por parte do guarda 33, razão pela qual nenhum outro guarda próximo, mais especificamente, aqueles de plantão nas proximidades do Palácio do Governo, esquina com a Escola Normal, veio em seu auxílio.⁴²

Após o disparo, o guarda 33 tentou evadir-se do local do crime, no entanto, naquele exato momento chegava outro guarda civil. Era o guarda civil de primeira classe, n. 41, Nicolau Florentino das Neves, solteiro, de 42 anos, natural da Parahyba do Norte, que de volta da Avenida São Paulo, saltava do bonde bem frente à Escola Normal, para render o guarda ali destacado. Nesse momento, o guarda 33 se aproximou do guarda 41, dizendo ter sido agredido nas imediações na praça. Em seguida, os dois seguiram até o local onde o estudante estava caído. Chegando lá, o guarda 41 viu um moço ferido na altura do umbigo postado no chão, com metade do corpo sobre o calçamento e metade sobre a calçada, cercado de pessoas que tentavam socorrê-lo, passando a ouvir das mesmas que o autor do disparo fora o guarda 33.

Loco que ficou sabendo quem teria sido o responsável pelo disparo⁴³, o guarda 41 efetuou a prisão do guarda 33, tomando lhe sua pistola “Mauser c96”⁴⁴, que realmente se achava com uma cápsula deflagrada. Houve um início de tensão entre as pessoas presentes, que clamavam por justiça, obrigando o guarda 41 a conduzir imediatamente o acusado ao

42 Fonte: Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil. Processo 16.037. Recurso de Habeas-Corpus\18 de julho de 1925, p. 34\35. **Imagem Anexa 7 e 8. Referência:**

43 A atitude do guarda 41, em prender o acusado com base na reação popular, basear-se Art. 37 do Código de Processo Criminal da Parahyba do Norte de 1910. PARAIÁBA. Código do Processo Criminal do Estado da Paraíba do Norte (Lei 336, de 21/10/1910).

44 A Mauser C96 foi a primeira pistola semi-automática a conhecer um uso generalizado. A arma foi projetada em 1895 pelos irmãos Fidel, Friedrich e Josef Feederle, sendo fabricada na Alemanha, pela Mauser, a partir de 1896. A C96, ou variantes da mesma, foram também fabricadas, sob licença, em outros países, como a Espanha e a China. As principais características da C96 são o depósito interno de munições na frente do gatilho, o cano longo, o coldre de madeira que pode ser utilizado como coronha e o punho em forma de cabo de vassoura. A Mauser C96 pode ser considerada uma das primeiras armas do tipo atualmente chamado Personal Defense Weapon, dado que o seu cano longo e a potência da sua munição, lhe dão um maior alcance e capacidade de penetração que as pistolas convencionais. Foi adotada pelas Forças Armadas brasileira em 1910 e pelas polícias estaduais de vários Estados, entre eles a Parahyba, em 1918. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mauser_C96.

quartel da guarda civil, na Avenida General Osório, na presença do Comandante Interino Major Rodolpho Athayde⁴⁵. Para isso contou com a escolta do Dr. Mariano Falcão, outra testemunha dos acontecimentos e uns dos que exigiram do guarda 41 a prisão do acusado. Identificado no gabinete de polícia, o guarda 33 foi preso, e ficou aguardando a formação da culpa. Depois disso seria recolhido a cadeia pública à espera do julgamento. O inquérito foi presidido pelo Sr. Dr. Ephygenio Cunha, delegado do terceiro distrito policial do Estado, que ouviu, além de Joaquim Herculano de Figueiredo, Aluisio Xavier e José Pires, chamou também o Dr. Mariano Falcão, Srs. Ricardo Domingues, Raul de Aguiar e Carlos Trigueiro⁴⁶, este último estudante do Lyceu Parahybano e colega de Sady.

Segundo depoimento durante o processo de formação da culpa, o guarda 41⁴⁷ apenas ouviu do guarda 33 a expressão de que havia sido agredido, não lhe dizendo como se dera essa agressão e de que espécie fora. Ainda segundo a mesma testemunha, sempre havia um guarda na porta da Escola Normal para manter a ordem, não sabendo, porém do que se tratava e que não conhecia o estudante, ignorando por isso se havia qualquer intriga ele e o guarda 33. Segundo o guarda 41, o mesmo ignorava e nem ouvi dizer que o estudante, Sady, no momento de ser preso, se prontificou a seguir acompanhado de seus colegas a presença do chefe de polícia, como descrito no romance de Benvindo. No romance (2009, p 57), ao resistir à prisão, Sady e seus colegas queriam conversar com o próprio chefe de policial, o Dr. Demócrito de Almeida. Já para dona Áurea Castor Ramos, Sady pediu que o levasse, mas, de outra forma: acompanhado dos amigos que ali estavam, a exemplo de Plínio Lemos, Adalberto César, Nilton Lacerda, Nenézio Palmeira e irmão.⁴⁸

Já sobre o denunciado, o guarda 41 alegou que conhecia o guarda 33 de muito tempo, afirmando ter o mesmo bom comportamento, nunca tendo sido acusado, por qualquer espécie de crime, a não ser este que depõe. Para ele, a razão do crime havia sido o fato de o estudante se recusar a seguir preso, resultando numa circunstância fortuita onde foi agredido e desarmado, isto é, no momento em que se empenhava em luta na qual lhe tomaram o quepe e o cassetete.

45 Fonte: Almanach do Estado da Parahyba do Norte de 1922, P. 202. **Imagem Anexa 9. Referência: PTDC0073.** Fonte: Arquivo Funesc. Relatório Chefe de Polícia. Chefatura de Polícia. Parahyba, 28 de Agosto de 1924. p.07. **Imagem Anexa 10. Referência: PTDC0182.**

46 Fonte: Jornal A *UNIÃO* 25/09/1923. **Imagem Anexa 11. Referência: Dscn5588.**

47 Fonte: Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil. Processo 16.037. Recurso de Habeas-Corpus\18 de julho de 1925, p. 34\35, p. 32; 33. **Imagem Anexa 7 e 8. Referência:**

48 Fonte: *Jornal da Cidade*. Suplemento Dominical, João Pessoa, Paraíba, 03 de dezembro de 1989. **Imagem Anexa 12. Referência: P2190399.**



Figura 1: Fonte: \ Revista *Era Nova*, 04 de Outubro de 1923.

Segundo informações da Guarda Civil, durante os setes anos que trabalhou como na instituição, aparentemente nunca foi preso, apresentando boa conduta. Antônio Carlos havia entrado para a Guarda Civil do Estado da Parahyba do Norte no ano de 1917, como guarda de segunda classe, para servir por dois anos. E em junho de 1922, segundo documento expedido pelo Major Comandante da Guarda Civil da Capital (Rodolpho Athayde), foi excluído do estado efetivo da corporação, a seu pedido. Em 18 de julho de 1923, foi reincluído no estado efetivo desta corporação, para servir por mais dois anos, como guarda de terceira classe (de número 33). Sua exclusão definitiva só saiu em março de 1925.⁴⁹

Nas circunstâncias narradas acima, o Roteiro Policial, no Capítulo IX, art. 44, § VI, VII, e VII (1917, p. 16 e 17), respectivamente, orientava os oficiais de justiça e outros agentes da policia a: empregar o grau de força necessário para efetuar a prisão, se o intimado o não obedecesse e procurasse evadise; se tomar ao preso qualquer arma encontrada em seu poder, e a fazer presente a autoridade que ordenou a prisão, e usar das armas que forem necessárias para a sua defesa, se o intimado a prisão resistir armado; no entanto, segundo Nicolau T. das Neves, no momento que viu Sady ferido sob o calçamento, não havia arma nenhuma com ele. Já no momento da prisão do guarda 33, este se encontrava com seu cassetete à mão, mas ouvira dizer que o aludido cassetete fora antes do crime arrebatado das mãos do denunciado pelo estudante e seus colegas.

Vale resaltar que ambas os testemunhos elencadas há pouco foram usadas pela defesa do acusado para tentar, em 1925, a nulidade do processo, para só assim, ser “processado na forma legal e julgado por juiz competente”. Portanto, a análise das fontes em questão requer atenção, pois elas foram usadas para reforçar os argumentos da defesa em favor do guarda 33. Segundo a primeira testemunha, o guarda 33, ao tentar efetuar a prisão do estudante Sady, havia sido agredido e teve seu cassetete tomado de suas mãos pelo próprio Sady que, em seguida, passou para as mãos dos demais estudantes. Já a segunda testemunha reforça essa

49

Fonte: Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil. Processo 16.037. Recurso de Habeas-Corpus\18 de julho de 1925. Titulo de Eleito de Antonio Carlo de Menezes. **Imagem Anexa 13. Referência.**

afirmação, acrescentando os bons antecedentes do guarda 33, bem como coloca em dúvidas quaisquer desavenças anteriores entre eles. O fato de o guarda 41 afirmar que, no momento em que efetuou a prisão do acusado, o mesmo estava de posse da referida arma, bem como não ter ele encontrado arma nenhuma junto ao moribundo Sady, não necessariamente desqualifica a primeira testemunha, pois o mesmo ouviu dizer por terceiros, que antes, a referida arma (cassetete) havia sido tomada das mãos do guarda 33 pelos estudantes. Por outras razões que desconheço as demais testemunhas não aparecem nas peças jurídicas encontradas.

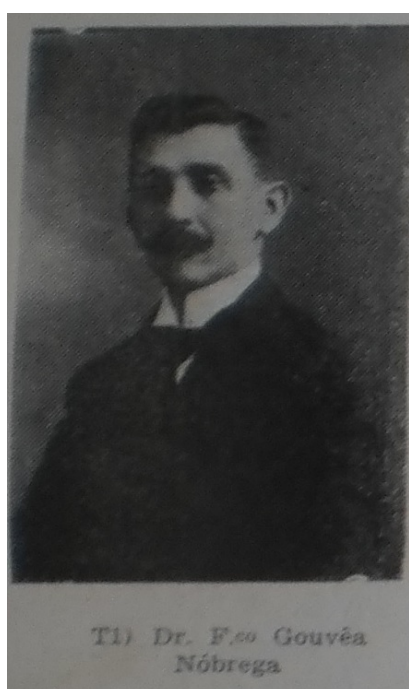


Figura 2. Fonte: NOBREGA, Trajano Pires da. *A Família Nóbrega*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1956, p. 152.

Assim, enquanto o guarda era conduzido preso, o estudante Sady Castor achava-se caído no chão, agonizando em sangue, rolando no chão, “nas convulsões terríveis dos últimos momentos de vida”. A notícia de que um estudante havia sido baleado se espalhou com rapidez, provocando uma aglomeração não só de amigos da vítima, mas também de professores, alunos de outras escolas e curiosos nas proximidades do Jardim Público, causando, inclusive, momentos de pânico à saída das aulas da Escola Normal. Ágaba, ao saber acerca de quem se tratava, passa mal e desmaia nos braços de suas amigas ainda no interior da Escola (VASCONCELOS, 2009, p. 66.)

Socorrido rapidamente por amigos e professores do Lyceu, o rapaz foi levado no automóvel do 22 BC - Batalhão de Caçadores - até a residência do então Juiz Federal, Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega, residente na Av. General Osório.

O Dr. Francisco de Gouveia Nóbrega, nascido em S. Brás, Município de Soledade, no dia 18.06.1865, era o parente mais próximo da família Castor residente na Capital. Proeminente bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, em 1892, atuou como advogado e promotor público, até ser eleito deputado para a Assembleia Legislativa do Estado, na terceira Legislatura, de 1896 a 1899. Em seguida, ocupou o cargo de fiscal do Governo Federal junto ao Liceu Parahybano. Na época do crime, era juiz substituto na Parahyba, cargo que exerceu durante 29 anos. Pai de Silvino Carneiro da Cunha Nóbrega, Dr. Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega, Maria da Piedade Nóbrega de Andrade, Francisco Carneiro da Cunha Nóbrega, Dr.

Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, Dr. Genard Carneiro da Cunha Nóbrega, Dr. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, Dr. Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega estes últimos muito próximos de Sady (NÓBREGA 1956 p.150). Na verdade, o Dr. Gouveia era cunhado do Coronel Carlos Castor, Tio de Sady Castor. Segundo Inocêncio Nóbrega (1974, p. 72), o Dr. Carlos Castor era cassado com Francisca Nóbrega, então Irmã do Dr. Francisco Gouveia e foi, propriamente, o primeiro prefeito de Soledade, iniciando sua administração em 1895, após sua vinda do Amazonas, ficando no cargo até 1905.

O trajeto até a casa do Dr. Gouveia era rápido, ainda mais feito de carro até a Av. General Osório, alguns quarteirões por trás do Palácio do Governo. Chegando lá, rapidamente, recebeu as primeiras assistências dos médicos Adhemar Londres e Newton de Lacerda. Apesar dos esforços destes, Sady veio a falecer por volta das 16 horas, logo após receber os últimos sacramentos ministrados pelo Padre José Coutinho⁵⁰. Menos de 45 minutos depois da morte de Sady os estudantes “saíram em massa pelas ruas da cidade em protestos veementes contra tão horripilante cena de barbaridade”. (VASCONCELOS, 2009, p79). Segundo Menezes (Apud NÓBREGA, 1950 p. 158 a 160), “mal acabava de falecer o estudante Sady [...] uma revolta coletiva dominou a fisionomia da gloriosa Filipéia de Nossa Senhora das Neves; os colegas do morto apedrejaram sem reação, o edifício da guarda civil”, uma prévia do que viria acontecer no dia seguinte.

Em sinal de luto, os liceanos solicitaram aos representantes da família de Sady na Capital, o Dr. Francisco Gouveia Nóbrega, para que seu corpo fosse velado no salão nobre do Lyceu, em "câmara ardente" durante toda noite. O velório de Sady foi um dos raros momentos em que o salão nobre do Lyceu serviu para este fim, ficando lotado. Na ocasião, contaram com a presença de amigos, alunos de outras escolas, professores, jornalistas, familiares e “expoente da sociedade parahybana”, que se revezaram em discursos inflamados, gerando grande comoção. Ao mesmo tempo em que o corpo era velado, uma comissão de estudantes visitava a sede do jornal *A União*, a fim de que se fizesse público o convite ao sepultamento na manhã do dia seguinte⁵¹.

O corpo foi velado por toda a noite de sábado e madrugada de domingo, coberto de flores, entre quatro círios e coroas que chegavam a toda hora, com mensagem “lembranças dos alunos do Lyceu Parahybano: Homenagem do Corpo Docente do Lyceu Parahybano; Ao Sady Castor, lembranças da Diretoria do Lyceu Parahybano”, além de inúmeras outras coroas

50 Fonte: Jornal *A União* 25/09/1923. Imagem Anexa 14. Referência: Dscn 5588.

51 Fonte: Jornal *A União* 24/09/1923. Imagem Anexa 15. Referência: DSN5590.

de flores e ramalhetes, enviados aos colegas do morto de vários cantos da Cidade. Durante a madrugada, ainda era considerável o número de pessoas presentes, ficando uma grande quantidade de alunos ao lado do caixão por toda a madrugada⁵².

No dia seguinte, domingo, 23 de setembro, por voltas das 08h00min da manhã, o cortejo saiu da porta do Lyceu em direção ao Cemitério Senhor da Boa Sentença, sendo presenciado por uma multidão de pessoas, acompanhada pela banda de música do exército que executou as marchas do estilo⁵³. Entre as pessoas ali presentes, o repórter do jornal *Correio da Manhã* registra os nomes do Sr. Severino de Lucena, oficial do gabinete da Presidência do Estado, representando o presidente Sólton de Lucena (que se encontrava adoentado), autoridades e funcionários públicos, professores e alunos de várias escolas, oficiais do exército, advogados, médicos, negociantes, operários, sacerdotes e muitas crianças⁵⁴. A comoção tomou conta de todos os presentes. Acompanhando o cortejo, a banda de música do 22 BC - Batalhão de Caçadores - tocou várias marchas fúnebres.

O cortejo desceu pela Rua da República, passando pela Praça Venâncio Neiva. Não só nesse logradouro como em todo o percurso, viam-se vários grupos de famílias, que aguardavam o préstito repleto de pessoas em todas as janelas e portas. Segundo o repórter do jornal *O Norte*, Gabriel de Oliveira, o enterro de Sady foi um dos maiores acontecimentos do tipo já visto pela Cidade, só equiparado ao de Dom Ulrico Sonntag⁵⁵. O Dr. Lindolpho Correia, diretor do Lyceu Parahybano, recebia copiosos votos de pesar, entre os quais os de Srs. Drs. Baete Neves, encarregada do Serviço de Esgoto desta Capital e Octávio Rocha, da Profilaxia Rural. Após os discursos e aplausos, a encomendação do corpo e bênção do túmulo foram feitas pelo Reverendo Monsenhor Odilon Coitinho, auxiliado pelo cônego Pedro Anysio. O Cemitério se tornou intransitável⁵⁶.

No cemitério, ao baixar o corpo à sepultura, falou em nome do corpo discente o estudante César de Oliveira Lima e, em seguida, o professor Miguel Santa Cruz, em nome do corpo docente do Lyceu, seguindo pelo Coronel José Peregrino de Medeiros (pai de Ágaba), pela loja maçônica – Regeneração do Norte. Todos os oradores estavam sensivelmente

52 Fonte: Jornal *A Tarde*, 24 de setembro de 1923 [s/n]: ESTUDANTES QUE PASSARAM A NOITE VELANDO O CADAVER. **Imagem Anexa 16. Referência. PTDC0091.**

53 Fonte: Jornal *A tarde*, 24 de setembro de 1923 [s/n]: DA ENORME MULTIDÃO QUE ACOMPANHOU, DESTACAMOS OS SEGUINTE. **Imagens Anexas 16 E 17, 18. Ref.PTDC0091/PTDC0088.**

54 Fonte: Jornal *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1923 [s/n]. **Imagem Anexa 20. Ref: PTDC0042.** \ Fonte: Jornal *O NORTE*, 25 de setembro de 1923. [s/n]. **Imagem Anexa 21. Ref: PTDC0035.**

55 Dom Ulrico foi frei beneditino Dom Ulrico Sonntag, faleceu em 18 de maio de 1912 numa pequena cela do Mosteiro de São Bento. Era descrito como uma pessoa bem popular e que transmitia muita simpatia.

56 Fonte: Jornal *O Norte*, 25 de setembro de 1923. [s/n]. **Imagem Anexa 21. Ref: PTDC0035.**

comovidos⁵⁷. Daí em diante, o luto dos estudantes contou com o apoio da oposição àquele Governo, principalmente, por seu órgão de imprensa, o jornal *A Tarde*, que transformou uma revolta estudantil numa plataforma política contra o poder constituído. Segundo Mello (1976, p. 50), o caso Sady e Ágaba foi um dos dois acontecimentos que mais perturbaram a administração do governo epítacista de Solon de Lucena. A outra havia sido a suspensão, pelo Governo Bernardes, das obras contras as secas, o que resultou em greves de cerca de 4.000 mil operários naquele mesmo ano.

De certo modo, ambos os acontecimentos estão ligados indiretamente. Àquela altura, os ânimos políticos já estavam bastante exacerbados e qualquer acontecimento que envolvesse a administração epítacista podia e era usado como pretexto para uma crítica política mais contundente aos situacionistas. No capítulo seguinte e, mais detalhadamente no capítulo 7, entrarei em detalhes sobre a origem dessas rivalidades. Antes é preciso conhecer um pouco mais sobre a Parahyba do Norte e a cidade de Parahyba de 1923, a política oligárquica que dominou toda a Primeira República, sua incipiente remodelação ao estilo *belle époque* e suas transformações sociais e institucionais.

4 A PARAÍBA DE 1923: HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE.

A Paraíba, um dos primeiros territórios a serem ocupados pelos colonizadores portugueses, foi anexado em 1534 à Capitania de Itamaracá. Ia da foz do Rio Santa Cruz, hoje Igarauçu, até a Baía da Traição. Cobria, assim, todo o território do atual Estado da Paraíba. Essa capitania foi doada a Pero Lopes de Sousa. Com sua morte, os franceses e potiguares tinham multiplicado sua ação de domínio, inclusive com audacioso avanço ao engenho

57 Fonte: Jornal *Correia da Manhã*, 25 de setembro de 1923 [s/n] – A IMPRESSIONANTE TRAGÉDIA DE SABADO: OS FUNERAIS DO ESTUDANTE CASTOR. AS DEMONSTRAÇÕES DE PESAR DA CIDADE. DISCUSOS E NOTAS. *Imagens Anexas 22 e 23. Ref. PTDC0042/PTDC0044.*

Tracunhaém⁵⁸. O rei de Portugal, D. Sebastião, assombrado com os acontecimentos e para assegurar a tranquilidade dos habitantes de Itamaracá e Olinda, resolveu criar a Capitania Real da Parahyba, em 1574, compreendendo parte das terras da capitania de Itamaracá. Durante a Colônia, sua importância servia para garantir a segurança política e econômica das capitanias mais ricas, mas foi só no século XVII, no apogeu da produção açucareira e da pecuária (e o algodão entre o século XIX e XX), que a região passou a ter destaque no cenário nacional.(FREIRE, 1974).

A futura cidade de Parahyba, hoje chamada de João Pessoa, foi fundada em 5 de agosto de 1585, com o nome de Nossa Senhora das Neves. Durante esse tempo, recebeu uma variedade de denominações, tais como: Cidade de Nossa Senhora das Neves, em 1589, Cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1600, em homenagem ao rei Felipe da Espanha. Logo após a sua conquista pelos Países Baixos, a cidade passou a se chamar Frederikstad, a partir de 1635. Depois do declínio da Nova Holanda e com a saída dos neerlandeses, a Cidade retoma o nome de Cidade de Nossa Senhora das Neves, de 1655 até 1817, quando passou a se chamar Cidade da Parahyba. Segundo alguns historiadores paraibanos, a localidade já nasceu cidade, sem nunca ter passado pela designação de vila, povoado ou aldeia, visto que foi fundada pela Cúpula da Fazenda Real, uma Capitania da Coroa. Chamou-se Capitania da Coroa porque foi conquistada com dinheiro e soldados do Estado independente e administrada por governadores nomeados pelo Rei. Entre as cidades brasileiras, é a terceira capital mais antiga do Brasil e também a penúltima a ser fundada na Colônia no século XVI e adentra o período ainda com uma pequena população, de pouco mais de 3.000 mil moradores, em 1808, passando para aproximadamente 52.900 mil, em 1920. (ALMANAQUE, 1922, p38).

Apesar do fascínio pela História paraibana do período colonial e monárquico, é o primeiro período republicano que mais interessa contar (1889-1930), essencial para se poder compreender os significados políticos do caso Sady e Ágaba em meio às tensões faccionais da década de 1920. Neste capítulo, a intenção é não só contextualizar o nascedouro das ricas faccionais, mas, principalmente, ambientar o enredo do caso Sady e Ágaba, desde uma visão panorâmica das configurações políticas ao longo da Primeira República, a luz das transformações sociais trazidas pela Modernidade.

58 O ataque ao engenho Tracunhaém, também conhecido como tragédia de Tracunhaém ou chacina de Tracunhaém foi um ataque de índios potiguaras dirigidos ao Engenho Tracunhaém, próximo a Goiana, Pernambuco, ocorrido em 1534. Neste ataque, toda a população colonizadora da região foi dizimada. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_ao_engenho_Tracunha%C3%A9m

Segundo Carvalho (2013), do ponto de vista da representação política, a República não significou grande mudança. Ela introduziu a Federação, de acordo com o modelo dos Estados Unidos, em vez do centralismo monárquico do Império. Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo do povo via eleição de presidentes de Estado e prefeitos; contudo, a descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais que, quando vitoriosos, monopolizavam o controle político e econômico, tecendo uma teia de alianças e rivalidades que se estendia do poder local até instâncias políticas e burocráticas dos estados e da União. Durante a maioria desse período, o poder passou a ser controlado por uma aliança entre as oligarquias paulista e mineira, que se expressava no revezamento de representantes desses dois estados na Presidência da República. Com isso, esse período ficou conhecido como a “República dos coronéis”, ou “política dos governadores”. (FAUSTO, 2013).

Na Parahyba, assim como no resto do País, durante a Primeira República (1891 a 1930), o poder passou a ser exercido pelos coronéis e suas oligarquias⁵⁹ (GURJÃO, 1999 p. 53 a 95). Os “novos donos do poder”, passaram a governar a nação com base na dominação da política de seu estado, exercendo uma prática política personalista e patrimonialista (FAORO, 2001). Segundo Linda Lewin (1993, p.73), o Estado da Parahyba do Norte passou por três oligarquias: o “venancismo”, comandado por Venâncio Neiva⁶⁰ (juntamente com Epitácio Pessoa⁶¹), primeiro governador republicano do estado, no período de 16 de

59 Em sua configuração original, a palavra oligarquia indica o “governo” (archein) “de poucos” (oligos). Contudo, o pensamento político ligado à oligarquia não esteve rigidamente submetido a essa única forma de compreensão. Na Grécia Antiga, a expressão oligarquia era negativamente empregada para se fazer referência a todo o regime que fosse comandado por pessoas com alto poder aquisitivo. Desta forma, os governos oligárquicos foram confundidos com o governo das elites econômicas. Apesar dessa acepção, o termo oligarquia poder ser muito bem empregado em outras situações políticas. Quando observamos, por exemplo, que um mesmo partido político ocupa os mais altos escalões de um governo, podemos identificar o desenvolvimento de uma oligarquia. Em geral, a presença das práticas oligárquicas impede que amplas parcelas da população participem do debate político. Dessa forma, podemos ver que a oligarquia diverge do atual sentido dedicado à democracia. Na História do Brasil, o termo oligarquia é costumeiramente empregado para se fazer menção às primeiras décadas do seu regime republicano. Em tal período, compreendido entre 1894 e 1930, os grandes proprietários de terra utilizavam de sua influência política e econômica para determinar os destinos da nação. Apesar da presença de um sistema representativo, a troca de favores, a corrupção do processo eleitoral e outros métodos coercitivos impediam a ascensão de outros grupos políticos.

60 Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, foi Juiz de Direito e o primeiro governador republicano da Paraíba, além de responsável pela instalação oficial do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Parahyba do Norte. Tinha cerca de 40 anos quando se proclamou a República no Brasil. Antes e depois de exercer o cargo de presidente estadual, foi por cerca de 30 anos juiz (imperial) municipal e juiz de Direito, além de juiz federal na antiga Província e no Estado. Entre 1877 e 1895, atuou como juiz municipal e juiz de Direito (havia a distinção). Foi juiz federal de 1899 a 1915. Faleceu no Rio de Janeiro a 17 de fevereiro de 1939, deixando vasta descendência. Fonte: <http://memorialvirtual.tjpb.jus.br/textos/personagens/personagens-venancio-neiva/>

61 Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro (PB), em 1865. Aos sete anos de idade perdeu os pais, tendo sua criação ficado aos cuidados de seu tio Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, presidente da província de Pernambuco no Império e ministro da Fazenda do governo republicano de Deodoro da Fonseca. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1886. Participou da elaboração da Constituição de 1891 como deputado eleito por seu estado natal. Em 1894, já no governo de Floriano Peixoto, teve a sua reeleição à Câmara impugnada devido à sua oposição ao governo federal. Em 1898, assumiu o Ministério da Justiça do governo Campos Sales, permanecendo no cargo até 1901. No ano seguinte, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), posto que exerceu até 1912, quando se aposentou por conselho médico. Mesmo assim, nesse mesmo ano, elegeu-se senador pela Paraíba. No Senado teve atuação destacada, ao mesmo tempo que consolidava a sua liderança sobre a política paraibana. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, chefou a delegação brasileira na Conferência de Paz realizada em Versalhes, na França. Desempenhava essa função quando, em janeiro de 1919, morreu Rodrigues Alves, presidente da República recém-eleito e que não havia ainda tomado posse. O vice-

novembro de 1889 a 27 de novembro de 1891. Estes tiveram vida curta. Quando o Governo do Marechal Deodoro da Fonseca⁶² foi derrubado por Floriano Peixoto⁶³, também é dissolvida a primeira junta governativa estadual (Neiva - Pessoa), e em seu lugar é endossada uma nova, cujo grupo político daria origem à oligarquia “Machado – Leal” ou simplesmente “alvarista”, na figura de seus principais líderes, Álvaro Machado e o Padre Walfredo Leal⁶⁴.

Empossado presidente da Paraíba, em 23 de fevereiro de 1892, e fundador do Partido Republicano Conservador – PRC – da Paraíba, ambos comandaram a política do Estado, se revezando no poder até o ano de 1912. Durante esse período, os venancistas fizeram oposição ao alvarismo, fundando o Partido Autonomista, com sólido apoio de Epitácio Pessoa. Segundo Ferreira (1993, p.101), em razão da característica personalista da representação política desse período, mesmo com a existência de partidos em oposição, no caso o Republicano, de Álvaro Machado, e o Autonomista, de Venâncio Neiva, não havia programas

presidente eleito Delfim Moreira assumiu e, após curto período no exercício do cargo, convocou novas eleições. O nome de Epitácio, lançado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), surgiu, então, como alternativa capaz de manter a unidade dos setores políticos situacionistas. Mesmo permanecendo ausente do Brasil durante toda a campanha, devido à sua atuação na Conferência de Paz, Epitácio venceu o candidato da oposição Rui Barbosa no pleito realizado em abril de 1919 e retornou ao Brasil em julho para assumir a presidência da República. Seu governo foi bastante conturbado. Grandes greves operárias que já vinham sendo deflagradas desde 1917, foram duramente reprimidas, com grande parte de seus líderes sendo presos ou deportados. Além disso, sua passagem pela presidência foi marcada pela animosidade na relação entre governo e militares, iniciada quando nomeou dois civis para dirigir as pastas da Guerra e da Marinha, respectivamente Pandiá Calógeras e Raul Soares de Moura. A tensão nos meios militares atingiu proporções maiores durante a disputa pela sua sucessão, que opôs a candidatura situacionista do mineiro Artur Bernardes à do fluminense Nilo Peçanha, lançada pela Reação Republicana, chapa de oposição que contou com o apoio de importantes setores militares. A publicação, pela imprensa, de cartas forjadas atribuídas a Bernardes com referências depreciativas às Forças Armadas e ao presidente do Clube Militar, o ex-presidente Hermes da Fonseca, bem como a utilização de tropas do Exército por Epitácio para intervir nas eleições pernambucanas, contribuíram ainda mais para exaltar os ânimos entre os militares, principalmente entre os jovens oficiais, os tenentes. A vitória de Bernardes no pleito realizado em março de 1922 acabaria sendo questionada por tais grupos e, na sequência dos fatos, Epitácio ordenou a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Em reação a essas medidas, foram deflagrados levantes militares no Rio de Janeiro e no Mato Grosso no mês de julho, dando início ao que ficaria conhecido como movimento tenentista. Epitácio Pessoa decretou o estado de sítio e, após controlar os focos rebeldes, passou a presidência a Artur Bernardes. No ano seguinte, a convite da Liga das Nações, assumiu o posto que Rui Barbosa havia ocupado na Corte Internacional de Justiça de Haia, deixado vago com a sua morte naquele ano. A partir de 1924, passou a acumular esse cargo com o de senador, para o qual foi novamente eleito pelo estado da Paraíba. Em 1930, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República na chapa da Aliança Liberal, que tinha como vice o seu sobrinho João Pessoa, também paraibano. Após a derrota da Aliança Liberal, participou de forma discreta das articulações do movimento político-militar que depôs o presidente Washington Luís no mês de outubro, desaprovando, contudo, a participação no movimento dos tenentes que o haviam combatido quando exercera a presidência da República. Empossado o novo governo, foi convidado pelo presidente Vargas a ocupar o posto de embaixador brasileiro nos Estados Unidos, recusando, porém, a indicação. Retirou-se, a seguir, da vida pública. Morreu em Petrópolis (RJ), em 1942. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

62 Manuel Deodoro da Fonseca (Cidade de Alagoas, 5 de agosto de 1827 — Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1892) foi um militar e político brasileiro, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil. O Governo Deodoro foi marcado pelo esforço da implantação de um regime de Estado Republicano, mas foi caracterizado, entretanto, por grande instabilidade política e também econômica, devido às tentativas de centralização do poder, da movimentação de opositores da queda do Império, e por parte de outros setores das Forças Armadas descontentes com a situação política republicana. A crise teve seu ápice no fechamento do "Congresso Nacional do Brasil", o que mais tarde acabou levando à renúncia de Deodoro da Fonseca.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Marechal_Deodoro_da_Fonseca

63 Floriano Vieira Peixoto (Maceió, Alagoas, 30 de abril de 1839 — Barra Mansa, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1895) foi um militar e político brasileiro. Primeiro vice-presidente e segundo presidente do Brasil, presidiu o Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, no período da República Velha. Foi denominado "Marechal de Ferro" e "Consolidador da República". Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Floriano_Peixoto

64 Walfredo Soares dos Santos Leal (Areia, 21 de fevereiro de 1855 — João Pessoa, 30 de junho de 1942) foi um sacerdote da igreja católica e político brasileiro. Era filho de Matias Soares Cavalcanti e Maria dos Santos Leal. Começou seus estudos na Paraíba e, em seguida, ingressou na vida religiosa. Foi ordenado padre em Roma e, de volta ao Brasil, foi designado vigário de Guarabira. Devido ao cargo religioso, monsenhor Walfredo Leal teve forte influência no brejo e litoral da Paraíba, chegando a ser eleito deputado constituinte estadual em 1892. Em seguida foi eleito vice-presidente de estado, nos períodos 1893 - 1893, 1894 - 1894, 1896 - 1896 e 1905 - 1908, chegando a governar o estado em várias ocasiões. Foi eleito deputado federal em 1901. Em 1908 foi eleito senador, ficando no cargo até 1917. Nos períodos de 1922 a 1923, 1924 a 1926 e 1928 a 1930, exerceu o mandato de deputado estadual. Depois da revolução de 1930, afastou-se da vida pública. Era tio do ministro José Américo de Almeida, principal advogado do réu, Antonio Carlos Milanez, mais conhecido como Guarda 33.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Walfredo_Soares_dos_Santos_Leal.

ou clivagens ideológicas que diferenciasssem um partido do outro. Ser oposição significava apenas que estava fora do poder, procurando formas de alcançá-lo.

E, por fim, a terceira oligarquia, foi o epitacismo (antigos venancistas e epitacistas), na figura do ex-presidente da República Eptácio Pessoa, quando assumiu o controle do Partido Republicano Conservador - PRC, em 1912, comandando assim os rumos da política até 1930. O revés político se deu diante da “conjuntura” política do governo de Hermes da Fonseca, favoráveis a Eptácio Pessoa e, por consequência da morte de Álvaro Machado, obrigando Walfredo Leal a entrar em acordo com os venancistas e epitacista, cedendo gradativamente, o ponto de dividirem a liderança do PRC. Nesse ponto, o governo Castro Pinto (1912 – 1915) foi um divisor de águas, na medida em este que tentou conciliar interesse mútuo. Nas eleições de 1915, no entanto, o acordo se tornou insustentável, eclodindo o rompimento definitivo entre as duas facções, reconfigurando o cenário político parahybano, com os epitacistas (PRC-P) vitoriosos e o alvarista - walfredistas (PRC), com um único deputado eleito (Semeão Leal – primo de Walfredo), pelo “Partido Autonomista”. (LEWIN, 1993).

O período seguinte (1916 a 1930) testemunhou a ascensão e declínio políticos do grupo ligado a Eptácio Pessoa. O auge da oligarquia epitacista situou-se dos anos de 1919 a 1922, quando Eptácio Pessoa chega à Presidência da República, posto que lhe permitiu desenvolver uma ampla política de infraestrutura e favorecimento da economia algodoeira e de combate às secas no Nordeste, injetando no Estado uma grande quantidade de verbas através da IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.⁶⁵ As obras de serviram, também, para beneficiar e cooptar as oligarquias locais, consolidando seu total controle da política estadual. (LEWIN, 1993). Na transição presidencial de 1922 (a saída de Eptácio Pessoa e a entrada de Arthur Bernardes), o País entra em ebulição (político, social e cultural), cujas consequências abriam as portas para a revolução de 1930. Na Parahyba, o assassinato de João Pessoa, por João Duarte Dantas, foi estopim que deflagrou o golpe que derrubou Arthur Bernardes e instaurou o governo getulista por longos quinze anos. Sobre as ebulições de 1922, entrarei em detalhes do capítulo 7, pois diz respeito, mais especificamente, a detalhes da política local que mais se relacionam aos acontecimentos de 22 de setembro de 1923.

Nesse contexto, se por um lado a República não trouxe grandes mudanças políticas, por outro, aportou germes de futuras transformações que afetaram irreparavelmente a

65 Dentre os órgãos regionais, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4229, de 01/06/1963.

economia, a política, as instituições e a própria sociedade como um todo. Entre as principais preocupações dos governantes estava a transformação urbanística das principais cidades. As chagas da sociedade escravista deviam ser cobertas pelas luzes da *Belle Époque* (1899-1922). Esse projeto civilizador, inspirado no modelo parisiense, influenciava a todos e impingia um estilo afrancesado de ser como um ideal a ser buscado. Esse processo se iniciou nos primeiros anos do século XX e se estendeu ao longo da década de 1920, quando foram finalmente executados os serviços de saneamento da Cidade, há muito tempo esperado, e a implementação do sistema de abastecimento de água, projetos elaborados pelo escritório de Saturnino de Brito (CHAGAS, 2004).

Por esse período, a cidade de Parahyba passava a ser considerada de médio porte e começava a respirar os ares da modernidade. Apesar das transformações na paisagem urbana estarem diretamente relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico e industrial em torno da agricultura (principalmente do algodão, pois o Estado era o principal produtor no Brasil à época), o surto de urbanização não acompanhou o processo de industrialização. Segundo Joffily (1980, p. 16), na Capital paraibana, havia apenas uma indústria embrionária que se confundia em muitos aspectos com artesanato em média escala, com cerca de 4.000 operários pouco organizados. Segundo Gurjão (1994, p. 66) “(...) , apesar do movimento operário estar relativamente organizado, este teve sua fragilidade determinada, principalmente, pela estrutura agrária, em suas relações sociais de dominação, de onde provém a absoluta maioria do operariado industrial da Parahyba”, no período da Primeira República.

Antes do surto urbanístico, a topografia da Cidade era como as demais capitais menores do Império: um aglomerado urbano, dos mais pobres e atrasados. Caracterizava-se pela existência de duas áreas: uma baixa e outra alta. Na parte baixa, encontravam-se o porto e as casas comerciais, constituindo-se no núcleo início da Cidade. A parte alta era onde residia a pequena elite urbana, tendo em suas adjacências – periferia – os demais moradores residindo em casebres sem qualquer serviço de infraestrutura ou de saneamento. (CHAGAS, 2004)

Na Parahyba, o auge dessas transformações urbanísticas foi realizado entre os governos de Camilo de Holanda (1916-1920), mais principalmente, no governo de Sólon de Lucena (1920-1924). (CHAGAS, 2004). Sua época de governo é assinalada por muitas transformações de valores políticos-culturais. Os quatro anos em que esteve no governo, como chefe político local, se portou com extremo cuidado, pautando seus atos dentro de “retilínea” conduta político-administrativa, respeitando acima de tudo a autoridade do chefe

político da região, Epitácio Pessoa. Na sua administração, as ideias sanitaristas e de salubridade por que estava passando o Brasil, se tornaram mais presentes. Na gestão do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924), um médico assume a frente destas reformulações, privilegiando a preocupação constante em dotar a Cidade de um aspecto limpo e aberta a novos espaços, dando um significativo impulso no remodelamento e no embelezamento da Cidade, engendrando noções de modernidade e, por conseguinte, de ordenamento urbano (CHAGAS, 2004).

Trabalhos como os de Barros (1972), Bresciani (1985), Herschmam e Pereira (1994), De Lorenzo e Costa (1997), dentre tantos outros, também evidenciam que a década de 1920 foi um período de grande mobilização em defesa da modernidade e da modernização das cidades brasileiras; entretanto, a intensidade e os ritmos conferidos a esse processo de modernização variam de acordo com as especificidades regionais e, até mesmo, as especificidades inerentes a cada uma das capitais brasileiras, principalmente quanto aos aspectos culturais e às mudanças nos comportamentos sociais.

Assim como aconteceu com na maioria das cidades brasileiras, na Parahyba, em particular, a nova paisagem urbana passa a ser mais atrativa, tanto pelo convívio social, na condição de uma capital de menor porte, como pelos empregos (em razão de programas governamentais de desenvolvimento da “indústria da seca”), cada vez mais povoada por populações novas e heterogêneas, composta de imigrantes, de egressos da escravidão e de representantes das elites que se mudavam do campo para as cidades. Eram estes últimos que exerciam as atividades e cargos de representação política, jurídica ou comercial, mas que tinham sua base de renda (dominação) nas fazendas ou nos engenhos, assentados na estrutura coronelística (CHAGAS, 2004).

Quando os serviços de infraestrutura começaram por volta da primeira década do século XX, foram atendidas, prioritariamente, as áreas mais nobres da Cidade. A iluminação pública, por exemplo, que durante o século XIX era feita com lampiões alimentados pelo azeite da mamona e que eram desligados nas noites de lua cheia, tomam outro rumo com a chegada da energia elétrica. A concessão é de 1906, contudo os primeiros postes só vão ser instalados no ano de 1912, passando por uma ampliação no ano de 1915. Mesmo assim, boa parte da população que presenciou o processo não usufruiu dessa grande novidade. Os grandes beneficiados eram os moradores da área central da Cidade, não por coincidência, a parte ocupada pela elite. Essa mesma lógica é estendida para outros serviços modernizantes como: a água encanada (1912), o telefone (1912), o bonde elétrico (1912) (CHAGAS, 2004).

Foi, porém, na década seguinte que o "maquiamento" urbano na face rural da cidade foi mais marcante, dando os rumos da expansão e modernização dos espaços urbanos nela presente. Entre as principais, situa-se, a modernização do sistema de esgoto (1923); a tentativa de construção do "porto do Capim (1920)⁶⁶; aberturas de avenidas (1920)⁶⁷; construção da Praça da Independência (1922)⁶⁸; da Praça Vidal de Negreiros ⁶⁹; do parque Sólon de Lucena (1922)⁷⁰; Parque Arruda Câmara 1922)⁷¹; Construção do Pronto Socorro e Policlínica Infantil, entre outras. Tais transformações, no entanto, novamente beneficiavam, principalmente, as áreas nobres da Cidade (a cidade Alta), onde moravam cerca de 200 famílias que se alternavam no poder político sob o comando do Epitacismo e se estendiam aos demais segmentos da vida social: A união dos Moços Católicos, a Maçonaria, o Clube dos Diários, o Clube Astréia, O Sport Club Cabo Branco e o "América", "este sem rival no futebol" (KOURY, 2008), além da Associação Comercial, representando mais de uma dezena de firmas associadas. Enquanto isso, a maioria das famílias vivia em casebres e palhoças sem água e sem luz elétrica ou qualquer outros serviços de infraestrutura (JOFFILY, 1980, p. 16).

Em detrimento, a cidade crescia seguindo o ritmo de outras do Nordeste e do País. A Cidade passa a ser mais espaçosa no Centro, com suas praças comerciais, largas avenidas, luz elétrica, ruas saneadas, bondes, escolas e prédios suntuosos, além de jardins, praças e coretos,

66 Fonte: <http://www.joaopessoahistorica.com/2011/05/porto-do-varadouro-porto-do-capim.html>

67 No governo de João Machado, entre os anos de 1908 e 1912, ocorreu a abertura da avenida João Machado, o calçamento de ruas nos bairros de Trincadeiras e Tambiá e melhoramentos na ferrovia que seguia em direção à praia de Tambaú, começando a atrair a população em direção ao litoral. No governo de Camilo de Holanda (1916-1920) a Paraíba atravessou uma fase de pleno desenvolvimento. A abertura da Avenida Epitácio Pessoa foi iniciada e as duas vertentes de crescimento da cidade – Trincadeiras e Tambiá – se tornaram mais próximas através da abertura da Avenida Maximiano de Figueiredo. Outras praças foram modernizadas: Venâncio Neiva, Aristides Lobo, Pedro Américo e a Praça do Conselheiro Henriques, atual Praça D. Aduato. Também foram abertas muitas ruas e praças, exigindo por vezes a demolição de edifícios centenários, entre estes diversas igrejas setecentistas. A abertura da Praça Vital de Negreiros fez desaparecer a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. A Igreja da Mãe dos Homens, no bairro de Tambiá, foi demolida para o alargamento da Rua Monsenhor Walfredo Leal e implantação da Praça Antônio Pessoa. Fonte: http://www.memoriajoapessoa.com.br/formacao/06_seculo_xx/

68 Em 1922, foi construída e inaugurada a Praça da Independência, em comemoração ao centenário daquele fato histórico. Esta praça foi mais um elemento a atrair a população em sentido oposto ao núcleo antigo da cidade. Marca o avanço da cidade em direção à orla marítima. Fonte: http://www.memoriajoapessoa.com.br/formacao/06_seculo_xx/

69 A abertura da Praça Vital de Negreiros fez desaparecer a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

70 No início do século XX, era conhecido como Lagoa dos Irerês (CPCH, 1999) em virtude do grande número de marrecos que havia nadando em suas águas (Cabral, 1998c). Nesta época, a lagoa era parte de um sítio pertencente aos jesuítas (Rodríguez, 1992). No mesmo local funcionou, posteriormente, o Engenho da Lagoa (Cabral, 1998c).

Na administração do governador Sólon de Lucena e do prefeito Walfredo Guedes Pereira, por volta de 1922 (Rodríguez, 1992), a velha lagoa foi, finalmente, transformada em parque público. Daí surgiu a denominação Parque Solon de Lucena, em homenagem ao governador da época (Cabral, 1998c).Fonte: http://www.memoriajoapessoa.com.br/formacao/06_seculo_xx/

71 O Parque Zoobotânico Arruda Câmara é um jardim Zoobotânico localizado em João Pessoa, Paraíba. Com área de 26,8 hectares, o parque é tombado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) desde 26 de agosto de 1980. Em 2 de março de 1782, a Provedoria da Fazenda autorizava a edificação de uma fonte no pequeno bosque de onde fluía o córrego. Já em 1831, foram expandidos os limites do sítio, concretizando-se sua construção definitivamente em 1889. Nessa época, o parque apresentava área de 43 hectares, a qual foi desapropriada pelo prefeito Walfredo Guedes Pereira, entre 1920–1924, e batizada com o nome do renomado botânico paraibano da cidade de Pombal, Manuel Arruda Câmara. A lenda indígena sobre o parque trata do amor entre dois jovens de duas tribos rivais: a índia Aipó, filha de um cacique potiguara e o valente guerreiro Tambiá, da tribo cariri. A inimizade entre os dois povos impedia o casamento. Feito prisioneiro, Tambiá recebeu como "esposa da morte" a filha do inimigo. Executado na floresta, ele teve a última mensagem de sua amada: durante cinquenta luas, Aipó chorou sobre a tumba do amado. Do seu pranto originou-se a fonte do sítio, a partir daí intitulada "Fonte Tambiá".Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Arruda_C%C3%A2mara

para onde as pessoas se dirigiam, a fim de se encontrar e se divertir, saindo então das casas e das igrejas. A Cidade também começa a ser conquistada pela sua população, conquista que se dava, principalmente, entre os considerados cidadãos, os de maior poder aquisitivo ou economicamente emergentes.

A missão civilizadora, no entanto, não se restringia ao embelezamento do espaço público e à adoção de políticas sanitárias. Ela também implicou a necessidade de modernização dos aparelhos de repressão. As ruas passavam a ser, também, controladas pelo poder público, não só na limpeza, embelezamento, ordenamento espacial e abertura e ampliação de ruas, avenidas, bulevares e calçadas, mas também, no controle do homem comum pobre (MENEZES, 1996.p. 32). Os espaços públicos, eram praças, parques e coretos, ao contrário dos dias de hoje, onde imperam o medo e a insegurança. O modelo de socialização atingia todos os níveis sociais, embora de forma e em níveis diferentes, pois, ao mesmo tempo em que era um espaço democrático, também era de distinção social, cercado de um tradicionalismo que a nivelava e a vigiava no sentido de manter uma ordem e um rigor estabelecidos nos seus limites físicos internos e externos (CHAGAS, 2004, p 143).

Nesse contexto, a Praça Felizardo Leite, onde Sady foi assassinado, era um dos principais espaços de lazer e socialização da Cidade, além de ser ponto de encontro da mocidade estudantil, rodeada pelos dois principais educandários do Estado, como a Escola Normal e o Lyceu Parahybano, também ponto



Figura 3. Fonte: Revista *Era Nova*, 14 de Março de 1921.

estratégico da Cidade, uma vez que, entre as duas escolas, está o Palácio do Governo, a sede do Executivo.

Segundo Souza (1998), em seu estudo sobre a Praça João Pessoa, antiga Praça Comendador Felizardo Leite, as transformações urbanas na Capital paraibana, especificamente nas praças, iniciaram-se no ano de 1879. A partir desse momento, o Largo Felizardo Leite, na cidade alta, que, até então, era uma grande área descampada e se denominava Largo do Colégio, em alusão ao estabelecimento educacional que os Jesuítas mantiveram até serem expulsos dali, em 1760, transformou-se em Jardim Público, sendo

cercado por um gradil e quatro portões de ferro, tendo ainda, em sua volta, algumas palmeiras imperiais. Sua idealização foi um desejo do Padre Felipe Benício Galvão. A colocação da primeira pedra aconteceu na presença daquela autoridade e de todos os que faziam parte de seu partido político. A construção do Jardim foi realizada em duas etapas. Primeiro, foram plantadas as palmeiras imperiais, construído o muro e colocado o gradil no período de 1879 a 1881. Em 1889, são postos os bancos e edificado o coreto no centro da Praça (AGUIAR, 1993, p. 205).

A modernização das cidades e a institucionalização do *footing* nos primeiros anos do século XX mudaram a forma como as pessoas utilizavam os espaços de lazer e de socialização e, no meio dessas transformações urbanísticas, as praças adquiriram um papel importante nesse processo, pois, segundo Chagas, “quem era moderno sai de casa e vai à praça” (2004, p.143); um lugar onde as pessoas podiam se encontrar e exercer qualquer tipo ou forma de lazer. Nesse sentido, a Praça Comendador Felizardo Leite oferecia as condições para as pessoas se divertirem e descansar, inserindo-as, dessa forma, no desenvolvimento social da Cidade, já que era na praça, por exemplo, que as notícias chegavam, eram discutidas, analisadas e defendidas (CHAGAS, 2004).

Parada obrigatória dos bondes, onde se realizavam as festas e retretas, a Praça Felizardo Leite era um dos poucos lugares onde era possível se encontrar um espaço voltado a estimulação da convivência entre pessoas, pois abrigava a maioria dos fatos culturais, políticos e sociais. Nesse sentido, a forma de socialização que mais ocorria era do tipo superficial, em que as pessoas se encontravam conversavam e, muitas vezes, não voltavam a se ver; mas também era um lugar próprio ao tipo de sociabilidade de relações mais duradouras.

Como se sabe, muitas pessoas iam as praças no intuito de encontrar um companheiro ou uma companheira, enfim, de experimentar algum tipo de relacionamento. Era um lugar organizado, com bancos, dois coretos, palmeiras imperiais e um jardim. Lá aconteciam diversos eventos culturais, atraindo pessoas de todos os grupos sociais, para passear, descansar, conversar, encontrar os amigos e exercer a arte do *flirt*, muito embora tenha havido certa vigilância que controla o acesso de indesejáveis, como também punindo comportamentos indevidos, segundo as regras da moralidade vigente.

Se a urbanização trouxe novidades e benefícios, pelo menos, para uma pequena parcela da população, fez também emergir novas questões culturais, que incidiu na mudança de mentalidade, ou seja, novas formas de como os sujeitos apreendem o espaço e se

relacionam com o meio no qual se encontra. Novas práticas, principalmente pelos mais afortunados, que vestiram a Cidade e se vestiram com características que os tornaram urbanos e modernos. Passou-se a se desejar o que era novo (vestuários, tecnologias), ou em termos de frequentar novos espaços criados pela remodelação da cidade. Ser moderno era ler revistas jornais, vestir-se bem, morar na área central da cidade, frequentar uma escola, expressar-se bem em público, frequentar o cinema, o teatro, as praças e jardins públicos, consumir artigos de luxo (CHAGAS, 2004).

Segundo Priore, na passagem do século XIX para o século XX, enquanto se consolidava entre nós a República, é lentamente percorrido todo um pedregoso caminho para que os indivíduos ousassem se libertar da influência da religião, da família, da comunidade ou das redes sociais estabelecidas pelo trabalho. Nesse ínterim, novos comportamentos tiveram início, marcados por enorme transformação social e econômica. Essas transformações influenciaram as formas de viver e pensar, provocando no meio do século XX uma fenomenal ruptura ética na história das relações entre homens e mulheres. Segundo essa autora (DEL PRIORE, 2006, p. 232).

Pouco a pouco, pioneiros anônimos engajam-se nessa via. E eles vão dissolvendo, passo a passo, os modelos que lhes eram impostos; e vão correndo cada vez mais riscos. E as mulheres – essa é de fato uma mudança – começam a dizer cada vez mais “não”. Gradativamente, também, o be-a-bá do casamento muda. Os casais começam a se escolher porque as relações matrimoniais tinham a ser vergonhoso e o amor... bem, o amor não é mais uma ideia romântica, mas o cimento de uma relação.

Tais transformações penetraram todas as esferas da sociedade, trazendo novas formas de socialização e de comportamento, influenciando a moda, o padrão de beleza, tanto feminino como masculino, a música e as dança, e própria organização familiar; mudanças vindas, principalmente, através das telas dos cinemas e/ou pelas ondas dos rádios, importando novos costumes e hábitos, vindos principalmente da Europa (França). Como consequência dessas mudanças, fragilizou-se a dicotomia entre espaços público e privado, com a possibilidade da interação de um e outro, favorecendo, principalmente, a atuação das mulheres, antes restritas exclusivamente ao domínio do lar.

Segundo o historiador Nilovau Sevchenko tais mudanças afetaram a ordem e as hierarquias sociais, as noções de tempo e de espaço, seus modos de perceber os objetos e, mesmo – o que me interessa aqui - a maneira de organizar as afeições ou de sentir os outros seres humanos: (SEVCENKO, 2003, p.34)

Nunca, em período anterior, tantas pessoas foram envolvidas em tal processo de transformação de hábitos cotidianos, convicções e percepções, influenciadas, querendo-se ou não, pela expansão do capitalismo: a energia, o petróleo, os altos fornos, o desenvolvimento da indústria química e metalúrgica, e também bacteriológica e da bioquímica, os impactos de novas medidas de higiene e profilaxia, isso e muito mais influenciou definitivamente o cotidiano, bem como controle de doenças, da natalidade e prolongamento da vida. Surgem os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, os telefones, os utensílios eletrodomésticos, o rádio, o cinema e televisão, a anestesia, a penicilina etc. O Impacto dessa revolução científica tecnológico se fez sentir nos hábitos do dia-a-dia e, por conseguinte, nas formas de relacionamento.

É por essa época que passa a existir no Brasil, em quase todos os estados, uma imprensa diária mais diversificada. Durante a Primeira República, a produção jornalística se diversificou e prosperou como nunca, principalmente a partir da segunda década do século XX, circulando inúmeros jornais (ARAÚJO, 1985). Assim como nos tempos da Monarquia, a maioria dos jornais\periódicos foi criada para defender determinado posicionamento político-partidário. Nesse sentido, havia uma parte que seguia a linha de ataque ao poder e outra em oposição de defesa, a exemplos dos jornais *A Tarde*, de propriedade da oposição, fundado em 1921 por Heráclito Cavalcante, para apoiar a campanha da Reação Republicana | Nilo--Seabra e, *A União*, órgão da imprensa oficial do Estado (órgão do Partido Republicano da Parahyba do Norte)⁷², na época dirigido por Carlos Dias Fernandes, entre outras folhas que citarei ao longo do texto.

Apesar da vida curta de muitos desses jornais\periódicos e da parcialidade política daquela época, é importante salientar que essa representação não era fixa. A configuração do cenário político interferia sobremaneira no posicionamento dos jornais e seus editoriais, geralmente em virtude de mudança de direção ou do próprio dono do jornal, como foi o caso do jornal *Correio Da Manhã*, como o jornal que mais mudou direção e posicionamento (ARAÚJO, 1985,p.79) ou, nos casos em que a alternativa era se aliar a um dos lados para sobreviver às “interperes” das disputas políticas ou às crises financeiras, a exemplo do Jornal *O Norte*, na ocasião das eleições de 1915. Segundo Fátima Araújo, o jornal, em séria crise financeira, deixou a imparcialidade e iniciou a campanha epítacista contra os walfredistas,

72 Fundado pelo segundo presidente Republicano, Álvaro Machado, circulando em 2 de fevereiro de 1923. Em 1923, devido a nova lei de imprensa, circulou até o dia 15 novembro como “Diário Oficial do Estado”, voltando no dia 17 como “Órgão do Partido Republicano da Parahyba. A publicação dos atos oficiais passou a ser contratada com o governo, bem como os documentos públicos e da União. Só em 1928, a partir do número 253, foi transformada para Órgão Oficial do Estado. (ARAÚJO, 1985, p.74)

passando a ser órgão oficial do epitacismo (1985, p.115). Foi entre os jornais *A União* e o *A Tarde* que foram travadas as maiores batalhas. Ambos deram ampla cobertura a todos os desdobramentos do caso, a exemplo dos detalhes dos velórios, missas e romarias (já tratados no capítulo anterior), bem como da repercussão das manifestações e protestos, da troca de telegramas de varias agremiações estudantis em apoio à causa dos estudantes da Parahyba e parte da correspondência oficial entre o presidente da Parahyba, deputados e senadores com o presidente Arthur Bernardes.

As duas primeiras décadas também se caracterizam por maior flexibilidade no papel da mulher na sociedade; época de abertura de cursos para moças, da inserção das mulheres no mercado de trabalho. O comércio e as poucas fábricas que existiam absorviam cada vez mais mão de obra, inclusive feminina (de famílias mais modestas). A necessidade da força de trabalho levou muitas mulheres a saírem do âmbito doméstico, resultando em mudanças no modo de organização familiar. Por outro lado, as filhas das classes médias saíam de casa para trabalhar como professoras, enfermeiras, telefonistas e secretárias, novidades, principalmente, para o mundo feminino, que ainda vivia sob a égide das tradições patriacalista mais arraigadas e desfavoráveis à presença da mulher na vida pública. As mulheres pobres, no entanto, continuaram marginalizadas da sociedade, trabalhando como empregadas domésticas ou em fábricas (ALMEIDA, 1998).

Ao longo das três primeiras décadas do século passado, essas mudanças no padrão de comportamento, principalmente do feminino, incomodaram os mais conservadores, deixando perplexos os desavisados, estimularam-se os debates entre os mais progressistas; afinal de contas, era muito recente a presença das moças de “boa família”, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da Cidade para trabalhar, ou fazer qualquer outra atividade fora do âmbito doméstico. Era nas cidades, marcadas pelo inicio da urbanização e modernização, as quais trocavam sua aparência de “moças do interior” por uma atmosfera “cosmopolita” e “metropolitana”, onde desenrolavam as mudanças mais visíveis (SILVA, 2007).

Se as novas maneiras de se comportar tinham se tornado corriqueiras em menos de duas décadas, a ousadia, no entanto, cobrava seu preço. O ritmo das mudanças ocorridas, considerado por muitos como alarmante, veio acompanhado de certa ansiedade por parte dos segmentos mais conservadores da sociedade, já tomados pela vertigem das grandes transformações que o País vinha vivendo, sobretudo, a partir do último quartel do século XIX, que elegiam como legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social e quebra de costumes, as inovações e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e

mulheres. Assim, durante a Primeira República, fica estabelecida uma espécie de linha divisória, que, no entanto, não rompe totalmente com o passado, como explica Alômia Abrantes da Silva (SILVA, 2000, p.20).

Assim, a Parahyba do Norte, tal como outras cidades brasileiras na década de vinte, revela-nos um cenário da convivência entre o tradicional e o moderno. Convivências conflituosas, decerto, mas que vai sendo administradas no cotidiano da população entre o fascínio exercido pelo progresso e o receio de que este, à revelia do passado, instaure um mundo de valores completamente diferentes.

Como a autora bem observa, na década de 1920, existia uma tensão entre o velho e o novo, que se fazia presente em todas as esferas da sociedade. No que diz respeito à educação, essa tensão se fazia entra a herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis, apontando a redenção do País (FAUSTO, 2013, p. 284). Por outro lado, foi um dos períodos em que mais se discutiu sobre a educação do País, traduzido naquilo que se costuma chamar de “otimismo pedagógico” e “entusiasmos pela educação”.

Em vista disso, a Igreja Católica tenta assumir a função moralizante de transmitir os valores que assegurariam a ordem na sociedade. Segundo Fausto (2013), a Igreja na Primeira República aparece como instituição, ao mesmo tempo, estranha e necessária. Estranha porque se encaixava com dificuldades na nova ordem das coisas que se estava implantando no País, e necessária porque se coloca como um instrumento valioso na manutenção da ordem, que sacralizava e abençoava aos olhos do povo (FAUSTO 2013, p.356).

O advento da República havia trazido consigo a separação Estado-Religião, acirrando os debates sobre o papel da Igreja da condução da nova sociedade. Deu-lhe liberdade de movimento, porém, até antes desconhecidas no Brasil, e cujas vantagens foram por ela aproveitadas sob vários aspectos. Para Fausto (IDEM p.356) “(...) a primeira Republica significou deste ponto de vista uma celerada recuperação de terreno, levando a Igreja a procurar uma reaproximação em novas bases”. Para isso buscou assegurar sua autonomia do poder público, ao mesmo tempo que elege a difusão da doutrina cristã como instrumento de afirmação social e política ante o Estado, segundo Kulesza:

(...) enquadrando as ideologias contrarias à ordem republicana – como o socialismo – no mesmo rol das heresias contra a ortodoxia pontifica, a

Igreja, assumindo sua responsabilidade na luta contra os inimigos do Estado, exige, em contrapartida, que este abrigue suas instituições dos demônios – como o laicismo – liberados com o advento da modernidade.

Portanto, tendo parte de suas metas frustradas pela Constituição de 1891 (A Igreja foi forçada a resignar-se: casamento civil, ensino leigo, secularização dos cemitérios, recusa de direitos eleitorais aos religiosos ligados por voto de obediência, exceto o clero secular), a Igreja passa desenvolver novas estratégias para se inserir na realidade institucional da recém-República. Para isso escolheu, estrategicamente, o campo da educação, trazendo para si a responsabilidade de formar a nova elite brasileira, nascida sob regime republicano. A garantia da Carta Constitucional de 1891, do direito de subvenções da Administração Pública, a título de ajuda de obras de beneficência. (FAUSTO, 2013,p. 357), deixa assegurado o assegurado espaço para a Igreja investir na criação e expansão de sua rede de escolas confessionais por todo o Brasil.

Sobre esse assunto, entrarei em detalhes no próximo capítulo, onde farei uma aproximação entre o contexto histórico educacional brasileiro\parahybano à época da Primeira República enfatizando, a relação entre Igreja e Educação, haja vista a importância desta nesse entrevero da Igreja com e o Estado.

5 A LINHA DA DECÊNCIA: EDUCAÇÃO, IGREJA E SOCIEDADE

Neste capítulo, me proponho investigar, com ênfase nas análises históricas, as possíveis razões que justificaram a instituição da polêmica “linha imaginária”, também conhecida como “linha da decência”. Na verdade, a tal “linha imaginária” nada mais era do que uma medida extradisciplina, sem base legal fora dos portões da Escola Normal, estabelecida pelo então monsenhor João Batista Milanez, visando a separação de ambos os sexos, inclusive sob auspícios das forças policiais do Estado, que deslocaram um guarda vival,

armado, para “vigiar e punir” a permanência de rapazes do Lyceu nas proximidades da Escola Normal.

Como havia expressado no capítulo três, umas das primeiras ideias de quando comecei a pesquisa sobre essa história era no sentido de buscar entender como uma medida disciplinar desta natureza pode ter sido recebida a sua época, seja pela comunidade escolar, em particular a Escola Normal e o Lyceu Parahyba, seja pela própria sociedade da Cidade de Parahyba a época. O que me chamava atenção nessa perspectiva era entender como o “poder” se manifestava nas práticas políticas de ordenamento da vida escolar parahybana, particularmente, no que diz respeito à separação dos sexos nas escolas daquele período. Haja vista, ter sido está a principal razão da instituição da respectiva “norma disciplinar.”

Por sua vez, o que seria absurdo nos dias de hoje, ou pelo menos estranho, haja vista que atualmente ainda existem escolas destinadas exclusivamente ao sexo feminino, como por exemplo, o *Colégio das Damas*, em João Pessoa, na época do crime, a “drástica” separação dos sexos ainda era moralmente defendida, principalmente pela Igreja, que considerava a ideia de misturar meninos e meninas na mesma sala uma ameaça ao *status quo* vigente (ALMEIDA, 1998). Na época em que comecei a pesquisar sobre o caso Sady e Ágaba (2010), sempre indagava sobre saber se era possível que a mudança da Escola Normal para a Praça Comendador Felizardo Leite, em fins de 1919, tivesse provocado, ou pelo menos intensificado, choques entre costumes tradicionais e novos comportamentos característicos do início do século XX, ocasionando assim, uma “ruptura ética/moral” na história das relações de gênero dos dois principais educandários do Estado da Paraíba.

Muito embora não tenha pretensão de aprofundar essa discussão, pelo menos não neste trabalho, nada mais natural do que aproveitar a oportunidade para entender melhor o contexto histórico educacional da Primeira Republica, buscando enxergar as relações entre a Igreja e a “nova ordem” republicana, isto é, o papel da Igreja ante das ideias e projetos de modernização da educação brasileira; e ambas as escolas, respectivamente, a Escola Normal oficial do Estado e o Lyceu Parahybano (próximo capítulo), no decorrer da década de 1920, no contexto de mudanças profundas na sociedade paraibana e brasileira. Após estabelecer essas relações, terei mais segurança de expor alguns antecedentes que, na visão da época, justificaram o religioso e diretor da Escola Normal, monsenhor João Batista Milanez, de proibir rapazes e moças de conversarem nos intervalos das lições.

No que tange às singularidades desse acontecimento e suas relações com a história da educação do primeiro período republicano na Parahyba do Norte, é preciso atentar para a

advertência de Fausto (2013, p.284), ao afirmar que, do ponto de vista da história da educação, nem a República se implanta a partir de 1889, nem a Primeira República termina em 1930. “Simples marcos cronológicos, essas duas datas de forma alguma significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro.” (IDEM, p.284). A República havia recebido uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis, apontando para a redenção do País. (2013, p.284).

Nesse contexto, segundo Machado⁷³, os embates em torno de ideias e projetos para reconstruir a nação trazia o ideal de estabelecer um sistema nacional de educação voltado para a reestruturação das relações sociais entre crianças e adultos, homens e mulheres, livres e libertos, nacionais e estrangeiros, pobres e ricos, dominantes e dominados.

Muito embora a participação popular fosse bastante restrita, no tocante à educação, se destacaram, nesse momento, as lutas das camadas médias urbanas pela reivindicação de uma sociedade letrada, capaz de superar a histórica marginalização do escravo, do pobre, do analfabeto, das crianças e das mulheres. O projeto republicano buscava um modelo definitivo e eficaz de educação. Assim, o importante era garantir, paulatinamente, o acesso dos pobres à escola. Ainda segundo esse autor.⁷⁴

É interessante notar, nesse momento inicial de afirmação da primeira Constituição Republicana, o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de atenção pública, a partir da difusão da necessidade permanente de aperfeiçoá-los, discipliná-los, ou seja, conformá-los às responsabilidades morais, cívicas e patrióticas.

Com a instauração da República (1889), e a Constituição de 1891, a Nação necessitava de um modelo de educação para ajustar e preparar os trabalhadores e a população para esse novo tipo de sociedade, como forma de se adequar ao mundo moderno e civilizado, uma vez que a grande preocupação nacional à época era justamente o sério problema do enorme contingente de analfabetos, alijados dos meios de produção e das decisões políticas, constituindo, assim, um grave empecilho ao desenvolvimento nacional. Para isso, as ideias reformistas (liberais) para a educação brasileira buscavam romper com o modelo herdado do Império, mas sob os princípios adotados pelo novo regime: descentralização, formalização e

73 Fonte: Trilhas do Aprendiz, Vol. 1 - Ed. 2009 - História da Educação Brasileira I.

74 Fonte: Trilhas do Aprendiz, Vol. 1 - Ed. 2009 - História da Educação Brasileira I.

autoritarismo, pois não havia um sistema nacional articulado de educação pública. Em tese, a ausência de um projeto educacional de combate ao analfabetismo não combinava com o “novo” Brasil que se projetava nos modelos da modernidade do mundo. (FAUSTO, 2013).

A primeira Constituição da República, de 1891, instituiu o sistema federativo de governo e, conseqüentemente, a descentralização do ensino, prescrevendo apenas o seguinte quanto às obrigações do Estado em matéria educacional e quanto à distribuição de competências entre o Estado –federal e os Estados-membros: “Art. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional : (...) 30) Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a política, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União. Em seu Artigo 35, itens 3º. e 4º, reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal. Aos estados competia prover e legislar sobre a educação primária, além do ensino profissional (que compreendiam, na época, as escolas normais de nível médio para moças e as escolas técnicas para rapazes) (SCHUELER, Apud Machado 1999, p. 62). Além disso, o Art. 72 §6, determina que “(...) será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” enquanto que o § 24 do mesmo artigo garante “ o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”. Já o Art. 65 indica que ! (...) É facultado aos Estado: (...) 2. Em geral, todo e qualquer poder ou direito, que lhe não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição.

Segundo Fausto (2013. p.288), tais dispositivos definem a competência concorrente do Poder Central e dos poderes estaduais em matéria de educação: apesar disso, continua a vigorar, de fato, a interpretação que vinha desde o Ato Adicional (1834), segundo a qual compete à União fixar os padrões das escolas secundárias e superiores, enquanto os da primária e técnica-profissional competem aos Estados. Era a consagração do sistema dual que vinha do regime anterior, ampliando a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional).

No horizonte do liberalismo republicano, estava a proposta de reorganização escolar, sob a égide da Filosofia (positivista), na qual, originalmente, constava a reforma de inspiração de Benjamin Constant (1890) cujos princípios orientadores eram a liberdade, a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. De maneira geral, propunham-se o ensino elementar e o profissional para as massas e educação científica para as elites “condutoras” do processo,

reivindicando-se simultaneamente, uma ampla educação popular. Tais princípios seguiam a orientação do que estava estipulado pelos princípios liberais, e que foram incorporados, em parte, pela Carta Constitucional de 1891. Segundo Nagle (1976, P. 99/100). Uma das intenções dessa reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores, e não, apenas, preparador. Outra intenção era a de substituir a predominância literária pela científica. A ausência de uma estrutura institucional e de apoio político de parte da elite, porém, que via nas ideias do Ministro uma ameaça à formação da juventude, impediu sua execução. O insucesso dessa reforma, entretanto, foi apenas um exemplo dos limites e das frustrações da República que acabava de nascer.

Assim, se por um lado a educação era vista como um projeto de regeneração e progresso, conforme fosse o seu alcance, quer se tratasse dos filhos dos ex-escravos, trabalhadores imigrantes ou das camadas dominantes, por outro, distinguia os espaços e os objetivos distintos, de acordo com a origem social das crianças. Além disso, mesmo tendo sido a escolarização uma das principais bandeiras republicanas, sobretudo as camadas médias nascentes do regime, ela continuou sendo guiada pelos interesses das oligarquias que estiveram no poder, porquanto deixavam para segundo plano sua condição de transformação social: distribuição de riqueza, justiça e igualdade. Sobre essa questão, ressalta Hilsdorf (Apud, SCHUELER, 2003, p. 71).

Para promover a formação das camadas médias da sociedade, mas contendo-as dentro dos limites aceitáveis de ascensão social, mantiveram o sistema de exames parcelados aos cursos superiores e ofereceram poucas oportunidades de escolarização em escolas públicas: em 1920 seriam seis milhões os jovens de ambos os sexos em idade de receber instrução secundária, mas somente 52 mil estavam matriculados - três quartos deles em instituições particulares.

Por essa mesma época, os índices de alfabetização no Brasil (em torno de 25%) e, em Estado como a Parahyba do Norte (aproximadamente 13%), eram muito baixos, segundo informações oficiais⁷⁵. Mesmo tomando cuidado com o emprego de dados estatísticos da época, a situação real não deveria ser muito diferente. O descaso relativo à educação primária foi um dos mais combatidos nesse tempo; vale lembrar que essa foi uma das fontes do entusiasmos pela educação, especialmente pela mediação de campanhas nacionalistas. (FAUSTO, 2013.p. 292). Isto é, apesar dessa drástica estatística, pode-se dizer que, na nascente República, Sociedade e Estado se faziam repensar, na perspectiva de solucionar impasses e imprimir novos rumos e direções ao País. Assim, o forjar de um ideal nacional, em

75 Fonte: PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura, 1º de setembro de 1921, pelo dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, Imprensa Oficial, 1921ª, s/p, p. 4.

detrimento dos interesses regionais e das diferenças sociais necessariamente mantidas como hierarquias estavam presentes nos diversos projetos e medidas educacionais propostos para a instrução e a formação moral das crianças (SCHUELER Apud Machado, 1999, p. 62).

Nos primórdios de estruturação da sociedade republicana, com a adesão de parte da elite intelectual aos ideais do liberalismo burguês, foi dada à educação a tarefa heróica de promover a reconstrução da sociedade, “através do cultivo da inteligência, da perfeição do caráter e a prática do civismo”. Eis o tríplice destino da educação brasileira; todavia, apesar de introduzir uma mensagem inovadora, foi perpetrado por perpetuar o modelo educacional com os vícios herdados do período colonial, ou seja, em favor de uma parte da elite agrária, que continuava dominante e descomprometida com mudanças mais profundas na sociedade. Apesar disso, projetava-se um cenário de otimismo educacional de mentalidade liberal: (NAGLE, 1976, p. 99/100).

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o maior manifesto das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinariam sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo).

Por sua vez, o modelo social republicano, caracterizado pela valorização do saber e por campanhas em prol da alfabetização e da escola, só começaria a se impor na década de 1920. Esse período foi marcado por momento de grandes discussões das novas ideias para a educação brasileira, que resultaria no *Manifesto dos Pioneiros* de 1932. O modelo até então existente, que dava ênfase à formação das elites, foi colocado em seque. Propunha-se a instituição de um sistema nacional de educação, com ênfase na educação básica, no ensino primário, mas formando um todo articulado do primário ao superior.

No movimento de mordenização da educação brasileira, a Escola Normal, destinava-se à formação de professores primários, portanto, uma escola profissional paralela à escola secundária da qual recebeu muitas influências, especialmente as que causaram a sua descaracterização de instituição propriamente profissional. Segundo Fausto (2013, p.293), durante os três primeiros decênios do regime republicano, a Escola Normal apresenta duas

características: “(...) a primeira voltada basicamente para a ampliação da cultura geral; e a feminização do magistério, destinada entender à educação das moças “burguesa””.

No contexto dessas transformações urbanísticas, a mudança da Escola Normal para o prédio na Praça Felizardo Leite, antes localizada na Rua General Osório, atual Biblioteca Pública da cidade, dá-se exatamente por essa época, logo após o término da sua construção, em 1919, iniciada no governo Camilo de Holanda (1916-1920). Segundo Aguiar⁷⁶, esta mudança se deu tendo em vista da necessidade de a escola se adaptar a um modelo que privilegiava condições técnicas, pedagógicas e estéticas que favoreciam a Modernidade presente no momento.

No que diz respeito à educação no Estado da Paraíba do norte, a gestão de Sólon de Lucena (1929 – 1924), tentou consolidar algumas iniciativas anteriores, multiplicando escolas, adquirindo ou construindo prédios adaptados ao funcionamento de grupos e cadeiras isoladas, criando escolas rudimentares em quase todos os municípios, amparando a iniciativa privada, quase que exclusivamente de propriedade da Igreja Católica, além de equiparar o Colégio de Cajazeiras e o de Nossa Senhora das Neves à Escola Normal da Capital. Sólon de Lucena também deu novo regulamento à Escola Normal e ao Lyceu Parahybano, além de defender o ensino agrícola e profissional também para as mulheres, através de reforma radical no processo educacional⁷⁷.

Tais iniciativas, no entanto, não eram suficientes para atender a toda a população, principalmente, aos mais carentes (a maioria), ficando estas condenadas ao abandono, à marginalização, onde só lhe restava subemprego ou “engordar” as fileiras da “vadiagem”, da “gatunice”, ou do banditismo, visíveis apenas nas estatísticas dos crimes e contravenções que cresciam proporcionalmente ao surto de desenvolvimento urbano e crescimento populacional. Em sua tese de doutorado, Pinheiro (PNHEIRO, 2002), ao estudar a expansão e a consolidação da educação escolar primária na Paraíba – 1849 a 1949, afirma que tais iniciativas, investidas pelo poder público na instrução escolar, além de servirem como veículos de propaganda política também serviam para marcar o poder das oligarquias, cujos nomes seriam sempre lembrados, uma vez que os modernos prédios escolares, principalmente os dos grupos escolares, marcaram a nova feição urbana, em pleno processo de mudança, e serviram, por conseguinte, para embelezar a Cidade e dar-lhe um ar de modernidade.

76 Fonte: AGUIAR, Tamara Dayse Bomfim de. A Escola Normal e a Cidade: o caminho para a modernidade (1910 – 1930)./ Tamara Dayse Bomfim de Aguiar. João Pessoa: UFPB, 2004. 50 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal da Paraíba.

77 Fonte: PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de setembro de 1924, pelo dr. Sólon Barbosa de Lucena, presidente do estado. Paraíba, Imprensa Oficial, 1924, s/p.

A modernidade a que me refiro está ligada transformações da forma e da função social da Cidade e, por conseguinte, da escola de maneira intensificada. As construções de prédios escolares na Parahyba, como em outros estados, procuram assemelhar-se às construções e às formas escolares europeias, numa procura de estilos próprios que as tornem não só uniformes e detentoras de seriedade, mas que também traga uma estética harmoniosa ao conjunto. Frago (1998), em seu livro *Do Espaço Escolar e da Escola como Lugar: proposta e questões*, detalha de forma clara as construções arquitetônicas e o lugar a que as escolas são submetidas, bem como igrejas, templos e espaços públicos; e como estabelecem na cidade/urbano uma relação. Estas relações às vezes se apresentam de forma dual, resultantes dos conflitos, externo/interno, progressista/conservador, material/intelectual, visto que o espaço não é neutro.

O edifício da Escola Normal da cidade da Parahyba vinha, assim, atender às aspirações e às exigências postas pela crescente urbanização. O edifício foi construído em “estilo neodórico”⁷⁸, que, na época, o administrador público o caracterizou como um “estilo universitário” e o classificou em “dois aspectos: o de utilidade e o de embelezamento da Capital”⁷⁹. Esse edifício é resultado de manifestações de exemplos de estilos que vinham sendo implantadas em outros centros e que vai assumindo uma funcionalidade e adequação de acordo com as necessidades de cada centro. Segundo Lefebvre (1999, p.178), “(...) deve-se notar que a *arquitetura* segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar de encontro das coisas e das pessoas, da troca”.

A construção do edifício da Escola Normal segue as normas vigentes dos moldes escolares com as “prescrições higiênicas e pedagógicas, que condizem com a iluminação, ventilação e asseio das aulas e compartimentos”, procurando adaptar-se, às condições do lugar, tendo no seu projeto de construção a preocupação em acomodá-la ao clima tropical, com a colocação de janelas que propiciem uma renovação constante do ar e a disposição da iluminação, sem tirar a harmonia do estilo neodórico.⁸⁰

78 Fonte: Jornal *A União*, 15 de maio de 1917.

79 Fonte: <http://www.crl.edu/info/brazil/provopen.html>, Exposição 1920.

80 Fonte: Jornal *A União*, 19 de maio de 1917



Figura 4 – Escola Normal construída no governo Camilo de Holanda (1916-1920).
(Autor: Acervo Walfredo Rodrigues)

De acordo com o projeto criado para a Escola Normal pelo arquiteto responsável, Dr. José Octávio, o prédio viria atender três aspectos básicos a uma edificação escolar: “estética, técnica e salubridade”. Em 1917, há discussões em torno do prédio. Para que houvesse a aprovação do projeto, enfatizava-se a necessidade de dotar a Escola Normal de um prédio apto aos desejos da sociedade, bem como de uma pedagogia “moderna”, visto que onde funcionava o prédio da Escola Normal “ouviam-se estalos da parede e do madeiramento do teto”⁸¹. Sendo assim, foi nomeada uma comissão responsável para a aprovação do projeto composta pelos membros: “Dr. Matheus de Oliveira, arquitetos Hermenegildo Di Lascio e Pascoal Fiorilli, Dr. José de Azevedo Maia inspetor sanitário escolar, e Dr. José Frutuoso Dantas professor de pedagogia da Escola Normal”. A esta comissão caberia dar parecer sob os pontos de vistas técnico, higiênico e pedagógico da planta daquele edifício. O novo edifício é construído em um lugar pensado para tal fim, em um espaço urbano que tem aos seus arredores, praças, ruas e outros edifícios públicos, a exemplo do Lyceu Paraybano.



Figura 5 –Atual Escola Normal
divide seu espaço com a Praça Felizardo Leite atual João Pessoa.
(Fonte: Tamara Dayse B. Aguiar, 2002)



Figura 6 – A Escola Normal em 1930.
(Fonte: Tamara Dayse B. Aguiar,. Cartão Postal - 1930)

Em relação à escolha do lugar, o engenheiro Paulo Machado, em nota ao jornal *A União*, traduz bem a importância da escolha do local:⁸²

O local foi acertadamente escolhido e está, parece-me, fadado a enfaixar as melhores obras que vão do futuro, lançar; fazendo ângulo com dois lindos

jardins que concorrerão grandemente, para aumentar o arejamento. De em frente ao Palácio com imponente destaque, onde se ergue o artístico e elegante pavilhão com que o distinto arquiteto Paschoal Fiorilli aformosou aquela praça, a mais bela do norte em arquitetura paisagística.

Abrangendo uma superfície de 892 dois metros quadrados, o prédio da Escola Normal na Praça Felizardo Leite compõe-se de dois pavimentos, um superior e um térreo, onde se podem encontrar salas com capacidade para 60 a 120 alunos, laboratório de Física, Química, Salão de Desenho, Biblioteca, Salão de Honra, Sala para Trabalhos de Agulha, Salão para História Natural (composta com uma sala para o museu escolar e um vestiário), vestiário e lavabo, sem falar no porão que também era habitável, onde se encontram arquivo e o vestiário dos rapazes. A monumentalidade também vem atender e promover uma ampliação no ensino, em especial na Escola Normal, que passa a oferecer o ensino profissionalizante, a obtenção de laboratórios de Química, Física e os melhoramentos no grupo-modelo entre outros.

Assim, o projeto da Escola Normal privilegiou o espaço externo, fazendo do espaço interno uma boa distribuição de seus compartimentos. As salas de aulas do andar térreo tinham uma disposição que dava a uma galeria que propiciava uma constante ventilação e uma fiscalização completa da diretoria, segundo a ideia do panóptico. Segundo o francês Michel Foucault, ao estudar a "Sociedade Disciplinar", constata que a sua singularidade reside na existência do desvio diante da Norma. E assim, para "normalizar" o sujeito moderno, foram desenvolvidos mecanismos e dispositivos de vigilância, capazes de interiorizar a culpa e causar no indivíduo remorsos pelos seus atos.

Nesse processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, podemos destacar o Panóptico, de Jeremy Bentham, como um mecanismo de arquitetura, utilizado para o domínio da distribuição de corpos em diversificadas superfícies (prisões, manicômios, escolas, fábricas). Eis o que é o panóptico um conjunto de dispositivos que permitiria uma vigilância e um controle social cada vez mais eficiente, porém, não necessariamente, com os mesmos objetivos "racionais" desejados por Bentham e muitos de seus antecessores e contemporâneos. Para Michel Foucault (2007), o panoptismo corresponde à observação total, é a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Ele é vigiado durante todo o tempo, sem que veja o seu observador, nem que saiba em que momento está a ser vigiado. Aí está a finalidade do Panóptico: (FOUCAULT, 1997 p.166).

(...) induzir no detido um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento autoritário do poder. Fazer

com que a vigilância seja permanente nos seus efeitos ... que a perfeição do poder tenta tornar inútil a atualidade do seu exercício (...).

Dissociando-se o par ver/ser visto, automatiza-se e desindividualiza-se o poder. O Panóptico organiza espaços que permitem ver, sem ser vistos, portanto, uma garantia de ordem. Assim, a vigilância torna-se permanente nos seus efeitos, mesmo que não fosse na sua ação. Mais importante do que vigiar o prisioneiro o tempo inteiro, era que o mesmo se soubesse vigiado. Logo, não era finalidade do Panóptico fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que nem tivessem a oportunidade para cometer o mal, pois sentir-se-iam mergulhadas, imersas num campo de visibilidade. Em suma, o Panóptico desfaz a necessidade de combater a violência física com outra violência física, combatendo-a, antes, com mecanismos de ordem psicológica. A essência do Panóptico reside na centralidade da situação de inspeção, ou na construção, sem dúvida ficcional, de uma espécie de "inspetor central", onipotente, onnipresente e, principalmente, omnividente. (FOUCAULT, 1997 p.167)

Nesse sentido, Foucault (2007), em *Vigiar e Punir*, já alertava sobre o controle o papel desempenhado pelo controle do tempo no processo histórico de consolidação da sociedade disciplinar e, a escola como instituição que muito contribuiu para o processo de disciplinarização de corpos e mentes. Segundo Cury (2006), em seus estudos sobre os mecanismos de controle, supervisão e punição sobre o cotidiano escolar, o controle do tempo escolar foi utilizado como mecanismo de punição ou recompensa no interior das normas disciplinares muito rigorosas à época (século XX). E para isso a legislação da Primeira Republica discorre amplamente sobre o controle do tempo escolar, ditando as regras para os horários apropriados para lazer, leitura, descanso, refeição, oração e estudo.

Criada por Lei Provincial em 30 de junho de 1884 e instalada solenemente em 7 de abril de 1885, a Escola Normal era destinada inicialmente para ambos os sexos, convertendo o Lyceu Parahybano numa “escola normal de dois graus”, compreendido em: ensino elementar destinado à formação de professores – 1º grau e conhecimento prático de desenvolvimento das cadeiras do grau anterior – 2º grau. Segundo Kulesza (1999, p.138), a Escola Normal.

(...) o incorpora o antigo liceu como escola de segundo grau justificando-se pelo esvaziamento do liceu em função, principalmente dos cursos preparatórios realizados em Recife. Por força da tradição vinda desde sua criação em 1836, o Liceu seria

restaurado já em novembro de 1885 sendo a escola Normal transformada em Externato Normal, só para o sexo feminino.

Já o Lyceu Parahybano, de que falarei mais no próximo capítulo, era o estabelecimento de ensino mais antigo do Estado, sendo criado na Capital parahybana pela lei de n 1, de 24 de março, e regulamentado, á primeira vez pelo decreto n 11 de 19 de abril de 1837. Desde então, a principal instituição de ensino do Estado, berço cultural capaz de reunir homens de estudos e líderes comunitários letrados, na Província da Parahyba. Segundo Ferronato⁸³, na Província da Parahyba do Norte, a criação do seu Lyceu Provincial, em meio aos problemas do período regencial, esteve inserida no processo do chamado pacto imperial, estabelecido entre as elites provinciais com o poder central, particularmente, conduzido pelos liberais. Para José Rafael de Menezes, de 1850 e 1929, a sociedade paraibana foi lyceana. Segundo o autor de *História do Lyceu Parahybano*, todas as lideranças administrativas nasceram no Lyceu. Todos na condição de professores ou alunos. Durante meio século (1880 a 1930), foram criados diversos grêmios estudantis, muitos deles pela comunidade lyceana. O último deles foi o Grêmio Cívico Literário 24 de Março, fundado no dia 02 de abril de 1921, nome em homenagem à lei de criação da Instituição.

A proximidade das duas escolas, uma do lado da outra, favorecia o encontro com o moderno que a Cidade e o urbano tanto procuravam. Assim, as escolas também buscam assumir uma posição no seio social e se deslocam de acordo com as configurações que o espaço e o urbano vão assumindo na Cidade, movimentan-se no sentido de melhor adequarem-se ao espaço e ao conjunto da sociedade nos vários aspectos: simbólicos, dos signos e das relações sociais. Nesse contexto, alguns costumes antigos começavam a ser confrontados, como, por exemplo, a presença cada vez mais comum dos estudantes do Lyceu, que ali se reuniam nas imediações da Escola Normal, para melhor apreciar as garotas que aí estudavam. Como havia dito no capítulo três, o estudante Sady *Castor* Correia Lima havia desafiado os limites da "moralidade" existente entre os dois principais educandários da Parahyba do Norte – A Escola Normal e o Lyceu Parahybano - instituída pelo então diretor da Escola Normal, monsenhor João Batista Milanez⁸⁴, que na época também era vice-diretor da Instrução Pública do Estado.

83 FERRONATO, Cristiano de Jesus. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte/ Cristiano de Jesus Ferronato. - João Pessoa: [s.n.], 2012.

84 Fonte: *Jornal A União*. Parahyba – terça-feira, 14 de janeiro de 1930. Ano. XXXVIII, n 10.



Figura 7. Fonte: Revista *Era Nova*, novembro de 1921.

O Mons. João Batista Milanês nasceu em Guarabira a 13 de outubro de 1881⁸⁵, filho de Lourenço Ferreira de Milanês e d. Joana de Seixas Milanês. Coursou o Seminário Diocesano do Estado da Parahyba do Norte, recebendo o presbyterato em 13 de novembro de 1904. Como religioso, uma de suas primeiras funções fora dedicada ao preparo dos jovens. Primeiro, no Colégio Santo Antônio, em Natal, onde desempenhou varias funções, a principal delas como professor. Já no Colégio Diocesano Pio X, na cidade de Parahyba, Capital do Estado da Parahyba do Norte, exerceu seis

longos anos na direção deste educandário “em que empregou o melhor de suas atividades e optidões que eram muitas, de seus esforços, de seu selo e carinho que pediam meças a sua ânsia de fazer o bem”.⁸⁶

Na administração do Estado da Parahyba do Norte, exerceu o cargo de diretor da Escola Normal, a convite do então Presidente Camilo de Holanda (1916 a 1920).⁸⁷ No terceiro ano do governo Sólton de Lucena, foi diretor da Escola Normal e diretor da Instrução Pública do Estado. Assim, diante de sua autoridade, em tão altos postos da administração pública, não é de se estranhar que seu pedido tenha sido atendido prontamente pelo chefe de polícia, para por um fim, aos constantes “assédios” por parte de "certos moços" ás alunas da Escola Normal, sendo esta, a principal razão do mesmo ter tomado essa medida extra-disciplinar.

Para melhor esclarecer a relação entre Igreja e Educação, é importante falar sobre a relação entre a laicidade do ensino e os fundamentos do Cristianismo. De acordo com Fausto (2013), com o fim do padroado e o advento do regime de separação, iniciou-se um debate entre a Igreja e o recém-criado Estado República do Brasil, quanto ao seu papel e suas atribuições à sociedade brasileira. Na prática, a Igreja passou a ter uma liberdade de movimentos até então desconhecida no Brasil, cujas vantagens foram por ela aproveitadas sob vários aspectos. Esta passou a disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar, tida como o mais importante, juntamente com o “suporte do Estado”, as instituições sociais capazes de represar as intimadoras vagas da modernidade. A Igreja Católica vai buscar, assim, nas primeiras décadas do século XX, uma

85 Fonte: *Jornal A Imprensa* – Parahyba, quarta-feira, 15 de janeiro de 1930, ano XXV – n. 40.

86 Fonte: *BI – Semanário Católico*, 15 de janeiro de 1930. Ano XXV – N. 40.

87 Fonte: *BI – Semanário Católico*, 15 de janeiro de 1930. Ano XXV – N. 40.

reaproximação com novas bases, procurando assegurar sua autonomia no poder público, tomando para si a papel de educar a sociedade brasileira segundo os valores cristãos e, para isso, buscou se inserir no espaço da educação pública e privada, direcionando a formação, os valores e o disciplinamento das condutas e normas a serem seguidas.

Para Dias (2008), que estudou a relação entre Igreja, o Estado e a romanização na Paraíba, a separação do Estado, em 1889, da Igreja, obrigou esta a usar estratégias específicas para aumentar sua influência, garantir suas estruturas e seus bens e fazer valer sua doutrina ante os embates e acordos políticos-ideológicos que se deram entre o poder eclesial e o poder governamental, desde o século XVII até as primeiras décadas da República. A romanização do catolicismo brasileiro ocorreu por meio da implementação de um conjunto de estratégias da igreja semelhante em todo País, mediante a criação de dioceses, abertura e reforma de seminários, construção de palácios episcopais e catedrais, criação da imprensa católica, fundação de colégios, organização financeira e administrativa, visitas pastorais e a extinção das irmandades no que se refere às manifestações da religiosidade popular, visando a uma maior ortodoxia eclesial. As cartas pastorais passaram a ser o veículo das orientações do episcopado reformador.

Na Paraíba, a chegada de Dom Aduino, em 1894, que dirigiu a arquidiocese da Paraíba, daquela data até o seu falecimento em 1935, é um exemplo emblemático. Restringido-se a atuar no espaço da educação, mediante o parágrafo 6 do art. 72 da Constituição: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos⁸⁸”, Dom Aduino, atuou de forma significativa na educação formal da Parahyba, seguindo, a partir das escolas fundadas por ele na Nova Diocese, as aspirações religiosas católicas. Assim, para garantir a educação cristã no interior da família desde a mais tenra idade, Dom Aduino cria uma série de instituições educativas. Dessa forma, a Igreja passa a preencher quase que totalmente o espaço de formação do magistério primário graças à ação desse prelado.

A educação era uma estratégia considerável do ponto de vista da estruturação da Igreja na Parahyba do Norte, uma vez que atuava na formação dos quadros da própria Igreja – seminário – e na formação de intelectuais católicos que pudessem atuar no campo da política e na sociedade local. Apesar de Igreja e Estado viverem em relação amistosa, de autonomia institucional e colaboração mútua entre Governo de Estado e a Cúria Episcopal que, associada à conjuntura política própria da Parahyba e às relações personalistas daqueles que estavam na liderança das instituições, passa a influenciar as próprias instituições públicas do Estado, pois,

além dos subsídios fiscais e verbas públicas destinadas à implementação da recente diocese criada, os padres eram nomeados com frequência para cargos públicos, como diretor de Instrução Pública, diretor do Liceu, diretor da Escola Normal etc.

Segundo Kulesza (2006), em seus estudos acerca da relação *Igreja e educação na Primeira República*, a presença do clero nas instâncias educativas do Estado exercia forte influência na formação da juventude brasileira e paraibana e, certamente, contribuiu, sobremaneira, para um aprofundamento dos conflitos entre valores tradicionais e valores modernos. Estes, por sua vez, influenciavam mudanças nos costumes da sociedade brasileira e no próprio comportamento das pessoas em seu convívio social, principalmente no comportamento feminino, afinal, era muito recente a presença das moças de *boa família*, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para estudar, trabalhar ou fazer qualquer outra atividade.

Para auxiliar nesse fim, a igreja passa a contar com o jornal a *Imprensa*, no combate às ideias inimigas e contrárias às orientações da Santa Sé. A partir de 1917, há uma mudança nas relações entre Igreja e Estado (Carta Pastoral de 1916 – restauração). Complementando as ações da romanização – reforma, as alterações consistiam em buscar pela boa relação com o poder político, independentemente do sistema do governo em voga, amenizar os conflitos entre a Igreja e o Estado, restituindo a ideia e a prática de uma Igreja que poderia redimir a sociedade em totalidade (DIAS, 2008, p124).

Portanto, desde a mudança da Escola Normal para as imediações da Praça Comandante Felizardo Leite, em 1919, onde também se localizava o Lyceu Parahybano, a aproximação de rapazes e moças passou a ser o foco das atenções do então diretor, João Batista Milanez, pois se tornou por vezes corriqueiro, principalmente, nos intervalos das aulas (não se sabe ao certo de se tratar apenas de Sady ou de outros alunos), a presença de "moços" "estacionar" nas escadarias da Escola Normal, aguardando a saída das alunas, causando, assim, certo incomodo às tradicionais normas que costumavam separar ambos os sexos, herança do colonialismo, e igualmente obrigatória em festas, retretas, igrejas e até nos jardins públicos da cidade⁸⁹. O caso chegou ao conhecimento público quando, depois de algumas ocasiões, no desejo de "flertar" com suas "pretendentes", os moços jogaram "pedrinhas" pela

89 Fonte: Jornal *A União*, Diário oficial do Estado, Parahyba – Domingo, 1 de Março de 1923. Ano XXXX. Numero 52. Título: Moços mal educados. **Imagem Anexa 24. Referência: P4240013**

janela da escola, para chamar atenção de “determinadas alunas”, como noticia o jornal *A União*, em 1 de março do corrente ano: ⁹⁰

Não é esta a primeira vez que veremos o reprovável procedimento de certos jovens, que estacionam nas adjacências da Escola Normal, sem guardarem a compostura que se presume nas pessoas de educação. Além da inconveniência desse plantão em frente a um estabelecimento frequentado por senhoras e senhoritas, aqueles peraltas atiram pedras de encontro aos vidros das janelas, como ontem aconteceu, com grande escândalo e agastamento das alunas e mestres, que se encontrava em aula. Caso continue este máo veso, que tanto depõe contra os nossos costumes, o sr dr. Demócrito de Almeida, chefe de policia, tomará as providencias que o caso requer e a lei permite.

E assim se fez cumprir sua palavra, ao solicitar, transmitida em nome da “honrada família paraibana”, ao diretor, solicitou ao chefe de polícia, Dr. Demócrito de Almeida⁹¹, uma autorização para colocar um guarda na porta da escola, com ordens expressas de “vigiar e punir” qualquer aproximação masculina à frente da Escola Normal, passando a Guarda Civil do Estado a exercer também a função de guardião da "honra das moças". No dia 22 de setembro, o guarda 33, exerceu ao extremo tal ordem do chefe de policia, resultando no disparo de pistola “Mauser” que atravessou Sady na altura do umbigo, vindo este a falecer momentos depois.

A notícia no jornal *A União* deixa claro as circunstância pelas quais o diretor teria solicitado a presença da guarda civil nas imediações da Escola Normal, apesar das controvérsias quanto à data exata da decisão e as razões da atitude do religioso. Segundo Benvindo (VASCONCELOS, 2009, p.78), ao assumir “no governo passado (Governo de Camilo de Holanda 1916 a 1920), a Diretoria da Escola Normal, o reverendo Padre Milanez exigiu do governo à presença da policia em frente daquele educandário, com o fim de proibir que os moços ali permanecessem”. O jornal *A Imprensa*, no entanto, de propriedade da Igreja Católica, em matéria de 28 de setembro de 1923, afirma que:

É-me de ver que não de hoje nem de alguns meses, senão de muito antes, desde o quatriênio passado datam as medidas tomadas a pedido da Diretoria da Escola Normal, todas de caráter disciplinar, sem visar a determinadas

90 Fonte: Jornal A União, Diário oficial do Estado, Parahyba – Domingo. 1 de Março de 1923. Ano XXXX. Numero 52. Titulo: Moços mal educados). **Imagem Anexa 25. Referência: P4240013**

91 Demócrito de Almeida era membro do prestigiado grupo político chamado de Jovens Turcos, sendo eleito por três legislatura consecutivas (1920 a 1928), sendo que nas duas primeiras fora nomeado Chefe de Policia do Estado e na ultima, Secretário Geral do Estado, no entanto, sua atuação como Chefe de Policia ficou marcado pela atuação no combate a criminalidade e ao banditismo no Nordeste, sendo responsável por inúmeros acordos de cooperação entre Estados vizinhos no combate aos gangacerismo e na organização da Guarda Civil do Estado da Parahyba.

peças, e não consta que até hoje se houvessem verificado abusos do tamanho desse nefando crime que vivamente abalou a nossa capital.⁹²

Isto é, o jornal, apoiado nas declarações do jornal *A União* do dia 25 de setembro⁹³, órgão oficial do Estado, tenta explicar as razões da permanência de um guarda na vizinhança da Escola Normal, como sendo uma atitude que “expressa o senso comum das pessoas de responsabilidades sobre a personalidade inatacável do mons. João Milanez, dedicado diretor de nossa Escola Normal”. Segundo a respectiva folha, “quando monsenhor Milanez solicitou ao Dr. Chefe de policia um posto de guarda nas proximidades da Escola normal, fez, como já fora fato no governo anterior, a observação de outros diretores e reclamos de chefe de família”. Ou seja, segundo o respectivo jornal, a proibição já era anterior ao atual governo, digo, a gestão anterior, bem como atendia aos pedidos dos pais das alunas. Portanto, nada havia de “anormal” naquela atitude do diretor, em exigir maior vigilância nos “abelhudos” que insistiam em se aproxima das normalistas, “não visando perseguir alguém específico”. Ainda em defesa do mesmo, afirma a respectiva folha:

O monsenhor não pediu para ali o guarda 33, muito e mil vezes menos visando Sady Castor, (...) que uma funesta fatalidade aproximou no sábado ultimo. O diretor da Escola Normal, no justo e difícil zela de seu cargo, quis tão só prevenir, em favor das educandas do estabelecimento, indelicadeza de que já houvera casos, de rapazes estudantes ou não, nas imediações da Escola. Se é verdade que esses cuidados competem mais a família, não é menos verdade que os mesmo que pais mandam as filhas sós á rua, fiados na moral dos costumes que á policia cumpre fiscalizar e garantir.⁹⁴

Com isso, o jornal tenta eximir o religioso e a própria Igreja de qualquer responsabilidade sobre os acontecimentos que tiraram a vida do estudante Sady Castor, colocando como único culpado o “obediente” guarda 33, que cumpriu de forma “irrestrita” a ordem dada pelo chefe de polícia. Já a atitude do Guarda 33 é descrita na obra de Benvindo (VASCONCELOS, 2009), como “imperioso e envaidecido de gozar do privilegio injusto e criminoso de humilhar, abater e prender a galharda e distinta mocidade da Paraíba”. Portanto, ao contrário do que testemunhou o guarda 41, no romance, o guarda gozava da má fama de perseguir os estudantes, abusando de sua autoridade, ao afastar a “mocidade estudantina” de quaisquer contatos com as moças da Escola Normal.

92 Fonte: Jornal A Imprensa. BI – Semanário Cathoico. Parahyba – Sexta-feira, 28 de setembro de 1923. Anno XXI – N 11 – **Imagem Anexa 26. Referência: DSCN5534.**

93 Fonte: Diário Oficial do Estado. Anno XXXX. Parahyba, 25 de setembro de 1923. N.200. **Imagem Anexa 27. Referência: DSCN5593.**

94 Fonte: Jornal A Imprensa. BI – Semanário Cathoico. Parahyba – Sexta-feira, 28 de setembro de 1923. Anno XXI – N 11 – **Imagem Anexa 28. Referência: DSCN5540.**

Ainda segundo a respectiva folha católica, o jornal *A Imprensa*, a atitude do padre, logo após o crime do guarda 33, era de indignação e desoladora expressão, sendo visto verberando o policial que exagerou a ordem da autoridade, deturpando as maneiras de intimação e cometendo o deplorável homicídio; no entanto, sabe-se que o guarda 33 foi preso quase que imediatamente após o crime e encaminhado ao comando da Guarda Civil pelo guarda 41, acompanhado pelo Dr. Mariano Falcão. Se for verdade que o monsenhor verberou palavras contra o guarda 33, o mesmo não foi relatado por nenhum outro jornal ou mesmo por testemunhas ao descrever as cenas do crime.

O certo é que o mesmo ficou extremamente abatido, sendo dia depois exonerado, a pedido próprio, de ambos os cargos que exercia (diretor da Escola Normal e diretor interino da Instrução Pública) e em seu lugar foi nomeado o cônego Pedro Anísio Bezerra Dantas, como diretor interino da Escola Normal, exercendo, também, interinamente, o cargo de diretor geral da Instrução Pública.⁹⁵ No mesmo dia de sua exoneração, o Presidente do Estado lhe concede, “atendeu ao que requereu monsenhor João Batista Milanez, dois meses de licença, com ordenado, na forma da lei, para tratamento de sua saúde onde lhe convier”.

Durante esse período, recebeu copiosas visitas, principalmente de comitivas de alunas da Escola Normal, como mostra a notícia do jornal *A União* do dia 28 de setembro de 1923:⁹⁶

As alunas do 4 ano da Escola Normal fizeram ontem pela manhã, incorporadas, visitas a ilustre sacerdote monsenhor João Batista, diretor daquele conceituado educandário desta capital. As gentis professorandas deste ano já tinham sido precedidas nesse gesto de simpatia ao esforçado diretor da Escola Normal pelas alunas de varias outras classes.

Messes depois, ele voltou as suas funções, permanecendo até o fim do quadriênio João Suasuna.⁹⁷ Poucos anos depois faleceu, em 12 de janeiro de 1930, às 15 horas, em sua residência, à Avenida João Machado, vítima de “cruel enfermidade” que o prendia ao leito desde muito tempo. Segundo os jornais da época, a sua morte causou profunda consternação em todos os círculos da Capital, provocando verdadeira romaria de amigos e pessoas das suas relações que se iam inteirar da marcha da sua agonia.⁹⁸

Assim, ciente de que a vida desse religioso e educador não pode ser resumida a estes poucos parágrafos, dada a importância que o teve para a educação parahybana naquele

95 Fonte: Diário Oficial do Estado. Anno XXXX. Parahyba, 06 de outubro de 1923. N.213. **Imagem Anexa 29. Referência: PTDC 0134.**

96 Fonte: Diário Oficial do Estado. A União. Anno XXXX. Parahyba, 28 de setembro de 1923. N.203. **Imagem Anexa 30. Referência: PTDC DSCN5600**

97 Leitão, Deusdedit. O Ensino Público na Paraíba. Síntese Histórica da Secretaria da educação. p31.

98 Fonte: jornal *A União*. Parahyba – terça-feira, 14 de janeiro de 1930. Ano XXXVIII, n 10.

período, fico no limiar do objetivo deste texto, aguardando outras oportunidades para, quem sabe, um dia, um estudo biográfico possa esclarecer melhor as decisões tomadas. Interessa dizer é que a Igreja exercia forte influência nos rumos da educação do Estado, seja exercendo altos cargos na Administração Pública e ou intermediando a relação entre Estado e Igreja – política e religião - no que tange às diretrizes educacionais da Primeira República. Portanto, o Monsenhor agia de acordo os ditames da Igreja, sem imaginar a repercussão trágica de suas decisões.

É possível, entretanto, que outras informações possam ser encontradas mediante investigação das seguintes questões: quem era Sady Castor? Quem era Ágaba Medeiros, como os dois se conheceram e por que ela cometeu suicídio? Sady Castor pertencia ao Grêmio 24 de Março? Sobre essa organização *estudiantina*, qual o papel do Grêmio Cívico 24 de Março nos protestos e manifestações em desagravo ao assassinato de Sady Castor? Quem eram seus líderes? Qual sua relação com a política local? O que defendiam?

Para responder a essas questões, é preciso continuar os fios e os rastros de outros protagonistas desta história, e isso inclui os “ilustres anônimos” Sady e Ágaba, ex-alunos do Lyceu que participaram do Grêmio Cívico Literário 24 de Março à época, além de alguns “elementos políticos” acusados de mal orientar os estudantes durante o episódio do crime do estudante Sady. Nos próximos itens, tentarei conhecer um pouco mais sobre alguns desses personagens, seu ambiente histórico, político e cultural à época do crime. Suas histórias aos poucos vão se entrelaçando, formando uma espécie de prosa grafia, onde é possível enxergar possíveis respostas a essas indagações.



Figura 8. Sady Castor Correia Lima. Fonte: *Jornal da Cidade*, 1989. Suplemento Dominicano. João Pessoa. Paraíba. Domingo, 03 de dezembro de 1989\ Revista Era Nova, 04 de Outubro de 1923.

Quem foi Sady Castor? Por que sua morte despertou tanta atenção à época? Como ele conheceu Ágaba Medeiros e por que ela cometeu suicídio após o assassinato de Sady? É possível que essa história tenha conexões com rivalidades políticas á época, ou apenas uma vitima do acaso?

Além da literatura, as poucas informações sobre quem foi Sady Castor e Ágaba Medeiros são de autoria de alguns de seus parentes, escritos em momentos bastante singulares. Uma delas foi a ocasião das comemorações do segundo aniversário de morte de Sady, promovido pelo Grêmio Cívico Literário 24 de março, em setembro de 1925. O conferencista foi Apolônio Nóbrega, Autor do livro *História Republicana da Paraíba (1950)*.

Segundo Apolônio Nóbrega (primo pelo lado dos Nóbrega) Sady Castor era filho de uma família tradicional do interior do Estado (a família Castor). O “índitoso” estudante nasceu em Soledade, município no Estado da Paraíba (Brasil), localizado na microrregião do Curimataú Ocidental, em 15 de fevereiro de 1896.⁹⁹ Dos catorze irmãos, Sady era o quinto filho do coronel Emiliano Castor de Araújo e dona Vitória Jacinta Correia Lima Castor¹⁰⁰, tradicional família de fazendeiros que, juntamente com os Nóbregas, seus parentes, tinham forte influência nos rumos da política local.

Segundo Linda Lewin, em seu estudo sobre a Política e Parentela na Paraíba, a família Nóbrega representa um excelente exemplo de que se pode estabelecer uma amostra de padrões de casamento consanguíneos, no Império e na República, pois eles produziram senadores, congressistas, vice- governadores e deputados estaduais da Paraíba. Além disso, seus vários ramos colaterais governaram os Municípios de Santa Luzia do Sabugi, Patos e Soledade. Os Nóbregas também tiveram ligações com uma meia dúzia de outras famílias dominantes que coletivamente governaram a zona do sertão do Cariri, (1987, p.133).

99 Fonte: *Jornal A União* de 24 de setembro de 1925. Arquivo do Dr. Umberto Nóbrega. Descrição: Depoimento de Apolônio Nóbrega, primo do falecido, quando discursava no salão nobre do Liceu, nas comemorações do segundo ano de morte de Sady. **Imagem anexa 31. Referencia: P2070338.**

100 Fonte - *Jornal da Cidade*, 1989/ A União 24 de setembro de 1925.

Segundo dona Áurea Castor, em entrevista à jornalista Regina Vonsohsten, em especial para o *Jornal da Cidade*. 03 de dezembro de 1989,¹⁰¹ “Sady tinha um temperamento alegre”, tocava piano, dançava e cantava. Era um rapaz extrovertido. Ainda em Soledade fez parte da filarmônica soledadense (FILHO, 1974). Foi com ele que dona Áurea Castor Ramos, irmã mais nova de Sady, aprendeu as primeiras letras e as quatro operações fundamentais¹⁰². Segundo dona Áurea, seu sonho era ingressar na carreira de médico. Para isso, logo após concluir os estudos primários, fez o curso de admissão no colégio do Juiz de Direito José Severino, em Soledade. Em 1918 foi sorteado para servir o Exército e incorporado ao 49º Batalhão de Caçadores, passando a residir na capital. Nessa época, morava numa república de estudantes no mesmo prédio onde também funcionava o jornal *Correio da Manhã*, onde trabalhava uma equipe de intelectuais que faziam sucesso entre os estudantes, a exemplo do “saudoso” João da Mata Correia Lima, de que falarei mais no capítulo seguinte; e outros como Aderbal Piragibe – jornalista e poeta; Aesênio Lins; Genésio Ganbarra, jornalista e tribuno.

Na época, Rui Carneiro¹⁰³ era o locatário do prédio e, pouco depois, diretor do mesmo jornal. Este personagem se destacou na política paraibana, inicialmente, como diretor do *Jornal Correio da Manhã*, de propriedade de sua família. Foi uma das três principais lideranças que surgiram após os acontecimentos de 1930, juntamente com Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida. Conforme assegura Mello (1995), autor do livro *História da Paraíba- Lutas e Resistências*, José Américo representava a classe média das cidades. Argemiro de Figueiredo era o representante dos proprietários rurais (coronéis). E Rui Carneiro representava a periferia (as classes menos favorecidas). Como diretor do jornal, tinha preocupações locais e populares, defendendo os interesses dos comerciantes, pleiteava o governo, acolhia e defendia qualquer causa de interesse do povo (MACHADO 1984, p. 61\5). Como político, participou da revolução de 1930, acendendo na Administração Pública e na política, como interventor da Paraíba, de 1940 a 1945, e senador até 1977, época de sua morte.

Já morando na capital, Sady Castor conheceu Erundina Campelo, de quem ficou noivo por algum tempo. Apesar de morar numa república de estudantes, fez da casa do Dr. Francisco Gouveia da Nóbrega seu segundo lar. Era muito ligado a Fernando Nóbrega e a

101 Fonte: *Jornal da Cidade*. 03 de dezembro de 1989.

102 Fonte - *Jornal da Cidade*, 1989/ A União 24 de setembro de 1925.

103 Fonte: CARNEIRO, Ruy. Depoimento prestado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, em março de 1977 (mimeografado), p.35.

Cassiano Nóbrega, ambos os filhos do Dr. Gouveia.¹⁰⁴ Os outros irmãos de Fernando e Cassiano foram: Silvino Carneiro da Cunha Nóbrega; Maria da Piedade Nóbrega de Andrade; Francisco Carneiro da Cunha Nóbrega; Dr. Genard Carneiro da Cunha Nóbrega; Dr. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega; Dr. Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega.

Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega era estudante do Lyceu, assim como Sady. Tinha entrado poucos anos antes, em 1921. Foi deputado estadual, prefeito de João Pessoa, deputado federal e ministro do Trabalho e da Agricultura, além de presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Já o Dr. Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, membro da Academia Paraibana de Letras e reitor da Universidade Federal da Paraíba, tendo sido um dos fundadores da Escola de Medicina da Paraíba (NÓBREGA, 1956).¹⁰⁵ Humberto (Nóbrega), naquele tempo, era ainda muito pequeno, lembra dona Áurea Castor Ramos, uma das irmãs mais nova de Sady.¹⁰⁶

Ainda como militar, Sady Castor foi enviado para Recife e depois, durante a gestão de Epitácio Pessoa na Presidência da República (em 1919), para o Rio de Janeiro, exercendo a função de telefonista no Catete (e/ou) guarda do então presidente da República. Após dar baixa do exercito em 1921, voltou à terra natal para trabalhar como funcionário das obras contra as secas promovidas pelos IFOCS, onde permaneceu até julho de 1922 (VASCONCELOS, 2009, p. 30)¹⁰⁷. Na cidade de Barra de Santa Rosa, conheceu, amou e noivou com Francisca Amorim. Depois que conheceu Ágaba, ele acabou este compromisso.

Quando os recursos das obras do IFOCS foram cortados no então governo de Arthur Bernardes¹⁰⁸, Sady voltou à Capital e retomou seus estudos, para finalmente tentar ingressar numa faculdade de Medicina. Primeiramente, matriculou-se na Escola Remington e em março de 1923, passou a frequentar o Lyceu Parahybano.¹⁰⁹ Na época, era por meio deste exame que os alunos tinham acesso aos certificados de habilitação, uma espécie de “vestibular”, para se matricularem nas Faculdades da República, com a diferença de que não era obrigado ter feito o ensino “médio”, bastava fazer as provas e passar (FERRONATO, 2012).

104 Fonte: *Jornal da Cidade*. Suplemento Dominicano. João Pessoa. Paraíba. Domingo, 03 de dezembro de 1989.

105 Fonte: *Parahyba Judiciária*. João Pessoa, 1(2): 314, 1998.

106 Fonte: *Jornal da Cidade*. Suplemento Dominicano. João Pessoa. Paraíba. Domingo, 03 de dezembro de 1989.

107 Fonte: *Jornal A União*, 24 de setembro de 1925.

108 Sobre o encerramento abrupto dessas obras, entrearei em detalhes mais na frente. No momento basta dizer que, o IFOCS era obras de infraestrutura e prevenção contra as constantes secas que assolavam o Nordeste, desenvolvido pelo então Presidente da República Epitácio Pessoa.

109 Fonte: *Jornal da Cidade*. Suplemento Dominicano. João Pessoa. Paraíba. Domingo, 03 de dezembro de 1989.

Segundo Romanelli (2010, p.42), a Constituição da República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistema¹¹⁰, cabendo a União o direito de “criar instituições de ensino superior secundário nos Estados” e “prover a instrução secundária no Distrito Federal”, o que, conseqüentemente, delegava aos estados competência para prover e legislar sobre a educação primária. Na prática, cabia à União criar e controlar a instrução superior em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal, e aos estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendiam principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes.

Ainda segundo essa autora, neste período, o ensino secundário no Brasil ainda guardava muitas heranças do período Imperial, entre elas, o caráter elitista e a formação essencialmente propedêutica. No âmbito do ensino secundário, cabia ao Governo Federal criar e legislar sobre o ensino secundário por ele mantido. Essa legislação atingia diretamente os estabelecimentos mantidos, pelos estados e pela iniciativa particular, por duas razões mais importantes: primeiramente, porque o Governo Federal controlava e regulamentava o ingresso nos cursos superiores, levando os estabelecimentos de ensino secundário a procurarem adequar seus cursos a tais exigências; em segundo lugar, aqueles estabelecimentos estaduais e particulares que seguissem as normas federais seriam equiparados ao Colégio de Pedro II, isto é, aqueles que neles se formassem teriam os mesmos direitos que os formados pelo Pedro II, como o direito de ingressar em cursos superiores sem prestar novos exames. (IDEM. p.43).

Na Parahyba do Norte, á época que Sady ingressou no Lyceu, havia três escolas equiparadas ao Colégio Pedro II. A Escola Normal, onde Ágaba estudava, o Colégio Nossa Senhora das Neves, destinado essencialmente ao sexo feminino, e o Lyceu Parahybano, a mais antiga instituição de ensino de nível secundário do Estado. Este último estabelecimento educacional foi estabelecido na Capital parahybana pela lei de nº 1, de 24 de março, e regulamentado, a primeira vez pelo decreto nº 11, de 19 de abril de 1837. Desde então, era a principal instituição de ensino do Estado, berço cultural capaz de reunir homens de estudos e líderes comunitários letrados, na Província da Parahyba. Segundo Menezes (1982), entre 1850 e 1929 a sociedade paraibana foi lyceana. Todas as lideranças administrativas “nasceram” no Lyceu. Todos na condição de professores ou alunos. Infelizmente não é possível dizer muito sobre sua vida de estudante. Com certeza, fontes dessa natureza

provavelmente teriam muito a contribuir no desenvolvimento desta pesquisa; mas, estudando as formas de preparação e ingresso nos cursos superiores, pode-se ter uma ideia de onde e como Sady Castor estudava.

Por muito tempo, O Lyceu parahybano foi a principal instituição de ensino do Estado, berço cultural capaz de reunir homens de estudos e líderes comunitários letrados, na Província da Parahyba. Segundo Ferronato, na Província da Parahyba do Norte, a criação do seu Lyceu Provincial, em meio aos problemas do período regencial, esteve inserida no processo do chamado pacto imperial, estabelecido entre as elites provinciais com o poder central, particularmente, conduzido pelos liberais.¹¹¹

Para José Rafael de Menezes, entre 1850 e 1929 a sociedade paraibana foi lyceana. Segundo o autor de "História do Lyceu Parahybano", todas as lideranças administrativas 'nasceram' no Lyceu. Todos na condição de professores ou alunos. Durante meio século (1880 a 1930), foram criados diversos grêmios estudantis, muitos deles pela comunidade lyceana, o último deles foi o Grêmio Cívico Literário 24 de Março, fundado no dia 02 de Abril de 1921, nome em homenagem a lei de criação da Instituição.

Segundo Ferronato (2012), os exames preparatórios, até o ano de 1851, eram realizados apenas nas escolas superiores onde os candidatos desejassem ingressar e valiam apenas por um ano; entretanto, de 1851 a 1873, os exames foram realizados também no Rio de Janeiro, perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária, e no Colégio Pedro II, sob a denominação de "Exames Gerais de Preparatórios de Validade Nacional." No ano de 1873, os exames começaram a ser realizado nas capitais de províncias onde não havia escolas superiores, perante delegados, Inspetor de Instrução e bancas nomeadas pelos presidentes de províncias (PINHEIRO 2004).

Para esses autores, os exames em geral tinham baixos índices de aprovação, no entanto, havia certa flexibilidade no critério das provas, principalmente com a ampliação da validade dos certificados de aprovação dos exames, abrindo-se a possibilidade para o seu parcelamento, como esclarece Ferronato (FERRONATO, 2013, p.110).

A partir da década de 1870, o quadro de irregularidades e de desmoralização dos exames de preparatórios se agravou, ainda mais a partir das decretações de medidas para facilitar o acesso dos candidatos nas escolas superiores, como, por exemplo, a que se referia ao tempo de validade dos certificados de aprovação, que, paulatinamente, foi ampliado. Assim sendo, em 1854, o

111 FERRONATO, Cristiano de Jesus. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte/ Cristiano de Jesus Ferronato. - João Pessoa: [s.n.], 2012.

prazo era de dois anos; em 1864, de quatro anos e, a partir de 1877, tornou-se válido por tempo indefinido.

Dessa forma, as matrículas passaram a ser feitas por matéria, ou seja, enquanto alguns alunos cursavam várias matérias, outros cursavam apenas uma, especialmente aquelas que eram as exigidas nos exames preparatórios. De todo modo, em 1923, os exames finais dos alunos matriculados nas aulas avulsas eram feitos pelo mesmo processo estabelecido no regulamento para os alunos dos cursos e perante as mesmas comissões. Até o governo de Camilo de Holanda (1916), o aluno, se aprovado, poderia, se quisesse, completar o curso especial de Comércio ou de Agrimensura, prestando exames finais das matérias específicas, requerendo ao diretor, nas épocas regulamentares, a competente inscrição. Segundo o artigo 11 do regulamento interno do Lyceu Parahybano¹¹², mesmo se matriculado nas aulas avulsas, o aluno ficava sujeito ao mesmo regime de “Access it”, só podendo prestar os exames finais das respectivas matérias depois de “cultivados” os estudos destas. Tais exames aconteciam na primeira quinzena de novembro.

O fato é que, com o mesmo ímpeto que tinha pelo “estudo”, Sady Castor tinha pelas paixões amorosas. Enquanto muitos estudantes trocavam os amores pelos livros, ou pelo menos os amores de “boa família”, Sady se entregava às aventuras românticas, deixando-se apaixonar-se por uma jovem normalista. Desde então, passou a cortejar secretamente a bela Ágaba Gonçalves de Medeiros, filha do Cel. José Peregrino Gonçalves de Medeiros, inspetor da alfândega, e “dona” Maria Amélia de Medeiros, carinhosamente chamada de Maroca. Desse casal, existiram, como irmãos da jovem, doze homens e sete mulheres, sendo os primeiros do primeiro casamento.

Ágaba cursava o terceiro ano da Escola Normal, segundo Benvindo, com “uma precocidade promissora que a destacava no seio das mestras das futuras gerações” (VASCONCELOS, 2009, p. 36). Ainda segundo esse autor, Ágaba (IDEM, p.36-37).

[...] era uma jovem que, a par de conjuntos de graças que enfeitiçavam os olhares mais cuidadosos e indiferentes, possuía um coração planificado das mais alcanforadas virtudes. Era uma jovem alta e de compleição delicada, tinha o rosto ligeiramente comprido, faces de veludo sutilmente rosada, lábios finos e vermelhos, habituados a sorrir, quer se entreabrindo com meiguice encantadora deixavam de ser dois graciosos colares de dentes pequeninos e alvi-brilhante. Olhos meigos e de uma languidez angelical, cabelos loiros e luzidos, se estendiam pelas espadas alabastinadas.

112 Fonte: Decreto n. 570 de 16 de novembro de 1912. Fonte: Coleção dos Atos dos Poderes Legislativos do Estado da Parahyba em 1912. Imprensa Oficial da Parahyba MCMXII. PP.12



Figura 9. Agaba Gonçalves de Medeiros. Fonte: Revista *Era Nova*, 31 de Outubro de 1923.

Não há informações precisas sobre como e quanto se conheceram, a não ser por referências literárias. Segundo Benvindo, o romance entre Sady e Ágaba, pode ter começado entre os meses de março e abril daquele de 1923. Segundo o autor, Sady aguardava a hora da preleção dos mestres, sob a fronde de uma árvore da Rua Direita (IDEM, p.76), na Praça Comendador Felizardo Leite, folheando as leves páginas de um livro que o vento tentava arrastar, quando levanta a fronte e olha em torno de si, passa por ele uma jovem “como uma mística aparição, a silhueta branca de uma mulher adorável [...], fitou fundamente os olhos dela que não pestanejaram e também se fixaram nos dele” (IDEM, p. 34).

Desse dia em diante, o “flirt” passara a ser quase diário, antes e depois das aulas. Por volta das três horas da tarde, os dois marcavam para se encontrar. E por esse horário lá estava Sady, esperando a oportunidade de trocar olhares ou mesmo breves palavras, na intenção de captar a atenção de sua preferida. O namoro naquela época era bem diferente dos dias hoje. A paquera se dava a distância, quase sempre em lugares públicos. Para driblar a vigilância, usavam-se certos códigos e gestos que mediavam as primeiras conversas, principalmente num local público e movimentado como a Praça Felizardo Leite, ponto central da Cidade. Segundo Del Priore (2008. p. 278).

Uma vez captada a atenção, o candidato passava a exibir uma variedade de sinais, por meio dos quais se comunicava, a distancia com sua bem amada: flores á lapela do paletó, lenço disposto de maneira convencional no bolso do peito, movimento com a bengala; ela respondia carregando flores de varias espécies e também com diferentes cores de vestido. Baforar um charutão significava não te dou bola; limpar o suor do rosto: “quantos trabalhos me dás”; passar com a ponta de bengala para cima: “Estou de ponta contigo”; braço em decúbito: dor de cotovelo; coçando o nariz: “lá vem gente”. Botão de rosa com espinho: “temo, mas espero”. Lírio: “começo a amar”. A tulipa: “declaro-me”; o mirto: “amo-te!” Chamava-se a essa fase de namoro “estar na chumbação”.

Especialmente para esse fim, a Praça Comendador Felizardo Leite, onde Sady seria assassinado meses depois, cartão postal das recentes transformações urbanísticas do início do século XX, era um dos principais espaços de lazer e socialização da cidade de Parahyba do Norte. Foi neste espaço público, de que falarei mais tarde, que os dois, provavelmente, se conheceram, entre uma “retreta” e outra; estabeleceram o primeiro contato. Trocaram bilhetes intermediados por amigos e amigas do casal. Frequentaram os encontros sociais e, às vezes, se encontravam às escondidas, durante as missas, até as primeiras horas da noite. Rapidamente passaram do *flirt* para namoro; no entanto, quando a família de Ágaba tomou conhecimento daquele relacionamento, se manifestou contrária, pois o consideraram Sady um “mero estudante”, principalmente quando descobriram que ele era comprometido com outra moça, de quem tinha lembranças, retratos e correspondências (IDEM, pag. 65).

Na verdade, Ágaba não só vivia um amor proibido, como ia de encontro aos interesses dos irmãos mais velhos ao se relacionar com Sady. Estes a tinham prometida em casamento a um moço do Recife, bem mais velho do que ela e, por conta disso, se tornaram perseguidores incondicionais do casal. Na época, ainda prevalecia a tradição de casamentos arranjados (casamento por conveniência), principalmente entre as famílias de elite. Tal prática costumava estreitar laços de parentesco e/ou interesses políticos e econômicos entre as famílias. Nesse sentido, umas das principais consequências trazidas pelas transformações do início do século XX ocorreu no âmbito família.

Em seu estudo sobre a política e parentela na Paraíba, Linda Lewin (1987, p. 165), esclarece que, com o declínio da endogamia¹¹³, isto é, casamento entre membros da mesma família, muito comum até o final do século XIX, contribuiu para o gradual declínio do poder patriarcal, uma vez que permitia maior flexibilidade no ingresso dos de “fora”, definidos por laços de fraternidade ou quase fraternidade.

Na prática, foram os homens que mais se beneficiaram com as inferências legais trazidas pela República, que diminuiu o poder dos pais como chefe da família, sobre seus filhos. Os pais, moradores do interior, viram seus filhos partirem para a cidade grande a trabalho ou para estudar, acentuando a fragilidade dos laços entre interfamiliares ou endogâmicos. Estes tinham maior liberdade de escolhas de suas futuras esposas, uma vez que, alcançado a independência financeira, ficavam livres do poder patriarcal exercido pelo pai ou

chefe da família. Já as mulheres (as de boa família), continuavam sobre o jugo do pai, tendo pouca ou quase nenhuma liberdade de escolha de seus pretendentes.

Nesse ponto, o Código Civil de 1916 manteve o compromisso com o Direito Canônico e com a indissolubilidade do casamento. Nele, a mulher era considerada altamente incapaz para exercer atos e se mantinha em posição de dependência e inferioridade perante o marido. Segundo Del Priore (DEL PRIORE, 2006, p. 246),

Complementaridade de tarefas, sim. Igualdade entre homem e mulher, nunca. Ao marido cabia representar a família, administrar os bens comuns e aqueles trazidos pela esposa e fixar o domicílio do casal. Quanto a esposa, bem... essa ficara ao nível dos menores de idade ou dos índios.

Quanto ao casamento, entendida como uma escolha para toda a vida, a lenta substituição da endogamia pelo ingresso de pessoas de fora tornou o casamento romântico, nas áreas urbanas e rurais, o sistema dominante de consórcio; no entanto, ainda prevalecia o poder paterno em escolher o futuro marido da filha, já que os filhos tendiam a se libertar cada vez mais do poder decisório do pai. Segundo Lewin, para as famílias mais tradicionais, “(...) o casamento não era um arranjo emocional, mas assunto de segurança econômica e política. As uniões matrimoniais eram planejadas para acentuar e perpetuar a dominação do grupo familiar (...)” (1987, p.165). Nos casos em que o pretendente da jovem, no entanto, não era o mesmo escolhido por sua família, restava-lhe provar à família da moça suas condições socioeconômicas compatíveis ou superiores ao candidato do pai.

Já para situações que não houvesse acordo, o que não foi o caso deles, pois a tragédia que os vitimou lhe tirou essa possibilidade de quem sabe, o mais comum era o “rapto consentido”. “Tal prática se colocando como um desafio mais agressivo à autoridade do patriarcal tradicional e aos padrões preferências de matrimônio consanguíneo”. Segundo essa autora, o rapto era uma alternativa informal, mas quase institucionalizada ao casamento arranjado. Sua eficácia se baseava no fato de que a mulher se tornava “desqualificada” para o casamento, aos olhos do candidato do pai, pela prática da fuga e conseqüentemente, a desonra da família. Nesse caso, a negação da benção do pai e da família era quase certa, acarretando o exílio da noiva do seio da família, até que o pai ou responsável reconhece-se o casamento não autorizado. Por outro lado tal prática tinha suas implicações legais, que na república, podia ser

classificado como crime sexual (estupro) se houve perda da virgindade da moça. Não tendo finalidade libidinosa, podia se configurar como "subtração" de incapaz (IDEM p.167).

Nesse sentido, o impasse causado pela recusa de Ágaba em aceitar um casamento por conveniência demonstra que essas rupturas na ordem patriarcal eram cada vez mais comuns no cotidiano das famílias mais tradicionais. Quanto ao estudante Sady Castor, restava convencer a família de Ágaba de que era um bom "partido", tanto quanto o candidato dos irmãos de Ágaba. Para isso, precisava contar com um "trunfo" (ou estratégia). Quem conta essa história é uma das sobrinhas de Sady, Maria Dulce Léllis, no "roteiro cinematográfico" intitulado *Amor... eterno amor!* onde ela¹¹⁴, expressa bem essa prática. Na ocasião, Ágaba se confessava com o Padre no adro da Igreja de São Francisco (VASCONCELOS, 2009, p.140).

- [...] Ágaba, Ágaba"... então você continua com esse amor impossível!
- Impossível por quê? Não somos da mesma classe social e não nos amamos? Quem mais querem?
- Não discordo de você. São dois pré- requisitos fortes mas não é só isso que conta.
- Não é só isso? Por acaso Sady não é um homem de nem?
- Meio impaciente, o padre interrompe:
- Eu sei, eu sei... Não precisa repetir que ele é neto de Dr. Genuíno Correia Lima e do Dr. Emiliano Castor de Araújo. Mas ele...
- e de bom caráter (completou Ágaba).
- Não esqueci nada do que você me disse na mais longa confissão que fez. Mesmo com tanta Igreja para se confessar eu lhe dei ouvidos (falou assim para contemporizar).
- Não se trata disso. Todo mundo sabe que Sady é um bom rapaz...
- Todo mundo sabe?
- Sady é bem conceituado nas boas rodas sociais. Anda bem acompanhado dos seus parentes, os Nóbrega. É elegante e bonito, alegre e espirituoso. Quando ele, como guarda pessoa da Presidência impediu que Epitácio Pessoa entrasse no catete, por não ter a senha, todo mundo aqui admirou seu ato de coragem e cumprimento do dever. Mas isso não basta.

Como disse, Sady, além de filho de um tradicional proprietário rural do interior que ostentava a patente de "coronel", ainda tinha parentesco com uma das mais conceituadas famílias do Estado, A "Família Nóbrega", contudo, mesmo quando a "vontade paterna, conhecendo a pureza do afeto, a dignidade de rapaz e os demais requisitos de sua conduta moral, abençoou o amor" (IDEM, p.46), o maior empecilho ao relacionamento continuava

114 Os trechos transcritos dessa obra, muito embora sejam muitos fiéis as práticas da época, são ficcionais, escritos muito anos depois por uma das sobrinhas de Sady. Geógrafa diplomada pela antiga FAFI da UFPB tem-se distinguido como poetisa e musicista, além de pesquisadora responsável por estudos sobre culinária e crenças e regionalismo popular.

sendo os irmãos de Ágaba. Ela se recusava a aceitar seu pretendente, chegando inclusive a enfrentar seus irmãos. Um desses enfrentamentos se deu quando a família de Ágaba soube que Sady era comprometido com outra menina, de quem mantinha lembranças, retratos e correspondências, seus pais se manifestaram contrários àquele amor.

Na ocasião, um dos irmãos de Ágaba resolveu enfrentá-lo em plena rua, pedindo-lhe satisfação pessoal àquela situação. Quando Ágaba soube do lastimável incidente entre Sady e seu irmão, abalou-se profundamente, apoderando-se de um profundo desgosto. Desde este dia, trazia consigo um pequeno frasco de “droga venenosa” - provavelmente barbitúrico ou arsênico – que exibia às suas amigas, dizendo-lhes que se acaso aquela situação se reproduzisse e ela se visse sem Sady, “poria termos à sua vida”. Quando a família tomou conhecimento, tomou-lhe o fatal veneno de suas mãos (IDEM, p.46).

Dias depois o casal de concilia, segundo Benvindo, mediante troca de bilhetes, onde Sady afirmava ter se desfeito de um “antigo afeto”, desfazendo de cartas e fotografias, provavelmente de Francisca Amorim (a quem Áurea Castor, irmão mais nova de Sady, se referiu anos depois) pondo fim aos empecilhos amorosos entre os dois. Restava apenas convencer a família de suas boas “qualidades” e “virtudes”; no entanto, mal acabara de se reconciliar com sua amada, chega a notícia da morte de Sady, abalando profundamente a fisionomia já sensível da pobre moça. Entre a “loucura” e a “dor”, Ágaba é conduzida à casa paterna onde permaneceu durante todo o velório de Sady. No dia seguinte, segundo Benvindo (2009, p.68).

[...] guardava o leito sensivelmente desfigurada, branca e muito branca como uma estátua, faces cavadas, grossas olheiras emoldurando os olhos molhados do pranto sentido de sua saudade, com boca palpitante e tremula de comoção como uma folha pesada de orvalho e uma frieza cadavérica lhe regelava o corpo exangue. Era uma virgem druídica, o anjo da paixão desmaiado na languidez soluçante e resignada, na hora sagrada do sacrifício divino.

E assim ficou por alguns dias, para o desespero da família que só via piorar seu estado físico e emocional. Segundo o jornal *Correia da Manhã*¹¹⁵, após o assassinado de Sady, Ágaba se mostrava inconsolável, “definhando evidentemente”. Em vistas dessa situação, a família aconselha-a passar uns dias na casa de um tio, na propriedade chamada de “Macacos”,

no “subúrbio” da Cidade. Espera que a ausência de tudo que podia recordar fosse eficiente para a volta da serenidade para aquela “alma descontente”. De regresso à casa paterna, apresentava-se mais calma, o que muito encheu de satisfação os seus progenitores e irmãos.

Sua aparente melhora, contudo, não passava de uma simulação para acalmar seus pais e, com isso, poder voltar para casa. Como expliquei anteriormente, Ágaba já havia manifestado a ideia de suicídio, inclusive com o mesmo veneno de que foi vítima. Poucos dias após a morte de Sady, na ocasião da visita de uma de suas melhores amigas e fiel confidente (desconhecida), soube que ela estava sensível e emocionalmente abalada. Na ocasião, Ágaba revela a sua amiga que o desejo de suicídio “havia brotado com afinco em suas decisões”. A respectiva colega, supostamente, conversou com Antonio Benvindo sobre o que havia conversado com Ágaba. Sendo assim, deixo ele narrar o diálogo (VASCONCELOS, 2009, p.72-73).

Eram cinco horas da tarde quando, na Praça Aristides Lobo, encontrei minha amiguinha.

- Boa tarde... Estive agora mesmo com Ágaba (amiga) Coitada, está inconsolável; o seu estado é de profundo desespero e inspira sério cuidado. Tenho a alma entristecida, e pesada impressão me abala o espírito pelo quadro tristíssimo que assisti agora.

- E contou-me tudo.

- E o seu estado mental? (perguntou Benvindo)

- Não é perfeitamente são por que, como sabe, o desespero obscurece a razão de alguma forma; mas ainda assim ela pensa e raciocina perfeitamente. O que mais me impressiona é que Ágaba, para mim, será uma suicida.

- Como assim?

- Pela sua maneira de falar é que se depreende. Imagine que ela passou a dizer que surge dentro de si a ideia formosa de suicídio

- Qual.. Estamos em pleno século XX.

- Deus queira que tal não suceda, mas...

-É apenas o efeito de forte agitação nervosa que passará certamente. Adeus!..

Sady havia morrido por Ágaba, e por isso, ela, Ágaba, devia morrer para viver com Sady. Os dias que passaram na propriedade macacos provavelmente foram determinantes para a tomada dessa decisão, muito embora seja impossível dizer o que sentia e o que pensava... o certo é que a aparente calma da jovem baixou a guarda da família, alimentada pela esperança de que ela superasse o trauma da morte de Sady. Nos dias que antecederam seu suicídio, passou a cumprir um delicado ritual. De volta à Cidade, “já era noite quando levada por uma força irresistível”, fora visitar o local do sinistro, em frente a Escola Normal, “terminou chorando e apontando para a ferida” que o projétil fizera na balaustrada da escadaria externa da Escola Normal, depois de varado o corpo de Sady (IDEM p.76).

Na sexta-feira, véspera de sua decisão, furtivamente, folheou a *Revista Era Nova* (04 de outubro de 1923). O numero trazia o retrato de Sady, morto, na câmara ardente e que por isso sua família procurou ocultar dela. “Após ter visto a Revista, ficou mais apreensiva e acabrunhada... chorou muito” (IDEM, p.81). No mesmo dia, pediu à criada que fosse ao estabelecimento de seu irmão comprar certa quantidade de “verde Frances”, alegando ser para uma das flores que pretendia levar ao túmulo de Sady. Quando a criada voltou, devolveu o produto e o troco. Ágaba pegou o dinheiro e o sacudi para o lado, dizendo que não precisa daquilo. Também pediu a sua mãe que lhe preparasse seu melhor vestido, de cor branca, e seu melhor calçado. Quando perguntado para onde ela pretendia ir, respondeu que para parte alguma, mas que mesmo assim, lhe satisfizesse o pedido.

Na manhã do sábado, Ágaba acordou muito cedo, “estava languidamente desmaiada, etérea; parecia quase fluídica, de uma espiritualidade constrangida, de uma expectativa dolorosa”. Segundo Benvindo (IDEM, p.82).

“[...] Ágaba sentia naquela manhã seu corpo de gesso render-se à força íntima de sua paixão e de sua desgraça, envolvidas em sudários ardentes, a lhe mostrarem cerradas as portas da vida, mergulhada em trevas e tédio, rompendo-se em luz o infinito imenso, alvorando em cambia em cambiantes estranhas”.

Aparentemente calma, pediu consentimento para ir até à igreja ouvir a missa e fazer confissão e comunhão. Depois da missa, fora ao cemitério acompanhado de uma “pequena”, levando às mãos uma grinalda de miosótis¹¹⁶, “os lábios trêmulos em preces, os olhos fixos no chão, faces molhadas em que as últimas lágrimas brilhavam como opalas ao loiro sol da manhã, levando no coração apaixonado a dor já inconsciente, uma força suprema a arrastar ao Campo Santo”. Por volta das oito horas da manhã, estava diante do túmulo de Sady, rezando e chorando. Passados alguns instantes, “Ágaba ergueu-se, se bateu na parede do túmulo e disse com a voz forte, porém entrecortada de soluções que morriam na garganta: - Adeus, Sady, até amanhã por essas horas!”. No caminho de volta, foi interrogada pelo coveiro que, sensibilizado ao ver aquela cena, quis saber quem ela era. E ela responde! “- Eu sou a infeliz

116 Myosotis, de nome comum miosótis, é um gênero de plantas pertencente à família Boraginaceae. Suas flores são também habitualmente chamados não-me-esqueças. <https://www.google.com.br/#q=mios%C3%B3tis>

Ágaba Medeiros que será vítima do amor.” E se retirou precipitadamente (VASCONCELOS, 2009, p.83).

Pouco depois, ao chegar a sua casa, se apoderou de algumas substâncias químicas, provavelmente arsênicas, guardadas num depósito mantido por seu pai para revelar “chapas fotográficas”. Após beber o mortífero “veneno”, foi perguntada sobre o que estava tomando. Calma e serena, dissimulou, respondendo que era apenas um pouco de bicarbonato de sódio para curar o estômago de que se sentia mal. Às 12 horas deste dia (06 de outubro), Ágaba, já com morte dentro de si, recolhe-se aos seus aposentos e registra suas últimas palavras. Escreveu ainda três cartas, “nas justas declarações e sentidas despedidas aos que ficariam abatidos pelo imenso golpe”, das quais duas ficaram desconhecidas do público na sua íntegra, sabendo-se apenas de seu assunto.¹¹⁷

Ao terminar a última, começou a sentir a fatal consequência do veneno. Alarmada, a família recorreu aos recursos médicos do Dr. Teixeira de Vasconcelos que prestou à vítima os primeiros socorros, sendo “secundado” pelo Dr. Adhemar Londres, chamado ao local pelo Sr. Feliz Medeiros, irmão de Ágaba. Todos os recursos foram improfícuos, e às 16 horas (mais ou menos o mesmo que Sady morreu), veio a falecer a “desditosa senhorinha”, entre “a dor inconsolável da sua desolada família”, exatos 15 dias após a morte de Sady. Segundo Benvindo, Ágaba afirmou até o seu último momento ter tomado bicarbonato, “para assim ocultar a grandeza de sua heroicidade”.¹¹⁸

A família tenta esconder as verdadeiras causas da morte da jovem, com vistas a garantir o enterro em solo sagrado, como prega o direito canônico da Igreja Católica¹¹⁹. Para a Igreja daquela época e até bem pouco tempo, o suicídio era um grave empecilho para ser enterrado em “solo sagrado”.¹²⁰ As cartas deixadas por Ágaba, no entanto, não deixaram mais dúvidas quando a versão de suicídio. Encontradas no dia seguinte de sua morte (07 de outubro de 1923), as cartas estavam sob o colchão de seu leito, dentro de um livro de poesias de uma amiga cuja primeira página ela escrevera, momentos antes de sua morte a frase, “Lembre-se em suas preces de meu Sady, A. M”. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, provavelmente da terça – feira (dia 9\10), cujos repórteres estiveram na residência da família de Ágaba no dia

117 Fonte: Arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal Correio da Manhã, 07 de outubro de 1923, p.3 [s/nº]. **Imagem Anexa 32. Referência: P2070455.**

118 Fonte: Arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal Correio da Manhã, 07 de outubro de 1923, p.3 [s/nº]. **Imagem Anexa 32. Referência: P2070455.**

119 CORONATA, P. Matthaes Conte a. O. M. C. Compendium Iuris Canonici. Volumen II. De Rebus – De Processibus – De Delictis ET Poenis. Editora Marietti. MCML. Romae.

120 Igreja Católica reformulou seus conceitos em relação ao suicídio. No Código de Direito Canônico, nos cânones 1177 a 1185, onde se fala das exéquias, não há qualquer exclusão dos suicidas como beneficiário das celebrações. No Catecismo da Igreja Católica, de 1992, os itens 2280 a 2283 falam do suicídio, concluindo: “Não se pode desesperar da salvação das pessoas que se mataram. Deus pode, por caminhos que só ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida.” 18/10/2007

anterior, lhe foram mostradas duas cartas deixadas por Ágaba. A primeira dirigida aos seus pais, “em que pedia que lhe perdoassem seu ato, pois que assim deveria proceder, uma vez que a vida se lhe tornara insuportável viver sem o amor e a presença de Sady; que se consolassem e orassem por eles”. Junto a esta carta, havia um bilhete endereçado a uma de suas irmãs, senhorinha Albertina Medeiros (A. M), pedindo que lhe pagasse umas promessas que havia feito¹²¹.

A segunda carta era endereçada à família de Sady, especificamente, a mãe dele, que não a conhecia pessoalmente. Esta, segundo Benvindo, se tornou conhecida pelo público, havendo segundo ele cópias diversas. Em seu trabalho, o autor publica “em linhas gerais” as sínteses das outras cartas e, na íntegra, a respectiva carta endereçada à genitora de Sady; no entanto, não foi possível saber se a carta é a original, pois não é possível compará-la com outras versões, o que impediu de dizer se realmente são as palavras de Ágaba. A julgar pela reação da família Medeiros, é no mínimo reveladora de certa verossimilidade. Eis o seu teor. (VASCONCELOS, 2009, p. 87-89).

Para(hy)ba, 6 de outubro de 1923

Minha Mãezinha,

Peço-vos desculpas de assim vos tratar, mas os laços que me prendiam ao vosso filhinho, permitem que assim vos trate. É lamentável dizer-vos o estado em que acho desde o desaparecimento de meu inesquecido, mui amado Sady. Peço-os perdão de minha ousadia, mas, por meio desta, dizer-vos que comungo convosco da mesma dor. Ah! Se não fosse ferir o vosso e o meu coração relataria o modo, os sentimentos daquele que tão cedo foi arrebatado do meio honrado em que vivia. Não sei por onde se acha a mala daquele que espero Deus tenha em sua companhia; queria que vos interessáveis me mandar buscar.

Resta-nos confiar na justiça da terra? Não, confiarei na Divina, pois que aquela falha e esta não falhará jamais. Confiando no vosso coração, espero não se zangara quando esta receber. Peço-vos que abençoeis aquela que amanhã irá fazer companhia àquela que soube honrar e fazer-se honrar. Abraçai as maninhas pela desventura. Ágaba Medeiros

Segundo o articulista de um jornal local (provavelmente o Jornal *Correio da Manhã*), tais cartas não deixaram dúvidas quanto à “trágica deliberação da inditosa jovem, inscrito num momento de extrema angústia”¹²², isto é, suicídio voluntário. Já outra testemunha,

121 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega. Jornal Correio da Manhã [s/d]. Provável 09 ou 10 de outubro de 1923. **Imagem Anexa 33. Referências: P2070439.** Provável 09 ou 10 de outubro de 1923

122 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega/UNIPÊ. Jornal Correio da Manhã [s/d]. **Imagem Anexa 34. Referência: P2070442.**

Bentinha Zácara, sobrinha de Ágaba, em entrevista a Amaury Vasconcelos (em 23 de 1996), explica como a família conseguiu o sepultamento cristão. Segundo ela, “como tinha sido suicídio voluntário, tudo de conhecimento público, o laudo cadavérico foi dado como excesso de barbirúticos”, isto é, por excesso de substância sedativa ingerida por engano, cuja pouca margem entre a dosagem terapêutica e tóxica pode ser mortal. A família negou no início, mas depois admitiu um engano (VASCONCELOS, 2009, p. 185).

O jornal *A União* dedicou uma só nota de falecimento, enfatizando a versão dada pela família. Segundo a folha oficial, a família estava “tomada de “verdadeira” perplexidade, sem saber ao certo se o envenenamento que a vitimou foi espontâneo ou involuntário”. Segundo a mesma, a jovem sentiu-se mal do estomago e, por um equívoco fatal, trocara os vidros dos medicamentos, tomando arsênico em vez de bicarbonato de sódio.¹²³ O caso foi resolvido com a ajuda do tio, Monsenhor Barros, alta autoridade eclesiástica e também pelo prestígio dos Gonçalves de Medeiros, e por igual, a família de Castor e Nóbrega (VASCONCELOS, 2009, p. 185).

Logo que foi divulgado o triste fato, a residência do cel. José Medeiros, à rua Duque de Caxias, se encheu dos elementos dos mais “representativos da sociedade”, inclusive, um sem-número de senhorinhas, que, até a hora em que o repórter do Jornal *Correio da Manhã* esteve por lá, teciam grinaldas de flores para serem depositadas no féretro da saudosa “amiguinha”. Ainda durante o velório, na residência de seus pais, um ato inesperado acontece: Surpreendentemente, penetra a “câmara ardente” uma figura desconhecida “cujas faces cavadas e olhos amortecidos denunciavam a dor, o sofrimento e o desconforto de sua alma agoniada”. Era José Castro Castor, irmão de Sady, que veio se despedir da “noivinha” de seu irmão. A emoção foi tamanha que o moço cai “desfalecido em atonia terrível” (IDEM, p.86).

O enterro foi realizado no dia seguinte, às 8 horas, subindo o féretro da residência dos seus progenitores, em direção ao Cemitério Senhor da Boa Sentença. Uma multidão acompanhou o cortejo; quase toda a Cidade se fez representar. Famílias, em grande número, acompanharam o esquife da “pranteada menina”, até o “campo santo”. Numerosas colegas da Escola Normal, e também, os colegas do seu “inditoso noivo, assim como representantes de todas “as classes” (sociais), amigos, parentes e conterrâneos”.¹²⁴ Segundo o Jornal *Correio da Manhã*¹²⁵.

123 Fonte: Jornal *A União*, 7 de outubro de 1923. **Imagem Anexa 35. Referência: DSCN5615.**

124 Fonte: Arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal *Correio da Manhã* [s/d]. **Imagem Anexa 36. Referência P20700427.**

125 Fonte: Arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal *Correio da Manhã* [s/d]. **Imagens Anexas 37 e 38. Referências P2070442 e P2070459.**

As pessoas mais representativas do nosso meio, sacerdotes, senhorinhas, crianças operários, todos prestaram essa última homenagem à infelizmente vítima da grandeza imensurável do seu amor, Pelo clichê que estampamos poderão os leitores avaliar quão numeroso foi esse cortejo fúnebre que levou a derradeira morada o cadáver macilento dessa amorosa Ágaba, heroína que vem de passar ao patrimônio histórico da Parahyba, como Julieta passou de Verona.

Ao contrário da imprensa oficial, o evento foi amplamente registrado por diversos outros órgãos de imprensa, considerado um acontecimento tão marcante quanto o de Sady. O “préstimo”, chega ao cemitério às nove horas da manhã. Ainda segundo o repórter do jornal *Correio da Manhã*, era intensa a multidão que ali aguardaria a chegada do féretro, sendo conduzida a mão pelos irmãos da “saudosa” vítima. Sobre o caixão, continua a folha, viam-se muitas grinaldas, outro tanto conduzindo por suas colegas da Escola Normal, que em grande número se incorporaram ao cortejo. Ao ser feita a “inumação”, isto é o ato de baixar o caixão, discursou o estudante do Lyceu Parahybano, Plínio Lemos, “em palavras repassadas de comoção”, referiu-se ao desolador acontecimento, pondo em destaque as “excelsas” virtudes de Ágaba de Medeiros e a “inexcedível” sensibilidade do seu “amantíssimo” coração. O estudante Plínio Lemos terminou depositando uma grinalda sobre o túmulo de Ágaba, feito de saudade da mocidade estudantina da Parahyba.

Em seguida, discursou o professor João Falcão, em nome da Escola Normal, “produzindo uma sensibilizante oração”. As suas colegas da Escola, choravam copiosamente em fato digno de ser registrado ainda mais pela impressionante circunstância: Ágaba foi sepultada numa catacumba contígua à de Sady. O Sr. José Castor Correia Lima, outro irmão de Sady, estava presente havia ido a Cidade visitar o túmulo do irmão em nome da família, mas, de tão emocionado, acabou tendo uma “syncope” de que foi acometido o seu outro “desolado” irmão. Por ironia ou coincidência, ao lado do túmulo de Sady estava aberto outro, como esperando o cadáver frio de Ágaba, para que os dois “infelizes amantes” fossem, enfim, unidos pela morte.¹²⁶ A Parahyba cobre-se de luto.

Missas e romarias são oferecidas em prol das almas do casal. Anunciada em diversos jornais (*A Tarde*, *Correio da Manhã*, *Jornal a União e o Jornal O Norte*), a missa de sétimo dia de Sady Castor foi realizada na sexta-feira, dia 28 de setembro na Catedral de Nossa

Senhora das Neves, sendo celebrada pelos padres José Coutinho, Pedro Cardoso e Sylvio Mello. A notícia chamava atenção para a “grande comissão de alunas da Escola Normal” seguida de colegas do morto, que se dirigiam para o Cemitério. No local, além de muitas flores, uma coroa com a seguinte inscrição “Ao Sady Castor, eterna saudade das alunas da Escola Normal”. Durante o ato, houve discursos com destaque para os Sr. Silvino Santos, pelo primeiro ano do Lyceu Parahybano, Cezar de Oliveira Lima, pelo corpo discente do mesmo estabelecimento e o próprio Antonio Benvindo, representando o Centro Acadêmico de Recife.¹²⁷ Dias depois, as mesmas alunas iriam convidar “seus colegas do Lyceu e de outros estabelecimentos de ensino, bem como o povo em geral para celebrar outra missa, a de trigésimo dia da morte de Sady”¹²⁸.

O mesmo aconteceu na missa de sétimo dia Ágaba, primeiramente convocada por sua família, onde agradeciam a “todas as pessoas que acompanharam à ultima morada dos restos mortais de sua desventurada filha. Algumas noticias falam apenas que foram as alunas da Escola Normal que mandaram celebrar a missa, convocando os estudantes e o povo em geral para a celebração de missa. A missa aconteceu no dia 11 de outubro, também na Catedral de Nossa Senhoras das Neves, às sete horas da manhã, tendo como oficiante o reverendo Padre José Coutinho. A Catedral estava repleta de normalistas e lyceanos notando-se também a presença da “digna família Gonçalves de Medeiros” e de muitas pessoas da “alta sociedade”.¹²⁹

Depois do ato religioso na Catedral, boa parte dos que estavam presentes, principalmente os estudantes, amigos e parentes das vitimas, se dirigiram, em “comovida romaria”, ao cemitério do Senhor da Boa Sentença, onde foram depositar, junto ao túmulo da “infeliz noiva” de Sady Castor, uma “rica” coroa de flores, “derradeiro preito de sua enternecida saudade pela morta querida”.¹³⁰ Segundo o Jornal *A TARDE*, a coroa tinha o seguinte dizer; “Ágaba, imorredouras saudades das alunas da Escola Normal”. As moças do 3º ano da Escola também ofereceram uma “artística” coroa de flores artificiais, tendo a seguinte inscrição: “saudade de suas companheiras de estudo”.¹³¹

Em seguida, vieram os discursos, falando a “senhorinha” Corina Novais, em nome do 4º ano da Escola Normal, “expressando, “muito comovida, a saudade das suas colegas por aquela que tão cedo se foi, deixando tão profundo sulco de dor nos seus corações”. Ao

127 Fonte: arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal Correio da Manhã [s/d]. **Imagem Anexa 39. Referência: PTDC 0081.**

128 Fonte: arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal Correio da Manhã [s/d]. **Imagem Anexa 40. Referência: PTDC0064.**

129 Fonte: arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal Correio da Manhã [s/d]. **Imagem Anexa 41. Referência: PTDC0075**

130 Fonte: Arquivo Umberto Nóbrega\ Jornal O Combate, 12\10\1923. **Imagem Anexa 42. Referência: P2070400.**

131 Fonte: Arquivo Umberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s/d]. **Imagem Anexa 43. Referência: PTDC0060.**

terminar, depositou um ramallete de flores naturais sobre o túmulo. Em seguida falou o acadêmico Antonio Benvindo, “que no feliz improviso, recapitulou com todas os seus dolorosos transe, a tragédia em que desapareceram os dois jovens patrícios”.¹³² Suas últimas palavras “arrancaram dos olhos dos presentes muitas lágrimas”. Por fim usou da palavra a “talentosa” terceiranista, Josepha Coelho, que em nome do corpo discente da Escola Normal e das suas colegas de turma, oferecia suas grinaldas, como “sincera” manifestação de pesar pelo desaparecimento daquela sua colega, que em vida fora uma boa e dedicada companheira e cuja morte causara profunda dor no seio das suas colegas da Escola Normal. Terminou pedindo aos presentes para, de joelhos, rezarem um terço diante o tumulo de Ágaba, o que foi feito. Depois foram tiradas fotografias da duas sepulturas e das pessoas que se achavam presentes, tendo em seguida se retirado todos “comovidos” e “calmos” do campo Santo, deixando ali os corpos de Sady e Ágaba.¹³³

É interessante notar que as missas e as romarias em prol de ambas às vítimas foram amplamente documentadas, principalmente pelos órgãos de imprensa oposicionista, que não só informavam os convites de amigos e familiares, como registravam o que se passou durante as cerimônias (quem discursou, quem estava presente, como também, em alguns casos, a síntese dos discursos).

Por outro lado, a exploração política da tragédia se constituiu numa forma de manipular pessoas pela emoção. O grande destaque dado pela mídia da época ao caso é uma prova que Cidade de Parahyba viveu momentos de grande agitação não só no meio político, mas principalmente no meio estudantil. Assim, as missas e romarias acabaram se tornando espaços privilegiados\estratégicos para a prática política, na medida em que suas lideranças aproveitavam da ocasião para reforçar suas convicções e sua posição diante dos demais estudantes, haja vista as restrições impostas aos mesmos em voltar às aulas, uma vez que ambas as escolas se encontravam fechadas por decreto do Governo.

Essa história, contudo, pode também ser vista por outros ângulos, mais especificamente, do ponto de vista dos estudantes lyceanos que, de alguma forma, orbitavam Grêmio 24 de Março, como também por outros “elementos estranhos a sua classe”. Enquanto Ágaba vivia seu drama de vida e de morte, os estudantes realizavam uma resistência “pacífica” em consequência da morte de Sady e do fechamento das escolas. Entre o assassinato de Sady e o suicídio de Ágaba, os estudantes contaram com o apoio de varias

132

Fonte: arquivo Umberto Nóbrega\UNIPÊ. Jornal Correio da Manhã [s/d]. **Imagem Anexa 44. Referência: PTDC0075.**

133

Fonte: Arquivo Umberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s/d]. **Imagem Anexa 45. Referência: PTDC0060**

frentes, como, por exemplo, a dupla de advogados João da Mata e Miguel Santa Cruz e João Duarte Dantas, ex-alunos, bacharéis, mentores e professores da geração de 1920; e da oposição heraclista, dissidência do PRC, cujo órgão de imprensa deu total apoio aos estudantes.

7 O GRÊMIO CÍVICO LITERÁRIO 24 DE MARÇO

Como disse antes, é possível considerar o crime como um aspecto revelador de tensões e conflitos mais amplos, caracterizados principalmente pela rivalidade política faccional, pela divisão intraelites em meio aos rearranjos das forças políticas locais e nacionais. Por traz da repercussão da morte de Sady Castor e dos desdobramentos por ele originados, estava a atuação de uma “agremiação cívica literária”, organizada política e “ideologicamente”, assessorada por diversos “elementos” políticos opositores ao governo de Sólton de Lucena, mais especificamente, alguns representantes de uma elite urbana, portadores de uma visão liberal de sociedade e que alvejavam acender na carreira política, como, por exemplo, figuras como o bacharel Miguel Santa Cruz, João da Mata Correia Lima, e até o ilustre João Duarte Dantas, este último atuando através das páginas do *O jornal*.

Naquele ano de 1923, João da Mata e João Dantas haviam fundado *O Jornal* e articulavam a fundação de um partido de oposição ao situacionismo, para concorrer a sucessão de Solon de Lucena. Quatro anos depois, em 1928, fundariam o Partido Democrático, que teve vida curta em virtude da revolução de 1930. Já o Partido Republicano Conservador, ou pelo menos parte dele, isto é, o grupo liderado pelo Desembargador Heráclito Cavalcante, defendendo os estudantes na imprensa, por meio do jornal *A Tarde*, e no fórum do Supremo Tribunal Legislativo da Paraíba.

Porta-voz do Partido Republicano Conservador (autonomistas), O jornal *A Tarde*, ou pelo menos, foi a principal voz dos estudantes e seu maior “defensor”. Fundado pelo desembargador do Supremo Tribunal de Justiça Heráclito Cavalcante, para apoiar a Reação Republicana em 1921, esse jornal permaneceu ativo até 1924. Antes dele, o *Diário do Estado* fazia o papel de oposição, nascido sob o auspício do senador Walvredo Leal, em 1915, para dar cobertura à renovação da representação paraibana no Congresso Nacional e no Senado. Na época, *A Tarde* entrou em desavenças com *A União*, apelidado por Carlos Dias Fernandes¹³⁴ de “o corsário” (1983, p. 115).

134 Carlos Dias Fernandes nasceu em Mamanguape em 1874, falecendo em 19.07.1981, Rio de Janeiro-RJ. Filho de Francisco Lustoza Cabral e D. Maria Dolores Lustoza Cabral (D. Nenê). Deixou viúva a senhora Emerenciana Barbosa Lustoza Cabral, com os filhos: Nelson, Moacir, Nilse, Milva e Lélia. Estudou na Escola Pública, de Patos, com o Pe. José Vieira e os professores José Calazans e Torres: fez os preparatórios no Lyceu e formou-se em Direito pela faculdade do Recife, em 1921. Bacharel, retornou à cidade natal, a fim de rever os pais e amigos, tendo uma recepção carinhosa, ao som da banda de música local, o que muito lhe sensibilizou. Antes da formatura, na

Nas arenas políticas, destaque para atuação do líder da oposição na Assembleia Estadual, o deputado Isidrio Gomes e do próprio Heráclito Cavalcante, pelo Supremo Tribunal de Justiça, todos eles tomaram partido da situação instaurada em decorrência do assassinato de Sady Castor. Por outro lado, essa mesma oposição que auxiliou os estudantes se aproveitou da situação para ganhar terreno no cenário político estadual, na medida em que passou a denunciar as “ingerências” administrativas do Governo do Estado. Quando as origens dessas animosidades entre ambas as facções políticas adversárias, no capítulo seguinte, terei a oportunidade de falar um pouco mais. Interessa dizer neste capítulo é que os estudantes do Lyceu Parahybano, mais especificamente, aqueles que orbitavam o Grêmio Cívico Literário 24 de Março, não só foram só protagonistas dessa história, como também sujeitos, atuando como mediadores em meio aos sérios conflitos políticos faccionais.

À medida que adentro sua história, fica evidente a ligação do “Grêmio estudantino” a certos elementos políticos “estranhos” a sua “classe”, como disse o Presidente do Estado, Solon de Lucena¹³⁵. Desse modo, partindo do pressuposto de que, ao mesmo tempo em que o Lyceu foi um espaço educativo destinado à formação intelectual da elite paraibana, também foi um espaço de formação e atuação política de cunho liberal republicano. Essa formação e atuação políticas se davam por meio das inúmeras associações cívicas e literárias (recreativas), criadas no final do século XIX, cujo modelo organizacional antecede as atuais organizações estudantis do século XX e que tinham como objetivos o “estímulo à cultura dos sentimentos morais e cívicos” ao desenvolvimento do “gosto pela instrução científica, literária e técnica”.

Nesse sentido, entendo esses estudantes como portadores de uma determinada cultura política, cujos reflexos de suas ações deixaram marcas nas decisões de âmbito mais geral da política estadual; contudo, a história desse tipo de organização estudantil, como entidade política cultural, é muito pouco estudada pela historiografia educacional, não só pela dificuldade de fontes, como também pelo pouco interesse temático dos historiadores parahybanos, principalmente por pesquisadores da História da Educação.

capital do estado, escreveu nos jornais A União e O Norte; trabalhou, também, como datilógrafo na Assembleia Legislativa, com o apoio dos jornalistas Oscar Soares, Celso Mariz e Carlos Dias Fernandes; foi Diretor de A União e editor do Almanaque da Paraíba. Deixando A União, segue para o Rio de Janeiro, passando a colaborar na imprensa carioca. Assumiu a sua Cadeira na Academia Paraibana de Letras, em 09 de dezembro de 1967, sendo recepcionado pelo acadêmico Luís Pinto. O Conselho Estadual de Cultura da Paraíba prestou-lhe uma homenagem póstuma, cabendo ao escritor Osias Gomes fazer o elogio a sua personalidade. Publicou: Paisagens do Nordeste, 1962; Garganta do esqueleto, 1965 e Uma cruz para Kennedy, 1966; Peitudo, In Revista da APL, 08. Fonte: ALMEIDA, Horácio. Contribuição para uma bibliografia paraibana. João Pessoa: A União, 1994. \ <http://www2.aplpb.com.br/academicos/nelsonl.htm>.

135 Fonte: Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 1 sessão ordinária da 9 Legislatura. A 1 de março de 1924, pelo Dr. Solon Barbos de Lucena, Presidente do Estado. Site pesquisado:

Segundo Menezes (1982), as entidades estudantis dessa natureza não existiram nos primeiros 50 anos de existência do Lyceu (1836 – 1873). Por essa razão, pouco influenciou o corpo discente, “com seus líderes e suas associações, sua consciência estudantil e sua expressão literária”, na política escolar ou a repercutir como política cívica (IDEM, 1982, p. 235). Em sua obra sobre a *História do Lyceu Parahybano*, o autor elenca dois fatores principais para a pouca atividade cívica e cultural dos discentes dos Lyceu. O “autoritarismo pedagógico” pautado no ensino tradicional, onde a distância entre “mestres e pupilos” não favorecia a associação dos discentes em centros autônomos. Além disso, havia o relativo isolamento institucional do Lyceu, haja vista a inexistência de outras escolas na Província naquele período. Essa situação somente mudaria a partir dos anos de 1870, quando a geração dos “bacharéis políticos” passou a se libertar das influências dos “Padres Mestres” (eruditos, sisudos, os donos do saber) na direção do Lyceu, influenciando, assim, a formação de centros autônomos, sob estímulos e as diretrizes de matriz institucionalizadoras, como, por exemplo, a campanha pela Guerra do Paraguai, o abolicionismo e o republicanismo (IDEM, 1982, p.235 -236).

Por conta disso, a relação entre professores\diretores e alunos adquiriu outros significados. Segundo Menezes, a geração dos “bacharéis políticos” foi responsável por uma melhor aceitação dos alunos, principalmente, entre aqueles que assumiam por idade do que os outros eleitos pela congregação e \ou nomeados dentro de critérios políticos. Um exemplo disso foi dado pela “liderança diplomática” de Lindolfo Correia Neves, então diretor do Lyceu, em 1923, no “infausto” mês de setembro da “tragédia” de Sady Castor. Nóbrega, “sem seu prestígio junto aos estudantes e aos professores jovens, tudo teria se agravado, com possíveis chacinas estudantis” (IDEM, 1982, p. 240).

Durante quase meio século, inúmeros grêmios se sucederam, muitos com curtíssima duração. Infelizmente, não é possível saber quantas agremiações existiram ou quais suas orientações cívicas e\ou literárias. Sabe-se é que os primeiros grupos estudantis só foram criados em 1889. Nesse ano, os alunos do Lyceu fundaram o Grêmio Benjamin Constant, em homenagem ao "Fundador da República Brasileira", na ocasião da visita de Silva Jardim a Parahyba (IDEM, 1982, p. 241), demonstrando claramente suas intenções republicanas. Segundo Luiz Hugo Guimarães¹³⁶:

O “Clube Benjamin Constant” foi fundado em 1º. de junho de 1889; dele teria participado Irineu Pinto que mais tarde teria sido seu presidente, segundo seu filho Piragibe, e J. Veiga Júnior. Esse informe não foi possível comprovar nem nas anotações de Álvaro Carvalho nem no trabalho de Eduardo Martins, que descreveram as atividades desse grêmio.

Antônio da Silva Jardim foi um dos mais brilhantes jornalistas do final do século XIX. Nasceu em Capivari, Rio de Janeiro. Sua notável campanha política pró-República inicia-se em janeiro de 1888, por ocasião do ato do governo imperial de destituir de seu mandato os vereadores da Câmara Municipal de São Borja, que haviam indicado que o País deveria ser consultado sobre o fim da monarquia pela morte do Imperador, visto ser a princesa Isabel “uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro” (p. 93-106). Segundo Menezes (1982, p. 241), “o civismo da juventude lyceana intervalava-se, segundo a repercussão das campanhas e dos eventos lá fora, com os caravaneiros despertando e convocando em emergências idealistas”. Curiosamente, alguns julgaram prematuro o movimento, como registra Celso Mariz (1980, p.288).

Já Olivina Carneiro da Cunha¹³⁷ fez anotações sobre alguns dos inúmeros grêmios provincianos da brilhante época cultural em que liderou o grupo feminino, a evidenciar-se na *belle époque* paraibana (1946, p.93-98). Segundo essa autora, Grêmios como Benjamin Constant (1889), Clube Cívico Valpaizão (1898) que logo depois passou a chamar Tiradentes, em homenagem ao Mártir da Inconfidência Mineira. Foram seus fundadores Manuel de Carvalho Neves, Alfredo Monteiro, Fernão Aragão, Jonatas Costa, João Aurélio de Souza Lemos e Jader de Almeida. Este Grêmio viveu seis anos e possuía um jornal chamado *O Patriota*. Ainda segundo essa autora, havia também o Grêmio Sete de Setembro (1900). Quem também durou seis anos e foram seus sócios fundadores, Mateus Ribeiro, Álvaro de Carvalho, Francisco Falcão, Claudiano Carneiro da Cunha, Manuel Simplício Paiva, Paulino Marcos de Araujo, Eugenio Ribas Neiva, Manuel Neves, Diogo Flores, Augusto Belmont e Carlos Pinto. E o clube Sinfônico, em 1902 (IDEM, p.97).

137 Nasceu em 26 de maio de 1892, na Cidade da Parahyba e faleceu em 12 de março de 1977, em João Pessoa-PB. Filha de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão do Abiahy) e de Maria Leonarda Bezerra Cavalcante (Baronesa do Abiahy). No ano de 1904, diplomou-se pela Escola Normal Oficial da Paraíba. Desde cedo mostrou seu interesse pelo magistério dedicando-lhe grande parte de sua vida e mais tarde também às letras. Foi professora de português do Colégio Estadual e do Ginásio N. S. das Graças. Como poeta, colaborou em vários jornais e revistas da Paraíba como A União - com destaque na coluna "Página Feminina" - e A Imprensa, Era Nova, Manáfra, entre outros. Na década de 1930, juntamente com outras adeptas à emancipação feminina, funda a Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino, cuja meta era licenciar as mulheres em busca dos seus direitos como seres pensantes e atuantes na sociedade. Também participou da reorganização da Academia Paraibana de Poesia. No dia 06 de abril de 1938 entra para o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Em homenagem a sua contribuição à educação paraibana foi designada patronesse de uma das maiores escolas estaduais no município de João Pessoa.

Fonte: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/biografias.html.

Em 1912, foram criados os Grêmios Maciel Pinheiro e A Colmeia (1916 – Clube Literário)¹³⁸, estes últimos fundados com os esforços de João da Mata. (LIMA, 1951, p. 22). Na verdade havia uma efervescência de clubes literários, jornais, agremiações e organizações femininas e religiosas. Para Rafael Menezes, entre as inúmeras as associações criadas nas décadas de 1880 a 1930, “Grêmio Benjamin Constant” e o “Grêmio Escholastico Parahybano” foram os mais “duradouros” e “operosos”. O primeiro deles, de ex-alunos, como Irineu Pinto¹³⁹, conduzindo-o para a defesa do patrimônio histórico, enquanto os discípulos de Eugenio Toscano de Brito¹⁴⁰ preferiam a apologia republicana. Este último teve maior atividade, favorecido pela “esplendorosa” fase lyceana, no período do governo de Castro Pinto. Era uma associação estudantil, como sólido apoio da administração do Dr. Thomas de Aquino Mindello, diretor daquele estabelecimento de onde saíram alguns nomes importantes, em especial, os Drs. Miguel Santa Cruz, João da Mata, João Dantas. Estes senhores eram representantes de uma elite em ascendência, portadores de uma visão liberal de sociedade e que almejavam ascender na carreira política. Naquele ano de 1923, João da Mata e João Dantas haviam fundado o *Jornal* e articulavam a fundação de um partido de oposição ao situacionismo, para concorrer a sucessão de Solon de Lucena, de que falarei em seguida. Quatro anos depois, em 1928, fundariam o Partido Democrático que teve vida curta devido a revolução de 1930.

A geração seguinte da década de 1920 daria origem ao Grêmio Cívico literário 24 de Março, como representantes de uma cultural “cívica literária”, fortemente marcado por atuação política de cunho liberal. Segundo Mello (2000, p. 170),

138 Fundado por João da Mata Correia Lima, Eusébio Coelho, Roberto Lira, José Antonio de Carvalho Melo, Alfredo Coêlho e Vasco Tolêdo. Fonte: Idem, 1946, p.97.

139 Irineu Ferreira Pinto nasceu na cidade da Parahyba do Norte, hoje João Pessoa, em 7 de abril de 1881 e faleceu em 27 de março de 191870. É considerado um dos mais influentes historiadores da Paraíba no século. Aos dezenove anos de idade, tornou-se funcionário público da Secretaria do Estado (1900) e, em seguida, dos Correios da República (1903). Foi sócio fundador do IHGP e também seu primeiro bibliotecário (1905); depois acumulou os cargos de bibliotecário e secretário (1910-1912) e, finalmente, apenas secretário (1912-1918). Durante o governo do presidente Camilo de Hollanda (1916-1920), que era seu amigo e admirador, já no período de hegemonia do “epitacismo” foi, por um breve período, diretor do Arquivo Público do Estado. Irineu Pinto foi também, na sua juventude, um dos fundadores do Clube Benjamin Constant que promovia grandes manifestações públicas de caráter cívico a favor da República e mantinha, como porta-vozes, o jornal O Combate, bem como uma revista, a Revista Benjamin Constant, que tinham o objetivo de divulgar as ideias positivistas. XX, em especial devido à sua maior obra, a Datas e Notas para a História da Paraíba, publicada, pela primeira vez, entre 1908 (volume 1) e 1916 (volume 2). Fonte: Menezes, Hérick Dayann Morais de. As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654) / Hérick Dayann Morais de Menezes. – João Pessoa, 2009.

140 Nasceu na capital da Província da Parahyba do Norte, em 10 de outubro de 1850 e faleceu no dia 31 de janeiro de 1903; filho do Comendador Felizardo Toscano de Brito e D. Eugênia Accioli Toscano de Brito. Casado com D. Josefina Roy Toscano de Brito. Fez o curso primário e os preparatórios na Parahyba, capital do Estado, depois foi para o Rio de Janeiro, onde se diplomou em Medicina, no ano de 1879. De volta a sua cidade, dedicou-se à medicina, ao magistério e ao jornalismo. Foi nomeado Inspetor da Saúde Pública e do Porto; exerceu as funções de Vacinador Provincial, Diretor do Serviço Médico da Santa Casa de Misericórdia, Cirurgião-Mor da Província; Médico Legista da Polícia da Estrada de Ferro Conde D'Eu. Era sócio correspondente da Sociedade de Medicina Cirúrgica do Rio de Janeiro; Professor de Trigonometria, Pedagogia, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Álgebra, Biologia e História Natural. Foi, também, Diretor da Instrução Pública, Diretor da Escola Normal depois, Externato Normal e do Lyceu Provincial. Fundador de A Gazeta da Paraíba. Fonte: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/biografias.html.

A agitação cultural dos anos Vinte expressava ascensão de classe média que não viria a destruir o patriarcalismo oligarca. Antes se comporia com ele. Em outras palavras, a pequena burguesia de vivências urbanas não era revolucionária, mas reformista e quando muito, radical.

O certo é que os estudantes do Grêmio 24 de Março foram pivôs deste acontecimento, principalmente, após os protestos desencadeados após a morte de Sady.¹⁴¹ Fundado em 02 de março de 1921, o Grêmio Cívico Literário 24 de Março relativa duração, existindo sete anos, isto é, até o início de 1930. A escolha do nome foi dada em homenagem a data de fundação do Lyceu Parahybano, instituído pela lei N 11, de 24 de março de 1836. Fundação ocorreu no salão de honra do Lyceu Parahybano. Para aquela ocasião, foi convidado pela diretoria “o ilustre homem de letras patricio Dr. Carlos Dias Fernandes”, então Diretor d’ *A União*, cuja conferência intitulada “A cultura clássica”, teceu uma “bela apreciação da língua latina e grega”, constituindo, segundo a *Revista Era Nova*, um dos maiores acontecimentos literários dos “últimos tempos”¹⁴².

O Grêmio Cívico Literário 24 de Março foi a última agremiação estudantil antes da Revolução Tenentista de 1930, com forte atuação no âmbito político institucional, muito embora seja possível saber os impactos na “cultura escolar” daquelas instituições. As poucas informações encontradas não me permitem ir além de algumas poucas informações sobre sua atuação ao longo dos anos. Nos anos que se passaram à morte de Sady, o Grêmio 24 de Março realizava todos os anos comemorações de aniversário de morte do Estudante Sady Castor. As reuniões eram ocasiões especiais, onde discursavam professores, alunos e convidados. O Grêmio aparece também quando da polêmica da redução da pena do acusado. O mesmo pode ser dito sobre os primeiros anos de sua fundação. Para tanto, a *Revista Era* contém algumas informações importantes, que podem ajudar a traçar um pouco de sua história.

141 Fonte: Revista *Era Nova*, abril de 1921. **Imagem Anexa 46. Referência: PTDC 0646** \ Fonte. Revista *Era Nova*, Maio de 192. **Imagem Anexa 47. Referência: PTDC0022.** Presidente do Grêmio 24 de março: Gilberto Leite, Presidente do Grêmio Cívico Literário 24 de Março). Fonte: Revista *Era Nova*, abril de 1921. **Imagem Anexa 48. Referência: PTDC 0667.** Salvino Leite, Secretário Grêmio Cívico Literário 24 de Março.

142 Fonte: revista *Era Nova*, abril de 1921. **Imagem Anexa 49. Referência: PTDC 0646.**



Figura 10 e 12. Salviano Leite, aluno do Lyceu e Secretário do Grêmio 24 de Março. E Gilberto Leite, então presidente da mesma agremiação. Fonte: Revista Era Nova, 04 setembro de 1922, numero 38, ano III.



Logo no inicio, os estudantes manifestaram a iniciativa de fundar um jornal, como era de praxe para cada associação que era criada, intitulada *O Boletim Informativo da Parahyba*. Foi impresso pela imprensa oficial com apoio do Presidente do Estado e cujo conteúdo “é um repositório de informações sobre o Estado, tendo múltiplas aplicações e não descurando de nada que possa interessar aos desconhecedores”¹⁴³.

No ano seguinte a sua fundação, um impasse no seio dos estudantes foi registrado pela respectiva Revista. Na ocasião, um comitê de alunos do Lyceu Parahybano, Gilberto Leite, Presidente do Grêmio 24 de Março, seu secretário, Salviano Leite, e José Londres, juntamente com outros diversos acadêmicos e alunos do Lyceu, manifestaram o desejo junto ao então presidente Sólon de Lucena, de erigir um monumento à figura de André Vidal de Negreiros¹⁴⁴. Como se sabe, André Vidal de Negreiros (nascido na Capitania da Paraíba, 1606 — Goiana, 3 de fevereiro de 1680) foi um militar e governador colonial português nascido na então colônia, conhecido principalmente por ser um dos líderes da expulsão holandesa da Capitania de Pernambuco.¹⁴⁵

Acontece que alguns alunos dessa mesma instituição receberam a notícia com desconfiança “levantado viva celeuma no seio donde partiu”. A ideia já havia sido levantado pelo Dr. Miguel Santa Cruz, “mestre provector deste modelar educandário”, no entanto ficou adormecida, até que os membros do Grêmio Cívico Literário 24 de Março empreitaram a tarefa em nome de seus colegas, sem, todavia, lhes comunicar. Assim, “(...) por forças dos sentimentos de altivez que os outros asyram”, surgiu um protesto em nome da classe estudantina apresentados pelo “verbo” de “alguns” estudantes em sessão tumultuosa no

143 Fonte: Revista *Era Nova*, Abril de 1921. **Imagem Anexa 50 e 51. Referência: PTDC0670 e PTDC0651.**

144 Fonte: Revista *Era Nova*, Junho de 1921. **Imagem Anexa 52. Referência: PTDC0668.**

145 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Vidal_de_Negreiros

Lyceu, presidida pelo Dr. Santa Cruz, e, posteriormente distribuído em boletins pelas ruas da cidade. Os protestantes afirmaram-se solidários e coesos em torno da ideia “grandíloqua” e “sublime”, certificando, porém, que eram contra a postergação de seus direitos, levado a cabo pelo improvisado comitê.¹⁴⁶

Segundo o articulista da Revista *Era Nova*, “(...) o de estranhar no caso é de não ter sido a comissão dos três delegados dos alunos do Lyceu e dizer-se representante da classe, mas o fato de não ter contemplado com seus colegas”. O impasse entre os estudantes permaneceu, sem nenhum dos lados ceder. Então, a ideia foi abandonada pelos estudantes, mas no ano seguinte, em 1924, Solon de Lucena, visando a melhorar a circulação dos bondes, construir uma praça, onde antes ficava a Igreja do Rosário dos Pretos, e o nome é dado ao herói paraibano, André Vidal de Negreiros, no entanto, a praça ficou conhecida como “Ponto de Cem Réis”, denominação que surgiu em decorrência da circulação dos bondes, implantado na cidade em 1896 (VARGAS E CASTILHO, 2006, p.1).

Segundo Silva¹⁴⁷, que estudou sobre a elaboração da figura heroica de Vidal de Negreiros, especialmente pela historiografia paraibana, esclarece que esses processos de formulação histórica, de cunho narrativo e factual, de heróis, mitificada, dedicada aos “grandes nomes, feitos e monumentos”, escrita para contemplação e não para o engajamento, foi produzida inicialmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano ou grupos ligados a ele. O IHGP foi fundado em 1905 com o objetivo maior de escrever a história da Paraíba - escrita pelos próprios paraibanos - visando a demonstrar, através desta, a grandeza do estado e de seu povo.

Voltando à situação dos estudantes, é possível deduzir que, dentro da própria associação de estudantes, havia interesses diversos e em constantes conflitos pelo poder. O fato de alguns estudantes questionarem o porquê de o comitê não ter comunicado, ou discutido com os demais alunos, ao menos terem compartilhado ideia de erguer um monumento a determinada figura da história paraibana, muito provavelmente, atendeu a interesses de forças contrárias àquela orientação política. O caso foi registrado em vários momentos pela *Revista Era Nova*, que apelou para “os sentimentos cívicos dessa gloriosa mocidade, no sentido de unir-se em si, para, sem discrepância de um só, levar avante o projeto do monumento a Vidal de Negreiros”. Segundo o articulista da revista, “na verdade, o de estranhar no caso é o de não ter sido a comissão dos três delegadas dos alunos do Lyceu e

146 Fonte: Revista Era Nova, Junho de 1921. **Imagem Anexa 53. Referência: PTDC0671.**

147 SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. André Vidal de negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano. *Seculum – Revista de História*: João Pessoa, jan./jun. 2006. Fonte: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/download/11348/6462>.

dizer-se representante da classe”. Além disso, a liderança de figuras como o professor Miguel Santa Cruz e o próprio João da Mata revela pistas de onde emanavam as orientações políticas daquela agremiação, haja vista a tendência dessas associações serem orientadas por ex-alunos e (ex) professores da respectiva Instituição.

O primeiro deles, o professor Miguel Santa Cruz era, professores do Lyceu Parahyba, lecionava de História do Brasil. Junto com João Mata, foi testemunha dos protestos e das manifestações dos estudantes. Estiveram presentes às missas e romarias em prol da alma do casal. Miguel Santa Cruz, como professor do Lyceu, esteve sempre ao lado dos estudantes, os orientado nos momentos difíceis, coordenando reuniões do Grêmio 24 de Março, nas solenidades, palestras e conferências promovidas pelos gremistas.

Além disso, os dois bacharéis representaram o Grêmio 24 de Março, perante o Supremo Tribunal de Justiça no processo *do habeas corpus*, impetrado dois dias após a morte de Sady Castor. A ação foi vencida, mas a custa do fechamento, por tempo indeterminado, do Lyceu e da Escola Normal. Os dois também atuaram como advogados, durante os vários julgamentos do guarda 33, contratados pela família Castor e Nóbrega para auxiliar a acusação. Ou seja, de modo geral, foram principalmente essas duas figuras que melhor orientaram os estudantes antes e depois das manifestações do domingo do dia 24 de setembro de 1923.

Muito embora o professor Miguel Santa Cruz nunca tenha assumido cargo político, foi um árduo defensor das causas estudantis, juntamente com seu colega João da Mata Correia Lima, considerado o “general da mocidade”. A atuação desde ultimo junto a “classe-estudantina” foi tão marcante, que o Grêmio seguinte, pós-Revolução Tenentista, fazia homenagem justamente ao professor líder dos estudantes dos anos de 1920, o Dr. João da Mata¹⁴⁸.

Já João da Mata era filho do Dr. Lindolfo Correia Lima, este ex-deputado estadual, secretário do governo e emérito professor do Lyceu. A época do crime, o Dr. Lindolfo era então diretor do Lyceu Parahybano. Notável advogado, brilhante orador, ex-aluno do Lyceu (turma de



Figura 12: João da Mata. Fonte: A União, Sábado, 22 de outubro de 1932.

1908), João da Mata mostrou logo cedo suas aptidões intelectuais. Ingressou no Lyceu em 1912, concluindo o curso em 1915. Líder estudantil a sua época, era considerando um aluno excelente. Em 1912, fundou o Grêmio Maciel Pinheiro, onde colaborava para a revista *Lyceum*. Em 1915, é aprovado no exame de admissão para a Faculdade de Direito do Recife, baicharelando-se em 18 de dezembro de 1919. Segundo Lima, João da Mata atuou em diversos jornais, onde deixou “traços marcantes de sua pena”. Como em “(...) *A Noite*, onde publicou diversos sonetos sob pseudônimo de “C. L” (1915); *Renascença* (1916); *Correio da Manhã*, a partir de 1917, com pequenas interrupções; *o Norte*; *o Comercio da Parahyba*; *Era Nova*; *O Jornal*; *O Diário do Povo* (1929) e a *Gazeta Humorística*”. Foi no *Jornal Correio da Manhã* porém, onde exercitou sua vocação de jornalista e onde construiu os alicerces de sua carreira política (LIMA, 1951, p. 22).

Ao longo de sua formação, atuou como jornalista, orador, literato, poeta, professor e advogado, esta última considerada sua maior vocação. No início da década de 1920, de volta a Parahyba, trabalhou defendendo causas polêmicas, juntamente com seu amigo e sócio, o Dr. João Duarte Dantas. Segundo Melo “(...) apesar do absoluto contraste de temperamento, era considerado verdade amigo de João Dantas”. Ambos militaram na imprensa, no fórum e na política parahybana, durante toda década de 1920 do século passado (MELO 2002, p.55 e 56).



Figura 13. João Duarte Dantas. Fonte: MELO Fernando. João Dantas: uma biografia. 2 ed. João Pessoa. Editora Ideia, 2002, p. 61.

Ainda segundo esse autor (2002. 61), João Dantas e João Mata fizeram da advocacia sua principal profissão, patrocinando inúmeras e importantíssimas causas, sempre conquistando expressivas vitórias. “Como ambos eram equidistantes das facções políticas, tornaram-se os preferidos pelos que sofriam injustiças e perseguições de origem partidária ou por arbitrariedades policiais” (IDEM, p. 61). Destaque para os casos da propriedade de João Pereira”, em Mamanguape, em 1921, e o atentado a vida do padre Aristides, que era deputado em Piancó, vítima de elementos que queriam tomar sua chefia política. Além do Caso Sady e Ágaba, teve outro caso polêmico

envolvendo políticos influentes do sertão, em 1926 (IDEM, 2002, p. 61).

Em 1928, durante a campanha da Caravana democrática, João da Mata, então como presidente de honra do Grêmio Cívico 24 de Março, representou os estudantes na saudação dos líderes democráticos que visitavam a Parahyba (IDEM, p.53). Segundo Lima, sua aproximação dos caravaneiros apertou os laços das ideias, que já os uniam e juntamente com “Drs. José Pessoa de Brito, Aderbal Piragibe e muitos outros, na capital e circunvizinhança, (...), fundaram, em pouco tempo, a pujante agremiação que foi o Partido Democrático na Paraíba” (1951, p. 54). Em 18 de setembro, é eleito para a diretoria provisória do P. D, tendo como presidente o Dr. Otacílio de Albuquerque e vice-dito, o próprio João da Mata. (IDEM, p.54).

Em quatro meses de fundação, o Partido Democrático firmou-se de tal maneira que em 31 de dezembro de 1928, conseguiu eleger três vereadores da Câmara Municipal (João da Mata, José Maciel e Aderbal Piragibe), disputando os lugares com uma organização oposicionista, radicada, há anos no Estado, sem mesmo o apoio de um órgão de imprensa próprio, fazendo a apresentação dos candidatos ao eleitorado, por meio de boletins e comícios (IDEM. p.55).

Segundo Lima, sua vitória causou sensação até em outras unidades federativas e o jornal *O Combate*, de Recife (IDEM. p.55). Daí em diante, iniciou uma carreira “meteórica” na política parahybana, interrompida tragicamente em 18 de outubro 1929, num acidente de carro, quando ia para o Recife. Em 1932, os alunos do Lyceu fundariam um Grêmio homenageando seu nome. Sua morte ainda é cercada de mistério, quando voltava de carro do Recife. Seu carro, aparentemente, foi jogado de forma violenta à margem da estrada que ligava as duas capitais, num trecho largo e pouco movimentado (LIMA, 1951, p. 67).

Já o bacharel João Duarte Dantas, era filho do Dr. Franklin Dantas, de uma prestigiada família de Teixeira, interior da Paraíba, que teve seu auge político se deu no tempo da Monarquia e no início da República, até perder importância ao longo da segunda década do século XX, principalmente depois do conflito entre os Dantas de Teixeira, e a política de Epitácio, surgido em 1911 e 1912. Nascido em Mamanguape (PB), em 12 de julho de 1888, ficou com os pais até os 16 anos, quando se mudou para a Capital a fim de continuar seus estudos no Lyceu Parahybano. Concluiu o curso de Humanidades em 1907, ingressando logo em seguida na Faculdade do Direito de Recife (MELO, 2002, p.25)

Ainda como acadêmico, “na pequena revolução do coronel Rego Barros – chefiada no sertão pelos Drs. Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz – foi ele o comandante da coluna que,

por alguns dias, ocupou a cidade de Patos em 1912”. Depois desse episódio, João Duarte Dantas se voltou para os estudos, obtendo o diploma de bacharel em março de 1914, aos 25 anos. Nos seis anos seguintes, se dedicou à advocacia no fórum de Monteiro e depois em Mamanguape até 1920, quando voltou para a capital do Estado. (IDEM p. 26).

Em pouco tempo, firmou-se como um dos mais competentes advogados do fórum parahybano, trabalhando para a Agência do Banco do Brasil. Junto com João da Mata, trabalhavam no mesmo escritório, instalado no andar térreo do prédio onde funcionava o *Correio da Manhã*, na rua Duque de Caxias. (IDEM, p. 55). Segundo Melo, João Dantas tinha um espírito crítico muito aguçado, “sabendo levar ao ridículo figuras inexpressivas, sem valor intrínseco, que se queriam dar ares de sumidades” (IDEM, p. 57). A seção humorístico de *O Jornal – Risos e frisos* – estava a seu cargo “e era lida com avidez pela propriedade e graça com que rebuscava, com acerto, o lado risível dos homens públicos de seu tempo (IDEM, p.57).

Nunca exerceu função política, muito embora sempre estivesse envolvido nas rixas de sua família com o governo epitacista. Quando do rompimento do ajuste entre o padre Walfredo Leal e o Sr. Epitácio Pessoa, no famoso ano de 1915 (como veremos mais na frente), João Dantas ficou contra o último, contrário, por princípios, a sua política “saturninina e familiar”, ficando ao lado da política que lhe era adversa. A sua atuação nesse conflito foi moderada e sem incidentes. (IDEM p.58).

Na sucessão de Solon de Lucena, porém, cujo candidato epitacista era o Dr. João Suassuna, pai do escritor Ariano Suassuna, João Dantas e João da Mata se juntaram ao sobrinho do Sr. Epitácio Pessoa, o Dr. Joaquim Pessoa Cavalcante de Albuquerque para a fundação de um partido de oposição ao situacionismo paraibano, cujo apoio seria dado por *O jornal*, criado exclusivamente para fazer sua campanha política. Segundo Melo (2002, p.58), a ideia era lançar como candidato, o Dr. Ivo Soares, médico do então presidente Artur Bernardes, com reais possibilidades de vitória, em oposição ao candidato indicado por Solon de Lucena.

Segundo esse autor, “os entendimentos se processavam na Capital paraibana, entre João Dantas e João da Mata, de um lado, e o srs. Joaquim pessoa e Heráclito Cavalcante, do outro”. Estes dois últimos não concordavam com o lançamento da candidatura de Ivo Soares, a presidência do Estado, na esperança, cada qual de ser o candidato do Catete, sem se aperceberem que o apoio do Presidente da República era para seu médico. (IDEM, p.59).

Como veremos no próximo capítulo, do lado situacionismo, a homologação da candidatura do Dr. João Suassuna, gerou outros atritos internos. Acontece que a escolha do sucesso não agradou antigos aliados de Epitácio, que reclamaram ao presidente da República. O Presidente, então, estrategicamente, silenciou. A *priore* Artur Bernardes não gostou da indicação, ameaçando indiretamente com uma possível “degola” que estaria a caminho se o nome de Suassuna constasse na cédula. A situação foi contornada pelo talento de Epitácio para diplomacia, auxiliado por uma crise nacional, a revolução paulista de 05 de julho, que ocupou as atenções no Catete (LEWIN, 1987, p311). Assim, chegava ao fim uma campanha bem conduzida que falhou pela “ambiciosa atuação de dois insignificantes grandes-homens, e que tinha por finalidade por abaixo a política saturnina e familiar do Sr. Epitácio Pessoa” (MELO 2002, p.59).

Na verdade, o que eu vou tentar explicar nos capítulos seguintes vai muito mais no sentido de procurar investigar as origens das “animosidades” políticas à época do crime e sua relação com estudantes do Grêmio 24 de Março, diante da crescente politização do assassinato de Sady Castor. Assim, cabe tentar responder a outras duas importantes questões desta pesquisa: quais os ressignificados (políticos) produzidos pelo caso Sady e Ágaba? E, como a morte de Sady Castor foi ressignificada, tanto pelos estudantes como pela oposição, no sentido de justificar a resistência imposta pelos alunos do Grêmio Cívico 24 de Março, representando a “mocidade estudantina” do Lyceu Parahybano. A resposta talvez possa ser encontrada ampliando um pouco mais a lente do microscópio social, ao anos de 1922 a 1923, num contexto de forte insatisfação política e cultural.

8 AS ORIGENS DAS ANIMOSIDADES E SEUS SIGNIFICADOS POLÍTICO

A resposta à indagação levantada no capítulo anterior não pode ser imediatamente feita, senão em referências aos vínculos que as conectam a macro-história nacional e parahybana. Como disse o Presidente do Estado, em sua mensagem de 1924, se não fosse a coincidência de haver ocorrido esse fato justamente quando mais aguda se tornava a campanha dos elementos oposicionistas ao seu governo no intuito de impopularizá-lo, provavelmente o incidente que vitimou o "inditoso" Sady Castor Segundo Sólon de Lucena, teria passado sem tanta repercussão, além da punição do criminoso e o justo pesar do povo diante daquele acontecimento inesperado e contristador.¹⁴⁹ Diante dessa afirmação, é necessário explicar às origens dessas tensões, no contexto da década de 1920.

Como expliquei anteriormente, durante o primeiro período republicano, o poder passou a ser exercido pelos coronéis e as oligarquias locais. A República oligárquica caracterizou-se pela maior concentração de poder pelas elites regionais, fazendo uma teia de alianças e rivalidades que se estendia do poder local até instâncias políticas e burocráticas dos Estados e da União, naquilo que ficou conhecido como a política dos governadores. Durante a maior parte desse período, o poder passou a ser controlado por uma aliança entre as oligarquias paulista e mineira, que se expressava no revezamento de representantes desses dois estados na Presidência da República (FAUSTO, 2006).

Na Parahyba, assim como no resto do País, durante a Primeira República (1891 a 1930), o poder passou a ser exercido pelos coronéis e suas oligarquias¹⁵⁰ (GURJÃO, 1999 p. 53 a 95). Os “novos donos do poder”, passaram a governar a Nação com base na dominação da política de seu estado, exercendo uma prática política personalista e patrimonialista (FAORO, 2001). Segundo Linda Lewin (1993, p.73), o Estado da Parahyba do Norte passou

149 PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de setembro de 1924, pelo dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, Imprensa Oficial, 1924, s/p, p.08.

150 Em sua configuração original, a palavra oligarquia indica o “governo” (archein) “de poucos” (oligos). Contudo, o pensamento político ligado à oligarquia não esteve rigidamente submetido a essa única forma de compreensão. Na Grécia Antiga, a expressão oligarquia era negativamente empregada para se fazer referência a todo o regime que fosse comandado por pessoas com alto poder aquisitivo. Desta forma, os governos oligárquicos foram confundidos com o governo das elites econômicas. Apesar dessa acepção, o termo oligarquia poder ser muito bem empregado em outras situações políticas. Quando observamos, por exemplo, que um mesmo partido político ocupa os mais altos escalões de um governo, podemos identificar o desenvolvimento de uma oligarquia. Em geral, a presença das práticas oligárquicas impede que amplas parcelas da população participem do debate político. Dessa forma, podemos ver que a oligarquia diverge do atual sentido dedicado à democracia. Na História do Brasil, o termo oligarquia é costumeiramente empregado para se fazer menção às primeiras décadas do seu regime republicano. Em tal período, compreendido entre 1894 e 1930, os grandes proprietários de terra utilizavam de sua influência política e econômica para determinar os destinos da nação. Apesar da presença de um sistema representativo, a troca de favores, a corrupção do processo eleitoral e outros métodos coercitivos impediam a ascensão de outros grupos políticos.

por três oligarquias: o “venancismo”, comandado por Venâncio Neiva. (juntamente com Epiácio Pessoa¹⁵¹), primeiro governador republicano do estado, no período de 16 de novembro de 1889 a 27 de novembro de 1891. Com a dissolução da primeira junta governativa estadual (Neiva - Pessoa), em seu lugar é endossada uma nova, cujo grupo político, daria origem a oligarquia “Machado – Leal” ou simplesmente “alvarista”, na figura de seu líder maior, Álvaro Machado. Por fim, a terceira oligarquia, foi o epitacismo (antigos venancistas e epitacista), na figura do ex-presidente da República Epiácio Pessoa, quando assumiu o controle do Partido Republicano Conservador - PRC, em 1912, comandando assim os rumos da política até 1930.

O revés político se deu diante da “conjuntura” política do governo de Hermes da Fonseca, favorável, a Epiácio Pessoa e, por consequência da morte de Álvaro Machado, obrigando Walfredo Leal a entrar em acordo com os venancistas e epitacistas, cedendo gradativamente ao ponto de dividirem a liderança do PRC. Nesse ponto, o governo Castro Pinto (1912 – 1915) foi um divisor de águas, na medida em que tentou conciliar interesses mútuos, no entanto, nas eleições de 1915, o acordo se tornou insustentável, eclodindo o rompimento definitivo entre as duas facções, reconfigurando o cenário político parahybano,

151 Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro (PB), em 1865. Aos sete anos de idade perdeu os pais, tendo sua criação ficado aos cuidados de seu tio Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, presidente da província de Pernambuco no Império e ministro da Fazenda do governo republicano de Deodoro da Fonseca. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1886. Participou da elaboração da Constituição de 1891 como deputado eleito por seu estado natal. Em 1894, já no governo de Floriano Peixoto, teve a sua reeleição à Câmara impugnada devido à sua oposição ao governo federal. Em 1898, assumiu o Ministério da Justiça do governo Campos Sales, permanecendo no cargo até 1901. No ano seguinte, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), posto que exerceu até 1912, quando se aposentou por conselho médico. Mesmo assim, nesse mesmo ano, elegeu-se senador pela Paraíba. No Senado teve atuação destacada, ao mesmo tempo que consolidava a sua liderança sobre a política paraibana. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, chefiou a delegação brasileira na Conferência de Paz realizada em Versalhes, na França. Desempenhava essa função quando, em janeiro de 1919, morreu Rodrigues Alves, presidente da República recém-eleito e que não havia ainda tomado posse. O vice-presidente eleito Delfim Moreira assumiu e, após curto período no exercício do cargo, convocou novas eleições. O nome de Epiácio, lançado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), surgiu, então, como alternativa capaz de manter a unidade dos setores políticos situacionistas. Mesmo permanecendo ausente do Brasil durante toda a campanha, devido à sua atuação na Conferência de Paz, Epiácio venceu o candidato da oposição Rui Barbosa no pleito realizado em abril de 1919 e retornou ao Brasil em julho para assumir a presidência da República. Seu governo foi bastante conturbado. Grandes greves operárias que já vinham sendo deflagradas desde 1917, foram duramente reprimidas, com grande parte de seus líderes sendo presos ou deportados. Além disso, sua passagem pela presidência foi marcada pela animosidade na relação entre governo e militares, iniciada quando nomeou dois civis para dirigir as pastas da Guerra e da Marinha, respectivamente Pandiá Calógeras e Raul Soares de Moura. A tensão nos meios militares atingiu proporções maiores durante a disputa pela sua sucessão, que opôs a candidatura situacionista do mineiro Artur Bernardes à do fluminense Nilo Peçanha, lançada pela Reação Republicana, chapa de oposição que contou com o apoio de importantes setores militares. A publicação, pela imprensa, de cartas forjadas atribuídas a Bernardes com referências depreciativas às Forças Armadas e ao presidente do Clube Militar, o ex-presidente Hermes da Fonseca, bem como a utilização de tropas do Exército por Epiácio para intervir nas eleições pernambucanas, contribuíram ainda mais para exaltar os ânimos entre os militares, principalmente entre os jovens oficiais, os tenentes. A vitória de Bernardes no pleito realizado em março de 1922 acabaria sendo questionada por tais grupos e, na sequência dos fatos, Epiácio ordenou a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Em reação a essas medidas, foram deflagrados levantes militares no Rio de Janeiro e no Mato Grosso no mês de julho, dando início ao que ficaria conhecido como movimento tenentista. Epiácio Pessoa decretou o estado de sítio e, após controlar os focos rebeldes, passou a presidência a Artur Bernardes. No ano seguinte, a convite da Liga das Nações, assumiu o posto que Rui Barbosa havia ocupado na Corte Internacional de Justiça de Haia, deixado vago com a sua morte naquele ano. A partir de 1924, passou a acumular esse cargo com o de senador, para o qual foi novamente eleito pelo estado da Paraíba. Em 1930, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República na chapa da Aliança Liberal, que tinha como vice o seu sobrinho João Pessoa, também paraibano. Após a derrota da Aliança Liberal, participou de forma discreta das articulações do movimento político-militar que depôs o presidente Washington Luís no mês de outubro, desaprovando, contudo, a participação no movimento dos tenentes que o haviam combatido quando exercera a presidência da República. Empossado o novo governo, foi convidado pelo presidente Vargas a ocupar o posto de embaixador brasileiro nos Estados Unidos, recusando, porém, a indicação. Retirou-se, a seguir, da vida pública. Morreu em Petrópolis (RJ), em 1942. [Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001].

com os epítacista (PRC-P) vitoriosos e os alvarista - walfredistas (PRC), com um só deputado eleito (Semeão Leal – primo de Walfredo), pelo “partido autonomista”

O período seguinte testemunhou a ascensão e declínio político do grupo ligado a Epitácio Pessoa. O auge da oligarquia epítacista situou-se dos anos de 1919 a 1922, quando Epitácio Pessoa chegou à Presidência da República, pois que lhe permitiu desenvolver uma ampla política de infraestrutura e favorecimento da economia algodoeira e de combate às secas no Nordeste, injetando no Estado uma grande quantidade de verbas através da IFOCS - Inspeção Federal de Obras Contra as Secas.¹⁵² As obras de serviram, também, para beneficiar e cooptar as oligarquias locais, consolidando seu total controle da política estadual (LEWIN, 1993).

Seu governo testemunhou, contudo, o início da cisão entre as elites militares e civis brasileiras. Pelo fato de não ser influente nos três principais estados do País - São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - suas decisões contribuíram para a fragmentação da elite política, abrindo as portas à revolução de 1930. No final do seu governo, depois de inúmeras denúncias e crítica às obras do Nordeste, foi criada uma comissão para inspecionar as obras, que, apesar de elogio ao empreendimento e de criticar os altos gastos com as obras, não fez menção ao desvio e falcatruas propaladas na imprensa sulista. Portanto, é somente a partir de 1922 que o epítacismo passa a ser mais fortemente questionado, em grande parte, em razão das novas configurações no cenário político, social, econômico e cultural brasileiro (LEWIN, 1993).

Essas novas configurações, por volta do início da década de 1920, situaram o País, pela primeira vez, no centro das discussões políticas, quase simultaneamente em toda a Nação, caracterizadas pelo processo de insatisfação política, social e cultural por parte de uma elite urbana e comercial. Segundo Trindade (1979), o ano-chave desse período foi 1922. Nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos, que contêm em seu embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana da Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro D. Vital, ligado à revista *A Ordem*, de orientação católica, prenúncia a revolução

152 Dentre os órgãos regionais, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspeção de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4229, de 01/06/1963.

espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana e da Escolar Militar.

Na verdade, desde a implantação da República no final do século XIX, essas novas condições políticos-institucionais que se instauraram no país entre elas, a instauração do Estado laico e o surgimento de novas facções oligárquicas ligadas à expansão do comércio, no caso da Parahyba, com o algodão, provocando mudanças significativas não só na economia, na política, mas na própria cultura brasileira. Contudo, as práticas políticas, sociais e culturais constituídas ao longo do Império mantiveram-se atuantes, como um mescla de permanência e ruptura, muito embora, paralelamente, operavam-se importantes mudanças indicando que a modernização se impunha de forma irreversível (LEWIN, 1993).

Segundo Carvalho (2001), a partir da década de 1920, essa longa hegemonia começou a ser contestada, com maior vigor, por outros grupos oligárquicos, que dominavam estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia, e estavam descontentes com seu afastamento das principais decisões políticas do Governo. É nesse contexto que os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia se uniram, nas eleições presidenciais de 1922, com o intuito de romper com o domínio de Minas Gerais e São Paulo. Para isso, foi criado um movimento político de oposição - a Reação Republicana - que lançou o nome do fluminense Nilo Peçanha contra o candidato oficial, o mineiro Artur Bernardes. O programa oposicionista defendia a maior independência do Poder Legislativo perante o Executivo, o fortalecimento das Forças Armadas e alguns direitos sociais do proletariado urbano. Todas essas propostas eram apresentadas num discurso liberal de defesa da regeneração da República brasileira (IDEM, 2001).

Até este período, não havia grandes novidades. Parecia que a lei de ferro das sucessões presidenciais na Primeira República iria se manter, isto é, a oposição iria concorrer, perder e reclamar das fraudes, sem resultado. A história, no entanto, foi um pouco diferente. Para começar, pela primeira vez, se organizava uma chapa de oposição forte com o apoio de importantes grupos regionais. Além disso, o movimento contou com a adesão de vários militares descontentes com o presidente Epitácio Pessoa, que nomeara um civil para a chefia do Ministério da Guerra. Finalmente, a Reação Republicana conseguiu, em uma estratégia praticamente inédita na história brasileira, desenvolver uma campanha baseada em comícios populares nos maiores centros do País. O mais importante deles foi o comício na Capital Federal, quando Nilo Peçanha foi ovacionado pelas massas (IDEM, 2001).

No mês de outubro de 1921, a campanha eleitoral esquentou. Foram publicadas na imprensa carioca cartas atribuídas a Artur Bernardes em que este fazia comentários desrespeitosos sobre os militares. Apesar de Bernardes negar a autoria das cartas, o episódio - mais tarde chamado das "cartas falsas" - acirrou os ânimos e abriu caminho para que alguns oficiais iniciassem movimentos no sentido de impedir, a todo custo, a vitória do candidato oficial. (MAGALHÕES, 1973). A conspiração não teve maiores consequências, e as eleições puderam transcorrer normalmente em março de 1922. Como era de se esperar, a vitória foi de Artur Bernardes. O problema foi que nem a Reação Republicana nem os militares aceitaram o resultado. Como o governo se manteve inflexível e não aceitou a proposta da oposição de rever o resultado eleitoral, o confronto se tornou apenas uma questão de tempo. (IDEM, 2001).

Ainda no mês de julho de 1922, algumas unidades militares no Rio de Janeiro e em Mato Grosso se levantaram contra o governo. Foram derrotadas. A rebelião mostrou-se desarticulada e sem base política, mas serviu de detonadora para outros levantes militares nos anos seguintes. Era o início do Movimento Tenentista. O Governo reagiu, decretando o estado de sítio. Para Ferreira¹⁵³, a Reação Republicana foi um acontecimento-chave para um melhor entendimento do funcionamento do pacto oligárquico na Primeira República. Em seu estudo sobre a Reação Republicana e a crise política dos anos de 1920, a autora identifica os problemas do federalismo brasileiro. A ideia central é mostrar que, para Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro - estados classificados como secundários em relação ao eixo hegemônico Minas\ São Paulo - a Reação Republicana foi um importante momento na luta por um eixo alternativo de poder.

Esse clima de tensão também se fez refletir na Parahyba, acirrando os ânimos entre os grupos políticos adversários e aumentando os índices de violência e insegurança por todo Estado. Ironicamente, a violência partidária, tão criticada pelos epítacista, foi comum por todo período da República Velha, principalmente durante o primeiro período republicano (1892 a 1912), agravando-se ainda mais à época das eleições. Segundo o Presidente Sólon de Lucena, por conta das eleições daquele ano¹⁵⁴,

[...] a luta como em outras partes do país animou-se bastante entre nós, não escapando o governo de algumas explorações e injustiças, a que opus, pelo

153 FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. Revista Estudos Históricos, CPDOC/FGV Vol. 6, N. 11 (1993). Fonte: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1953>.

154 PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de outubro de 1922, pelo Dr. Sólon Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, Imprensa Oficial, 1922, s/p, p.02.

bom nome do poder que tenho a honra de representar e pelo respeito que me mereciam os próprios adversários, a explicação e a defesa cabal das minhas atitudes.

As eleições presidenciais de 1922, na Parahyba, no entanto, tiveram um significado diferente. A Reação Republicana encontrou ali um solo muito fértil para sua crítica à oligarquia do que a existente por ocasião da campanha presidencial de 1910.¹⁵⁵ Esses questionamentos vinham, principalmente, da crescente classe média urbana e industrial, aliada a uma parte dos militares, que viam a manutenção do sistema oligárquico como empecilho ao desenvolvimento do País. O discurso político desse grupo passou a atrair novos elementos, oriundos, principalmente, das capitais, cuja insatisfação com o mandonismo local aumentara consideravelmente no início da década de 1920. Estes passaram a ganhar terreno ao apoiar a Reação Republicana nas eleições de 1922, cujo discurso havia contagiado uma grande parcela dos eleitores residentes nas cidades, segundo Linda Lewin (1993), não como uma opção ao modelo dominante, mas mais como um voto de protesto a política dominante.

O crescimento urbano e a atividade organizacional das classes médias urbanas, e, em menor medida, da classe trabalhadora, passaram a assumir pela primeira vez uma influência significativa nas decisões políticas. Além disso, outros fatores contribuíram para alimentar as críticas ao poder constituído, como, por exemplo, as greves gerais de 1917 e 1919, o fracasso das obras do Porto do Varadouro, a violência policial e as lutas inter-oligarquicas, bem como a volta do banditismo e aumento da violência e da criminalidade, associados às secas do início da década de 1920. Para piorar, a suspensão abrupta das obras do IFOCs, no final de 1922, gerou uma crise de desemprego, contribuindo ainda mais para o aumento das tensões políticas (LEWIN, 1993).

Assim, a crítica da oposição recai sobre a gestão do então Presidente do Estado, Sólón de Lucena, não necessariamente sobre ele, mas sim sobre Epitácio, chefe maior do Partido Republicano, eleito para o quadriênio 1920/1924, como o primeiro representante de uma nova geração de políticos paraibanos, totalmente epitacista, e que via com antagonismo a corte mais antiga de venancistas, ligados ao primeiro presidente da Parahyba do Norte, Venâncio Neiva, base de sustentação de Epitácio Pessoa, que dominava a liderança do PRC-P e que

155 As eleições presidenciais brasileira de 1910 foi a sexta eleição presidencial e a quinta eleição presidencial direta. Foi realizada em 1º de março nos vinte estados da época e no Distrito Federal com sede no Rio de Janeiro. Os resultados foram divulgados no dia 27 de julho. Em 22 de maio de 1910, numa Convenção Nacional, foi aprovada a candidatura do militar Hermes da Fonseca, apoiado por todos os estados, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro se uniram na chamada Campanha Civilista contra o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, e apoiando a candidatura de Ruy Barbosa. Essa eleição foi a primeira quebra da política do café com leite, mas não definitivamente, o que ocorreria em 1930.

monopolizava os melhores cargos federais. Como disse, o epitacismo era fortemente combatido e as críticas vinham de todos os lados. Segundo Ferreira, as principais críticas ao epitacismo eram: a intervenção na Bahia, as obras no Nordeste, o aumento da dívida externa, a nacionalização de algumas empresas estrangeiras e os altos gastos com as homenagens ao Rei da Bélgica e da festa da Independência em 1922 (1993, p.101).

Por sua vez, os jovens turcos¹⁵⁶, como era conhecida essa nova geração de políticos parahybano, passaram a ganhar maior dinamismo a partir de 1915, com o combate através da imprensa contra os "bacurais" do Partido Autonomista - antigo PRC - (de Álvaro Machado e Walfredo Leal), passando a se organizar formalmente em 1916, sob a liderança de Sólon de Lucena/Antonio Pessoa, irmão do então Epitácio Pessoa (LEWIN, 1993).

Na Parahyba do Norte, desde a ascensão do grupo liderado por Epitácio Pessoa, em 1912, e sua escalada à Presidência da República em 1919, a oligarquia Pessoa obteve o controle da política local (1915), mediante uma reforma política (1916) que possibilitou a situação escolher quem seriam os candidatos para representar a minoria no Congresso e na Assembleia Estadual. Primeiramente, a reorganização do PRC resultou na adição da sigla "P" (Partido Republicano Conservador da Parahyba), como forma de se diferenciar do antigo PRC. Depois, reformulou o estatuto do partido, seguida de orientações que reduziram as facções de oposição uma representação meramente simbólica, impedindo a prática de candidatos que se lançassem como avulsos contra a chapa de candidatos oficiais do PRCP, reduzindo ao mínimo a fissão no interior da coalizão (LEWIN, 1993).

Como não havia uma justiça eleitoral, o reconhecimento dos vencedores ficava a cargo da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados, com exceção de 1899 (ocasião em que foram eleitas duas bancadas de deputados de ambos os lados). Dessa forma, a situação podia controlar o acesso da oposição, apoiando apenas os candidatos "compatíveis", negando aos seus inimigos ou, os "não compatíveis", o acesso a representação política, no caso, o grupo dentro do partido Autonomista liderados por Heráclito Cavalcante (LEWIN, 1993).

156 Em 1906, 1908, e 1910 a convite do Imperador alemão , contando com o apoio do e, do então, ministro da Guerra, e posterior presidente da República, Marechal foram enviadas turmas de oficiais brasileiros à com o objetivo modernizar as forças armadas nacionais, em função do atraso do Exército e a preocupação de nossa diplomacia com a soberania do país. Nesse momento, a Alemanha travava com a uma disputa pela liderança militar na Europa, assim, consequentemente, buscavam ampliar seu campo de influência. Essa disputa tanto incluía a ampliação do poderio bélico e inovações táticas, quanto a venda armamento e o envio de missões militares estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos, como já fora experimentado no e . Esses oficiais, por defenderem reformas tendo como modelo a doutrina militar alemã, de retorno, seriam chamados pelos seus adversários de **Jovens Turcos**, em referência aos oficiais de forte influência , que também estagiara na Alemanha. De volta ao , os "Jovens Turcos" fundaram a revista "" em 1913, consagrando-a à reforma do , na qual traduziam obras de militares alemães e difundiam seu sistema de treinamento, práticas e costumes, e escreviam textos enaltecendo o Exército e a indústria bélica germânica. Essa reforma tinha em vista a modernização do exército, e respondia ao processo de conscientização política do exército encaminhada por , indivíduo claramente influenciado pelo . Entre seus membros contava com , , Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro. Após o término da, a opção dos jovens turcos se tornou inviável e o Brasil contratou uma missão militar francesa para modernizar o seu Exército.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jovens_Turcos_%28Brasil%29

Dessa forma, o partido delegou 20% das cadeiras da Assembleia Legislativa (1 dos 5 deputados federais – Simeão Leal - e 6 dos 30 deputados estaduais, mais só três foram eleitos em 1916: Izidro Gomes, Seráfico da Nóbrega e Alfonso Rodrigues de Souza Campos), à oposição. Era o que a lei daquela época assegurava à minoria, quaisquer que fossem seus recursos eleitorais (MARIZ 1987, p.75). Essa regra foi cumprida, menos para o Senado dos anos de 1918 a 1921 quando Walfredo foi acusado de fraudar as eleições, ficando fora do pleito. Com a derrota de 1915, muitos walfredistas deixaram a política, ou deixaram a Parahyba. Os mais realistas foram aderindo à nova situação com Epitácio, aumentando o número de aliados da antiga oposição. Os que resistiram passaram a gravitar em torno da liderança de Heráclito Cavalcante, pelo partido autonomista ou antigo PRC. Essa liderança dentro do Partido Autonomista, passou a impor a Walfredo Leal algumas limitações dentro do jogo político estadual, principalmente, pela postura inconciliável que o Desembargador do Supremo Tribunal do Estado tinha com os epitacistas, postura esta que acarretou prejuízos a sua carreira depois dos acontecimentos de 1930. O *Diário do Estado*, criado em 1915 para apoiar a campanha walfredista, permaneceu ativo até 1919, ao final do governo de Camilo de Holanda, ora atacando o governo, ora o apoiando, de acordo com seus interesses partidários, mas sempre atacando os epitacista.¹⁵⁷

Em 1919, ano da eleição de Epitácio Pessoa como presidente do Brasil, a oposição e situação na Parahyba unem-se para apoiar essa candidatura. Segundo Celso Mariz (1987, p.76), “tratando-se de um parahybano de quem tanto o Estado esperava o partido de oposição, chefiado pelo monsenhor Walfredo Leal, cercam fileiras em torno de seu nome (Epitácio)”. Ainda segundo esse autor, “Epitácio foi muito sensível a este gesto dos adversários de ontem”. Assim, além de outras orientações, “orientou seu partido no Estado, o PRC –P, no momento dirigido por Sólon de Lucena, para que felicitasse ao Partido do monsenhor Walfredo Leal, na legislatura de 1920 a representação de seis deputados, entre eles Seráfico da Nóbrega, Frederico Cavalcante, Acácio de Figueiredo, Paula Cavalcante, Ademar Leite Ferreira, Silva Mariz e Izidro Gomes” (IDEM, p.76).

Esse pacto não formal de unidade em torno do governo de Epitácio continuou até 1921, quando da indicação para a Presidência da República e para a representação federal para Câmara Legislativa. Nesse ano, dois fatos contribuíram para o acirramento das disputas políticas. Os correligionários oposicionistas, nucleados em torno de Walfredo Leal e Heráclito Cavalcante, não conseguiram firmar uma posição unitária. O PRC – Autonomista - liberou

“plena liberdade de ação aos seus correligionários”. Walfredo Leal não concordou e apoiou, ao lado de Epitácio, a candidatura de Artur Bernardes, enquanto Heráclito Cavalcante (Izidro Gomes e Silva Mariz) apoiam os candidatos da Aliança Liberal, Nilo Peçanha e J. J. Seabra. Por conta disso, na ocasião da indicação da vaga aberta em decorrência da morte repentina de Semeão Leal – primo de Walfredo, este se adianta em receber a indicação da vaga, mesmo sabendo que outros poderiam exigí-la, como mostra artigo da revista *Era Nova*, intitulado a verdadeira política¹⁵⁸.

Era já por todos nós esperada a maneira altamente republicana e democrática por que o sr. Epitácio Pessoa, benemérito presidente da República e chefe da situação política parahybana, resolveu a sucessão na Camara Federal do ilustre representante da minoria, Sr. Semeão Leal, falecido ultimamente. Conquanto coubesse ao Partido Republicano apresentar um seu candidato a vaga aberta na baixa Camara do paiz, essa atitude, porém, não se coadunava com o espírito justiceiro do chefe do executivo federal, que declinou do direito devido ao seu partido, em benefício da oposição. Esse gesto político do meritório brasileiro em todos os Estado federativos, sendo s. exc, alvo, por este motivo, dos mais justos conceitos por parte da imprensa independente e dos vultos de maior relevância no microcosmo político nacional. O Sr. Epitácio com o elevando ato de tolerância política que vem de fazer, apenas confirmou a nação, mais uma vez, as suas qualidades de republicano coerente com os princípios da liberdade e democracia, que são imanentes á sua personalidade de estadista de ideias vastas e clarividentes. É um atestado eloquente do caráter reto e justiceiro do Sr. Epitácio Pessoa o despacho telegráfico que s. ex. expediu ao mons. Walfredo Leal, preeminente chefe da facção oposicionista de nossa terra, no qual reconhece s. exc, o direito que cabe á deputação federal. Manda a justiça que nós, como conterrâneos do Sr. Epitácio Pessoa, não deixássemos passar despercebidos esse seu ato, que marca mais um brilhante feito na vida política do maior dos parahybanos vivos.

Esta decisão cindiu a oposição em dois blocos (uma parte ficou com Walfredo Leal e a outra acompanhou Heráclito Cavalcante), situando o grupo de Heráclito (apesar de este ter apoiado Epitácio em 1919) em alinhamento ao então candidato da oposição nacional, o ex-governador Nilo Peçanha e seu vice J. J. Seabra, então Governado da Bahia. Pouco depois, em 1922, às vésperas das eleições regionais, Epitácio permitiu a Walfredo indicar quem seria os candidatos à oposição, ficando o grupo de Heráclito Cavalcante, tidos como “adversários não compatíveis, isto é, aqueles que haviam assumido uma postura contraria a "ordem" de Epitácio, desde a cisão do PRC em 1915” (LEWIN, 1993), participaram do levante de 1912 -

os Dantas e Santa Cruz - ex-walfredistas e velhos liberais, excluídos de qualquer representação política. Essa dissensão significou outro arranjo no interior das facções oligárquicas na Parahyba, por aproximar mais fortemente Walfredo Leal e Epitácio e aglutinar a “verdadeira” oposição em torno de Heráclito Cavalcante.



Figura 13 Fonte: Centenário do Desembargado Heráclito Cavalcante Carneiro Monteiro, 1972, p.26.

Natural de Itabaiana, cidade onde primeiro revelou sua vocação para a vida pública, colaborando na política local, tornado-se chefe logo depois do governo de Peregrino de Carvalho (ano desse governo), em substituição a Enéias de Souza. Em 1908, já fazia parte do estado- maior do alvarismo, tornando juiz do Superior Tribunal do Estado. Após a morte de Álvaro Machado, virou a “primeiro imediato” de Walfredo Leal. Militou na campanha de 1915, passando a exercer forte liderança dentro do partido autonomista, liderando a oposição logo após a derrota eleitoral desse ano (IDEM, p.26).

É Heráclito que lidera a campanha da reação republicana (chefia o movimento nilista no Estado, após a resolução do PRC). Para isso, funda o jornal *A Tarde* em 1921, que saía à tardinha, criticando fortemente o epitacismo e todas as polêmicas em torno do seu governo, consoante mostra a o Revista Era Nova de 1921.¹⁵⁹

Imprensa da Parahyba. A imprensa de nossa terra conta agora em seu seio mais um periódico de feição elegante e moderna, que terá por princípios a defesa da formula política Nilo- Seabra e combate decisivo à dos Sr, Bernanrdes- Urbano. A Tarde, como se intitula o novo Jornal, cujo primeiro numero sahiu a lume no dia 29 de mês passado, conta no seu corpo redacional os mais preeminentes representantes da dissidência em nosso Estado. Saudamos, cordialmente, ao novel confrade de lutas, fazendo sinceros votos pelo êxito na arena jornalística parahybana e augurando- lhe brilhante trajetória.

Já o primeiro comitê político pró “niilista, foi fundado por dr. José frutuoso Dantas”. A chegada de J. J Seabra à Parahyba foi a 7 de setembro de 1921, como noticia a nota da revista *Era Nova*.¹⁶⁰

Propaganda Política. Consoante havíamos noticiado, efetivou-se no dia 07 de setembro corrente, no teatro Santa Rosa, a conferencia política do Sr J. J. Seabra, eminente governador da Bahia e candidato dos Estados dissidentes á vice-presidência da Republica, no futuro quadriênio. Orador de grandes surtes, o egrégio republicano versou cerca de duas horas sobre o palpitante assunto que trazia á tribuna, com frementes aclamações da assistência numerosa. No decorre de sua palestra, s. s houve de fazer referencias honrosas á culminante personalidade do dr. Epitácio Pessoa, atual chefe da nação brasileira, demorando-se em elogiosas apreciações á larga política e administração modelar do nosso benemérito conterrâneo. O Sr. J. J. Seabra, continuando o seu programa de pro político em todo o pais rumou ás cidades sertanejas do interior do Estado, de onde passará aos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

A chegada de Nilo Peçanha foi no mês seguinte, no dia 21 de outubro, a bordo da “paquete Iris, fretado exclusivamente para visitar os Estados do Norte. Na ocasião, o Senador Nilo Peçanha ficou poucas horas na capital parahybana, proferindo conferencia no Teatro Santa Rosa, de onde seguiu para Cabedelo.¹⁶¹

A dissidência em ação. O Sr. Nilo na Parahyba. Em propaganda de sua candidatura á presidência da Republica, visitou a Parahyba, no dia 21 do mês findo, o ilustre Sr, dr. Nilo Peçanha, senador pelo Estado do Rio e um dos estadistas mais complexos do Brasil contemporâneo. A demora do Sr. Nilo nesta capital foi de poucas. Chegando às 11, o ilustre candidato da Dissidência teve na Parahyba condigna recepção, sendo visitado pelo

160 Fonte. IHGP\ Revista Era Nova\ 17 de setembro de 1921. Imagem Anexa 55. Referência: PTDC0664

161 Fonte. IHGP\ Revista Era Nova\ 1 de novembro de 1921. Imagem Anexa 56. Referência: PTDC0676

representante do Sr. Predidente do Estado, prefeito da capital e outras figuras gradas da sociedade parahybana.

Já os estudantes parahybanos foram representados durante a campanha pelos preparatorianos do Lyceu Fernando Nóbrega e Vasco de Toledo, tendo este saudado Nilo Peçanha, à grade da Great – Westem. Como disse anteriormente, Fernando Nóbrega foi um dos fundadores do Grêmio Cívico Literário 24 de Março naquele ano de 1921. Nesse sentido, os estudantes, ou pelo menos parte deles, simpatizavam politicamente com a oposição, como mostrei anteriormente.

Assim, com a derrota da Reação Republicana e o início das revoltas no Rio de Janeiro, na Parahyba, o ano de 1923, especificamente, havia começado sobre forte expectativa do ponto de vista político. A greve dos funcionários de 1922, por conta da paralisação das obras dos IFOCs, foi o primeiro grande problema enfrentado pelo Governo só resolvido depois que o Estado saldou a dívida com erário próprio.¹⁶²

Outro acontecimento bastante significativo foi em março. Uma greve dos funcionários dos serviços da Empresa de Tração, Luz e Força, contra a sua má organização, gerou sérios protestos (arruaças e depredações), e contou com a participação dos estudantes do Lyceu, obrigando o Governo a empregar força armada para conter “os que, sob em pretexto razoável, queriam dar expansão aos seus mal contidos instintos de desordem”¹⁶³. Segundo o relatório do Chefe de polícia relativo ao primeiro semestre de 1923:¹⁶⁴

Nesta capital, em fins de março, a segurança pública esteve ameaçada por alguns dias com o movimento de hostilidade à empresa luz e força, cujos serviços mal organizados de certa maneira justificava aquela atitude do nosso povo. O direito de protestar ninguém o pode contestar a pessoa alguma, mas quando formulada com a devida conveniência e dentro da ordem. Foi precisamente o que não aconteceu. Rapazes pouco refletidos, levados pelo entusiasmo próprio de sua idade e pela linguagem de todos os dias, virulenta e incendiária do órgão oposicionista, se organizaram em grupos, quebrando lâmpadas, tentando incendiar bondes e espancando aos respectivos condutores e motoristas. Avisados a policia compareceu pressurosa, efetuando a prisão dos cabecilhos e despachando garantias as

162 PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de setembro de 1923, pelo dr. Sólón Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, Imprensa Official, 1923.

163 PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de setembro de 1923, pelo dr. Sólón Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, Imprensa Official, 1923, s/p, p.3.

164 Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Sólón de Lucena, D. D. Presidente do Estado, pelo Sr. Dr. Demócrito de Almeida, Chefe de Policia. Fonte: Fundação Espaço Cultural da Paraíba- FUNESC. Arquivo Histórico. Governo Estadual: Solon de Barbosa de Lucena – 1920 – 1924. Cx: 014. Vol. 280. Doc Nm. A. 1923.

Imagens Anexas 57 e 58. Fonte: FUNESC. Referências: PTDC0203 e PTDC0204.

pessoas dos empregados e bens da referida empresa. Os maus conselheiros não se conformaram com esse gesto, e, machiavelicamente, arrastaram os menores do lyceu e das escolas no movimento, induzindo e insuflando os ao ataque da subestação e da própria usina. Com a mocidade à frente, teve conhecimento do plano e da astúcia de semelhante gente e fez publicar o boletim abaixo que, com outras oportunas providencia, deram magnífico resultado voltando a cidade a serenidade e calma de sempre.

Na ocasião, a policia interveio energicamente com prisões dos principais envolvidos nos atos de “vandalismo”, fazendo circular uma nota aos pais dos alunos do Lyceu para que não permitissem que seus filhos fossem “manipulados” por “maus conselheiros” que “machiavelicamente, arrastaram os menores do lyceu e das escolas no movimento, induzindo e insuflando os ao ataque da subestação e da própria usina”. Eis um trecho do boletim ¹⁶⁵,

Estando a policia prevenida de que pretendem alguns exaltados promover desordens, nesta capital, sob pretexto de desagravo contra a empresa tração, luz e força, o governo pede aos srs paes de família que não consintam em se exporem seus filhos às consequências de motins acaso superveniente, e confia no critério e bom senso dos homens de responsabilidade, uma vez que as questões relativas à dita empresa estão afctas ao criterioso e estudo de uma comissão para isso propositadamente organizada pelo governo. È prudente que a mocidade das escolas, sempre tão correta e ponderada, não faça causa comum com arruaceiros e promotores de depredações e outros atentados contra a propriedade particular ou publica.

Assim, os protestos do mês de março de 1923 são um indício importante para compreender as razões pelas quais os estudantes do Lyceu tomaram tamanho partido nos atos de “desagravo” em decorrência da morte de Sady. Eles já haviam participado de ato semelhante, juntamente com elementos da oposição. Meses depois, o crime da Praça Felizardo Leite acabou dando outras razões para a oposição contestar a “ordem vigente”. A razão não difícil de entender: chamar a atenção do Governo Federal para a situação no Estado da Parahyba, num momento de fragilidade política e administrativa do poder constituído, às vésperas das eleições estaduais de 1924. Para alcançar essa finalidade, passaram a denunciar a

165 Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Sólton de Lucena, D. D. Presidente do Estado, pelo Sr. Dr. Demócrito de Almeida, Chefe de Policia. Fonte: Fundação Espaço Cultural da Paraíba. Fonte: FUNESC. Arquivo Histórico. Governo Estadual: Solon de Barbosa de Lucena – 1920 – 1924. Cx: 014. Vol. 280. Doc Nm. A. 1923.

impunidade e a violência cometida pela polícia do Estado, já que estes opositoristas descontentes vinham perdendo seus postos de antigas lideranças políticas em seus municípios, tendo muitas vezes de entrar em conflito aberto, isto é, recorrendo à violência armada, para defender suas posições de liderança. Ora, se o Governo fosse responsabilizado como conivente pela morte do estudante do governo Sady, seria um bom motivo para aumentar a pressão sobre a oligarquia Pessoa e, quem sabe, até uma intervenção federal no Estado, como havia acontecido em Pernambuco no ano anterior. Pelo menos é o que mostra a mensagem oficial, do presidente Sólón de Lucena, explicando as medidas tomadas em seu governo, em vista tal acontecimento.¹⁶⁶

[...] Por melhor ilustrar o meu acerto, tomo a liberdade de lembrar a vv. Excs. Os sucessos desenrolados nesta capital em vinte dois de setembro do ano passado. Nesses dias angustiosos para este governo, teve a nossa população que sempre se caracteriza pelo sentido de ordem e respeito às autoridades constituídas, os seus momentos de inquietação e intranquilidade, com o assassinato do inditoso estudante Sady Castor, por um guarda-civil que estava de ponto nas imediações da Escola Normal. Não fora a coincidência de haver ocorrido esse fato justamente quanto mais aguda se tornava a campanha dos elementos opositoristas ao meu governo no intuito de impopularizá-lo, sonhando uma derrubada dos elementos políticos que o apoiam [grifo meu], de certo, teria ele passado sem outra repercussão, além da punição do criminoso e o justo pesar do povo diante daquele acontecimento inesperado e contristador. [...] Aproveitando a indignação momentânea social, insinuando intrigas, pregando o desrespeito aos poderes constituídos, levaram-nos até a mais alta corporação judiciária do Estado a pedir uma ordem de habeas-corpus contra meras determinações de caráter policial. Obtida a ordem referida, estavam os rapazes legalmente armados para as atitudes que acaso lhes pudesse ditar o jornal que pretendeu orientá-los. [grifo meu] A polícia não fora ouvida na concessão do habeas-corpus. Ao ter ciência da deliberação daquele Colendo Tribunal, por evitar desordens e como medida extrema de prudência, resolvi fechar os dois estabelecimentos de ensino em torno da quais se fizera sentir, mais forte, a ação indesejada dos interessados na perturbação da ordem nesta capital.

Nesse sentido, aproveitando da comoção instaurada pelas “cenas de sangue” do dia 22 de setembro de 1923, a oposição, através de sua imprensa, saiu em apoio aos estudantes, aproveitando para lembrar-se dos novos e antigos abusos da força policial do Estado, bem como das perseguições políticas e arbitrariedade cometidas pelo Governo da situação na tentativa de derrubar ou pelos menos fragilizar o governo sob acusações de que estava agindo

166 PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura, 1º de setembro de 1924, pelo dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, Imprensa Oficial, 1924, s/p, p.8.

de forma arbitrária e, por isso, prejudicando os estudantes em seus “afazeres intelectuais e culturais”. Enquanto isto, o governo rebatia as acusações, alegando que a oposição influenciava os estudantes a perturbação da “ordem pública” na tentativa de viabilizar uma “derrubada”, isto é, uma intervenção federal no Estado. Segundo o relatório do chefe de polícia, correspondente ao segundo semestre de 1923, o crime de Sady foi elencado como a principal causa da quebra da ordem pública aquele ano¹⁶⁷,

A população da capital, que se caracteriza sempre como a do interior pelos sentimentos de ordem e serenidade, experimentou no mês de setembro os seus dias de inquietude, de viva agitação e de angustiosa intranquilidade, com o assassinato do inditoso estudante Sady Castor por um guarda civil, que estava de ponto nas imediações da escola Normal. Não fora a coincidência desse lamentável fato grave ocorrido justamente na semana em que mais aguda se tornava a exploração política por parte dos nossos adversários, com a chegada de seu chefe do rio que ameaçava a situação, de derrubadas, de certo a punição do criminoso se teria feito de maneira idêntica porque foi feita, e o fato passaria sem outra repercussão que não aquela das censuras das autoridades e pessoas de bom senso, e a da saudade da família, amigos e colegas. Entenderam porem, diferentemente os adversários. Quiseram tirar partido da desgraça e do luto e logo puseram mãos a obra. Usaram de todos os expedientes; - açularam os rapazes ao desrespeito às autoridades e ao governo, insinuaram intrigas e vilezas de toda sorte, pregaram a anarquia pela sua imprensa, tudo isso na ancia de incontida de impopularizar o governo. Redatores houve da “a tarde” que a policia os viu, no Lyceu, no meio dos estudantes. Talvez orientando-os aos desatinos e inculcando-lhes no animo desprendido e mal despertos ao perigo, sugestões malélicas e ideias tenebrosas. As edições do órgão oposicionista daqueles dias agitados comprovam estas afirmativas. Basta consulta-las. E a tudo isso o governo não se perturbou permanecendo na sua conhecida linha de tolerância, e com medidas prudentes, justas e acertadas abafou as explorações, cojurou as dificuldades e desmantelou o plano dos interessados na perturbação da ordem nesta capital. O guarda criminoso foi preso em flagrante delito e recolhido a cadeia publica, onde já com o processo preparado, aguarda o respectivo julgamento. Assim cumpriram as autoridades policias o seu dever entregando o criminoso à justiça que, no caso, é o único poder competente.

Em outras palavras, a morte do estudante Sady foi um estopim que “detonou” um conflito político de pequena abrangência, agravando ainda mais os impasses entre as duas principais forças políticas da Parahyba do Norte, *a priori*, o grupo liderado pelo Desembargador Heráclito Cavalcante, líder do Partido Republicano da Parahyba

133 Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Solon de Lucena, D. D. Presidente do Estado, pelo Sr. Dr. Demócrito de Almeida, Chefe de Polícia. Fonte: Fundação Espaço Cultural da Paraíba- FUNESC. Arquivo Histórico. Governo Estadual: Sólón de Barbosa de Lucena – 1920 – 1924. Cx: 014. Vol. 280. Doc Nm. A. 1923. **Imagens Anexas 57 e 58: Referência: PTDC0203 e PTDC 0204**

(Autonomista), e o grupo do então ex-presidente Epitácio Pessoa, representado pelo Presidente do Estado, Sólon de Lucena.

No meio disso tudo, estavam os estudantes do Lyceu, particularmente, os alunos integrantes ao Grêmio Cívico Literário 24 de Março, não menos imparciais aos acontecimentos, presentes em todo e qualquer reunião (evento, agrupamento, discussão, audiência pública, conferência) sobre o caso. Estes passaram a protagonizar uma das mais emblemáticas resistências político-estudantil ao poder constituído á época da Primeira República, tendo como mártir (o catalisador dos protestos) o cadáver do estudante Sady Castor. Em outras palavras, os estudantes tomaram partido e posicionamento político diante do impasse gerado pela morte de Sady Castor e para isso teve o apoio de elementos ligados à política partidária oposicionista. Afinal, quais os impactos produzidos pela batalha de discursos, em decorrência das manifestações dos estudantes do Grêmio 24 de Março, logo após o sepultamento do estudante Sady Castor? Como os estudantes conquistaram espaço na imprensa reservada como lugar de fermentação de ideias dos políticos e dos intelectuais da época? Tais questões me parecem pertinentes diante da necessidade de se romper um silêncio histórico em relação este conflito de pequena abrangência, mas com grande repercussão a sua época.

9 OS PRIMEIROS EMBATES: IMPACTOS POLÍTICOS DO CASO SADY E ÁGABA

Neste capítulo, procuro aprofundar as investigações, com ênfase nas análises históricas, particularmente quanto aos “impactos”, que rodearam o crime do estudante Sady Castor. Como havia dito anteriormente, a morte de Sady e as subsequentes manifestações promovidas pelos estudantes dos alunos do Lyceu Parahybano coincidiram com um dos momentos de maior tensão política após a sucessão presidencial de 1922, deflagrando e reacendendo a disputa política, entre governo e oposição (epitacista e heraclistas).

O crime gerou profunda revolta no seio da “classe estudantina” do Lyceu Parahybano, cuja liderança, pelos alunos do Grêmio Cívico e Literário 24 de Março, aglutinou apoio de diversas outras organizações estudantis pelo País. O caso foi amplamente noticiado nos jornais da Parahyba e do Brasil, como um dos acontecimentos mais marcantes àquela época e utilizado politicamente pelos opositores àquele governo, por meio de seus respectivos órgãos de imprensa.

As manifestações do dia 23 de setembro, em “desagravo”, ao “bárbaro” assassinato de Sady Castor, foi um acontecimento tão marcante quanto o próprio crime. Os estudantes pediam a punição dos “culpados”, entre eles, o Governo do Estado e seus responsáveis, o monsenhor João Batista Milanêz, o chefe de polícia Dr. Demócrito de Almeida. Além, é claro, do Guarda 33, o único condenado! Acontece que essas manifestações foram duramente criticadas pelo governo de Sólon de Lucena e pela Igreja, responsabilizados pelos atos de vandalismo e de franca hostilização às autoridades públicas do Estado da Parahyba do Norte. Dessa forma, entendo que os alunos do Lyceu, mais especificamente, os alunos do Grêmio Cívico Literário 24 de Março, não eram meras marionetes nas mãos da oposição, como afirmou o Governo, mas elementos participativos e atuantes de uma militância política daquela época, haja vista, o Lyceu ser tradicionalmente conhecido como o “berço” formador da elite dirigente do Estado, desde a sua fundação.

Os primeiros embates aconteceram momentos após o crime. Sabedores do ocorrido, amigos de Sady estudantes do Lyceu passaram a hostilizar a sede da guarda civil e se aglomerar na frente do edifício do Liceu Parahybano (APOLONIO, 1982, p.247). Tudo indica que os protestos do sábado só não foram maiores porque o velório de Sady, que acontecia no

salão nobre do Lyceu, teve ampla repercussão no meio social da Cidade, atraindo a atenção de muitos estudantes, pessoas da sociedade, jornalistas e autoridades locais.

No dia seguinte, logo após a cerimônia de sepultamento, os protestos recomeçaram, quando um grupo composto por estudantes e amigos do jovem assassinado saiu em exaltada manifestação, provocando uma onda de “vandalismo” que tomou conta das principais ruas do centro da Cidade. As manifestações foram acompanhadas pela polícia, que se manteve a certa distância, apenas observando os acontecimentos. Com se achassem que nada de mais aconteceria diante “comoção” e “indignação” dos presentes durante a cerimônia, o jornal *A União*, órgão de imprensa oficial do Estado da Parahyba do Norte, publicou uma nota na manhã seguinte ao assassinato (dia 23 de setembro de 1923) sobre o referido crime, que foi “mal interpretado” pelos estudantes, provocando uma onda de protestos e manifestações: eis o teor na notícia que incendiou os estudantes:¹⁶⁸

[...] Desde alguns meses a esta parte, a requisição muitíssimo justa e atendível do monsenhor João Milanez, diretor da Escola Normal e interino da Instrução Pública, o Sr. Dr. Demócrito de Almeida, chefe de polícia, mandara policiais por um guarda civil a testada daquele estabelecimento de ensino, procurando evitar, assim, a aglomeração de certos jovens – *grifo meu* - que ali havia, perturbando os trabalhos escolares e desviando, mesmo, a atenção dos alunos e mestres das suas tarefas quotidianas

Os estudantes e a oposição entenderam que tal órgão de imprensa havia sido parcial e conivente ao noticiar o incidente, por que além justificar a presença da polícia nas mediações da Escola Norma, isentava o Estado e a Igreja de quaisquer responsabilidades por tal ato, deixando, aparentemente, indícios que a proibição fora feita para *certos jovens*, ou seja, para o próprio Sady Castor. Era o que bastava para incendiar a ira entre os estudantes, que saíram em exaltada manifestação pelas ruas da cidade, destruindo todas as cópias de *A União* que encontravam pela frente, pondo a perder toda a segunda remessa destinada aos assinantes e as vendas avulsas nos gazeteiros. As manifestações continuaram, sendo que desta vez, os estudantes estacionaram momentaneamente às portas da redação do jornal *A UNIÃO*, que só não foi depredado, porque um ex-professor (não se sabe qual) do Lyceu conseguiu acalmar os estudantes.¹⁶⁹ A manifestação prosseguiu, sendo a Igreja, mais precisamente, monsenhor João Milanez, o próximo alvo. Contra este, os manifestantes simularam um enterro simbólico que

168 Fonte: *A União*, 23 de setembro de 1923.

169 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega| *Jornal A Tarde*, 25 do 09 de 1923. **Imagens Anexas 59, 60 e 61. Referencias P2070396; P2070398 e P2070400.**

terminou defronte a residência do diretor da escola, na Avenida João Machado.¹⁷⁰ Infelizmente, a pobre mãe do Monsenhor foi quem recebeu o cortejo fúnebre endereçado ao seu filho, vindo a desfalecer no local, causando grande transtorno à família do religioso.¹⁷¹

Esse fato, isto é, os protestos propriamente ditos, nunca receberam a devida atenção por parte dos historiadores. Também pudera, o caso em si nunca foi objeto de estudo específico, mas apenas de inflexões literárias ou simples passagens historiográficas e memorialísticas, como mostrei no capítulo 1 deste trabalho. Segundo alguns autores que relataram narrativamente o caso rapidamente, a maioria deles se refere a estes acontecimentos como decorrente da morte do estudante, levado inicialmente como ato de “desagravo” pelos lyceanos, açulados pela oposição, contra a determinação tomada pelo Governo.

Na verdade, esses protestos são muito mais significativos do que o próprio assassinato do estudante Sady, na medida em que possibilita entender parte do significado político e suas repercussões ao longo do tempo do caso. Mais do que isso, os protestos me dizem muito a respeito do nível de organização política estudantil e a influência que estes, os estudantes, tinham no meio político e nas decisões de âmbito mais geral do Governo. Vale salientar que boa parte desses jovens era de filhos dos mais proeminentes membros da sociedade paraibana, como, por exemplo, da família Nóbrega, a família Leite, Santa Cruz etc. e outras famílias influentes na Parahyba em política. Tradicionalmente, o Lyceu foi o berço cultural dessa elite, responsável por formar os principais dirigentes, funcionários públicos e intelectuais da Paraíba, em sua maioria liberal e republicana.

O fato é que esses atos promovidos pelos estudantes foram duramente censurados pelo Presidente do Estado da Parahyba. Por conta disso, suspendeu as aulas no dia seguinte (segunda feira, 24 de setembro), reforçando o policiamento nas ruas adjacentes à Escola Normal, a fim de tentar evitar novas manifestações. Além disso, mandou distribuir uma nota, que foi publicada no *Correio da Manhã* do dia 25 de setembro, com o seguinte teor:¹⁷²

sua classe - *grifo meu*. Acima de tudo é preciso manter a ordem e o prestígio da autoridade. A policia se tem mantido em muita prudência, sendo dignos de louvores as providencias tomadas pelas autoridades. [...] que os moços reflitam e resolvam o palpitante assunto, para o seu próprio bem e para o bem da Parahyba.

170 **Imagem Anexa 62.** Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega| Jornal *A Tarde*, 24 do 09 de 1923. Referência: PTDC0091.

171 Fonte: Jornal *A União*, 25 de setembro de 1923.

172 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega| Jornal *Correio da manhã*, 25 de setembro de 1923. **Imagens Anexas 63 e 64. Referência PTDC0042|PTDC0044.**

A nota, distribuída pelo Governo e publicada no referido órgão de imprensa, acusava “certos elementos” da oposição, de assessorar os estudantes à prática de atos de desagravo, principalmente porque estes usaram o *A Tarde* para publicar telegramas enviados e recebidos em apoio a causa dos estudantes. O fato também foi abordado pelo *Jornal do Comercio*, de 27 de setembro, reproduzindo telegramas do dia anterior (dia 26\09\1923), afirmando que os estudantes foram “ajudados por elementos estranhos à sua classe”, na promoção das manifestações do dia 23 de setembro.¹⁷³ Tal fato estaria causando certa “exploração partidária”, por parte desses elementos da oposição, a fim de desestabilizar o Governo da Parahyba, como mostra matéria do jornal do Rio de Janeiro, *A Gazeta de Noticias*, trazendo a seguinte nota.¹⁷⁴

Políticos sem escrúpulos. O assassinato de um estudante, na capital da Parahyba, por um guarda civil, forneceu protesto a que a oposicionistas simpáticos dessem posto dos velhos rancores contra a situação que encaminha o próspero Estado [...], [...] a exploração partidária exercitou-se, no intuito de excitar os estudantes, que sem a serenidade precisa entregaram-se a praticas de atos reprováveis [...]

Os velhos rancores de que fala o articulista, são avanço dos epitacistas na política estadual, que, mesmo antes de 1912, ganhavam terreno na luta pelo controle da política parahybana, substituindo, em alguns municípios, a posição de chefes políticos de antigos liberais e ex-partidarios da oligarquia Machado-Leal. Nesse sentido, na Parahyba no Norte, política e violência caminhavam junto durante por toda Primeira Republica.

Não obstante a agitação realizada pelos estudantes em desagravo à morte de Sady, a oposição já mostrava sua animosidade com o governo desde muito antes do crime, trazendo à tona “velhos e novos rancores”, denunciando, assim, os "abusos" da força policial contra certos elementos contrários à política epitacista. Para isso, elencaram a falta de segurança individual. Após a morte do estudante, a oposição intensifica essas acusações. A matéria de capa do jornal *A Tarde* do dia 24 de setembro é emblemática neste aspecto, intitulada, "Trágica cena de Babaria".¹⁷⁵

TRAGICA CENA DE BARBARIA [...] um oficial pratica assassinato bárbaro, em Quarabira, e é escandalosamente, absolvido, agentes da policia

173 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal Do Comercio [s/d]. **Imagem Anexa 65. Referencia: P2070422.**

174 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal Gazeta de Noticia[s/d]. Confirmando por meio do jornal A UNIÃO, 3 de outubro de 1923. **Imagem Anexa 66. Referencia: P2070424.**

175 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal ATARDE, 24 de setembro de 1923 [s/n]. **Imagens Anexas 67 e 68. Referências PTDC0037 e PTDC0085.**

praticam assassinatos fuzilamentos em Pombal, em o ano passado e ficam impunes; outros fuzilamentos são, ainda, praticados na mesma comarca, ha cerca de seis meses e estão ai ao leo, ainda, sem que se saiba qual será a punição dos culpados nem se houve mandantes; dois fuzilamentos são praticados na comarca de umbuzeiro, o juiz togado que está sofrendo francas hostilidades dos (...) leigos e este (...) - material deteriorado". [...] os antigos fuzilamentos nesse estado, ainda hoje, impunes, a falta da segurança da magistratura no interior do Estado, sendo os juizes forçados a abandonar as comarcas, como aconteceu em Princesa e Umbuzeiro, em vista do procedimento dos chefes políticos, apoiados pelo governo do Estado, a ameaça que ainda lhes faz o presidente Sólon, solicitando em mensagem á assembleia estadual novas medidas tendentes ao desrespeito e anulação da magistratura dahi, o procedimento criminoso dos principais chefes políticos situacionistas que, até motivou o procurador da Republica pedir licença a Assembleia para denuncia-los, criminalmente, demonstra de que gente se cerca o situacionismo ai e o recente assassinato do Infeliz Sady, perpetrado pela própria policia estadual em frente ao palácio do governo, como circunstancia de afirmar o autor do crime que o praticou de ordem do chefe de policia, são fatos que estão sendo veementemente prodigados pela imprensa quase, unanime desta capital, afirmando os jornais que uma situação de ferocidade, como a que atravessa esse Estado é insustentável e que governo federal deva olhar para as causas da Parahyba, evitando que o Estado se conflagre, dada a falta de garantias de vida de sua população, já cansada de sofre as torturas do epitacismo cruel. Dizem, ainda, que o descalabro não se passa, somente, na esfera econômica dos dinheiros despendidos com as estrada de rodagem e outras obras federais desse Estado: o descalabro atinge também, a vida do cidadão. É o regime da tirania. Até o procurador da Republica dai pedindo licença a assembleia para denunciar criminalmente os deputados situacionistas José Pereira Lima, José Parente e Padre Aristides Cruz, todos principais chefes políticos da situação dominante desse Estado e responsáveis pelos acontecimentos delituosos do alto sertão parahybano, nos últimos acontecimentos de Pianco tem, conforme consta, trazido ao governo a convicção de que nesse Estado a situação é seria e as medidas de ordem deveriam ser praticadas contra o que de anormal hoje passa, sendo ainda certo que o governo federal, já previamente tinha ciência de muitos fuzilamentos impunes, pela própria força policial do Estado em face dos acontecimentos que dai lhe foram enviados".

Essa noticia rapidamente correu o País, principalmente no Rio de Janeiro, centro administrativo e político do Brasil e publicado com algumas modificações no *Correio da Manhã* do dia 26 de setembro¹⁷⁶ e reproduzida em nota pelo jornal *Diário de Pernambuco* do dia 27 de setembro.¹⁷⁷

Na Parahyba da Primeira República, a criminalidade e violência havia se tornado uma dimensão da vida do Parahybano, seja sob o ângulo dos fatos matérias, seja pela sua

176 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal Correio da Manha, quarta-feira 26 de setembro de 1923. **Imagens Anexa 69**. Referência: I0016519-13(03712x05359.jpg.

177 Fonte: Humberto Nóbrega\ Jornal Diário de Pernambuco, 27 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 70**. Referência: P2070424.

interiorização subjetiva sob a forma de insegurança que passou a integrar a vida das pessoas, em maior ou menor grau. Por outro lado, o fortalecimento do mandonismo local, rivalidade interoligarquica, principalmente nos lugares mais distantes dos principais centros do poder formal, cujos laços de poder informal eram sustentados pelo parentesco e práticas clientelistas, é apontado aqui uma das principais responsáveis pelos altos índices de violência e crimes, fazendo com que a Parahyba do Norte daqueles anos seja um campo fértil para se discutir algumas questões a respeito dos estudos sobre criminalidade cujas correlações são mais complexas do que à primeira vista se poderia supor.

Não tenho nestas linhas a ambição de aprofundar estas questões e sim de estabelecer algumas características gerais do controle social e da criminalidade no Estado da Parahyba a época da pesquisa. De qualquer forma, espero que sirva para iluminar o outro lado dessa história (já que estou narrando a história de um crime), abrindo caminho para que problemas mais amplos como os indicados a pouco, possam ser discutidos posteriormente, com maior base empírica.

Quase todos os estudos sobre criminalidade contém ritualmente uma observação cética ou cautelosa a respeito das fontes oficiais, sobre os índices de criminalidade, a com a constatação de que eles não dão conta da verdadeira extensão do fenômeno social que aparentemente espelhariam. Afora a distância entre “criminalidade real” e “criminalidade apurada”, é certo também que as fontes muitas vezes expressam a ênfase ou o desinteresse do aparelho policial em reprimir comportamento considerado delituoso e não efetivas flutuações destes comportamentos. Não obstante estas dificuldades e várias outras, há boas razões para não se desprezar a tentativa de medir o fenômeno da criminalidade, a condição de se ter presentes alguns pontos. Em primeiro lugar, o caráter indicativo dos dados (e\ou discursos), abandonando-se qualquer pretensão ao rigor empírico, principalmente, neste ultimo caso; em segundo lugar, a percepção de que, ao lidar com essas fontes, abre-se caminho para o conhecimento do controle do aparelho repressivo como agente de controle social, de uma determinada época e contexto (FAUSTO, 2001).

Nos olhares da época acerca da necessidade de maior combate à criminalidade, chama atenção uma argumentação que se justificava pela defesa da “ordem publica” só possível em meio ao controle exclusivo do Estado dos aparelhos repressivos (jurídicos e policiais). Para os homens da república, a Ordem Pública estava associada à situação do estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas precípua atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam. A República nasceu sob o signo da ordem pública. Herdeiros de concepções

político-filosófico de cunho evolucionista que naturalizavam o social, intelectuais e militares que fundaram a República defendendo a tese do progresso ordeiro. O caráter nada revolucionário do movimento republicano brasileiro já era visível no Manifesto Republicano de 1870: seus signatários apresentavam-se "como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da pátria", que não pretendia convulsionar a sociedade, muito menos romper com a estrutura vigente. No Decreto nº1, de 15/11/1889, os membros do recém-criado Governo Provisório afirmam repetidas vezes a "defesa da ordem pública" como objetivo maior (Lima & Azevedo, 2014).

É nesse sentido que se manifesta o presidente do Estado, Antonio Alfredo da Gama e Mello, quando se referiu sobre tema: "A ordem pública e a segurança individual mantiveram-se normalmente, merecendo máxima atenção do governo do estado", entretanto, nesse ano, houve dois fatos que, por sua natureza, revelam as principais preocupações do Governo daquela época com a manutenção da ordem pública. No primeiro, o deputado Antonio Tomais de Araújo Aquino e mais três pessoas, inclusive o delegado, são assassinados em Misericórdia (provavelmente crime político), e, no segundo, uma invasão por um grupo de criminosos, capitaneado por Silvino Ayres de Albuquerque Cavalcante. Tais acontecimentos foram descritos por conta do estado de insegurança deixado pela saída do Batalhão 27, em direção a Canudos. O Governo Estadual temia um agravamento da ordem pública, pela "formação de semelhante revolta na Parahyba". O Presidente Gama e Mello só descansou quando o próprio Presidente da República lhe garantiu, caso houvesse necessidade, auxílio de força federal.¹⁷⁸

Não por coincidência, foi por essa mesma época que o famoso cangaceiro, Antonio Silvino, iniciava sua carreira como bandido profissional, integrando o bando liderado por seu tio (chefe), Silvino Aires Cavalcanti de Albuquerque. Com a prisão deste, o sobrinho assume o comando do bando, mudando seu nome e sobrenome, homenageando o parente preso. Durante 16 anos seguintes, Antonio Silvino e seu bando, driblaram a polícia, praticando saques e assassinando inimigos. Por seu atos de respeito as famílias, Silvino era tratado pelos poetas populares como um "herói" (MELLO, 2011).

Por toda Primeira República, os principais problemas relacionados à insegurança pública na Parahyba do Norte eram em sua maioria os "crimes contra a vida e a segurança individual e a de propriedade". Segundo Linda Lewin (1993), durante os anos de domínio da oligarquia Machado Leal (1892 – 1912), a Parahyba vivenciou uma escala da violência como

178 Fonte: Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba em 2 de setembro de 1898 por ocasião da instalação da 3a. Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello, p.5.

nenhum outro momento de sua história. Entre as principais causas (elencadas pelas autoridades locais) em conflito com o direito público no início da Primeira República, destacam-se a 1) as disputas interfaccionais, 2) "a chaga" do banditismo e 3) o flagelo das secas e suas consequências sociais como a vadiagem ou vagabundagem. Estas causas estiveram no centro dos debates oficiais que procuram justificar as razões da falta de segurança no Estado da Parahyba do Norte.

No período seguinte (1912 á 1923), esse quadro não mudaria muito; pelo contrário. Apesar de ter diminuído os conflitos faccionais em vista de uma maior coalizão das oligarquias em torno da "ordem de Epitácio", os índices de criminalidade aumentavam ano a ano, acompanhando o desenvolvimento da Cidade e do Estado. No plano dos discursos, com exceção das secas, as causas continuavam praticamente as mesmas, com duas diferenças em relação ao primeiro período: primeiramente, porque o poder constituído havia mudado de mãos. As lutas faccionais só aumentaram significativamente a partir de 1920, quando da "ordem de Epitácio", e a própria oligarquia dominante passou a ser confrontada mais fortemente pelos antigos liberais. Segundo, porque os altos índices de violência não eram mais atribuídos às mazelas da natureza, mas, principalmente, às lutas interfaccionais. Nesse sentido, para as autoridades da época, o "fanatismo da politicagem local", era onde se achavam os "germens" do banditismo no interior de alguns estados.¹⁷⁹

O certo é que, a partir de 1920, o Governo passou a impor com maior rigidez a manutenção da ordem pública, por meio do aparelhamento das intuições repressivas para combater o banditismo e criminalidade, em grande parte, agravado em consequência do retorno do fenômeno da seca que aliado às disputas faccionais, eram responsáveis pela formação de grupos armados que, constantemente ameaçavam a ordem pública, principalmente no interior do Estado. Além disso, havia outro problema responsável pelo clima de tensão naquele ano. Os investimentos das obras do IFocs, iniciados pela então Presidente Epitácio Pessoa, havia atraído muita gente de fora da cidade e até de outros Estados, proporcionando um rápido crescimento populacional, chegando a mais de 50 mil habitantes em 1923. Consequentemente, a criminalidade crescia proporcional ao crescimento da cidade. As preocupações do governo com possíveis revoltas urbanas haviam aumentado significativamente, principalmente, quando cresceu o número de vozes dissonantes que exploraram as fraquezas do governo e da oligarquia Epitacista (LEWIN, 1993).

179 PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba , na abertura da 3 sessão ordinária da 7 Legislatura, a primeiro de setembro de 1914. Pelo dr. João Pereira de Castro Pinto. Presidente do Estado. Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u547/000002.html>.

Tais preocupações, no entanto, não se explicam apenas por essa via. Outras questões aparecem em maior ou menor grau, como, responsáveis pela quebra da ordem pública e aumento da criminalidade na Parahyba, como por exemplo, os hábitos dos sertanejos em portar armas; a prática de jogos proibidos; a violência policial; a embriaguez; a “vagabundagem”, que incluía menores de idade: Tais aspectos impulsionaram a insistência na criação de uma casa correcional. Associados a isto, estavam os mesmos problemas estruturais de sempre, como a falta de recursos disponíveis para aplicar no combate às ações criminais e pagamento dos soldos aos policiais; desleixo das autoridades policiais no combate ao crime; e as péssimas condições prisionais. Somam-se a isso “hábitos inveterados”, como a de coação dos juízes por chefes locais, a atuação política dos magistrados, que na época podiam exercer papéis de lideranças políticas, e a ineficiência do Júri e das leis penais; as absolvições eram corriqueiras em todas as comarcas do Estado, levando à impunidade praticada como regra. Além disso, muitos crimes eram ocultados por autoridades locais, nunca chegando ao conhecimento público, principalmente, quando envolviam elementos ligados à política dominante.¹⁸⁰

Quanto a deserções dos juízes de suas comarcas, de que acusa o jornal *A Tarde*, infelizmente, não há dados suficientes para entrar em detalhes sobre os reais motivos, nem sobre o uso excessivo de força policial, uma vez que os relatórios policiais pesquisados não mencionam fatos dessa natureza. Vale lembrar, porém, que boa parte dos juízes e desembargadores, nomeados entre o início da República ao fim da oligarquia Machado Leal (1912), pertencia aos grupos de base familiar que os apoiavam, bem como aos chefes políticos municipais, que acabavam exercendo influência nas decisões judiciais, ou mesmo coagindo os magistrados (LEWIN, 1993). Outro detalhe é que, na Parahyba, antes de 1930, não havia dispositivos legais que proibissem a atuação política desses magistrados, fazendo eles atuarem, muitas vezes, em favor de suas ligações partidárias, “desvirtuando” o exercício da magistratura. Daí as razões de tanta “perseguição” dos epítacistas em desvincular a profissão da atuação política (IDEM, 1993).

Em suas mensagens presidenciais de 1922 a 1924, o presidente do Estado só não explica os motivos dos magistrados abandonarem suas respectivas comarcas, como também reclama de “falhas na lei por não obrigar os magistrados a cumprir seus deveres funcionais, quando estes simplesmente abandonam os cargos, acarretando danos a fazenda estadual, em

180 Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes. Causas inveteradas: a criminalidade na província da Paraíba do norte. Documentação e Memória / TJPE, Recife, PE, v.1, n.2, 33-48, jan./dez.2009.

decorrência de falta de interesses em dedicar-se aos seus esforços de fazer cumprir a lei”.¹⁸¹ Segundo a legislação que regulamentava a carreira de magistrado anterior a 1930, só permitiu a sua destituição em caso de incapacidade física e moral, aposentadoria ou pedido de demissão voluntário do cargo; de resto, a função era vitalícia.

Por outro lado, a solução para conter os constantes conflitos entre grupos políticos, era por meio do uso da força policial, que possuía grandes dificuldades em controlar todas as localidades do Estado, já que boa parte da tropa, além de ser empregada para combater as ameaças constantes do banditismo, que, por diversas vezes, ameaçou o território da Parahyba do Norte, também exercia a função de auxiliares de fiscais de rendas e de policiamento em praticamente todos os municípios do Estado.¹⁸² Não eram raros os casos de abusos de uso da força policial, em situações desnecessárias. Uma das razões para esses abusos, segundo as autoridades policiais parahybanas, tinha em vista o afastamento da Capital e o excessivo tempo de isolamento em algumas áreas, o que constituía a principal razão para a quebra de disciplina militar e, conseqüentemente, o uso excessivo de força policial, caracterizando uma polícia muito mais truculenta do que repressiva.¹⁸³

Já a instância da Guarda Civil, criada em 1912, gerava outros problemas de cumplicidade e impunidade, uma vez que os delegados, indicados pelo chefe de polícia, para atuar nos respectivos municípios, dependiam muitas vezes dos chefes locais, haja vista que sua função não era remunerada, sendo muito mais uma função política do que policial (LEWIN, 1993). Para contornar essa situação, Sólon de Lucena havia, desde o início de sua gestão, implementado em alguns municípios, delegados militares, que, segundo o presidente do Estado, era o “único meio, alias, de por termo a questão decorrente de rixas nascidas da competição entre elementos políticos de uma mesma localidade”.¹⁸⁴ Uma polícia mais disciplina, isto é, mais obediente, fortemente armada e sob comando do chefe estadual, causava um impacto considerável na ordem pública daquelas localidades. Quanto a isso, percebem-se nas mensagens presidências pós 1912 as inúmeras expulsões de praças do regimento da polícia. Durante o Governo de Castro Pinto (no ano de 1912) criou-se a escola

181 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 3a. Sessão ordinária da 8a. legislatura, a 1o. de setembro de 1922, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do Estado\ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 4a. Sessão ordinária da 8a. legislatura, a 1o. de setembro de 1923, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do Estado. \ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 1a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura, a 1o. de março de 1924, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do Estado. Fonte: <https://archive.org/>

182 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 1a. Sessão ordinária da 8a. legislatura , a 1o. de março de 1920, pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do Estado. Fonte: <https://archive.org/details/rpparaiba1920a>

183 Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Solon de Lucena, D. D. Presidente do Estado, pelo Sr. Dr. Demócrito de Almeida, Chefe de Polícia. Fonte: Fundação Espaço Cultural da Paraíba- FUNESC. Arquivo Histórico. Governo Estadual: Sólon de Barbosa de Lucena – 1920 – 1924. Cx: 014. Vol. 280. Doc Nm.

184 PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de setembro de 1924, pelo dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, Imprensa Oficial, 1924, s/p.

arregimental, em decorrência da falta de disciplina excessiva que manchava a imagem da força pública do Estado. O mesmo vale para a Guarda Civil, criada em 1912, pois, no ano de 1924, foram excluídos 13 guardas por diversas razões, entre o guarda 33, a maioria por indisciplina.¹⁸⁵

Voltando à polêmica em torno da repercussão dos protestos e manifestações decorrente da morte de Sady Castor, *A União*, para melhor esclarecer os acontecimentos, no dia 25 de setembro, terça-feira, descreveu sua versão sobre as ações promovidas pelos estudantes, aproveitando para explicar a notícia que incomodou os estudantes. Sobre isso o jornal argumenta que¹⁸⁶,

[...] A notícia com que os rapazes se sentiram ofendidos pela *A União* não tem nem poderia ter nenhuma frase de tolerância com a brutalidade do crime ou do criminoso. Patenteia, porém, a mesma local a nossa piedade diante da vítima cujo destino foi tanto mais comovente quanto mais estúpido arrebatou um moço cheio de estima e cheio de esperança. Deu-se apenas que das circunstâncias do fato demos um registro resumido, sem prejudicar o outro infeliz, que á mesma hora estava preso e entregue á justiça, o poder organizado para fazer em caso tais o desagravo da sociedade, marcando a pena e castigo dos que se transviam. Nosso interesse, nosso, pensamento, vazado com a moderação que nós cumpre como órgão que somos do governo e também da opinião, é que todos os crimes sejam punidos com a rigor correspondente ao seu móvel e aos seus processos. Se esse é o nosso princípio, que conveniência poderíamos ter em abrandar no caso que victimou o jovem Sady Castor, o conceito do crime e de seu agente? Está visto que, além dos nobres melindres de uma classe, além do respeito e amizade que devemos á família do morto, família digna, prestigiosa e amiga do governo, além e acima dessas considerações, estavam, para evitar qualquer restrição duvidosa de nossa conduta, os sentimentos da nossa própria consciência e dignidade. Ora, nenhum repórter e nenhum redator d'Anião assistiu á Barbara cena de que foi protagonista o guarda 33. Se acaso algum detalhe do crime apareceu incompleto ou imperfeito na sucinta descrição de nossa local, nunca se deveria suspeitar que tal o motivara qualquer jeito ou partis-pris a favor do criminoso, se bem que efetivamente só o queiramos ver castigado no ordem da lei e pelos representantes legítimos da justiça.

Na mesma matéria, o jornal denuncia enfaticamente a tentativa de exploração política por parte da oposição, mediante a adulteração dos telegramas em proveito de causa própria, do qual passarei a tratar nas linhas abaixo¹⁸⁷,

185 Fonte: FUNESC\ Comando da Guarda Civil\ Estado da Parahyba do Norte. N 25. **Imagem Anexa 71. Referência: PTDC0221.**

186 Fonte: Jornal *A União*, 25 de setembro de 1923.

187 Fonte: Jornal *A União*, 25 de setembro de 1923.

[...] A Tarde em sua edição de ontem, não relaxou o procedimento que vem tendo para os fatos que de qualquer modo, se relacionem com o governo. O crime do guarda civil nº33 está servindo à folha oposicionista para mais uma cartada contra a situação, como é fácil de ver-se pelos termos tendenciosos de suas notícias e comentários e pelos telegramas de seu correspondente no Rio, telegramas que ela própria naturalmente inspira e aqui traduz, argumenta e ajeita ao seu desembaraçado talento. [...] O público saberá, porém julgar a conduta dos homens que no atual momento tem o espinhoso encargo de governo e conceitos como os d'A Tarde morrerão por si, na sua inanidade, na sua paixão ou na sua injustiça.

Quanto às acusações de exploração política, *A Tarde* em 24 de setembro (segunda-feira), se defende das acusações e argumenta que ¹⁸⁸,

Nos não incitaríamos a nobre classe e essas desafrontas, mas não condenamos as eclosões de seus sentimentos afetivos, de sua solidariedade tão dolorosamente ferida. É a alma da mocidade que fala, que geme, que chora, que protesta contra essa anarquia perturbadora da administração pública, em um departamento onde deve haver verdadeiros mantenedores da ordem e não indivíduos tarados e apontados ao público, como desordeiros, o que, já, por nós foi denunciado, sendo fato que um irmão do atual assassino, também, matou um praça do 22 de caçadores, então 49 Batalhão do exército. É o caso, de perguntamos que motivo há para um guarda que vai policiar a frente de um edifício de instrução pública, além do seu cassetete, trazer uma Mauser, perto da guarda do palácio, onde poderia, a cada momento, ser socorrido pela mesma guarda? Tome a polícia a lição e que lhe sirva de proveito para evitar fatos tão tristes e que desolam, ainda hoje, toda a capital. (...) Crimes de natureza, daqueles de que nos ocupamos não pode, ser atenuados, mesmo com palavras escritas a medo, em um local frio da folha oficial, que deveria ser a primeira a tratar do caso com a severidade, que ele merecia, para moralidade do próprio governo, que se viu deprimido e impotente para agir ante a indignação popular, aliada a justa causa que a impeliu. Que o fato aponte a situação dominante o caminho a seguir d'ora avante, para a tranquilidade da Parahyba e que seus auxiliares em vez de concorrerem para deprimi-lo, concorram para elevá-lo.

Em vista das denúncias, *A União*, o serviço especial de *A Tarde*, publicada na edição de (provavelmente 29 de setembro), faz menção aos telegramas procedentes do Rio do dia 28 de setembro e publicados pelo *Jornal do Comercio* no dia 26, onde rebatem as acusações das respectivas folhas, acusando o governo do Estado de expor a oposição a “apreciações duvidosas”, no tocante a ordem pública da Capital parahybana. Segundo o mesmo, em face dos termos equivocados do referido boletim, os representantes da oposição Drs. Renato Machado (advogado) e Aprígio dos Anjos (professor da Escola de Medicina) publicaram na imprensa do Rio de Janeiro, fazendo sentir ao Presidente da República e ao Ministro da

Justiça que o Governo do Estado da Parahyba pretende atenuar a sua “precária” situação de patente responsabilidade aos reiterados crimes praticada por sua policia, atribuindo à oposição o “justo” momento de exaltação popular que “naturalmente” explodiu diante do assassinato de estudante Sady Castor. E conclui, defendendo o nome do Desembargador Heráclito Cavalcante, personalidade conhecida no País e acima de qualquer suspeita subversiva, afirmando que ¹⁸⁹,

[...] No caso da agitação provocada pelo assassinato do Estudante, está brotou espontaneamente do coração do povo paraibano, como um justo e natural protesto à selvageria do atentado, como uma preventiva advertência ao poder público desse Estado, que deve, nos temos da constituição, respeito e garantia aos direitos individuais.

Dias depois da nota de repúdio, o mesmo Jornal publica o teor da nota dos respectivos representantes da oposição ¹⁹⁰,

[...] O nosso partido, que representa os tradicionais republicanos na Parahyba, jamais se entregaria a obra impatriótica dos movimentos subversivos, de que alias nunca cogitou o seu programa essencialmente democrático. Os fatos de cujas consequências o governo agora se arreceia por tonarem uma feição de certa gravidade são originarias das exigências descabidas do partido que apoia. Trata-se, pois, de simples protesto da mocidade ativa e digna, o que muito difere pela natureza dos levantes de caráter sediciosos.

A mesma matéria volta a atacar o órgão oficial de imprensa do Estado, quanto à suposta culpa de *A Tarde* em “desviar os estudantes do Lyceu Parahybano, a ponto de fazer com que fosse rasgado na praça publica as folhas no jornal *A União*”. Segundo eles ¹⁹¹,

Só a mais deslavada má-fé será capaz de afirmar que tomamos qualquer parte direta ou indireta na atitude dos estudantes do Lyceu perante o triste caso. Se há algum estudante que tenha lido ou ouvido da oposição uma única palavra de incitamento à mesma atitude que o apresente ao publico a folha officiosa e nos confunda. [...] muitos estudantes haverá, isto sim, que ouvirem da oposição na casa do seu chefe, nesta redação, e na ante ontem, na porta da assembleia, da parte dos nossos redatores, palavras de moderação e conselhos para que se não excedesse.

189 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s/d]. **Imagens Anexas 73 e 74. Referencias: PTDC0075/PTDC0076.**

190 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A TARDE [s/d]. **Imagens Anexas 75. Referência: PTDC0066.**

191 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A TARDE, [s/d]. **Imagens Anexas 76. Referência: PTDC0064.**

Diante da troca de acusações e o acirramento das tensões entre Governo e oposição, representantes da família de Sady, os Srs. Seraphico Nóbrega (deputado estadual) e Francisco Gouveia Nóbrega (então juiz Federal substituto), estiveram, no dia 24 (segunda-feira), no Palácio do Governo, onde foram agradecer os sentimentos enviados pelo Sr. Dr. Sólon de Lucena. Segundo *A União*¹⁹² “Aqueles dois “ilustres patrícios” declararam ainda que desejavam a punição severa do criminoso, e que, no entanto, não eram do “número” daqueles que viam o caso como espírito deprimente para o Governo e para a Justiça, nos quais confiavam”. Isto é, segundo a folha oficial, os dois representantes da família de Sady Castor trataram de deixar claro que não compactuavam com as críticas vindas de parte da oposição, sendo bom lembrar que, naquele contexto, a oposição havia cindido em dois blocos. Havia aqueles que seguiam Walfredo Leal e os que seguiam Heráclito Cavalcante.

Quanto à polêmica em torno dos telegramas adulterados, é preciso dizer que, naquela época, o meio mais rápido de mandar e receber uma notícia era por meio do telegrafo, concebido para transmitir mensagens de um ponto para outro em grandes distâncias, utilizando códigos para a rápida e confiável transmissão. As mensagens eram transmitidas através de um sistema interligado por fios. O principal código utilizado pelos telégrafos foi o código “Morse”, que surgiu com a criação de telégrafo elétrico na década de 1830. Foi muito utilizado por indústrias, governos e até mesmo pelas forças armadas de vários países em momentos de guerra. No Brasil, o serviço era monopolizado pela empresa de Correios e Telégrafos do Brasil, atual Correios. A mensagem era mandada numa das agências, cobrava-se por palavra e, em seguida, a mensagem era entregue, em poucas horas, no respectivo endereço, o chamado telegrama. Durante governo de Sólon de Lucena, esse sistema foi bastante desenvolvido, de modo que o estado pôde beneficiar-se dessa conquista tecnológica para uma arrecadação de impostos mais eficientes. Com o surgimento e disseminação do telefone, principalmente na primeira metade do século XX, o telégrafo foi sendo preterido (LEWIN, 1993 p.299).

Como já disse, a oposição usou *A Tarde* fundado para se contrapor ao órgão oficial de imprensa do governo, que, além de cobrir com detalhes o velório e o funesto funeral de Sady Castor, tratou de defender os estudantes e alfinetar o Governo, veiculando notícias de que a situação estaria acobertando os responsáveis pelo ato criminoso. No dia 23, uma nota saiu n’ *A Pátria*, no Rio de Janeiro, enviada pelos oposicionistas do Jornal *A Tarde*, com o título, “Um estudante assassinado na Parahyba” e subtítulo, “Por ordem do chefe de policia”. O

Jornal *A Tarde*, de 24 de setembro, trata do respectivo telegrama, enfatizando a notícia anterior publicada do próprio jornal *A Pátria*.¹⁹³

Rio, 23 – Os jornais publicam telegramas daí sobre o frio assassinato, do infeliz estudante Sady Nóbrega, também reservista do exercito, praticado em frente do palácio do governo, preso por ordem do chefe de policia, somente por não ter querido acompanhar o referido guarda.

A notícia acrescenta que os telegramas afirmam que essa cidade está agitadíssima e que o caso tem causado indignação geral, principalmente, entre as classes dos estudantes, que vão tomar providencias, sobre o triste e selvagem acontecimento. Já *A União* traz, no dia 26 de setembro, esse mesmo telegrama, segundo eles, na sua versão original, -atribuindo a falta de critério e cuidado do “noticiarista”, que teria adulterado os telegramas em proveito da oposição ao Estado. Como assevera a nota¹⁹⁴,

Urgente – Foi assassinado em frente ao Palácio do Governo por um guarda civil o Estudante Sady Castor, reservista do Exercito. Sady havia recebido ordem de prissão do chefe de policia, não quis seguir guarda civil que atirou contra ele, dizendo ser ordem do chefe policia. Cidade agitadíssima.

Segundo a mesma folha, o certo seria:

Um guarda civil acaba de assassinar nas imediações da Escola Normal o estudante Sady Castor. Motivo do crime estudante se haver recusado a seguir guarda a policia. Todas as classes deploram o triste acontecimento. Os colegas do morto fazem passeatas de protesto. O criminoso foi preso em flagrante e está recolhido a cadeia.

Fica clara, assim, a intenção de *A União* em amenizar o clima de tensão, diminuindo o impacto sobre certos setores do Governo que a essa altura já enfrentava outras denúncias por parte da imprensa opositora. O objetivo também era desacreditar *A Tarde*, esclarecendo ao público que o guarda não matou por ordem do chefe de policia, e sim por falta de responsabilidade dele, num momento de tensão entre os dois, colocando, assim, toda e qualquer responsabilidade nas ações do guarda 33, que já se encontrava preso, aguardando, portanto, a formação da culpa e fim do inquérito. Essa noticia é reproduzida no *Jornal do*

193 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\jornal A Tarde, 24 de setembro de 1923 [s/d]. **Imagem Anexa 78. Referência: PTDC0088.**

194 Fonte: IHGP\jornal A União, 26 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 79. Referência: PTDC0071.**

Comercio, que faz menção à versão da *A União* como a verdadeira, acusando “[...] elementos oposicionistas”, de enviar telegramas ao Rio de Janeiro, “[...] adulterando completamente a verdade”.¹⁹⁵

A Tarde, de 26 de setembro, no entanto, não perdeu tempo e contratou a versão do jornal *A União*, afirmando que o telegrama dirigido a *A Pátria* era verdadeiro e correspondia aos fatos ocorridos, “[...] o telegrama transmitido a *A Pátria* é verossímil. O guarda deu ordem de prisão, em nome do chefe de polícia e fez fogo porque as ordens que recebem são: que não deixem desmoralizar”.¹⁹⁶ A respectiva folha argumentou que não adulterou os telegramas que recebeu, já que a folha oficial e o Governo estavam certamente informados da íntegra dos respectivos telegramas. E se o fez, foi para atenuá-los, deixando a notícia mais “inteligível”. Nesse mesmo dia, *A Pátria* havia saído com a seguinte nota “*A situação justifica a cena criminosa*”, novamente acusando o Governo de procurar justificar a ação administrativa, que terminou com a morte daquele estudante, reforçando assim as atitudes a culpa dos gestores parahybanos.¹⁹⁷

Nesse jogo de troca de acusações, chama atenção a estratégia adotada pelos estudantes para divulgar os recentes acontecimentos e conseguir apoio em prol de sua causa pelo Brasil. Com apoio de *A Tarde*, os estudantes passaram a enviar telegramas às mais diversas autoridades públicas (Presidente da República, ex- Presidente da República, Epitácio Pessoa, ao Ministro da Justiça, e ao Clube Militar), além de agremiações estudantis por todo País, alegando que o crime do estudante foi justificado pelo governo e que as autoridades estavam a proteger os respectivos culpados:¹⁹⁸

Exmo. dr. Presidente da Republica Rio – Estudante Sady Castor, protestando contra prisão ilegal estando desarmado, foi assassinado pela policia, em frente Palácio Governo. Órgão oficial governo solidarizou-se assassino. Policia Militar coage estudantes tolhendo transito impetramos hoje habeas-corpos. Pedindo garantias. Classe estudantina. Dr. João Luiz Alvez, Ministro Justiça – Estudante Sady Castor friamente assassinado policia Parahyba. Classe estudantina revoltada, povo solidário mocidade. Polia contraria as (...). Classe Estudantina. Clube Acadêmico. Rio – Estudante Sady Castor barbaramente assassinado policia Parahyba, classe revoltada como também povo em geral. Policia contraria assassinado. Pedimos solidariedade. Classe “Estudantina”. Academia de Direito. Recife – Estudante Sady Castor barbaramente assassinado policia Parahyba. Mocidade revoltada com apoio

195 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega| Jornal do comercio, 27 de setembro de 1923. **Imagens Anexas 80 e 81. Referência P2070424/P2070422.**

196 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega| Jornal A Tarde, 26 de setembro de 1923. **Imagens Anexas 82, 83 e 84. Referência. P2070396/398/400.**

197 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega| Jornal A Pátria, 26 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 85. Referência PTDC0068.**

198 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega| Jornal A tarde [s/d]. **Imagem Anexa 86. Referência: PTDC0091.**

do povo. Policia solidaria assassino. Contamos nobreza vosso sentimentos moços. “Classe estudantina”.

Não há como saber se as duas primeiras deram alguma resposta, no entanto, as demais agremiações estudantis do País deram total apoio aos estudantes parahybanos. Assim como os telegramas enviados, as respostas também foram publicadas em diversos jornais, a maioria delas de tendências contrária ao Governo. *A Tarde* foi o que mais publicou esses telegramas: “Rio, 25 - Redação d'A Tarde – Parahyba. Peço apresentar colegas Lyceu minha solidariedade protestos policia bárbaro assassinio Sady. (a) Valdemir Miranda”.¹⁹⁹ De Recife, os estudantes receberam os seguintes telegramas: “RECIFE, 24 – Mocidade Acadêmica da Faculdade Jurídica protesta veementemente contra bárbaro assassinato Sady Castor, hipotecando inteira solidariedade justo movimento vossa profunda revolta. Saudações”.²⁰⁰

E do Rio Grande do Norte, o mesmo Jornal, recebe no dia 03 de outubro, telegrama de Natal, no qual a "classe estudantina" daquela cidade leva aos seus colegas parahybanos a mais franca e inteira solidariedade, nos movimentos desenrolados na cidade da Parahyba, "lançando seu veemente protesto contra as indébitas coações da policia cuja sanha canibalesca foi vitima o malogrado Sady Castor. (a)", assinado por vários estudantes.²⁰¹

Durante as duas semanas seguintes ao impasse, os estudantes parahybanos do Grêmio 24 de Março continuaram recebendo mensagens de solidariedade e de pesar pelo "bárbaro" assassinato do “desditoso” Sady Castor. Dos alunos do Gymnasio Pernambucano receberam no dia 27 de setembro, os moços do Lyceu, o seguinte telegrama: “RECIFE – 26 Alunos Gymnasio Pernambucano condoídos assassinio colegas Sady Nóbrega hypotecam-vos solidariedade, enviando-os sinceros pêsames. Nelsom Chaves secretario Centro Gymnasio Pernambucano”. O estudante Manoel Carlos, representante do Grêmio e o Lyceu Parahybanos, também recebeu o seguinte despacho: “RECIFE – 26. Com profundo pesar lamento assassinato bárbaro nosso inditoso amigo Sady. Estudantes parahybanos, teu intermédio, apresentam protestos solidariedade toda qualquer manifestação, Euclide.”²⁰²

Do Instituto Gomes de Souza, do Maranhão, chegou o seguinte despacho: “S. Luiz, 28 – Protestamos veemente contra selvageria guarda civil com sinceras condolências morte trágica Sady Castor. Somos solidários sob todos os pontos de vistas. Alunos, Instituto Gomes

199 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s/d]. **Imagem Anexa 87. Referência: P2070450.**

200 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s/d]. **Imagem Anexa 87. Referência: P2070450.**

201 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s/d]. **Jornal A Tarde [s/d]. Imagem Anexa 88. Referência: P2070413.**

202 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde, 28 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 89. Referência: P2070 402.**

de Souza”.²⁰³ Já os estudantes parahybanos que fazem o curso na Universidade do Rio de Janeiro, mandaram o seguinte telegrama ao *Correia da Manhã*:²⁰⁴

Redação “correio manhã, Parahyba, estudantes parahybanos. Universidade, Rio, compungidos assassínio Sady Protestam inominável selvageria reflexo atitude imprudente diretor da Escola Normal. Firmino Leite, Alcides Meira, Olavo Lyra, Bandeira Cavalcante, Luiz Leite, Severino Cesar, Francisco Mello Filho.

O exercito também manifestou apoio em prol da causa dos estudantes, principalmente por ter sido Sady Castor, ex-militar e companheiro de caserna de alguns militares locados na Capital Federal. Segundo Nóbrega (NÓBREGA, p.158\160), os oficiais e praças do então 22 BC, aquartelados na Capital, comungaram da revolta dos estudantes, destacadamente os tenentes Atualpe de Alencar Lima e Everaldo de Vasconcelos, desencadeado outras adesões de militares, principalmente de militares parahybanos destacados no Rio de Janeiro e demais capitais do Brasil, aumentando ainda mais o clima de tensão política no Estado.²⁰⁵

Andarahy – Rio de Janeiro, 10-10- 1023.

Ilustre srs Redatores d’A *Tarde*.

Meus cumprimentos

N’um modesto leito de soldado, descansando algumas horas, o enfado das ultimas manobras do Exercito, onde compuz á menor figura d’um pelotão do 1 B. de caçadores procurei preocupar-se em alguma coisa para não acostumar o meu velho corpo malandragem e lancei minhas vistas sobre o número o n 4261 do Jornal A noite, dia 8 do corrente, sendo surpreendido por um logo telegrama anunciando o bárbaro assassinato do estudante Sady, a quem conheci, praticado pela policia civil de minha terra, que até então, não tinha sido condecorada com o brasão de Bárbaros. O sentimento invadiu-me á alma; e vê-me envergonhado perante meus colegas da cazerna, simplesmente pelas pilheiras tocantes que mimozeamme, como parahybanos, e pelo ódio que criavam a nossa terra, embora nascido dos sentimentos de homens sentimentos sociais, mas (...) é também (...). O assassinato de Sady e o suicídio de Ágaba, consternou quase, por total, a sociedade carioca, só com a discrição da “A Noite”, e este vosso humilde correligionário, filho do berço ou terra Natal de Gama e Mello, vem por vosso intermédio, protestar contra tamanha barbaridade, que acaba de elutar nosso Philipéa. De longe, desde Rio de Phantazias, junto a minha voz, á voz da classe estudantina de infeliz terra, num protesto veemente contra estes(esbirros) perturbadores da ordem, que acabam de arrancar da nossa sociedade duas almas , que viviam

203 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s\d]. **Imagem Anexa 90. Referência: PTDC0058.**

204 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde, 27 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 91. Referência: PTDC0092.**

205 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\ Jornal A Tarde [s\d]. **Imagem Anexa 92. Referência: PTDC0057**

de um sonho para um sonho. Grato Ilhmos. redatores, ficarei se v. s. fizeram os filhos da terra de Vidal de Negreiros, Pedro Américo, Heráclito Cavalcante, Simeão Leal e outros, ouvirem pelas colunas de *A Tarde* este protesto, que espera compaixão de vossa revisão. Sou de v. s. Correligionário e conterrâneo humilde e grato.

Luiz Mauricio Lima

1 Batalhão de caçadores

Andarahy - R. B. Mesquita - Rio de Janeiro

Esse telegrama, publicado integralmente em *A Tarde*, logo após a morte de Ágaba, talvez seja o maior sinal de apoio dado pelas Forças Armadas, ou pelo menos de alguns elementos, ao impasse político gerado pelo caso e, que de fato, mobilizou o regimento estacionado na Parahyba, contando com o apoio de outros oficiais e soldados do 22 BC. Nesse caso, será que uma possível revolta, ou tentativa de derrubada do governo por parte das forças de oposição, chegaria a contar com apoio das Forças Armadas, sempre decisiva nas intervenções Federais? Para muitos historiadores, o Movimento Tenentista começa em 1922 e se agrava nos anos seguintes com a Coluna Preste, culminando no golpe militar de 1930. Na Parahyba, as forças militares envidadas pelo Governo Federal, comungavam dos ideais “revolucionários”, facilitando o golpe e encurtando as batalhas.

Quanto aos demais telegramas enviados as principais autoridades oficiais, estas ficaram em silêncio, o mesmo não se pode dizer do ex-presidente Epitácio Pessoa que, apesar de solidarizar-se com o “triste acontecimento”, se manteve indiferente as ocorrências. Foi remetido no dia 26, do Rio de Janeiro, a seguinte mensagem: “Urgente RIO – 26. Estudantes Lyceu. Recebi vosso telegrama lamento triste acontecimento telegrafo presidente em cujo critério de justiça e espírito deveis confiar com clama moderação providencias autoridade. Saudações affe. (a) Epitácio Pessoa”.²⁰⁶

Já o telegrama endereçado à Presidência da República, ao tomar conhecimento do conteúdo deste, Sólon de Lucena se preocupou em explicar as medidas tomadas, cujo telegrama foi prontamente respondido: “Telegrama recebido pelo Presidente da Parahyba, Sólon de Lucena, do Presidente da República exmo. Sr. Arthur Bernardes. Dr. Sólon de Lucena, presidente da Parahyba – Catete, 2 – Agradeço a v. exc a sua obsequiosa comunicação relativa ao fechamento do Lyceu Parahybano. Cardeais Saudações – Arthur Bernardes, presidente da Republica”.²⁰⁷

206

Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal A Tarde [s/d]. **Imagem Anexa 93. Referência: P2070450.**

207

Fonte: Jornal A União – Terça-feira, 2 de Outubro de 1923.

Por fim, o deputado Tavares Cavalcante, líder da bancada parahybana, conferencia pessoalmente com o presidente Arthur Bernardes, relativamente às ocorrências verificadas na Parahyba, informando a "exc. Presidente" sobre as providências tomadas pelo Sr. Sólon de Lucena, a fim de ser mantida a normalização plena da capital, perturbada pela exploração partidária daqueles que se utilizam do fato acidental do assassinato do estudante por um guarda civil. Do Rio, o então deputado, envia o seguinte telegrama:²⁰⁸

Presidente Sólon de Lucena, Parahyba – Rio, 28 – Sobre as ocorrências dai, conferenciei com o presidente Artur Bernardes que me disse serem desnecessárias as suas explicações, tamanha é a confiança que deposita no seu critério, na sua maneira de proceder, na sua reconhecida moderação e no seu espírito de justiça. A opinião está toda do seu lado. Abraços. Tavares Cavalcante.

Portanto, enquanto Governo e oposição trocavam farpas através de seus respectivos órgão de imprensa, outras batalhas estavam sendo travadas, mais especificamente, no que diz respeito ao processo de *habeas corpus* impetrado pelos estudantes Grêmio 24 de Março e o consequente fechamento do Lyceu Parahybano. Após a morte de Sady (em 22 de setembro) e das manifestações dos estudantes (no dia seguinte, 23 de setembro), o Governo decidiu reforçar o policiamento nas imediações das duas escolas, causando ainda mais indignação e revolta entre os estudantes. A situação se agravou depois que a tal ordem de *habeas corpus*, que teve seu despacho favorável, obrigado a Governo, emitir um decreto, fechando o Lyceu Parahybano por “tempo indeterminado”, depois que os estudantes conseguiram a ordem de *habeas corpus* para transitar livremente pelas ruas da Praça. Em poucos dias, o caso ganhou as manchetes dos principais jornais do País.

10 O HABEAS CORPUS E O FECHAMENTO DO LYCEU

Após as manifestações promovidas pelos estudantes no domingo (24 de setembro de 1923), o Governo decidiu fechar o Lyceu Parahybano e a Escola Normal, pois rondava o boato de que os estudantes do Grêmio 24 de Março planejavam realizar atos públicos contra monsenhor João Batista Milanez. Por conta disso, e a fim de evitar novas manifestações que pudessem "perturbar a ordem pública", o policiamento foi reforçado e um boletim foi publicado no *Correio da Manhã* do dia 25 (terça-feira), advertindo das ações policiais em caso de novas manifestações. As ordens eram para que as "justas demonstrações" não saíssem da "órbita da lei", não quebrando a ordem pública que, "a bem dos nossos foros de gente culta", deve ser mantida acima de tudo.²⁰⁹

Vale resaltar que, para os homens da República, a "ordem pública" estava associada à situação do estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas precípuas atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam. O caráter nada revolucionário do movimento republicano brasileiro já era visível no Manifesto Republicano de 1870: seus signatários apresentavam-se "como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da pátria", que não pretendiam convulsionar a sociedade, muito menos romper com a estrutura vigente. No Decreto nº1, de 15/11/1889, os membros do recém-criado Governo Provisório afirmam repetidas vezes a "defesa da ordem pública" como objetivo maior (FAUSTO, 2013).

Como mostrei anteriormente, na primeira República, uma das principais preocupações dos governantes estava direcionada à transformação urbanística da Capital. As chagas da sociedade escravista deviam ser cobertas pelas luzes da Belle Époque (1899-1922). Esse projeto civilizador, inspirado no modelo parisiense, influenciava a todos e impingia um estilo afrancesado de ser como um ideal a ser buscado; no entanto, a missão civilizadora não se restringia ao embelezamento do espaço público e à adoção de políticas sanitárias. Ela também implicou a necessidade de modernização dos aparelhos de justiça (MENEZES, 2003, p. 32).

Com a República, os ventos políticos sopraram na direção da criação de um arcabouço jurídico que fosse condizente com as demandas da Federação. De imediato, o código penal republicano, de 1890, tratou de instituir tipos penais que permitissem o controle e a ordenação das classes perigosas pelos governantes. Fazer cumprir a lei, punindo os cidadãos por crimes e

contravenções (a entrada do ‘duplo ilícito’, ou seja, do crime e da contravenção no código penal de 1890, pode ser vista como a contrapartida da elite republicana à liberdade adquirida pelos escravos no período imediatamente anterior” (SANTOS, 2009, p. 105), estava no cerne dos debates proferidos pelas autoridades locais.

Assim, aperfeiçoar e tornar efetiva a justiça oficial – como monopólio do Estado – foi umas das preocupações do primeiro período republicano; contudo, no processo de formação do Estado moderno brasileiro, a ruptura do modelo jurídico centralizador e autoritário do século XIX, foi difícil, em razão da herança de uma sociedade elitista, conservadora e patrimonialista. Na transição do Império para a República, as práticas políticas, sociais e culturais constituídas ao logo do Império mantiveram-se atuantes, como um mescla de permanência e ruptura, muito embora, paralelamente, se operava importantes mudanças, indicando que a modernização se impunha de forma irreversível. Com a República, a responsabilidade do Poder Judiciário foi deslocada da esfera do Ministério da Justiça para o âmbito dos estados que passaram a contar com legislação própria (FAUSTO, 2013).

Nesse contexto, pouco conhecido e aqui indicado sumariamente, diz respeito ao debate jurídico que acompanhou os desdobramentos do caso Sady e Ágaba. As duas escolas amanheceram o dia da segunda feira fechada (24 de setembro), muito embora não haja, até o presente momento, nenhum sinal que indique que o fechamento das escolas foi em sinal de “luto” ao estudante assassinado ou simples medida de segurança, em virtude dos últimos acontecimentos. O certo é que as autoridades públicas manifestaram o temor de uma nova manifestação que pretendia “ofender” a honra do monsenhor João Batista Milanez, este ainda bastante abalado, e que, talvez por isso, acabou sendo o principal motivo do não funcionamento das aulas, no dia 24 de setembro. Por outro lado, o reforço policial que *a priori* deferia garantir a “ordem pública”, passou a literalmente impedir qualquer aglomeração de estudantes nas proximidades da Praça Comendador Felizardo Leite, obrigando os estudantes do Grêmio a reagir contra aquela situação.

Segundo *A União*²¹⁰, a cidade havia passado a segunda-feira em inteira calma, parecia que tudo estava para voltar ao normal. Se tudo ocorresse bem naquele dia (terça – feira 25 de setembro) como no anterior, ambas as escolas reabririam no dia seguinte (26 - quarta-feira). Mais não foi bem isso que aconteceu, apesar de não ter havido mais nenhum conflito entre as forças de segurança do Estado, os estudantes do Grêmio 24 de Março se viram seus direitos constitucionais violados, pois além de serem oficialmente impedidos de estudar, eram

coagidos pela policia, impedidos de se reunir nos arredores da praça; no entanto, um detalhe intrigou os articulistas d' *A União*. Alguns estudantes haviam passado a tarde do dia 24 (segunda-feira) em reunião no escritório do advogado João da Mata, onde também trabalhava seu sócio João Duarte Dantas.

Nesse momento, entra em cena o bacharel João da Mata, impetrando uma ordem de *habeas corpus* em favor do “estudante do Lyceu parahybano”. Vejam que, àquela altura, no fervor das emoções, o Grêmio 24 de Março já falava em nome do Lyceu e, posteriormente, de toda “classe estudantina” parahybana. No mesmo dia, já no finzinho da tarde, (segunda-feira dia 24), os estudante do Grêmio 24 de Março, representados pelos advogados João da Mata e Miguel Santa Cruz, impetram no Supremo Tribunal de Justiça do Estado da Parahyba do Norte uma petição de *habeas corpus*, com o fim de que "estes - os estudantes - pudessem transitar em frente ao edifício da Escola Normal livremente", como relata o *Correio da Manhã* de 26 de setembro de 1923 – repetindo a notícia d' *A União* de 26 de setembro.²¹¹

[...] Ontem o Superior Tribunal de Justiça do Estado tomou conhecimento de uma ordem de habeas- corpus impetrada a favor dos estudantes do Lyceu Parahybano, pelo brilhante e jovem causídico conterrâneo, dr. João da Mata Correia Lima.

Nesse contexto, o caso Sady e Ágaba, mais especificamente, o processo de *habeas corpus* impetrado pelos estudante do Grêmio é uma boa oportunidade para, em linhas gerais, estabelecer algumas características sobre os limites às garantias constitucionais postos pela legislação republicana e pela prática judicial (de controle social), em especial, relações entre a prática judicial do *habeas-corpus* e os processos de mudança na sociedade brasileira, a fim de compreender o seu papel para a efetividade dos direitos de cidadania no Brasil aquela época.

Para Koerner (2006, p.205-242), que estudou o *habeas-corpus* na prática judicial brasileira (1841-1920), a noção da "doutrina brasileira do *habeas-corpus* é criticada, haja vista que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) na Primeira República não revelam um corpo homogêneo e articulado de princípios jurídicos praticados de forma consistente pelos seus ministros. Em seu trabalho, o autor adverte que o problema do *habeas-corpus* na Primeira República não foi exclusivamente doutrinário e não se manifestou apenas no STF. Esse problema ocorreu em outros tribunais e se posicionou no cerne da relação entre os procedimentos "a-legais" de controle social e a efetividade dos direitos de cidadania

declarados na Constituição Republicana. No entanto, quando falamos de cidadania no Brasil, é preciso levar em conta, que o longo processo de construção da cidadania no Brasil (principalmente a partir de 1822) não seguiu a mesma lógica proposta por T. A Marshall²¹². Segundo Carvalho (2013), na construção da cidadania no Brasil, há duas diferenças importantes em relação à lógica de Marshall. “A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros”. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Outro aspecto destacado por Carvalho (IDEM, p.12) é que cidadania se desenvolveu dentro do fenômeno a qual chamamos de Estado Nação, datado da Revolução Francesa. A luta pelos direitos era uma luta política nacional. “Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação”.

Nesse sentido, na Primeira República, a prática judicial *do habeas-corpus* tornou-se problemática em virtude de três processos de mudança: 1) a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre implicou um conjunto de transformações nas relações sociais. De um ponto de vista jurídico, nesse processo, ocorreu a uniformização do estatuto jurídico dos indivíduos do País. O estatuto de sujeitos de direitos plenos foi estendido aos antigos escravos e libertos e os imigrantes estrangeiros foram equiparados aos nacionais, pela "grande naturalização" do início da República. Essas mudanças significaram um novo modo de operação das relações jurídicas na sociedade brasileira, no qual foi estendido o campo de aplicação do Direito positivo, cujo significado concreto seria determinado pelos tribunais (CARVALHO, 2013).

A recepção, no Brasil, do paradigma positivista ocorreu a partir da década de 1870. O pensamento jurídico do Império escravista era de tipo “jus-naturalista” e, a partir daquela década, recebe críticas de positivistas de diversos matizes. O novo paradigma do pensamento jurídico representava uma nova maneira de problematizar a relação entre o poder político, os direitos individuais e as garantias constitucionais. Na Primeira República, era pacífico o novo paradigma, mas este não fornecia soluções doutrinárias unívocas e predeterminadas para as decisões judiciais. (CARVALHO, 2013).

A passagem do Império à República implicou a transformação das bases, das modalidades e da distribuição do exercício do poder político no Brasil. O sistema constitucional mudou o estatuto do Poder Judiciário e sua posição em relação aos outros poderes do Estado. O Poder Judiciário passou a poder soberano do Estado brasileiro e ao STF

212 Os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva da sociedade

foi atribuído o papel de supremo intérprete da Constituição. O *habeas-corpus* tornou-se, assim, uma garantia constitucional, podendo ser usado para outras formas de coação à liberdade individual. No domínio criminal, foram ampliadas as situações em que seu uso era admitido, em especial para garantir o respeito às formas legais do processo. Esses três processos de mudanças significaram profundas alterações nas condições da prática judicial brasileira em seu conjunto e, em particular, na prática judicial do *habeas-corpus*. No STF, os conflitos políticos dos primeiros anos da República manifestavam-se em pedidos de *habeas corpus*, em cujo julgamento o Tribunal enfrentava o risco de perda do seu caráter de instituição judicial. Segundo Koerner²¹³,

No debate doutrinário, o constitucionalismo liberal era colonizado ou sofria aberta oposição da criminologia positivista, voltada à defesa social, combinada com as doutrinas políticas dos jacobinos e com as antigas soluções propostas pelos conservadores do Império. Elaborou-se aos poucos no STF um pensamento jurídico conservador/positivista que construiu regras restritivas à utilização do instituto e ao exercício de outros direitos individuais. Esse pensamento era uma espécie de conservadorismo orgânico, com a sociedade dirigida pelos homens bons, liberal nas relações políticas e econômicas das camadas superiores, mas absolutista no julgamento dos "infracidadãos". O "constitucionalismo orgânico" de Pedro Lessa representou uma alternativa a esse pensamento, pois era uma posição doutrinária também conservadora, mas que procurava pautar suas decisões de forma mais estrita na Constituição e na legalidade. A sua doutrina do *habeas-corpus* apresentou novas soluções aos problemas da prática judicial que foram adotadas por outros ministros do STF, com inflexões e desdobramentos. Multiplicaram-se os temas e o número de pedidos do *habeas-corpus*, resultantes das novas funções do Poder Judiciário, do novo estatuto do *habeas-corpus* e dos processos de mudança política e social, combinados com continuidades nas práticas "a-legais" de clientelismo e de controle social e com novos domínios de intervenção regulamentar das autoridades públicas.

Na prática, o recurso do *habeas-corpus* mostrou o caráter constantemente problemático de decisões judiciais relativas ao exercício dos direitos civis na Primeira República. Esses problemas, e o conteúdo das decisões, indicam que o Judiciário da Primeira República admitiu as práticas de controle "a- legais" do antigo regime e reconheceu novos âmbitos de intervenção na vida urbana e na saúde pública. A prática judicial criou condições

213 Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), em 20 de agosto de 1998. Professor orientador: Régis S. de Castro Andrade, p. 145.

restritivas ao uso do *habeas-corpus*, do seu campo de aplicação, dos requisitos de admissibilidade do pedido e para a concessão da ordem. Para o *habeas-corpus* preventivo, havia a regra de que o paciente deveria, desde logo, mostrar razões fundadas de seu receio de coação ilegal ou de lesão a seu direito. No domínio criminal, havia o requisito de que as irregularidades insanáveis do processo, como a nulidade ou a inépcia das peças acusatórias, deveriam ser manifestas ou evidentes para a concessão da ordem. Em relação à atividade policial, era reconhecida, tácita ou expressamente, uma esfera de arbítrio própria a essas autoridades no controle "a-legal" do comportamento dos "infracidadãos". Para internamentos em instituições fechadas, recusava-se liminarmente a ordem sem informações prévias dos administradores das instituições. Mesmo quando havia evidência contrária a essas informações, indicava-se o uso de recursos ordinários para fazer cessar a coação.

Assim, marcada a audiência para o dia seguinte (terça feira, 25 de setembro), durante a seção, o edifício do Superior Tribunal ficou "apinhado" de estudantes, advogados, jornalistas e curiosos, todos interessados pelo "desenrolar" do palpitante acontecimento jurídico. A seção foi presidida pelo desembargador Botto de Menezes, que abriu a seção com o pronunciamento do procurador geral do Estado, José Américo de Almeida. Este "externou" suas considerações sobre o assunto, opinando que primeiro deviam ter sido pedidas informações à Polícia, antes do caso ser levado a julgamento.²¹⁴ Segundo o procurador, não era possível formar uma convicção para o julgamento do *habeas corpus* sem o conhecimento das causas determinantes da medida policial e da sua extensão. Segundo ele, citando *A União* (de 26 de setembro de 1923), desde o governo de Camilo de Holanda (1916 á 1920), eram comuns as medidas policiais que "vedavam" "ajuntamentos", à frente da escola (provavelmente desde que a Escola Normal passou a funcionar no largo da praça), contando, alias, com "aplausos" dos srs. pais de família". Por fim, advertiu ao Tribunal que essa era a "forma invariável com o Código de Processo", pois apontava na jurisprudência dessa corporação diversos casos de advertência aos "juízes inferiores" por terem omitido essa formalidade.²¹⁵ Não eram, todavia, "juízes inferiores" que estavam julgando a ação, mas sim os desembargadores do Supremo Tribunal do Estado da Parahyba do Norte, e entre eles estava Heráclito Cavalcante, principal liderança oposicionista, dono de *A Tarde*, que àquela altura já metralhava o Governo com suas famosas "Zagalias".²¹⁶

214 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal Correio da Manhã, 26 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 96. Referência PTDC0041.**

215 Fonte. Jornal a Imprensa. BI – Semanário Cathoico Parahyba – Sexta-feira, 28 de setembro de 1923Anno XXI – N 11.

216 Eram pequenos artigos, escrito em tom de ironia, provavelmente escrito pelo próprio Heráclito, criticando as recentes atitudes do Governo do Estado, ao lidar com os desdobramentos do caso Sady e Ágaba. Numa próxima versão deste trabalho tentarei incluí-las no corpo do texto como citação.

De volta ao Tribunal, após as considerações do procurador do Estado, o advogado dos estudantes toma a palavra, impugnando a preliminar que, submetida a votos, caindo contra a grande opinião dos desembargadores Novaes e Toledo. Ainda com a palavra, João da Mata defendeu a ação, justificando a faculdade que lhe conferia o § 1 do art. 446 do Código de Processo Criminal do Estado. (lei n. 336, de 21 de outubro de 1910), em favor dos “alunos do Lyceu)²¹⁷, os quais se achavam sofrendo constrangimento ilegal por parte da policia do Estado, pelos motivos que passa a expor. Segundo ele:²¹⁸

[...] Desde sábado ultimo, 22 do expirante, os pacientes se acham proibidos, de ordem do sr. chefe de policial do Estado, de transitar livremente pelas calçadas do jardim Público, do lado sul, que defronta com a Escola Normal do estado, sob ameaça de prisão, para o que mantém ali aquela autoridade um guarda -civil, de ponto, com instruções para prender aos que desobedecerem aquela ordem e, no caso de insubmissão á prissão ilegal, para usar as armas ofensivas que costumam trazer os guardas civis".

Referindo-se ao assassinato de Sady Castor, como desencadeador de tais proibições, fruto de um ato ilegal, haja vista que, de acordo com a Constituição Federal em seu art. 72 § 1º, ninguém podia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da Lei. Como nenhuma lei defendia os estudantes o trânsito naquela via pública, a proibição, portanto, era ilegal. Segundo o advogado, a vitima havia exercido seu direito que o Código Penal consagra, qual seja: o de resistir às ordens ilegais - sendo morto ao resistir a ordem de prisão. Para ele, os estudantes não haviam cometido nenhum delito na passagem ou mesmo no "estacionamento" (ato de ficar estacionado) nas calçadas do Jardim Público, sob as "frondes" das arvores ali existentes e cujo fato não era "capitulado" crime em nenhum dos dispositivos do Código penal da Republica: Seu argumento pautava-se no art. 1º do mesmo código, onde

217 José da Silva Porto, Eduardo dias Medeiros, Jorge T. Cunha, Severino Cordeiro de Sousa, Mario Behring, Cleodom da Silva Costa, Francisco Campello de Oliveira, Pedro de Mendonça Procópio, João Baptista Andrade, Coralio Soares de Oliveira, José Coelho Maia, Genard C. da Cunha Nóbrega, Severino Burity, Genésio Gambarra filho, João Albuquerque, Assis Bezerra, Miguel Duarte Filho, Hernand F. Cunha, Osório SAbath, Deraldo Germano de Jesus, Luís Borges Monteiro de Mello, Nelson S. M. Rosas, Severino Bezerra, Adamastor Cantalice, Luís Borba de Medeiros, José Thaumaturgo Borges, João Soares da Costa Filho, Plínio Lemos, Darcílio Nóbrega, Severino Bezerra, Onildo Chaves, Luís de Gonzaga Porto, José Espínola, Octacílio Cavalcanti, Josumar Vieira, Cícero M. Parente, Francisco Navarro Filho, Luís de G. Nóbrega, Salvador Baptista do Rego, Melchiades Pimenta, Emmanuel Jayme H. Seixas, João da cruz Borges, César P. de Oliveira Lima, Raymundo Carneiro, Delmiro Maia, Adalberto Moura de Araújo, Emmanuel Nazareno, João Maul Lins, Norbeto Baracuhy, Vergniaud Wanderley, Abdon Araújo, Nercides Ignácio, Osmundo Nóbrega, Frederico Gama Gabral, Carlos da Silva Rabello, Juvenal Espínola de França Filho, Ranulpho Cunha França, Carlos Lisboa de Carvalho, Antônio Ramos Duarte, Carlos Holmes, José Jorge da Silva, Euclides Hermínio de Sousa Leite, Francisco Lianza, Irêmar F. Pinto, José Sarmento Junior, José Gregório Medeiros, Francisco Vaz Carneiro, Abdon Pereira Dantas, Clovis Baracuhy, Targino da Costa Filho, Francisco Nóbrega, Amando Xavier Cunha, Darcílio Nóbrega, Alcides Lima, Antonio Cardoso Diniuz, Candido Aragão, Jorge de Azevedo, João Luís R. de Moraes Filho, Oduvaldo Moreno, Carlos Dantas Trigueiro, Daniel Xavier Cunha, Amadeu Grande, Luís G. P. Oliveira, Ladislau Porto, Jayme Silveira, João de Almeida Barreto, Amaro de Lyra e César, Alcides Benicio de Mello, João Luís dos Santos Coelho Filho, Severino Limeira Amaral, Carlos Behring, Ruy Bahia da Cunha, Chileno C. Alverga, Mario Pimentel de Andrade, Togo Albuquerque, José Mousinho, João Castro Pinto, Antonio Barroso Bastos, Manuel Alvez, Ubirajara Mindello, Renato Pacote, Aluizio Moraes, Lafayette Coutinho.

218 Fonte: Arquivo do Fórum civil. Petição de Habeas-corpus preventiva da Comarca da Capital, em favor do acusado Antônio Carlos de Menezes. 27 de novembro de 1925, p.3.

“ninguém poderá ser punido por fato que não tenha sido anteriormente qualificado crime, e nem com penas que não estejam previamente estabelecidas”. E continua ressaltando que, só no caso de qualquer delito cometido pelos estudantes, é que teria oportunidade à intervenção policial e esse caso não ocorreu: “nem haveria *mester* a interferência preventiva, pois há muitos anos os pacientes por ali transitam sem ofensas á moralidade, á tranquilidade ou á segurança publica”.²¹⁹ O advogado só “esqueceu” de relatar que no início do ano, alguns alunos chegaram a incomodar as aulas, ao jogar pedras pela janela da Escola Normal, -para chamar a atenção de determinadas alunas.

Como já havia explicado, não havia propriamente uma “linha imaginária”, tampouco era de natureza institucional ou extradisciplinar, mais uma “convenção social”, no tocante à convivência de homens e mulheres nos mesmos espaços públicos, particularmente, nas proximidades da Escola Normal. Diante do que parecia impossível ser proibida, a solução encontrada foi recorrer à segurança pública, encarregando-a do dever de controlar as presenças “indesejadas” de “certos elementos” na frente da respectiva escola.

Sobre isso, João da Mata argumenta que a proibição também não se sustentava com uma possível “inconveniência” ao estabelecimento de ensino que ficava em frente ao local “defeso”. Para ele, “amoralidade” e a ordem, nunca havia sido ofendida pelos pacientes (pelos alunos que impetraram a respectiva ordem de *habeas corpus*), “a respeito do que, alias, nunca foi articulado um fato concreto” (quer dizer, não havia como provar que os alunos do Lyceu fizeram alguma perturbação contra a honra das alunas da Escolar Normal), não precisando, para a sua manutenção, “sacrificar” o trânsito de uma via pública ou coagir a “mocidade escolar” da Parahyba ou lhe “interdite” a “fruição” de um “logradouro”. Para ele, medidas de “economia interna” (disciplinares), deviam ser tomadas “intramuros”, ou seja, pelas autoridades responsáveis das respectivas instituições escolas, não cabendo esse poder capaz de impedir um direito consagrado na própria lei basilar da organização dos poderes políticos no Brasil e definidora da liberdade dos cidadãos brasileiros, o direito de locomoção no espaço público.²²⁰

João da Matta continua sua defesa, afirmando que desde a fundação daquele instituto, elas (as alunas) se mantiveram “íntegras” sem que fosse necessária até aquela data recorrer aos processos de violência contra pessoas alheias á jurisdição administrativa dos respectivos

219 Fonte: Arquivo do Fórum civil. Petição de habeas-corpus preventiva da Comarca da Capital, em favor do acusado Antônio Carlos de Menezes. 27 de novembro de 1925, p.4.

220 Fonte: Arquivo do Fórum civil. Petição de habeas-corpus preventiva da Comarca da Capital, em favor do acusado Antônio Carlos de Menezes. 27 de novembro de 1925, p.4.

responsáveis. No seu entendimento, não cabia à policia "cercear" o direito de locomoção ou a liberdade de uma coletividade constituída pelos "elementos das mais salientes famílias" do Estado, "moços de educação a mais exemplar". Sendo assim, o "egrégio tribunal" estava, pois, em face de um caso claro de coação, sem apoio da lei.²²¹

O procurador do Estado replicou, sustentando a sua anterior ponderação, discorrendo longamente sobre a função do *habeas corpus*. Segundo *A Imprensa*²²², o procurador admitia a evolução desse instituto, de seu conceito "clássico" para a amplitude "constitucional". Opinou também que, em tese, a aplicação desse remédio não faria nenhum mal; no entanto, era preciso saber administrar, como ensinava Pedro Lessa, "o nosso mais liberal interprete da instituição", não confundindo com outros processos judiciais e, sobretudo, não embarçar por esse meio a "legítima ação repressora". Segundo *A União*, a providência tomada pela policia colocando um posto de guarda em frente à Escola Normal não impedia propriamente o trânsito, por ali, dos estudantes. Apenas visava evitar por parte de alguns "menos prudentes" qualquer excesso de amabilidade às educandas, o que foi objeto e reclamação de mais de um pai de família, "e que de sábado para cá necessária parecera a policia uma proibição mais forte quanto a ajuntamentos naquele local", pois ao certo se sabia que os moços do Lyceu Parahybano, "inexplicavelmente" indignados com monsenhor Milanez, "digníssimo" diretor da Escola Normal, pretendiam fazer-lhe manifestações licenciosas de desagrado.²²³

Depois de outras muitas considerações, o procurador geral disse que os estudantes queriam o *habeas corpus* para que pudessem prosseguir nas suas ostensivas hostilidades ao diretor da Escola Normal. Que esse pedido visava a um ajuntamento ilícito defronte daquele estabelecimento de educação, para assuadas e outras formas de desacato àquela autoridade de ensino. Segundo ele, "ninguém poderia duvidar desse propósito, em face dos precedentes da véspera e da atitude que ainda mantinham os impetrantes", acrescentando que, "a salvaguarda da liberdade individual está subordinada ao interesse geral da ordem publica e ao principio da autoridade".²²⁴ Por fim, voltou-se para rapazes que apinhavam o recinto do Tribunal, dizendo que²²⁵,

221 Fonte: Arquivo do Fórum civil. Petição de *habeas-corpus* preventiva da Comarca da Capital, em favor do acusado Antônio Carlos de Menezes. 27 de novembro de 1925, p.5.

222 Fonte: Jornal *A Imprensa*. BI – Semanário Cathoico Parahyba – Sexta-feira, 28 de setembro de 1923Anno XXI – N 11.

223 Fonte: Jornal *A União*, 26 de setembro de 1923.

224 Fonte: Jornal *A Imprensa*. BI – Semanário Cathoico Parahyba – Sexta-feira, 28 de setembro de 1923Anno XXI – N 11.

225 Fonte: Jornal *A Imprensa*. BI – Semanário Cathoico Parahyba – Sexta-feira, 28 de setembro de 1923Anno XXI – N 11.

(...) fora, em pessoa ver o Liceu transformado em câmara ardente; a revocar suas antigas tristezas monacais. A face tranquila do moço não tinha sequer o rietus da horrenda surpresa. E lá voltara, mais tarde, não mais para essa romaria de piedade, mas para se edificar na compunção discreta dos companheiros do infeliz. Confortara o essa solidariedade humana, esse espírito de classe, essa assistência efetiva, numa quadra de esterilidade de sentimentos e de egoísmo inacessível.

Nesse ponto, segundo o repórter do jornal *A Imprensa*, “sua palavra precipitou-se por alguns momentos, numa fluência difícil de reproduzir”. E disse que por isso “fora fulminante a sua surpresa, quando vira aquela compostura de dor e de saudade degenerar em demasias injustificáveis”. Lembrou que, há anos, em conferência proferida no Lyceu, “exortara a mocidade a melhor consciência dos deveres Moraes e sociais. Concitara os moços a que renovasse os valores da inteligência e do caráter”. Entretanto ele que vivia embebido nessa ilusão, vira partir do mesmo estabelecimento de ensino o exemplo do atentado á liberdade da imprensa. Vira a classe escolar de sua terra impedir a circulação do pensamento, romper um jornal na praça pública, violentar o mais sagrado dos preceitos constitucionais! Ainda profligou o ato impensado, acrescentando que, como se não fosse bastante essa irreflexão, profanaram o morto com “enterro simbólico” apenas deixavam no cemitério o corpo do desventurado companheiro. E perguntou aos jovens que se encontravam no recinto²²⁶,

(...) com que, então, é desse modo. Com exibições hilariantes, que se desagrava a memória de que descansa no espírito da paz e do perdão? Se tão jovens, já perdestes a fé, por que vexastes os melindro da família católica da Parahyba e o sentimento religioso de vossos Paes, em caricaturas das vestes sacerdotais, arremedando, na praça publica, os atos de piedade crestam? Porque fostes sobressaltar a mãe velhinha que quer ao seu filho extremoso como as vossas vos querem? E concluiu, após outras considerações: O tribunal em vez do habeas corpus pedido deveria dar a filhos famílias conselhos de prudência e de ordem.

Houve ardorosos apartes. Crescia cada vez mais a expectativa da decisão. O Dr. João da Mata voltou à tribuna, dissertando ainda cerca de vinte minutos sobre o assunto, apoiado na Constituição de 1890²²⁷,

226 Fonte. Jornal a Imprensa. BI – Semanário Cathoico Parahyba – Sexta-feira, 28 de setembro de 1923Anno XXI – N 11.

227 Fonte: Arquivo do Fórum civil. Petição de Habeas-corpus preventiva da Comarca da Capital, em favor do acusado Antônio Carlos de Menezes. 27 de novembro de 1925, p.6.

(...) Dar-se o habeas-corpus sempre que o individuo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação por ilegalidade, ou abuso de poder. A lei de processo criminal (art. 445): o habeas-corpus tem lugar: §1 sempre que alguém sofrer violência, ou coação ou, por ilegalidade, ou abuso de poder; §2 Sempre que alguém se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação, por ilegalidade ou abuso de poder. Pelo mesmo código, em seu (art. 453), a prisão ou constrangimento julgar-se-á ilegal em qualquer dos seguintes casos §1 quando não houver justa causa ou fato não constituído crime.

Não foi na lei, porém, que baseou o presente pedido, João da Matta afirmou que²²⁸,

(...) o *habeas corpus*, segundo a lição de Short, é o grande remédio constitucional que se aplica para fazer valer sumariamente o direito de liberdade pessoal, quando ilegalmente restringido. Pois "cabe (o habeas-corpus) a favor do paciente ainda que pronunciado, demonstrar que seja, não constituir crime o fato, que lhe é atribuído.

Quanto à prova de coação e à propriedade da ordem preventiva impetrada, o advogado dos estudantes advertiu que não discordavam dos julgados dos dispositivos legais que o impetrante aduziu, pois: No caso de se pedir *habeas corpus* sob o fundamento de ameaça de violência, não é necessário que se justifique o motivo do receio, precisando fatos concretos: basta simplesmente que a petição contenha as razões fundadas que tem o paciente para recear a violência, bastando o indicio da iminência do constrangimento ilegal para legitimar a concessão do habeas-corpus preventivo.²²⁹

(..) o pedido de informações á autoridade indicada como coatora não é termo essencial do processo de habeas corpus e dele se costuma prescindir, ás vezes, quando os autos fornecem elementos seguros de convicção da coação ilegal ou ameaça desta natureza. [...] sendo dispensáveis as informações quando o constrangimento se revela por atos de notoriedade pública". E finalizar, "Isto posto, em fase do alegado, pede e espera o impetrante que essa Egrégia Corte, onde se aninha, ao lado da cultura jurídica, o espírito de liberdade, que se inspiram nossas leis, se digna de conceder a ordem impetrada em favor dos pacientes, para que livremente possam transitar nas calçadas do Jardim Público, sendo-lhes, assim, assegurado o direito de

228 Apud O. KELLY, Man.de Jurisp. Federal, 2 Supp. n. 562. In. (Fonte: Arquivo do Fórum Civil) Petição de Habeas-corpus preventiva da Comarca da Capital, em favor do acusado Antônio Carlos de Menezes. 27 de novembro de 1925, p.5.

229 Fonte: Arquivo do Fórum Civil) Petição de Habeas-corpus preventiva da Comarca da Capital, em favor do acusado Antônio Carlos de Menezes. 27 de novembro de 1925, p.7.

locomoção, comunicando-a, imediatamente, ao sr. dr. Chefe de Policia do Estado a concessão de habeas-corpo pedido.

O resultado da seção acabou dando despacho favorável à petição de *habeas corpus* dos estudantes, tendo voltado a favor, sem restrições, os desembargadores Botto de Menezes, Heráclito Cavalcante, Ferreira de Novais e Pero Bandeira e, com restrições, o desembargador Vasco de Toledo. Vitoriosos, os estudantes "prorromperam" em estrondosos aplausos, aplaudindo o Dr. João da Matta e os membros do Tribunal de Justiça. Na saída, João da Mata ainda foi visto aconselhando os estudantes sobre quaisquer perturbações à ordem. Ainda em clima de vitória, no mesmo dia, a noite, os estudantes promoveram manifestação de apreço aos desembargadores que votaram sem restrição pela concessão dos *habeas corpus*, interpretando os sentimentos dos seus colegas o moço Luiz Gonzaga Nóbrega, um dos alunos cujo nome constava na petição vitoriosa.

Neste mesmo dia, o Governo decidiu emitir um decreto (n. 1206 de 25 de setembro de 1923), fechando temporariamente o "Lyceu Parahybano". Eis o que dizia a nota²³⁰,

(...) Sólton Barbosa de Lucena, presidente do Estado da Parahyba do Norte, considerando de franca hostilidade ás autoridades constituídas do Estado, a atitude assumida, ultimamente – grifo meu -, pelos alunos do Lyceu Parahybano após o triste ocorrido em à tarde do dia 22 do ano vigente e do qual resultou na morte lamentável do desventurado estudante Sady Castor, e considerando que o funcionamento daquele para proporcionar aos respectivos alunos motivo de reunião para levarem por diante a perturbação a ordem pública, usando da atribuição que lhe outorga o art.36, §1, da Constituição do Estado. Decreta: Art. Único – Fica, desde já, fechado, por tempo indeterminado, até anterior deliberação do governo, o Lyceu Parahybano, revogando as disposições em contrário. O Secretario de Estado faça publicar o presente decreto, explicando as ordens e comunicações necessárias. Palácio do governo do Estado da Parahyba do Norte, em 25 de setembro de 1923, - 35, da Proclamação da Republica. [Grifo meu].

Desse modo, a intervenção do Estado de utilizar sua autoridade para fechar temporariamente esta instituição de ensino demonstra que a situação instaurada em decorrência da morte de Sady não podia ser ignorada, necessitando para isso de medidas cautelares. Vale salientar que, apesar da clareza do decreto, especificando apenas o fechamento do Lyceu, a Escola Normal também ficou fechada durante as duas semanas

seguintes, só reabrindo no dia 8 de outubro (segunda-feira) consoante informa o *A União* de 9 de outubro de 1923, também por decreto:²³¹

Decreto n. 1210 – de 08 de outubro de 1923. Revoga o decreto sob n. 1206, de 25 de setembro próximo, que considerou fechado, por tempo indeterminado, o Lyceu Parahybano. Sólton Barbosa de Lucena, presidente do Estado da Parahyba do Norte, usando da faculdade que lhe outorga o art. 36 §1. Da Constituição Estadual, Decreta: Art. 1- Fica desde já, revogado, o decreto sob n 1206 de 25 de setembro do corrente ano, que considerou fechado, por tempo indeterminado, o Lyceu Parahybano. Art. 2 – Revogam-se as disposições em contrario. O secretario de Estado fala publicar o presente o presente decreto, expedindo as ordens e comunicações necessárias. Palácio do Governo do Estado da Parahyba do Norte, em 8 de outubro de 1923. – 53 da Proclamação da Republica.

Embora não tenha citado as razões específicas que justificassem o fechamento da Escola Normal, as duas escolas já haviam sido fechadas nos dias 24 (segunda-feira) e 25 (terça-feira), sendo que a concessão do *habeas corpus* e, conseqüentemente, o decreto expedido pelo Governo do Estado, eram razões suficientes para também suspender as aulas da Escola Normal, uma vez que os estudantes autorizados pela Justiça podiam fazer, a qualquer momento, manifestações à porta deste estabelecimento, como realmente havia essa intenção. Isto é, se apenas uma escola ficasse aberta, poderia servir de ponto de “aglutinação” dos estudantes, já que havia seguido o órgão de imprensa oficial a pretensão dos mesmos de vaiar publicamente monsenhor João Batista Milanez. Este, logo depois do crime, se reclusou em sua casa, ainda emocionalmente abalado, recebendo visitas esporádicas de alunas, amigos e familiares, pouco antes de pedir afastamento temporário de suas funções administrativas.

Note-se também que, no referido decreto, o presidente deixa indícios quanto aquela ser ou não a primeira vez que os estudantes agiam daquela maneira [ver grifo]: A ação se justificava pelas atitudes, assumidas, “ultimamente, pelos alunos do Lyceu”. Nesse sentido, é possível que os protestos de março do mesmo ano, durante a greve da Companhia Luz, Força e Tração, com a qual os estudantes se envolveram diretamente com os grevistas, tenha pesado nas decisões do governo em emitir o referido decreto. Haja vista, estes terem provocado dias de tensão na cidade e muitas prisões, causando sérios transtorno a manutenção da ordem pública, como já mostrei anteriormente. Dessa forma, havia o temor de que outros setores da sociedade, a exemplo dos militares, trabalhadores, profissionais liberais e demais estudantes

da Cidade pudessem aderir a novas manifestações que porventura viessem a perturbar a ordem pública e a credibilidade do governo.

A estratégica do Governo do Estado conseguiu alcançar seus objetivos, no entanto, a decisão contribuiu para o agravamento das tensões política, principalmente em relação ao apoio dado pela oposição aos estudantes do Lyceu. Estes se mobilizaram numa campanha jornalística pela reabertura daquela instituição, amplamente noticiada nos jornais da época. De certo, a medida tomada pelo Governo foi durante criticada pelos estudantes e, principalmente, pela oposição. Estes não viam razão, a não ser terem fechado as escolas em represaria à decisão do Supremo Tribunal, por haver decidido a favor dos estudantes. Para eles, não havia qualquer base legal e constitucional que justificasse o fechamento das escolas, como veremos a seguir.

Apesar das críticas de inconstitucionalidade do decreto, emitido pelos auxiliares do adoentado presidente Sólon de Lucena, as escolas permaneceram fechadas por cerca de quinze dias. Nesse período, os estudantes do Grêmio mantiveram-se unidos em torno da reabertura do Lyceu Parahybano, defenderam publicamente seu ponto de vista, seja por meio de telegramas, dos discursos nos ocasiões dos velórios e das romarias aos túmulos de Sady e Ágaba, como também através de boletins informativos, distribuídos e publicados pelos órgãos de imprensa da Capital. Por fim, o caso foi levado à Assembleia Legislativa, onde a minoria (oposição) e maioria (situação) incluíram em suas pautas a questão do fechamento do Lyceu e da Escola Normal, pouco antes de Ágaba cometer suicídio.

Dessa forma, segundo *A União*, o Governo tomou a decisão, tendo muito em vista a “exaltação reinante no seio da classe estudantina”, por medidas de “ordem pública”, resolveu, conforme ato datado de ontem (25 de setembro), fechar, temporariamente, até segunda ordem, o Lyceu Parahybano e a Escola Normal. E justifica afirmando que:²³²

(...) estas medidas são as únicas que a prudência e o bom senso aconselham diante dos desacatos as autoridades constituídas, em que se vem extremado a nobre classe, movida também, por insinuações e conselhos de pessoas que se não deviam valer da inexperiência e irreflexão dos verdes anos, em proveito de suas paixões e interesse maus intencionados.

Assim, “considerando que o único culpado está entregue a lei e a justiça”, o Governo pedia aos estudantes para que eles voltassem à “reflexão” e aos estudos para a medida seja revogada. De certo, o fechamento do Lyceu acabou por jogar mais “lenha na fogueira”, já bastante acalorada depois da morte de Sady Castor. As críticas não demoram a aparecer, como mostra a notícia de *A Tarde*, de 26 de setembro de 1923, numa série de matérias ao longo da semana²³³. A primeira delas, intitulada, “O Lyceu Parahybano fechado”, tinha por subtítulo: “represália do governo ao Tribunal de Justiça, castigo a nobreza dos estudantes”. Para a referida folha oposicionista, quando parecia que tudo estava terminado com o habeas corpus, concedida, “unanimemente a mocidade, o presidente, adoentado, sem saber do que passa, talvez, e os auxiliares, sem orientação a dar por paus e por pedras, a ponto de arrancar o fechamento do Lyceu Parahybano”. Segundo o mesmo Jornal, o “auxílio dado pelo Supremo Tribunal de Justiça, em favor dos estudantes, estava irritando a politicalha e por isso, o Lyceu é fechado insensatamente por ato do governo”. E adverte, em tom de ameaça: “pensou ele nas consequências? Pensaram no perigo a que se expõe a administração, que está na eminência de ser desmoralizado pelos altos poderes de quem depende a instrução pública?”²³⁴

O Presidente do Estado, Sólon Lucena, realmente tinha naquele momento a saúde muito fragilizada, passando vários meses daquele ano afastado do trabalho, despachando através de seus auxiliares. Prova disso é que após a decisão do Supremo Tribunal, o Presidente encaminha um bilhete ao então Procurador do Estado, José Américo de Almeida, escrito pelas mãos de sua filha.²³⁵

Do leito onde me encontro preso há dias por pertinaz molesta, consinto que lhe envio meu sincero, leal e gravíssimos abraços pela justiça de seus conceitos e verdade de seus argumentos e a eloquência de sua palavra sempre nobre, sempre superior (...) habeas corpus dos estudantes. (...) meu amigo sejam quais forem às consequências dessa questão em que estou de alma limpa já me (...) compensar pelo conforto assistência mortal do meu governo como acredite na minha indefectível solidariedade de cidadão em particular e home de governo. Envio-lhe esta pela mão de minha filha a quem dito com a alma e o coração no mesmo momento em que tive conhecimento de sua formosa oração de majestosa dignidade com que mais uma vez afirmo a intransigência do seu caráter. Sólon de Lucena.

233 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega. **Imagens Anexas 97 e 98. Referência: PTDC0038/P2070453.**

234 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega. **Imagens Anexas 97 e 98. Referência: PTDC0038/P2070453.**

235 Fonte: Arquivo José Américo de Almeida. **Imagem Anexa 99. Referência: DSC00090/DSC00091.**

Portanto, conclui-se que, supondo os opositoristas que o presidente pudesse realmente não estar em condições de tomar decisões, colocaram a culpa nos seus auxiliares, alegando que o fechamento das escolas não era somente um castigo aos moços, mas uma picuinha contra o Superior Tribunal de Justiça, que havia concedido aos estudantes o seu “bom direito, visto o constrangimento de que estavam sendo vítimas”. Segundo Menezes (1982, p. 249), em toda a história do Lyceu Parahybano, o verbo “fechar” jamais havia sido utilizado, sendo a primeira e “única vez”, que o Lyceu fechou em fase escolar; “nem nos dias calamitosos das epidemias de 1840, nem nos anos de seca de 1977, nem fechou em 1903, apesar da matrícula ter caído para três ou dois alunos”. Com 284 alunos matriculados, o Governo ganhou o descrédito na reação dos estudantes, com a solidariedade do seu professorado, gerando um impasse que durou aproximadamente duas semanas.

Para os articulistas d’ *A Tarde*, nada podia haver de mais “extravagante”, de mais “esdrúxulo” do que esse decreto emitido pelo governo, “que chega a revoltar”, uma vez que o Lyceu Parahybano era equipado ao Colégio Pedro II, portanto, fiscalizado pelo Conselho de Ensino e sob responsabilidade do Ministério da Justiça. Assim, deram início a campanha jornalística pela reabertura do mesmo. Ainda segundo a folha, o fechamento dessas escolas

236,

(...) causa prejuízo ao Estado, causa prejuízo aos pais, que para aqui mandam seus filhos, causa prejuízo à própria ordem publica, pois, irritando, talvez essa briosa mocidade já quieta e tranquila, ante as reparações recebidas fere direitos, porquanto, pagaram suas matriculas para frequentar o Lyceu, durante o exercício nos diversos anos de curso e se vê, assim, privada do estudo. É um ato de irreflexão do governo. A reparação não pode deixar vir, pois o Lyceu da parahyba é equiparado ao colégio Pedro II, estando sob a alta inspeção do conselho de ensino e mais ainda, do Ministro de Justiça, que não pode consentir em semelhante vilania, por que fere o próprio departamento de sua ação e, também por que se trata de um ato praticado em represália ao supremo Tribunal de Justiça do Estado. O governo está acéfalo. S. excia. doente, os auxiliares atiram a administração para essa barafunda, que parece um fim de feira em aldeia, sem policia. O lyceu não pode continuar fechado e nós havemos de conseguir a reabertura das aulas. A campanha está hoje iniciada.

E continua as acusações, alertando os leitores de reinar nas esferas do Governo uma completa desorientação após o “assassinato” do estudante Sady Castor, só explicável pelo

estado de saúde do presidente, e que, portanto, não havia motivos para tal ato, uma vez que o mesmo jornal havia anunciando que já reinava a tranquilidade entre a classe estudantil.²³⁷

Os jornalistas que estão fazendo o órgão oficial do Estado são muitos paradoxos. No domingo noticiaram o bárbaro assassinato do inditoso Sady Castor, admitindo uma defesa em favor do guarda civil, perverso e desumano, anteontem (25 de setembro), mudaram de rumo e andaram tateantes... Medrosos. Mas não é só isso, o que escandalizou o público foi -A União, tomada de arrependimento e de aparente humildade evangélica dizer que contra ela era justificável a atitude dos moços do Lyceu! - grifo meu- Ainda bem; como se admitir que um órgão de publicação, com as responsabilidades oficiais, chegue ao ponto de dizer coisas dessa ordem! Pois, então, não editou verdades? Não escreveu lealmente para o público não fez justiça à memória de um cadáver ainda insepulto? O que, porém, está na consciência da Parahyba, a despeito mesmo da deprimente e leal retratação do diário do governo, é que o crime de sábado em frente do edifício da Escola Normal e do Palácio presidência, feito e praticado por um guarda civil, demonstra a insegurança em que vivemos pela falta de compreensão de deveres desses supostos mantenedores da ordem pública. O criminoso de sábado, com a sua brutalidade inominável, com a sua fereza, com a sua estupidez, com a sua perversidade intrínseca, seria possível em outro país de pena sumaria e imediata. Roubar a vida a um moço por que parava em frente de um edifício de instrução. Felizmente, a atitude de revolta letiva, significou que nem tudo está perdido nessa terra, bem digna de [...] tra situação de tranquilidade e [...] rança. A UNIÃO em boa hora se penitenciou de haver tomado um mal partido defendendo um monstro, porque env[...] ga a farda de guarda civil para desprestígio da própria corporação onde vivia. A conduta que assumimos profliga do esse atentando, teve os aplausos de homens de bem da nossa terra e em tudo o quanto almejávamos nessa contenda, motivado por acontecimento lamentável. De outra vez, A UNIÃO se inspirará melhor na verdade, desprezando os abomináveis processos da mistificação, para não ter oportunidade de bater nos peitos com água: meã culpa.... meã culpa.

O respectivo trecho criticado por *A Tarde* se encontra na edição de 25 de setembro do jornal de *A União* – terça-feira -, quando diz que, “se a manifestação dos estudantes contra está folha pode, por aqueles motivos de incompreensão e de sensibilidade, ser sinceramente relevados”. O mesmo não se justificava em relação às acusações feitas para com a pessoa do monsenhor João Batista Milanez, na ocasião dos protestos – enterro simbólico - de domingo (dia 23). Quando a segunda acusação, *A União* responde na edição do dia 29,²³⁸ alegando que *A Tarde*, após citar uma local do número de quarta-feira (dia 26 de setembro), que dava notícia da cidade em calma, deduziram erroneamente que o motivo do fechamento não foi

237

Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal A Tarde, 28 de setembro de 1923. Imagem Anexa 101. Referência: P2070406.

238

Fonte: Jornal A União 29 de setembro de 1923.

uma necessidade de ordem imediata e preventiva e sim aquele outro do prevenido pensar da “confreira”, isto é, em retaliação à decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Segundo o articulista d’ A União ²³⁹,

(...) Ignorávamos que, por haver calma num momento ou num dia, não pudessem haver riscos ou planos de desacato. É possível que a essa hora, melhor orientados, os estudantes estejam compreendendo que a situação não merecia aqueles excessos ou que a paixão deles teve o seu instante. Ainda ontem asseguramos que o governo não exige deles retratação nem humilhação; tal não é o caminho por onde se devam levar moços, futuros homens responsáveis pelo equilíbrio e direção da sociedade. O governo quer apenas a confiança dos estudantes, quer sentir neles a calma de espírito precisa para o regresso aos bancos escolares.

A Tarde continua, porém, firme em suas alegações, concluindo que o fechamento das escolas somente poderia ser mesmo uma represália à decisão do Supremo Tribunal de Justiça, haja vista a sua “má vontade” em anunciar a decisão do habeas corpus. Para isso, acusa *A União* de distorcer a decisão do Supremo Tribunal para com os estudantes. ²⁴⁰

O Lyceu Parahybano fechado (letras garrafais). O falseamento de “A UNIÃO”. O Jornal oficial não pôde deixar de explodir em sua má vontade contra o Superior Tribunal de justiça, noticiando a concessão da ordem de habeas corpus (do dia 26), obtida pela mocidade estudiosa da Parahyba. Falou de maneira toda tendenciosa, deturpando o pensamento do Tribunal, julgando com isso, indispol-o, quando, ao contrario, o que está ficando patente é a impopularidade do governo, conduzida pela falta de orientação de seus auxiliares, em um momento de doença de quem personifica o governo parahybano.

Para efeito de credibilidade das fontes, quando me é permitido fazer esse tipo de comparações, procurarei não repetir as palavras de *A Tarde* referente a está noticia, retomando, assim, o texto original publicado n’ *A União*, de 26 de setembro de 1923, tal qual o foi citado na folha oposicionista. Eis o período no noticiante: ²⁴¹

239 Fonte: Jornal A União 29 de setembro de 1923.

240 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal A Tarde, 28 de setembro de 1923. **Imagens Anexas 102 e 103. Referências: P2070402/406.**

241 Fonte: Jornal A União, de 26 de setembro de 1923.

(...) Ontem o Meritíssimo Superior Tribunal de Justiça concedeu uma ordem de habeas corpus impetrada em favor dos estudantes do Lyceu, para que, de ora em diante, possam livremente e sem incômodo de qualquer ordem ficar postados em frente da escadaria de acesso a Escola Normal, ou nas imediações, mesmo durante o funcionamento das aulas daquele notável educandário.

Dessa forma, *A Tarde* faz o próprio julgamento da notícia veiculados pelo órgão de imprensa oficial, *A União* como “falseada, tendenciosa e desorientada”, na medida em que anunciou a decisão do Superior Tribunal com parcialidade, depreciando a conquista dos estudantes e deixando claras as intenções daquela medida jurídica.²⁴²

Veja o publico que noticia falseada, tendenciosa e desorientada, que põe muito em relevo o bom senso de quem a escreveu. Em vez de a folha oficial procurar, com carinho e inteligência, expor o que quer dizer uma ordem de habeas corpus concedendo o livre transito por uma zona, ou dizer como foi garantido o direito de locomoção que se pretendia cercear com força embalada, nesta mesma zona traz esse período irritante, desorientador de quem não tenha sensatez ou critério. Felizmente, a mocidade parahybana sabe quais os direitos que lhe foram garantidos e não se deixa levar por essa mistificação da hermenêutica oficial, que não pode ter qualificação, na qual bem se enquadre. Não fosse a boa orientação da classe escolar do nosso educandário, que tem as mais belas tradições; não fosse a compreensão que tem ela de seus direitos; não fosse a nobreza de seus sentimentos; não fosse a sua educação, que sempre a guia para o bem e, a esta hora, estaria a mocidade convencida de que teve habeas corpus para fazer desordens, para perpetrar crimes, infringir o regulamento do instituto a que pertence e para tudo, então, que fosse contrario a ordem publica. Mas, não; isso não fez, por que acima das insinuações insensatas da folha oficial está o próprio bom senso dos estudantes, que recorrem á justiça, em vez de recorrer a meios violentos. E conseguiram tudo o que desejavam, guiados por outro moço, jovem advogado, que galhardamente, defendeu os princípios da justiça e da Liberdade. Mas isso não satisfaz os auxiliares do governo, que viram a sua ação reprovada pela mais alta corporação judiciária do Estado e sem um voto discrepante, por que o próprio desembargador Vasco de Toledo concedeu o Habeas corpus com restrição. Mas essa restrição não podia prevalecer pela sua própria impossibilidade, conforme ouvimos na discussão, mas não vem ao caso estender nos sobre esse assunto. A solução contra a violência não poderia agradar aos que, somente, acham bom o que tem cheiro oficial.

Não é preciso, porém, acusar *A União* de parcialidade, muito embora o tenha sido, pois o próprio decreto emitido pelo Governo levou em consideração o fato de que, o funcionamento daquele estabelecimento de ensino poderia proporcionar aos respectivos

alunos, “motivo para levarem por diante a perturbação a ordem pública”. Portanto, *A União* só publicou aquilo que já estava dito pelo decreto oficial; mas, diante de tais acusações, o órgão oficial de imprensa contra-ataca a folha oposicionista, alegando que *A Tarde*, procura fazer intriga e “politicagem” entre o Governo e o Judiciário.²⁴³

Com era de prever, *A Tarde*, veio ontem (26) julgando a seu modo o ato do governo, que fechou temporariamente o Lyceu Parahybano. Além de outros absurdos, que não são de estranhar em seu sistemático oposicionismo, aquela folha diz que o decreto do governo foi uma represália ao Supremo Tribunal de Justiça, por ter a egrégia corte concedida uma ordem de habeas corpus aos estudantes. Esse verso de intriga pata confundir é muito da conduta do jornal adverso; mas o salto de ontem não produzirá efeito no seio da alta corporação judiciária que só respeito tem merecido do governo para seus membros e suas decisões.

E justifica, dando detalhes, as razões que levaram o presidente a decretar o fechamento da respectiva escola.²⁴⁴

Fechando o Lyceu Parahybano, o Sr. Presidente do Estado inspirou-se tão só nos excessos que os moços praticaram esta semana, ao mesmo tempo que telegrafaram párea o Rio exagerando as circunstancias do assassinato de Sady, fato realmente bárbaro porém isolado, e que devia e deve correr por culpa exclusiva e pessoal de seu autor. Os moços se queixaram de falta de garantias no mesmo instante em que eram eles que rasgavam na rua o órgão do governo e ao governo ofendiam na pessoa do ilustre diretor da Escola Normal. Tudo isso, é verdade, ia passando como irreflexão do primeiro momento, quando informes idensos vieram afirmar que estava decidido entre os moços do Lyceu um desacato ao monsenhor Milanez, cuja culpa no caso de Sady Castor os colegas desta levantam sem explicações e sem provas! Nessas condições, o ato do governo sobre o Lyceu, com o caráter temporário que se verifica é na medida razoável e imposta pela situação, medida que oxalá d’ *A TARDE* não venham explorar em maior prejuízo dos rapazes. - e repete a noticia do dia 26 de setembro - Veem, pois, os estudantes que o recuso para o seu interesse está nas suas próprias mãos e não nas campanhas d’ *A TARDE*, suspeito de intriga e de politicagem.

Em seguida, a folha oposicionista critica a própria constitucionalidade do decreto. Segundo ela, “arrancada” do presidente adoentado, “sem que seja o mesmo baseado em lei,

243 Fonte: *Jornal A União*, quinta feira, 27 de setembro de 1923.

244 Fonte: *Jornal A União*, quinta feira, 27 de setembro de 1923.

apesar de citar um artigo que nada tem a ver com o assunto, mas de um modo (...) extravagante, esdrúxula”. Segundo este jornal, o presidente desconhecia tal ato de seus auxiliares, afirmando que, “(...) quando s. excia, restabelecer-se e for ler o dispositivo legal, há de ficar convencido de que os seus auxiliares, não conhecerem o direito e a apenas quiseram praticar um ato de represália contra o Superior Tribunal de Justiça ferindo, ao mesmo tempo, a classe escolar”. Para isso, passa a citar com detalhamento o Texto constitucional do Estado da Parahyba do Norte, em que se quis fundamentar o decreto, e que fechou o Lyceu Parahybano, procurando, dessa forma, desqualificar a legalidade do mesmo, haja vista, segundo eles, não haver em nenhum momento da carta constitucional o direito de “fechar”, mesmo que temporariamente, instituições criadas por medida de lei:²⁴⁵

Na folha oficial: Art 36 – compete ao presidente do Estado. Inciso 1 – sancionar, promulgar e fazer publicar leis e resoluções da Assembleia, expedindo ordens, decretos, instruções e regulamentos para sua fiel execução. Onde está aí a disposição que autoriza o Sr. Presidente do estado a fechar o Lyceu por tempo indeterminado como maior gravame para centenas de estudantes, que pagaram sua matrícula para fazer os seus estudos, confiados nas instituições do Estado? O decreto não tem fundamento em lei e, nem mesmo pode ser invocada a falta de tranquilidade publica, porque o próprio decreto fala em fatos anteriores ao mesmo e já a folha oficia do dia anterior dizia o governo que a tranquilidade tinha voltado á classe estudantina (24 de setembro). O fechamento do Lyce não pode prevalecer, nem há de prevalecer.

E continua em outra matéria do mesmo dia:²⁴⁶

Era, somente, o que faltava o governo do Estado, fechar as Portas das aulas dos estabelecimentos de instrução da capital, à mocidade estudiosa. Mas que o fizesse, relativamente, a Escola Normal, dependente da administração, pelos [...] infundados de assuadas- [...] ticadas pelo Lyceu, vá que admitisse, Mas, fechar um educandário que está equiparado ao Colégio Pedro II, so- [...] te, se pode manifestar esse [...] por uma picuinha ao Supremo Tribunal de Justiça do Estado, que não se subordina aos desejos do governo, tendo [...] ma de tudo, o cumprimento do seu dever. Os auxiliares do governo, talvez tivessem pensado na disposição do arti. 19 § 28²⁴⁷, mas mesmo ainda mais ridículo o estado de sitio, pois, a [...] equivale o despotismo aludido,

245 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal A Tarde, 28 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 104. Referência: P2070402.**

246 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal A Tarde, 28 de setembro de 1923. **Imagem Anexa 105. Referência: P2070406**

247 ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: Decretar, no caso de rebelião ou invasão de inimigo, a suspensão de alguma das formalidades que garantem o direito de liberdade individual dos cidadãos, em bem da segurança do Estado.

atribuição da União e [...]m disso havendo o §13 do art. 36²⁴⁸, que se refere ao funcionamento do congresso, não se aventurar em levar o presidente a decretar o estado de sitio. Preferiram citar no decreto na disposição que nada tem a ver com as ocorrências, provocadas pelo assassinato do infeliz moço Sady Castor. Pouco se importaram em deixar mal o presidente que, estamos certos, há de ficar convencido, quando puder estudar o fato, que seus auxiliares não entendem patavina de direito e de hermenêutica. O fechamento do Lyceu não há de prevalecer. Antes que parta a ordem do rio de janeiro, o Sr. Presidente do estado deve fazer desaparecer essa medida odienta que, somente, visa, fins subalternos, a que uma administração não se deve subordinar. Ademais, o ato do governo foi uma desconsideração á diretoria do Lyceu, que não solicitou, ao que nos consta, essa medida e nem ouviu a congregação que deve, sempre, ser ouvida em casos de tanta gravidade. E haveria um professor do Lyceu Parahybano que votasse por essa medida odienta, solicitando-a do governo? Mas os auxiliares do governo não querem saber dessas coisas, porque acima da lei e dos direitos alheios estão os seus caprichos.

Ante as acusações de inconstitucionalidade do decreto emitido, no dia 25 de setembro, *A União*, volta a defender o presidente e os atos do Poder Executivo, explicando os limites e possibilidades deste poder, mais especificamente o art. 36, § 1 da Constituição Estadual:²⁴⁹

Os constitucionalistas de A TARDE inergiram-se ontem contra uma pratica sedição da administração publica. Ninguém se lembrara ainda de negar ao poder executivo o direito de decretar o Diário Oficial da Republica e as coleções de leis do Estado estão repletos de atos dessa natureza. O decreto 1206 está baseado no art. 36 § 1 da Constituição. Entendem, porém, aqueles confrades que essa disposição não autoriza a medida governamental. Não pudemos apanhar-lhes o pensamento, tão destoante das normas estabelecidas desde a fundação do regime da Parahyba. Dipões o art. 36 parag. 1 citado: Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções da Assembleia, expedindo ordens, decretos, instruções e regulamentos para sua fiel execução. Não se requer grande esforço de hermenêutica para distinguir o pensamento do legislador. São duas funções separadas: a primeira a de “sancionar” promulgar e fazer publicar as leis e resoluções da Assembleia; a segunda, expedir ordens, decretos, instruções e regulamentos para sua fiel execução, isto é o movimento, o exercício, a mecânica da obra do Legislativo. Há atribuições privativas da Assembleia, que não podem ser invadidas pelo poder executivo. Mas esse ultimo ficaria impotente e ocioso sem a liberdade de regular as formas da existência e atividade desses estatuto. Realmente a constituição não atribuiu definida e expressa, como quizera A ATARDE, ao chefe do executivo a faculdade particular de “fechar o Lyceu por tempo indeterminado”; conferiu-lhe, porém, um poder muito mais amplo, que implica a própria substancia da administração, qual seja o de solucionar esses caos imprevistos, consultando os interesses gerais, dando execução a desenvolvimento das leis a principio de ordem que elas resumem. Assim, entendo o nosso mais moderno constitucionalista, o Sr.

248 DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE: Dispensar, nos intervalos das sessões do poder legislativo, nos casos de tratar o §28 do art. 20, as formalidades que garantem a liberdade individual dos cidadãos, convocando imediatamente a Assembleia para que esta resolva sobre seu ato.

249 Fonte: Jornal *A UNIÃO* 29 de setembro de 1923.

Carlos Maximiliano quando [...]. “o presidente age espontaneamente, sem provocação em ordem da Câmara. Exercita por alvedrio próprio a faculdade constitucional de expedir decretos que assegurem ou facilitem a execução das leis. E o contrario disso seria manistal-o ou reduzil-o ao simples ato das sanções.

E conclui, afirmando que “o Executivo não pode, por exemplo, suprimir o Lyceu porque este foi criado por lei, mas pode com legitima autoridade, determinar as formas de seu funcionamento” Para sustentar tal premissa, passa a mencionar as ações de administrações passadas.²⁵⁰

Todos os presidentes de Álvaro Machado a Peregrino, a Castro Pinto, A Camilo de Holanda, a habituaram a vês no art. 36 §1 da Constituição o dispositivo que lhes autoriza a decretar. De Álvaro Machado, vide os decretos n 1 de 3 de dezembro de 1892, 4 de 31 de dezembro do mesmo ano; os de n 8, 14, 18, de 1893, 275, 277 278 de 1905, e, de quase todos os administradores de 92 aos nosso dias basta compulsar as coleções das leis e decretos, para julgar do desacerto da confreira. A tarde, só por um capricho oposicionista, reafirma que o fechamento do Lyceu foi uma represália. Nós já explicamos com sincero espírito que aquela medida adveio da extrema exaltação dos moços e do seu conhecido plano de desacato a uma autoridade do ensino,

A oposição, no entanto, não satisfeita com os argumentos do órgão oficial, continuou atacando a inconstitucionalidade do decreto, aproveitando para denunciar uma manobra do Governo em atentar contra a segurança de seu órgão de imprensa, ao mesmo tempo em que tentava cooptar alguns estudantes do Lyceu Parahybano por meio de supostos representantes de sua classe, a fim de fazer volta à normalidade no “seio” da “classe estudantina”.²⁵¹

A união de hoje. 30 de setembro. A epigrafe “O fechamento do Lyceu” tenta postar as nossas considerações a respeito da flagrante inconstitucionalidade do art. do executivo, baixando o decreto “sul gene ris para trancar um estabelecimento de instrução equiparado e fiscalizado por autoridade federal. Mas a confreira embora em tom dogmático, afirma heresias jurídicas, que o nosso meio não tolera nem aceita, por honra de sua própria cultura. O dispositivo constitucional consagra no art. 36 § 1 de nossa carta política, da atribuição ao executivo para regulamentar leis do legislativo, podendo assim expedir ordens, decretos e instruções e nada mais. E tanto presidiu a intenção do legislador constituinte esse modo de ver , que no art. 19 § 28 conferindo

250 Fonte: Jornal A UNIÃO, 29 de setembro de 1923.

251 Fonte Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal A Tarde, 30 de setembro de 1923. Imagem Anexa 106 e 107. Referência: P2070413\15.

ao poder executivo autoridade para restringir certas prerrogativas, determina que após esse decreto seja, imediatamente, convocado o Congresso para aproval-o ou não. Os casos das administrações passadas lembrados pela confreira, são precisamente, de regulamentação de leis, promulgadas e sancionadas legalmente. Si a ordem publica interna do Estado estava de tal modo perturbada com o bárbaro assassinato do inditoso Sady Castor, que era preciso o governo armar-se de medidas excepcionais equiparáveis ao sitio, estas deviam ser solicitadas da Assembleia que está funcionando, nós termo claros e insofismáveis do art, 36 § 13 da constituição Parahybana. O que, porem não se fez, não tem fundamento em lei, quer de caráter constitucional ou ordinário, mas atesta um absoluto descaso ao poder legislativo, alias reunido e desempenhando suas funções de finalidade político-sociais. Emende a mão o governo, e se convença de que os seus auxiliares não entendem palavra de direito e são jejunos em hermenêutica.

E continua²⁵²,

A união com seus constitucionalistas procurará debalde, demonstrar que o decreto que fechou o Lyceu está baseado na constituição. Não o está, é sophismo que não resiste ao menor debate o acerto de nossa confreira. Não há quem conteste a faculdade e, outras vezes mesmo, o dever que tem o presidente de expedir decreto, ordens, regulamentos e instruções para a fiel execução das leis. Mais não é preciso citar Carlos Maximiliano para que se saiba que o presidente pode expedir decretos que assegurem ou facilitem a execução das leis. Mas o decreto em questão é negativo; impede a execução de uma lei, anula um estabelecimento de instrução fere direito adquirido. Recorramos aos decretos citados pela confreira e veremos que não houve um só que não visasse a execução de uma lei, que não fosse conquência da mesma lei. O texto constitucional está todo ligado entre si, dispõe as atribuições inerentes ao presidente do modo seguinte: 1 Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções da Assembleia , EXPEDINDO ordens, decretos a regulamentos para SUA fiel Execução. O texto é claríssimo, não precisa de interpretações porque não há o que interpretar em matéria tão evidente, clara, positiva. O governo errou e errou de modo o mais extravagante, vedando a continuação dos efeitos de uma lei, qual a existência do mais importante ES [...]

Dessa forma, a questão central desse debate está em torno da ambiguidade da Carta Constitucional, promulgada em 1892, a segunda constituição republicana do Estado, gerando um impasse quanto a sua interpretação. O Governo defendendo o direito do Executivo de expedir ordens, decretos, instruções e regulamentos, independentemente de consulta à Assembleia, e os opositoristas, através do seu órgão de imprensa, afirmavam que a medida

fora não só arbitrária como desrespeitosa às decisões do Lyceu Parahybano, que antes de fechar este estabelecimento de ensino, deveria convocar a Assembleia para, só assim, poder expedir ordens, decretos, instruções e regulamentos, autorizados pelo Poder Legislativo.

Quanto a isso, vale lembrar que a polêmica em torno da Constituição de 1892 não era nova, havendo desde o início do século XX intenções de reforma constitucional na Parahyba. Segundo Flavio Satiro Fernandes (1985), a partir da década 1920, tomou corpo o movimento em favor da reforma constitucional. Anteriormente, a ideia fora lembrada por Gama e Melo, Arthur Achilles e Antonio Hortêncio Cabral de Vasconcelos. Este último, além de constituinte de 1891, autor de um dos projetos encaminhados por Venâncio Neiva ao congresso da primeira Constituição parahybana, redigiu, também, um projeto de reforma, publicado na revista *Foro*, em 1908.

Foi em 1921, porém, que José Américo de Almeida, em artigo divulgado originalmente, n' *O Norte*, propugnava por uma ampla reforma constitucional na Parahyba. O grande arauto da reforma seria, no entanto, sem dúvida, Antonio Botto de Menezes. Inicialmente, através das colunas de *O Combate*, e posteriormente, da tribuna da Assembleia Legislativa. Em 1925, uma nova campanha revisionista foi iniciada por um grupo de advogados em favor da reforma constitucional e encaminhada à Assembleia Legislativa, sendo discutida por todo aquele ano. No ano seguinte, o tema voltaria à baila, mas o projeto foi arquivado em 1927. Por fim, o próprio Epiácio Pessoa foi consultado pelos mentores da reforma constitucional. Esta consulta resultou no projeto aprovado pouco mais de dois meses após o assassinato de Presidente do Estado, João Pessoa, em 1930.

Entre as principais mudanças colocadas em votação naquele “fatídico” ano estavam: a mudança do nome do Estado de Parahyba do Norte para Paraíba, deferimento ao vice-presidente do Estado da atribuição de presidir a Assembleia Legislativa, extinção do cargo de 2º vice-presidente, extinção da exigência de ser paraibano ao candidato a Presidente do Estado, mas exigindo ao que o fosse o requisito de domicílio em seu território desde cinco anos antes ou representá-lo ou havê-lo representado na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional, omissão do nome de Deus do Preâmbulo da Constituição (não aprovado) e adoção do ensino leigo nos estabelecimentos públicos. Essas duas últimas disposições desencadeou uma forte campanha por sua abolição, da parte de setores da Igreja Católica, até mesmo com a interferência direta do Arcebispo parahybano, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques.

No meio da troca de acusações entre os dois jornais quanto à constitucionalidade do decreto, uma notícia, provavelmente publicada no *O Norte*, no dia 27 de setembro, causa desconforto aos articulistas de *A Tarde*, ao entenderem suporem, e “inventarem”, que algo se tramava nos bastidores contra a segurança do mesmo jornal; lembrando que *O Norte* era ligado à política epitacista desde 1915, defendendo abertamente os interesses do governo do Estado. Segundo a denúncia de *A Tarde* ²⁵³,

Trama-se nas esferas governamentais algo contra a segurança desta folha. Um Jornal oficioso, que tem redatores pagos clandestinos pelo governo vive a afirmar que somos um perigo para a ordem e a tranquilidade publica. Hoje a mesma folha termina uma de suas locais com a seguinte frase: O povo é soberano e... faz sempre justiça. O plano está claro: pratica-se o atentado contra nós e depois diz-se que foi o povo. O povo é soberano, realmente, e sabe fazer justiça. A prova teve a gazeta do governo recentemente, a mesma gazeta que para ser posta ao correio vai acompanhada de força embalada. Do povo só temos a estima, provando-a o esgotamento das nossas edições que já saem a rua desfalcadas pela procura que tem na própria redação. Os que não estão identificados com a opinião publica que ponham as barbas de molho. Compare-se o nosso prestígio com o desprezo voltado pelo publico a folículos que ele não lê e que vivem do favor do governo, ter-se-há o motivo do despeito e do ódio que lhes provocamos, os quais por isso nos consideram perigosos a ordem e tranquilidade publica, ameaçando-nos perfidamente, com a justiça do mesmo povo que tanto nos tem apoiado. Mas nós havemos de cumprir o nosso dever, aconteça o que acontecer. Desde já denunciaremos ao chefe do governo do estado os projetos sinistros dos seus maus servidores e vamos fazer saber as altas autoridades da Republica e ao país inteiro o plano que aulicismo estipendiado está concebendo contra nós.

Embora não tenha conseguido encontrar o respectivo jornal “*O Norte*”, a folha oficial responde às acusações de forma categórica, principalmente quanto às acusações que ela, *A União*, teria jornalistas de outros órgãos de imprensa, em sua folha de pagamento. ²⁵⁴

A tarde, em sua edição de ante- ontem, levanta a suspeita de que algo se trama contra sua segurança “nas esferas governamentais”, baseando o mesmo calculo nas frase de um jornal (O Norte) que, diz aquela mais – volo vespertino “tem redatores pagos clandestinamente pelo governo”. A frase a que A TARDE deu tão dura decifração é a seguinte: “o povo é soberano e ... fez sempre justiça” Assim solta, fora de seu cotexto editorial, não podemos opinar se pode levar a entender-se ahí aquela coisa descoberta pela folha oposicionista. De qualquer modo e embora não acreditando nos receios de A TARDE, quer é conversar e ofender os amigos do governo protestamos contra tal suspeita e declaramos que absolutamente nenhum plano de

253

Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega. Jornal A Tarde, de 27 de setembro de 1923. Imagem Anexa 108. Referência: P20700409 .

254

Fonte: Jornal A União de 29 de setembro de 1923.

atentado á imprensa não medras La nos meios da política situacionista. Os princípios do Sr. Dr. Sólon de Lucena, como autoridade e como chefe do partido, repelem tais modos de combate e os nossos adversários não careciam, para nos feris, de dar-nos tão indigna capacidade. Muitos menos há jornais aqui que tenham redatores, clandestinamente pagos pelo governo, afirmação que é mais um ataque gratuito á honorabilidade dessa, cujo chefe não permitiria transações clandestinas com cidadão algum. Os redatores de jornais que recebem gratificações do governo são unicamente os que trabalham na Imprensa oficial. A oposição por ser oposição não deve acolher todas as informações, boatos ou imputações, mas contra o governo.

Enquanto isso, alunos e alguns professores reagiram a uma manobra do Governo em conseguir encerrar o impasse entre este os estudantes do Lyceu. No início da segunda semana após o fechamento, uma comissão de estudantes, se dizendo representante da maioria dos estudantes, pretendia se reunir com o Presidente do Estado a fim de pedir o revogamento do decreto. Esse ato foi prontamente rechaçado pelos representantes do Grêmio Cívico Literário 24 de Março, cujo boletim foi distribuído e publicado, provavelmente, no *Correio da Manhã*²⁵⁵ e n' *A tarde*.²⁵⁶

Nesse dia, às 14 horas, a classe esclarecida, distribuiu o seguinte Boletim: Tendo chegado ao nosso conhecimento que pessoas estranhas á nossa classe ou mesmo alguns colegas insulados, pretendem ir ao exmo. Sr. Presidente do Estado revogação do ato com que se fechou por tempo indeterminado, o Lyceu Parahybano, - vimos pelo presente protestar contra os que , assim, abusivamente, se arrogam mandato da nossa classe e declarar, por sua quase unanimidade, não pedirá a revogação de um ato para que não concorreu, que não tem assento em lei e contra o qual, ao lado dos seus professores e do seu diretor , lança o seu protesto pacifico. A classe estudantina.

O boletim deixa transparecer que tanto os professores como o próprio diretor daquela Instituição comungavam das mesmas causas que os estudantes, talvez nem todos os professores, mas aqueles intimamente ligados às fileiras oposicionistas. Quanto ao diretor, Lindolfo Correia, segundo Rafael Menezes, sua liderança e aceitação entre os estudantes eram notórias, sempre ao lado da mocidade nos momentos mais difíceis. Por certo, talvez fosse um dos poucos ou mesmo o único mediador naquela ocasião. Enquanto isso, *A Tarde* dedicou uma nota ainda mais agressiva a essa atitude do Governo, instigando os estudantes a continuar resistindo a qualquer possibilidade de dialogo com o presidente Sólon de Lucena. Dessa

255 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega (provável Jornal Correio da Manhã). **Imagens Anexam 109 e 110**. Referencias: p2070435\ptdc0058.

256 Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\jornal A Tarde [s/d]. **Imagens Anexas 106 e 107**. Referência: P2070413\15.

forma, levantaram a premissa de que o Governo queria que os estudantes pedissem perdão para, só assim, reabrir as portas do Lyceu e da Escola Normal.²⁵⁷

O fechamento do Lyceu não é Nobre

O Lyceu está fechado, mas fique certo a mocidade, que ele tem de abrir-se; o próprio governo está se sentindo mal ante a situação que ele mesmo criou. Não havia necessidade desse decreto, que nada tem que ver com ato tão extravagante e extemporâneo. Foi só o desejo de fazer uma picuinha, de mostrar uma força artificial, que se está desmoronando, como edifício sem alicerce, que é a falta de apoio na opinião publica. O governo, por seus auxiliares, impelidos pela viragem dos desacertos, não se contenta em, somente ao erro, a humilhação, a mocidade estudiosa, sugestionando-lhe ajoelhar aos pés do presidente e pedir perdão. Para isso, disseram-nos, quer aproveitar se da situação de três ou quatro estudantes, que são empregados d'A UNIÃO, improvisar uma comissão que não representa a classe e, de rasto chegar essa comissão aos pés do governo implorando misericórdia! Perdão! Misericórdia! Quem deve implorar perdão porém aquele que ofende a mocidade, é aquele que escolhendo para agente de sua policia, indivíduos tarados, dá lugar a um fato que enluta uma cidade inteira. Misericórdia devem implorar aqueles que colocam em que mal o presidente, arrancando lhe, em um momento em que não pode estudar, um ato irrefletido, somente, com o fim de fazer uma afronta disfarçada ao superior Tribunal de justiça. Perdão devem pedir— os que cometem crimes, mas não os que agem desassombrados, em gestos dignifica dor, não compreendido e não desculpado, em seus excessos, senão por quem é dependente da administração. Não! Nisso aconselhamos a mocidade. Não vá pedir perdão ao governo, pois, não tem ela de que penitenciar-se. É humilhação sugerida por quem não compreende a mocidade. Queremos ver a mocidade digna, sempre ativa, mas não humilhada, de joelhos ante um poder, cujos auxilia responsável não compreendem a gravidade de atos que lhe arrancam em momento de moléstia, escondendo-lhe os echos [...] da opinião publica, não deixando que o mesmo leia o mesmo jornal, para que se não [...] nte. Devia deixar que o lesse [...] de que não têm golpe de vista para agir em nome do administrador e chefe da política parahybana. O Lyceu há de ser reaberto, sem que a mocidade se humilhe. Nós a garantimos.

Ante o impasse gerado pelo fechamento do Lyceu, haja vista que os estudantes ainda se recusavam a conversar com os representantes do Governo, o *Correio da Manha* sai com uma noticia, defendendo as atitudes assumidas pelo Governo diante da exploração de “elementos estranhos a nobre classe estudantil”, apelando para que os pais dos alunos aconselhassem seus filhos contra às más influencias e manipulações de “oportunistas ambiciosos”.²⁵⁸

257

Fonre: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal A Tarde [s/d]. **Imagens Anexas 106 e 107**. Referência:P2070413\15.

258

Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega\Jornal Correio da manha [s/d]. **Imagens Anexas 109 e 110**. Referência P2070435\PTDC0058.

Um apelo á mocidade. Já é tempo de ser solucionado, esse lamentável incidente que tanto vem abalando o espírito público e em particular a nobre e altiva mocidade estudiosa da Parahyba. Os Moços estudantes já cumpriram o que lhes cabia fazer, diante do assassino estúpido do seu inesquecível colega e amigo, Sady Castor. A sua mágoa e a sua solidariedade diante desse tumulto recém-aberto estiveram na altura das tradições da classe e dos impulsivos assomos que caracterizam a atitude dos jovens, nesses dolorosos e imprevistos transes. Toda a Parahyba, numa honrosa comunhão de sentimentos, acercou-se da juventude ferida no seu âmago, levando-lhe, pelas suas classes mais representativas, o conforto e o apoio exigido pelo momento. Enquanto isto se passava, era o criminoso entregue á justiça, para a devida punição do seu monstruoso delito. Diante dessas circunstâncias, achamos que os dignos lyceanos floridos rebentos nossa cultura e do nosso escol social – se devem congregar em torno da ordem, buscando o termino do entristecedor incidente e a normatização dos trabalhos letivos, suspensos por motivos de prudência e amor ao sossego público, elevados sentimentos que sempre tem sido o apanágio dos atos administrativos do Sr. Dr. Presidente do Estado. Está claro e evidentemente provado, que s. exa. agiu sem animosidade e intuitos hotis á nobre classe estudantina. O honrado chefe do governo presentiu a indébita intromissão no assunto de elementos estranhos, useiros e veseiros na insuflação dos ânimos, para que aproveitam todas as oportuidades que s[...]lhes afiguram vantajosas as ambições partidárias. Perscrutou o que poderia acontecer de desagradável em face dessas maledicentes insinuações, habilmente inculcadas no animo da mocidade, naturalmente propensa ás eclosões [...] arroubos de verdor dos anos. Não resalta, pois, a menor hostilidade aos jovens, no ato do presidente, notoriamente amigo da mocidade, como em publico já se manifestou s exa. Por ocasião das ultimas manifestações de desagrado á Empresa T. L. F, levado a efeito nesta capital. Confiantes nessa norma de conduta do Sr. Dr, Sólon de Lucena, devem os estudantes parahybanos procurar a solução do deplorável incidente, fugindo ás torpes explorações e voltando ao aconchego vivificado do Lyceu, em cujas aulas fazem a sua preparação para a vida rela e para os altos interesses da Pátria. O êxito dessa salutar deliberação, muito depende também dos srs de família, os quaes devem ser os primeiros a chamar e a doutrinar os seus filhos, poupando-os as sugestões dessa corja detestável de oportunistas ambiciosos. Faltamos como moços que também o somos; moços que compartilharam pela alma e pelo coração da dor dos estudantes e que foram os primeiros a levar-lhes solidariedade e apoio aos angustio (PTDC0058) – SOS momento que vem de assoberbar a nobre classe. Que os moços reflitam e resolvam o palpitante assunto, para o seu próprio bem e para o bem da Parahyba.

Por fim, o caso do fechamento do Lyceu e da Escola Normal foi discutido na Assembleia Legislativa, onde os debates se configuraram numa disputa aberta entre Governo e oposição, chegando até às instâncias federais, como já mostrei. A Câmara Legislativa tornou-se o palco de disputas, com opiniões contrárias e a favor das medidas tomadas pelo Governo, enquanto que deputados situacionistas buscavam o apoio do presidente da Republica aos atos tomados pelo Governo do Estado. Em seção do dia 27 de setembro,

reproduzida no dia seguinte pela *A União*, cujo titulo “o fechamento do Lyceu”,²⁵⁹ o Sr. Deputado Isidro Gomes, representante da minoria oposicionista, falou (em 27 de setembro) na Assembleia Legislativa sobre o fechamento do Lyceu, protestando contra o ato do Poder Executivo de considerar fechado por tempo indeterminado o Lyceu Parahybano, ao mesmo tempo que apelou para que o Sr. Presidente do Estado revogue o decreto m 1206: eis a síntese de seu pronunciamento. “É que a medida do governo não corresponde a motivos de ordem interna a disciplina do Lyceu e está, por seu rigor, desproporcional ao movimento dos estudantes, contra cujos excessos, [...] não faltam ao executivo outras forças, outros recursos”.

260

Em seguida, o deputado Carlos Pessoa, líder da maioria, explicou o caráter temporário da medida governamental e os fundamentos que a ditaram, também discutindo o assunto os deputados governistas Srs. Pedro Ulyses e Genesio Maciel, em aplausos ao referido ato do Governo. Segundo *A União*,²⁶¹

Desde a nossa edição de ante ontem (26 de setembro) que resumimos para o público o critério e os fins do Sr presidente do Estado, decretando o fechamento do Lyceu. Provada a atitude ameaçadora dos rapazes, contra os quais não é fácil nem grato empregar elementos de força, ao governo pareceu ato prudente que ali se refere. Esse ato não foi só consequente da irrefletida conduta dos moços, rasgando o órgão oficial do Estado, acusando-o perante autoridade da Republica de solidariedade com um bárbaro homicida, e realizando, não obstante, um carnaval grotesco contra uma autoridade do ensino. Foi também um ato, sabido como era que, no confessado propósito dos estudantes contra o monsenhor João Milanês, propósito que ainda não desmentiu, não tardava que o caso afetasse a disciplina interna do Lyceu, pois o digno diretor desse estabelecimento não deixaria de estar ao lado de seus ilustres colegas de Escola Normal naquilo que incidisse sobre a dignidade deste cargo. Pode ter sido e realmente foi, entretanto sem propósito de prejudicar os estudantes em seus interesses de estudos e exames, e sim de fazer serenar toda a classe, levando-a uns dias para a casados pais, onde encontrará conselhos bom do amor, da experiência e da razão. Ninguém teve para os estudantes palavras mais autorizada de desculpa e relevação de que nós que falamos após uma ofensa ingrata e esmorecida. E essa palavra temo-la repetido todo o dia, em nome do governo, em que pese aos que não a compreendem, mais ainda aos que não querem compreende-la e veem retratação onde houve tão só polidez, serenidade e complacência. Está nas mãos dos moços a revocação do ato presidência que fechou o Lyceu: o governo não quer que se retratem de sua indignação, a qual teve um fundo de justiça; quer somente que os moços respeitem todas as autoridades e confiem naquelas a quem está entregue o

259 Fonte: Jornal *A União*, 28 de setembro de 1923\ Atas do poder Legislativo.

260 Fonte: Jornal *A União*, 28 de setembro de 1923\ Atas do poder Legislativo.

261 Fonte: Jornal *A União*, 28 de setembro de 1923.

assassino do -saudoso camarada, e nesse digno estado de espírito poderão voltar aos bancos de casa que se abriu para eles e é para eles que se sustenta!

O Sr. Izidro Gomes, no entanto, voltou à tribuna, defendendo os seus argumentos. Na semana seguinte (em 1º de outubro, segunda-feira), o debate na Assembleia continuaria, dessa vez na voz do deputado Genésio Gambarra, que manifesta o seu pesar pela morte do estudante Sady Castor, e em apoio ao decreto do governo (fazendo grandes elogios à mocidade para em seguida justificar o fechamento do Lyceu por haver receio de desacato à autoridade). A síntese de seu discurso foi publicada dias depois pelo *Correio da Manhã*.²⁶²

Conforme prometêramos aos nossos leitores publicamos hoje o discurso pronunciado ante-hontem na Assembleia Legislativa, pelo fulgurante tribuno, deputado Genesio Gambarra acerca do fechamento do Lyceu Parahybano. “snr. Presidente: ausente, quinta-feira, desta casa, por motivos de força maior, não pude dar o meu apoio, não pude trazer o concurso desvalioso da minha solidariedade ao pensamento da maioria da Assembleia, aqui, fielmente expresso, pela palavra autorizada e clara do seu ilustre e acatado Leader. Estive eu aqui, Sr. Presidente, a minha palavra, apagada e sem planejamentos luminosos, se teria feito ouvir para justificar o ato do executivo, fechando temporariamente o Lyceu parahybano; e Ella também se faria ouvir, senhores, respeitosa e gemente, para malfizer a bala assassina que, roubando a vida de um moço que Ra a alegria de sua classe e uma esperança da família e da pátria, varou, simultaneamente, a alma da mocidade estudiosa da Parahyba. Sr. Presidente: o governo, decretando o fechamento temporário do nosso principal estabelecimento de ensino, fel-o como muito bem disse o ilustre Líder da maioria, o Sr. Carlos Pessoa, com o alvo superior de praticar uma medida de precaução e prudência, em face da exaltação que arrebatou o espírito dos estudantes, conturbados pela dor, pela mágoa infinita, cavada pelo infortúnio que, como um abismo hiante, se abriu aos seus pés, abalando os alicerces da classe e cobrindo de tristuras o coração do Brasil. O eminente Sr. Dr. Solon de Lucena, cuja vida é um apostolado de virtudes cívicas e um evangelho de tolerância e liberdade, aberto para exemplo dos moços e edificação dos velhos, não alimenta, não alimentou e não alimentará intuítos de ferir a nobre classe dos estudantes; s. exa., ao em vez, sempre demonstrou sincera sympathia pelos estudantes, esses belos rebentos da mentalidade brasileira, esses pioneiros do futuro, argonautas da crença, caravaneiros do ideal, rumando nas azas da inteligência para a perfeição, para a felicidade e para a gloria da pátria. Solidarizando-me, pois, com o ato do governo e com o luto dos estudantes, penso ter cumprido com o meu dever, fazendo justiça a um administrador digno por todos a título do respeito, da estima e dos aplausos dos seus concidadão e, por outro lado, fazendo coro com o pranto copiosamente vertido pela mocidade do Lyceu, junto ao tumulto o sagrado do saudoso e inesquecível Sady Castor. Sr. Presidente: penso que me fiz entender pela casa e pela brilhante assistência que me ouve ecoou. Não seja ciosa repetir

desde o momento em, que aos meus ouvidos a nota plangente daquela desgraça que a minha alma vem sorvendo o prato estudante da mocidade do Lyceu. Velei o cadáver branco de Sady, cuja palidez de lua sonâmbula e de astros que velassem a noite do calvário, trago gravada na minha retina. Como se vê, estive com a mocidade nesse angustioso transe mesmo por que com ela sempre estive nos prélios dos estudos, nas pugnas incruentas do pensamento e nas cruzadas mobilizantes da liberdade. Sempre nela vi o riso da pátria, a lagrima dos oprimidos e a visa das mães e o orgulho dos pais. Como disse[...] com a mocidade, mas, reassegurando a minha indefensível solidariedade ao governo, quizera ver esse caso solucionado, para que os moços, “meus jovens amigos” como carinhosamente os tratou Epiácio Pessoa, voltassem aos labores escolares, ao culto dos livros, - os melhores [...] igos – na expressão humana, voltassem por fim, ao Lyceu Parahybano. [...] dediquei este apelo da classe de estudantes, a mocidade lyceana da minha terra, por que ela acorrendo as boas intenções do governo e obrigada sob o palio sacratíssimo das benções de Deus, volte ao estudos, a única solução que condiz com os interesses da classe e com os anseios da família parahybana. (muito bem, O orador foi depois muito cumprimentado pelos seus pares). Foto de Genesio Ganbarra.

Na mesma sessão, o Sr. Izidro Gomes, em resposta, de caráter improvisado, negou novamente a necessidade daquela medida e fez um apelo ao Governo para sua revogação, a fim de que possam voltar os estudantes do Lyceu aos seus “labores letivos”. Em seguida, o líder da maioria, Sr. Carlos Pessoa, reafirmou as boas intenções do Governo, quando tomou a medida de fechamento, declarando que o mesmo mandaria reabrir a Escola Normal dentro de poucos dias e que reabriria também o Lyceu se houvesse garantias de que a ordem não seria perturbada. O Sr. Izidro voltou a tribuna e disse que, se a dúvida era essa, ele como professor do Lyceu, diante da atitude “sempre calma dos estudantes”, procurando a defesa de suas prerrogativas dentro da lei, podia garantir que a “mocidade sempre generosa e digna absolutamente não iria desacatar a quem quer que fosse”. O discurso do ilustre líder da minoria foi calorosamente aplaudido pelas galerias repletas de estudantes. Ao sair da Assembleia foi o Sr. Izidro Gomes entusiasmado ovacionado pelos moços aos quais falou aconselhando a eles, todo o respeito à ordem e às autoridades.²⁶³

Assim, foi acordado, por meio da Assembleia Legislativa, a possibilidade de ambas as escolas reabrirem nos próximos dias, mediante a garantia de que a ordem pública não seria perturbada. No dia 08 de outubro – segunda – feira – dois dias após o suicídio de Ágaba Medeiros, a Escola Normal é reaberta, seguida da revogação do decreto de n 1206. As aulas voltam ao normal, mas, sob o manto de mais um “luto”. A morte de Ágaba caiu como um

“balde” de “água fria” no acalorado impasse político, colocando as vozes dissonantes em silêncio, ou pelo menos, em ritmo moderado.

Assim, o Grêmio estudantil, 24 de Março, conseguiu o que desejava. O acusado estava entregue à Justiça. Além disso, o então diretor da Escola Norma havia pedido afastamento de suas funções, sendo substituído pelo cônego Pedro Anísio. A polêmica em torno da tragédia continuaria por mais alguns anos, A imagem de Sady, elevada símbolo dos estudantes, foi colocada no Salão Nobre do Lyceu, e a data de sua morte passou a ser comemorada pelo Grêmio 24 de Março, até pelo menos 1929, quando as condições políticas e sociais do ano seguinte interromperam sua realização. Durante esses anos, a memória do estudante assassinado não foi esquecida, sendo lembrada em muitas ocasiões, especialmente, durante os julgamentos do acusado Antonio Carlos de Menezes, e nos protestos da “mocidade estudantina” pela não redução da pena no condenado e, posteriormente, 1929, por sua liberdade. Isso sem falar na repercussão literária que, até os dias de hoje, continua produzindo versões, inclusive propostas para o teatro e para o cinema. Só a análise da literatura daria outra tese.

De todo modo, o crime da Praça Comendador Felizardo Leite marcou um momento impar da história do movimento estudantil organizado na Parahyba do Norte durante a Primeira Republica, revelando o quanto os estudantes podiam interferir nas decisões do poder constituído, revelando as diversas estratégias de organização e atuação no espaço público, mediante a utilização da imprensa na defesa de sua causa. A aliança entre estudantes e oposição não foi apenas ao acaso, nem oportunismo da ocasião, mas estratégia, uma barganha política diante da possibilidade de mudança nas relações sociais tradicionais por volta do início da década de 1920, ainda marcado pelo mandonismo das oligarquias estaduais.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A HISTÓRIA CONTINUA?

Até então, por meio de uma análise intensa das fontes, procurei compreender as razões \ motivações pelas quais os estudantes do Grêmio Cívico Literário 24 de Março se envolveram num impasse político com o Governo do Estado da Parahyba, por conta do assassinato do estudante Sady Castor Correia Lima, não por coincidência, às vésperas das eleições de 1924.

O crime teve ampla repercussão nos meios de comunicação da época, particularmente num dos momentos mais delicados da política brasileira e parahybana (a transição do governo do presidente Epitácio Pessoa para o presidente Arthur Bernardes 1922 – 1923), período este marcado pelo desgaste do domínio das oligarquias regionais e nacionais, pelo agravamento das tensões políticas faccionais, pelo descontentamento de parte da elite brasileira (precisamente, intelectuais, militares e profissionais liberais) com relação aos rumos da política nacional conduzidas pelos donos do poder nos anos finais da Primeira Republica.

Em poucos dias, a notícia da morte do estudante na Parahyba ganhou as manchetes dos principais jornais do País. Jornais do Rio Janeiro como, *O Paiz*, *O Estadão*, a *Gazeta De Noticias*, bem como de outros estados, como o *Diário de Pernambuco* deram amplo destaque ao caso. No Rio de Janeiro, na quarta feira (26 de setembro), logo após a decisão do Tribunal de Justiça em favor do *habeas corpus* e posterior fechamento do Lyceu e da Escola Normal, o jornal *O Pais* repetiu basicamente as mesmas palavras do' *A União*, registrando a seguinte nota:²⁶⁴ "Um policial luta com um estudante e mata-o". Descrevendo em seguida os "Detalhes da tragédia". No dia 28 do corrente, o mesmo Jornal, saiu com seguinte nota "PARAHYBA: O assassinato de um estudante". A notícia trazia informação sobre o empenho dos estudantes em comunicar o então Dr. Epitácio Pessoa, expondo-lhe os fatos e pedindo garantias. Em 03 de outubro, nova matéria no mesmo jornal, dessa vez reproduzindo a decisão do *habeas corpus* publicado por *A Imprensa*, de propriedade da Igreja Católica, trazendo detalhes do julgamento que acabou por dar aos estudantes a liberdade de transitar livremente pelas ruas nas imediações das escolas. Além dos já citados, quase todas as folhas em circulação na Capital da Parahyba (pesquisadas), como os jornais, *O Jornal*, *O Combate*, o *Jornal do Comercio*, *O Norte* e outros de caráter mais neutro, como *O Imparcial*, *O Educador*, *A Noite*

e, até mesmo, periódicos como a revista *Era Nova*, deram espaço em suas manchetes à polêmica em torno do assassinato de Sady Castor.

Mas, foi entre *A União* e o *A Tarde*, onde foram travadas as maiores batalhas. Ambos deram ampla cobertura a todos os desdobramentos do caso, a exemplo dos detalhes dos velórios, missas e romarias, bem como da repercussão das manifestações e protestos, da troca de telegramas de varias agremiações estudantis em apoio à causa dos estudantes da Parahyba e parte da correspondência oficial entre o presidente da Parahyba, deputados e senadores com o presidente Arthur Bernardes.

Após a morte de Sady (em 22 de setembro), os estudantes realizaram um protesto em “desagravo”, que resultou em sérios protestos, causando arruaças e depredações pela Cidade de Parahyba. O ato foi duramente censurado pelo Governo que, em retaliação às cenas de “vandalismo e depredação” que tomaram contra do centro da Cidade, fechando temporariamente ambas as escolas e reforçando a segurança policial no local do crime, para coagir os estudantes que insistissem em se reunir nas proximidades de ambas as escolas, causando ainda mais indignação e revolta entre os estudantes. Ante a coação da policia, os estudantes entraram com uma ordem de *habeas corpus*, conseguindo assim o direito de andar livremente e de se reunir sem serem ameaçados de prisão. Por conta disso, o Governo do Estado resolveu fechar o Lyceu Parahybano e a Escola Normal, por tempo indeterminado.

O ato produziu profunda revolta, principalmente entre os estudantes, cujo apoio da oposição resultou numa campanha jornalística (política) em defesa da reabertura das escolas. O caso mereceu reflexos acaloradas na Assembleia Estadual, chegando, inclusive, ao “Palácio do Catete”, onde o então presidente Arthur Bernardes, por meio de certos lideres do Partido Epitacista no Congresso Nacional, apoiou as decisões tomadas pelo Presidente da Parahyba. Para piorar ainda mais a situação, segundo Nóbrega²⁶⁵, os oficiais e praças do então 22º Batalhão de Caçadores, aquartelados na Capital, comungaram da revolta dos estudantes, desencadeado outras adesões de militares, principalmente de militares parahybanos destacados no Rio de Janeiro e demais capitais do Brasil, aumentando ainda mais o clima de tensão política no Estado.

Dessa forma, foi no cenário político que o debate sobre o assassinato de Sady se configurou numa disputa aberta entre governo e oposição, chegando até às instâncias federais. As rivalidades políticas, que já se configuravam um ponto alto da política parahybana e nacional naquela época, vieram à tona como há muito tempo não se via, com troca de

acusações de ambos os lados (Governo e oposição). Durante os primeiros 15 dias após a morte de Sady, período de mais agudo impasse entre os estudantes e o governo, heraclistas e epitacistas utilizaram-se de suas respectivas folhas, para se digladiarem. De um lado (situação), acusando os opositores de exploração política do caso, falseamento de telegramas, incitação à quebra da ordem pública, depredação ao órgão oficial de imprensa do Estado *A União*, ameaças de derrubadas e de pôr em pauta velhos rancores. Do outro (oposição), rebateu as acusações, denunciando perseguição política, acobertamento dos verdadeiros acusados (o padre, o chefe de polícia e o governador), perseguição à magistratura, insegurança pública, fuzilamentos e violência policial.

Enquanto isso, a Câmara Legislativa tornou-se o palco de disputas e debates, com opiniões contrárias e a favor das medidas tomadas pelo Governo, enquanto deputados situacionistas buscavam o apoio do presidente da República aos atos tomados pelo Governo do Estado. Na análise de Mello²⁶⁶, o assassinato de Sady abalou sensivelmente a vida administrativa e social da Província no governo de Sólon de Lucena e do epitacismo, acirrando ainda mais os ânimos da oposição àquela administração, numa conjuntura muito delicada àquela época. Assim, a morte de Sady foi o estopim que incendiou os estudantes, dando margens para a oposição aumentar o tom de sua voz, chegando a “ameaçar” o Governo de “derrubada”. Para isso passou a denunciar as “ingerências” do grupo que se encontrava no poder, com vistas a desestabilizar o Governo do Estado, não por coincidência, às vésperas das eleições de 1924.

Nesse âmbito, o que se conclui-se que os opositores àquele governo tomaram partido da situação, aproveitando-se da repercussão dramática do caso para intensificar suas críticas à ordem epitacista. Para isso, coube ao jornal “sensacionalista” *A Tarde*, porta-voz da imprensa dissidente oposicionista (ligado ao desembargador Heráclito Cavalcante), combateu os discursos oficiais, cujo órgão principal era *A União*, porta-voz do Governo. A oposição, por meio de seu jornal, apoiou os estudantes, desqualificando a atitude assumida pelo Governo do Estado ante crime “absurdo”. Para isso acusou o abuso da força política e repressiva, o aumento dos crimes e da violência generalizada, lançando assim uma forte crítica aos vícios e arbitrariedades cometidas pelas instituições repressivas (a polícia) a serviço do mandonismo político.

266 MELLO, José Octavio de Arruda. Sólon de Lucena: ascensão burguesa e democracia na Paraíba. In: Sólon de Lucena: democracia e década de vinte na Paraíba. Ed. A União, João Pessoa PB, 1979 p. 50.

Os protestos em desagravo pelo assassinato de Sady, desencadeado pelos estudantes do lyceano do Grêmio Cívico 24 de Março, condenavam o padre, o chefe de polícia e até o próprio presidente do Estado, Sólton Barbosa de Lucena, como os principais responsáveis pela tragédia de 22 de setembro de 1923. Por outro lado, o Governo passou a denunciar participação de “elementos estranhos à classe” dos estudantes. Estes, açulados pela oposição, isto é, orientados por elementos oposicionistas, passaram a resistir às decisões tomadas pelo presidente do Estado Solon de B. Lucena que fechou ambas as escolas por tempo indeterminado.

No final dos primeiros 15 dias, quanto tudo se encaminhava para uma resolução do impasse, Ágaba se suicida, pouco dias depois do líder da oposição, o deputado Isidrio Gomes, ter conseguido negociar a garantia de que os estudantes não fariam mais nenhuma resistência ou manifestações públicas (a não ser em memória de Sady Castor) em troca da promessa de reabertura das escolas. Diante do “sinistro”, as escolas são reabertas no dia oito de outubro, dois dias após a morte repentina de Ágaba, trazendo o caso de volta às manchetes dos jornais. As circunstâncias da morte não foram reveladas imediatamente, apesar das suspeitas de suicídio, circulando duas versões da causa morte. Enquanto a família tentava justificar a versão de acidente, isto é, de Ágaba ter ingerido o fatal veneno por engano, a versão de suicídio (voluntário) ganhava força, após a descoberta de cartas escritas por ela, horas antes de morrer. Apesar de ficar confirmada a segunda versão, Ágaba foi enterrada no dia seguinte (07 de outubro) no Cemitério Senhor da Boa Sentença, com todas as benções cristãs. Daí em diante, escritores, poetas e romancistas trataram de escrever sobre o caso, produzindo inúmeros outros discursos de uma das mais singulares histórias (tragédia de amor) vivenciada na Parahyba.

Assim, no intervalo de 15 dias, a Parahyba tinha duas vítimas. Sady e Ágaba estavam mortos, mas eternizados na memória de uma época até muitos anos depois. Daí em diante, todos os anos (até 1929), os alunos lyceanos do Grêmio 24 de Março organizavam sessões solenes na data de sua morte, para os quais eram convidados antigos alunos e professores para fazer parte das solenidades. A partir de 1925 uma imagem de Sady Castor passou a fazer parte do salão nobre do Lyceu (não se sabe o paradeiro da foto).

Vale dizer que, até o fim desta pesquisa, o incidente, *a priori*, não se liga a nenhuma ação premeditada, ou “provável” acertos de contas, por parte dos irmãos de Ágaba, em perdi proibição, especificamente para o estudante Sady Castor, já que eram justamente estes, que não aprovam o namoro dela com Sady. O fato é que o crime transformou imediatamente Sady

Castor em um herói da mocidade e símbolo de resistência dos estudantes, enquanto o guarda 33, Antonio Carlos de Menezes, num vilão vil e degenerado.

No processo, o guarda 33 foi o único responsabilizado pelo crime, condenado por assassinato qualificado. Nesse sentido, cabe indagar, já abrindo espaço para uma futura continuação: o que aconteceu com o guarda 33? Quem era ele? O que dizem sobre ele, e/ou o que ele tem a dizer sobre tudo isso? Afinal, que poder contraditório tentou recobri-lo, inseri-lo e classificar como discurso de um criminoso, de um louco, as ações do guarda 33, haja vista que o mesmo sistema que o condenou, também colaborou para a liberdade.

O que se saber sobre Antônio Carlos de Menezes, é que era natural de Pernambuco, tinha 33 anos a época, filho de Joaquim Cavalcante Bezerra de Menezes, casado, guarda civil há pelos 7 anos, aparentemente durante esse tempo nunca foi preso, apresentando boa conduta. Havia entrado para a guarda civil do Estado da Parahyba do Norte no ano de 1917, como guarda de segunda classe, para servir por dois anos. E em junho de 1922, segundo documento expedido pelo Major Comandante da Guarda Civil da Capital (Nome), foi excluído do estado efetivo da corporação, a seu pedido. Em 18 de julho de 1923, foi reincluído no estado efetivo desta corporação, para servi por mais dois anos, como guarda de terceira classe (de número 33). Sua exclusão definitiva só saiu em março de 1925.²⁶⁷

Preso em flagrante, Antônio Carlos de Menezes, logo após ser encaminhado a prisão da Guarda Civil, amargou mais ou menos uma semana à espera do processo de formação da culpa (na semana seguinte), sendo levado depois à cadeia pública, onde ficou à disposição da Justiça. No ato da formação da culpa, a audiência esteve “grandemente concorrida”, principalmente pela classe estudantina.²⁶⁸ Após os inquéritos iniciais, a denúncia foi aceita em 21 de outubro de 1923, na sessão preparatória do julgamento. O crime foi enquadrado como homicídio qualificado, julgando, o então juiz, procedente a denuncia contra o guarda civil, n 33, Antonio Carlos de Menezes, Incluso no artigo: 294 ss1, contrariando a inicial do promotor público e dos advogados de defesa, sujeitando o mesmo reo à prissão e julgamento.²⁶⁹

Em de março de 1924, a sessão do jury da Capital foi aberta para julgar cerca de 18 processos “alguns dos quais de importante sensação”, como o crime da menina Francisca, como ficou conhecido a história da “cruz da menina”. O primeiro julgamento do guarda só ocorreu em 11 de novembro. Ele foi condenado pelo jury ao grao máximo da pena (30 anos). A condenação de Antônio Carlos de Menezes serviu de exemplo de justiça, diante de tantas

267 Fonte: Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil. Processo 16.037. Recurso de Habeas-Corpus\18 de julho de 1925.

268 Fonte: Jornal a União 4/10/1923 – quinta-feira (Arquivo Umberto Nóbrega). **Imagem Anexa 105 Referência PTDC0028.**

269 Fonte: Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil. Processo 16.037. Recurso de Habeas-Corpus\18 de julho de 1925.

denúncias de abuso de poder e falta de disciplina das forças repressivas do Estado, em particular, da recente criada Guarda Civil, embrião da polícia civil. Além disso, os velhos “hábitos inveterados”, não haviam desaparecido e a injustiça e a impunidade eram regra para casos em que houvesse pessoas importantes envolvidas.

O apelo dos advogados, no entanto, foi aceito pela Justiça, sendo marcado um novo julgamento. De volta ao Tribunal do Jury em novembro de 1925, Antônio Carlos de Menezes foi novamente julgado. Dessa vez, a acusação ficou a cargo de Synésio Guimarães, promotor adjunto em exercício, auxiliado novamente pelos drs. João da Matta, Miguel Santa Cruz e Seráfico da Nóbrega. Enquanto do lado da defesa, além dos advogados anteriores, entra em cena o novo advogado de Antonio Carlos de Menezes, o então procurador público, José Américo de Almeida, o mesmo que havia sido contrário à ordem de *habeas corpus*, impetrada por João da Mata, em favor de seus clientes, os alunos do Grêmio Cívico Literário 24 de Março, em 1923. Este advogado seguiu uma estratégia diferente dos anteriores, conseguindo reduzir a pena do ex-guarda de 30, para 14 anos, restando cumprir um terço, para conseguir permutação da pena.

Nos anos seguintes, seus advogados tentaram a comutação da pena, por duas vezes, ao conselho penitenciário do Estado da Parahyba. A primeira foi em 1926, negado pelo presidente João Suassuna, após forte resistência da sociedade sobre as decisões no Conselho de Sentença do Estado. Diante da “ameaça” da soltura do guarda, novamente os estudantes do Grêmio imprimiram resistência, distribuindo “copiosos boletins pela cidade”, lembrando a população o “doloroso acontecimento”, convictos de que seria mantida a pena a que foi condenado aquele “desalmado ex. guarda civil.”²⁷⁰ Já em 1929, o Conselho Penitenciário decide novamente por sua liberdade, mas dessa vez, o Governo de João Pessoa não negou a comutação, acatando as decisões do Conselho em libertar o guarda, apesar dos protestos da classe estudantina.

Durante os sete anos em que esteve preso, Antonio Carlos de Menezes teve ao seu favor, provavelmente, uma das melhores e mais caras defesas para a época, sendo representado por pessoas como, Antônio Botto de Menezes, então desembargador do Supremo Tribunal de Justiça, Paulo Magalhães e José Américo de Almeida, este último, na época Procurador do Estado, o mesmo que defendeu o Governo no processo de *habeas corpus* impetrada pelos estudantes dias após a morte de Sady. Estes advogados, de grande renome no meio jurídico da Capital, trabalharam pela anulação, revisão e conseqüentemente,

a permutação da pena, concedido em 1930, pelo então presidente João Pessoa; Nesse sentido, a hipótese aponta numa relação entre o governo de João Pessoa e a decisão judicial favorável ao réu Antonio Carlos de Menezes. Em parte, pode dizer que, com os rumos da política desfavoráveis para os antigos opositores e defensores de continuidade do cumprimento da pena do condenado, o governo de João Pessoa, lhe concede, no ano de 1929, a comutação de sua pena para regime aberto; contudo, novamente esse processo foi dificultado por certos setores da sociedade, mais especificamente estudantes e ex-alunos pertencentes ao Grêmio 24 de Março, bem como intelectuais, políticos, jornalistas e familiares de sua época, que procuram de varias formas interferir na opinião pública a respeito do polêmico sentenciado.

Depois disso, seus rastros desaparecem, não se sabendo qual foi seu paradeiro após aquele fatídico ano de 1929. O guarda 33, Antônio Carlos de Menezes, da mesma forma que entrou, sai de cena, adentrando nos “porões da história”. Por anos, a história do estudante Sady e da normalista Ágaba foi contada e recontada por diversas vezes, sendo ele próprio, o guarda 33, um dos principais personagens, eternizados da dramática história do caso Sady e Ágaba. Quanto às outras personagens, sabe-se que o padre, um sacerdote com larga experiência no meio político-educacional da época, foi temporariamente afastado de sua função pública, solicitou um pedido de licença, voltando meses depois para suas funções cotidianas. No final do Governo de João Suassuna, João Batista Milanez se afasta da vida política e educacional, definitivamente. Morre em 1930, vítima de “grave molesta”, que já atormentava há algum tempo. Sua história de vida ainda é muito pouco conhecida, bem como sua atuação político-pedagógico no âmbito educacional do Estado, ao longo de três gestões consecutivas (1916 a 1928). O delegado de policia, o Dr. Demócrito de Almeida, eleito por três vezes deputado estadual (1916 a 1927), continua até o final da gestão do presidente Solon de Lucena, quando assumiu a cargo de secretario geral do Governo João Suassuna, de 1924 a 1927 (MARIZ, 1987). Já o presidente Solon de Lucena, que nada tinha com a história, deixou o poder no final de 1923, falecendo no ano seguinte, vítima de um “mistério mal”, pouco depois de entregar o Governo ao seu sucessor, o presidente João Suassuna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História. São Paulo: Edusc, 2007.

_____. Constructing a Nation in Nineteenth-Century Brazil: Old and New Views on Class, Culture, and the State. *The Journal of the Historical Society*, v. 1, n. 2-3, p. 56-93, 2001.

AGUIAR, R.C.L.; GRÁCIO J.C. Grêmio Estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. *Gestão Democrática*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

AGUIAR, Tamara Dayse Bomfim de. A Escola Normal e a Cidade: o caminho para a modernidade (1910 – 1930)./ Tamara Dayse Bomfim de Aguiar. João Pessoa: UFPB, 2004. 50 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal da Paraíba.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de: Cidade de João Pessoa: a memória do tempo. João Pessoa-PB. GRAFSET – Gráfica e Editora 1993, p. 205.

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. Um Leque que Respira: a questão do objeto em História. In: PORTOCARRERO, V. e CASTELO BRANCO, G. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. 117-137

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História. São Paulo: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 40.

ARAÚJO, Fátima: *História e ideologia da imprensa na Paraíba*, João Pessoa: Ed. União, 1985.

BARROS, José D'Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, Souza. A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação. Rio de Janeiro, s/e, 1972.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as Faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História: cultura e cidades*, São Paulo, ANPUH, vol. 5, n. 8 e 9, p. 39 – 68, set./abr, 1985.

BURKE, Peter (1991). A revolução Francesa da historiografia. A escola dos Annales (1929-1989). Trad. De Nilo Odália. São Paulo: UNESP, p. 11 e 12.

- BURKE, Peter (Org.) (2002). A escrita da história: Novas perspectivas. São Paulo-SP: Editora universidade Estadual Paulista.
- BURKE, Peter. (2002). História e teoria social. Trad. De Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP.
- BURKE, PETER. (2008). O que é história cultural? Tradução Sergio Góes de Paula. 2. ed. Ver. E ampli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: A escrita da história: novas perspectivas. SP: Unesp, 1992, p. 7-16.
- BURKE, Peter. História e teoria social. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p,45.
- BURKE, Peter. O que é história cultural? RJ: Zahar, 2008, p. 48-60.
- BURKE, Peter. Origens da história cultural. Variedades de história cultural. SP: Civilização Brasileira, 2006, p. 13-37.
- BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. Variedades de história cultural. SP: Civilização Brasileira, 2006, p. 233-251.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. – 11 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CAUSAS INVETERADAS: OLHARES SOBRE A CRIMINALIDADE NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE. Documentação e Memória /TJPE, Recife, PE, v.1, n.2, 33-48, jan./dez.2009.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930. Recife, 2004, 281.p. Tese (doutorado) – UFPE\BC. CDU: 981.33(043).
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Traduções por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: PESSAVENTO, Sandra. História e linguagens. RJ: 7Letras, 2006, pp. 29-44.
- CRIME E COTIDIANO: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924), 1.ed., Editora Brasiliense 1984; 2.ed., EDUSP, 2001.

- CUNHA, Olivina Carneiro da. Associações de outrora. (palestra realizada na sessão de 3 de Outubro de 1937). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Comissão de Redação – Celso Mariz, Cônego dr. Florentino Barbosa e J. Veiga Junior. Vol. 10 -1946. Departamento de Publicidade. João Pessoa – Paraíba, 1946, p. 93-98.
- CURY, Cláudia Engler. Métodos de ensino e formas de controle sobre o cotidiano escolar na instrução pública da Paraíba do norte (1835 – 1864). In: Scoguglia, A. C. & Machado, C. J. S. (orgs). Pesquisa e historiografia da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados 2006.
- DE CERTEAU, Michel. (1994). A invenção do cotidiano. Tradução de Ephraim Ferreira Alvez. Petrópolis: Vozes.
- DE LORENZO, Helena Carvalho & e Costa, Wilma Peres da (Org.). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo, Universidade Estadual Paulista (UNESP) (PRISMA), 1997.
- DEL PRIORE, Mary. Da modinha à revolução sexual. In História do amor no Brasil, p. 278.
- DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil / Mary Del Priore. 2. ed. —. São Paulo Contexto, 2006, p. 232.
- DIAS, Roberto Barros Deus e a pátria: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930) / Roberto Barros Dias. – João Pessoa, 2008.
- DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauri, SP: EDUSC, 2002.
- Documentação e Memória /TJPE, Recife, PE, v.1, n.2, 33-48, jan./dez.2009
- DUBY, Georges. A história cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 405.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo: 1880-1924. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- FÁVERO, L. L. e MOLINA, M. A. G. A propaganda republicana na imprensa. Revista da ANPOLL, n. 25, p. 93-106.
- FERREIRA, L. DE F. G. Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1993, p.101.

- FERRONATO, Cristiano de Jesus. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte/ Cristiano de Jesus Ferronato. - João Pessoa: [s.n.], 2012.
- FILHO, Inocêncio Nóbrega. Malhadas das Areias Brancas (ou história de uma cidade). Escola Tipográfica São Francisco. Fortaleza – CE, 1974.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder, RJ: Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel (org). Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. (1998). Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro. Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baete Neves. 2º ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001. FOUCAULT, Michel. O que é um autor. Lisboa: Passagens/Vega, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 12. Ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis. Vozes, 1977.
- GALHÃES, Bruno de, Arthur Bernardes Estadista da República, Editora Loje, 1973.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlos. O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GUEDES, Paulo Henrique de Q. A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos: 1650-1730. João Pessoa: UFPB, 2006. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- GUIMARÃES, Luiz Hugo. Irineu Ferreira Pinto. João Pessoa: A União, s/d, p.9. (Coleção Historiadores Paraibanos).
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945). João Pessoa-PB: Editora Universitária/UFPB, 1994.

- HERSCHMANN, Micael M & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs). A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- JOFFILY, José. Anayde Beiriz: Paixão e Morte na Revolução de 30. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira das Artes Gráficas, 1980.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. De que João Pessoa tem medo? Uma abordagem em antropologia das emoções. João Pessoa, Edições do GREM, Editora universitária da UFPB, coleções cadernos do GREM, n° 05, 2008.
- KULESZA, Wojciech A. . A Escola Normal da Paraíba na Primeira República. João Pessoa/PB, 1999.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. (2006). Igreja e educação na primeira república. In: Scoguglia, A. C. & Machado, C. J. S. (orgs). Pesquisa e historiografia da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e educação na primeira republica. In: Scoguglia, A. C. & Machado, C. J. S. (orgs). Pesquisa e historiografia da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados 2006.
- LE GOFF, Jacques (Org) (1988). A história nova. Trad. De Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes
- LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. In: Enciclpédia Einaudi: volume 1 – Memoria e História. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.
- LEFEBVRE, H A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte:UFMG, 1999, p.178.
- LELLIS, Maria Dulce. Roteiro Cinematográfico. In: VASCONCELOS, Amaury (Org). Apologia do Amor: Sady e Àgaba. João Pessoa: UNIPÊ/Editora, 2009, p (?).
- LEVI, Giovanni. Sobre à micro-história. In: BURKE, Peter (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- LEWIN, Linda, Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro, Record, 1993.

- LIMA, Albertina Correia. João da Mata. Escola Industrial de João Pessoa. Curso de Tipografia e encadernação. Estado da Paraíba- Brasil - 1951
- LIMA, Henrique Espada. A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. São Paulo: Record, 2006.
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Crime e Castigo: a criminalidade escrava na Paraíba (1850-1888). Recife: UFPE, 2002. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- LIMA. Cônego Francisco. D. Aduato: subsídios biográficos. 1915 – 1935. 2º ed. João Pessoa. Editora da UNIPÊ, 2007.
- LIMA. Cônego Francisco. D. Aduato: subsídios biográficos. 1915 – 1935. 2º ed. João Pessoa. Editora da UNIPÊ, 2007.
- MACHADO, Antônio Gabínio da Costa. Um conto de Saudade. Campina Grande, Edição Grafiset, 1984, p. 61\5. Apud. Wellington Aguiar\ José Octavio. Uma cidade de quatro séculos.
- MACHADO, Charliton José dos Santos. Mulher e Educação: História, práticas e representações. João Pessoa-PB. Editora Universitária/UFPPB, 2006.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MALERBA, Jurandir. Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no império do Brasil (1830-1888). Maringá: EDUEM, 1994.
- MARIZ, Celso. Apanhados históricos da Paraíba. 2 Edição. Editora Universitária UFPB, 1980, p 288.
- MARIZ, Celso. Memória da Assembleia Legislativa. Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão. João Pessoa. Paraíba. 1987.
- Mello, Jose Octávio de Arruda - História da Paraíba: lutas e resistências João Pessoa. Editora Universitária-UFPB, 1995, 2a Ed.
- MELLO, José Octávio de Arruda. Os coretos no cotidiano de uma cidade:(lazer e classes sociais na capital da Paraíba). João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.
- MELLO, José Octavio de Arruda. Solon de Lucena: ascensão burguesa e democracia na Paraíba. In: Solon de Lucena: democracia e década de vinte na Paraíba. Ed. A União, João Pessoa PB, 1979 p. 50..
- MELO Fernando. João Dantas: uma biografia. 2 ed. João Pessoa. Editora Ideia, 2002, p. 61.
- MELO Fernando. João Dantas: uma biografia. 2 ed. João Pessoa. Editora Ideia, 2002, p. 61.

- MENEZES, José Rafael de. História do Lyceu Parahybano. João Pessoa. Editora Universitária\UFPB, 1982.
- MENEZES, Lená M. Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.p. 32.
- MIRANDA FREIRE, Carmem Coelho de; História da Paraíba: Período colonial e reino; Ed. Gráfica Universal; João Pessoa; 1974.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.
- NÓBREGA, Apolônio. História Republicana da Parahyba. Departamento de Publicidade. Divisão de Imprensa oficial. João Pessoa – Paraíba – 1950.
- NÓBREGA, Apolônio. História Republicana da Parahyba. Departamento de Publicidade. Divisão de Imprensa oficial. João Pessoa, Paraíba – 1950 p.158\160. MENEZES. José Rafael de. História do Lyceu Parahybano. João Pessoa. Editora Universitária\UFPB, 1982, p. 247.
- NÓBREGA, Trajano Pires da. A Família Nóbrega. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1956, p. 152.
- NOVAES, José Ferreira de. Roteiro Policial. Imprensa Oficial. Parahyba do Norte. 1917, p. 16 e 17.
- NUNES, C. “(Dês)Encantos da modernidade pedagógica”. In: Lopes, E. M. T., Faria Filho, L. M & Veiga, C. G (Orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, 2000. pp. 371 – 398 (coleção Historia, 6).
- O'BRIEN, Patricia. (1992). "Michael Foucault's History of Culture". In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo, Martins Fontes.
- OCTÁVIO, José. História da Paraíba: lutas e resistências. 6. ed. João PessoaÇ Editora Universitária/UFPB, 2000.
- ORY, Pascal. A história cultural tem uma história. Revista de História Regional 15, 2010, p. 15-28.
- ORY, Pascal. A história cultural tem uma história. Revista de História Regional 15, 2010, p. 14. Mas o texto de Ory omite um importante colóquio promovido em 1977 em Tihany, Objetos e métodos da história da cultura, no qual o próprio Georges Duby apresentou um texto, que foi republicado numa coletânea de 1988. Cf. DUBY, Georges. Problemas e métodos em história cultural. Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios. SP: Cia das Letras, 1989, p. 214.
- PAIVA, Eduardo França. História & imagens. Belo Horizonte. Autêntica, 2002.

- PARAÍBA, Estado da Tribunal de Justiça. De escola a Palácio. Registro iconográfico da sede restaurada do Poder Judiciário. Ed. FBB. João Pessoa, 1998.
- PARAÍBA, Estado da. Tribunal de Justiça. De escola a Palácio. Registro iconográfico da sede restaurada do Poder Judiciário. Ed. FBB. João Pessoa, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo Horizonte- MG: Editora Autêntica 2003.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira (2002). Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. São Francisco. Coleção Autores Associados, 2002.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler. Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial. Brasília, DF: MEC/ INEP, 2004. CD-ROM (Coleção Documentos da Educação Brasileira).\ Lei 5429, de 20 de outubro de 1873.
- POERNER, A. J. O poder jovem. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1979.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.
- SEVCENKO, Nilovau Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Alômia Abrantes da. As Escritas do Feminino e os Femininos Inscritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana (1920). 2000. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p.20)
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. André Vidal de negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano. Seculum – Revista de História: João Pessoa, jan./jun. 2006. Fonte: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/download/11348/6462>.
- SILVA, Favianni da. A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras - 1891/1945 / Favianni da Silva. – João Pessoa, 2007. Orientador: Charliton José dos Santos Machado. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE.
- SOUZA, Márcia Cristina de. A Praça João Pessoa: do final do século XIX aos anos 30, um espaço de socialização e lazer na capital paraibana. João Pessoa- PB. Dezembro de 1998.
- TCHAMAN, Bárbara Wertheim. A prática da História; tradução de waltensir Dutra. Rio de Janeiro; José Olympio, 1991.
- .
- TRINDADE, H. Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30. 2º ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

- TUCHMAN, Bárbara W. A Prática da História. Rio de Janeiro, José Olympio. 1991, p. 11. (original de 1989).
- TUNER, Victor. "e drums of affliction: a study of religious processes among the Ndembu of Zambia. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Império. São Paulo: Objetiva, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E HISTÓRIA CULTURAL. In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (org). Domínios da história. SP: Campus, 2011, p. 137.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (org). Domínios da história. SP: Campus, 2011, p. 139-140.
- VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luísa Howard de. Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.
- VASCONCELOS, Amaury (Org). Apologia do Amor: Sady e Ágaba. João Pessoa: UNIPÊ/Editora, 2009.
- VASCONCELOS, Amaury Araujo de Vasconcelos. A História de um Historiador. João Pessoa, PB. Coleção Discursos Acadêmicos. N: 5. 1983.
- VASCONCELOS, Antônio Bemvindo de. O Drama de Ágaba. 2º ed. Campina Grande, 1987.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século XIX. Bauru – SP: EDUSC/ANPOCS, 2004.
- VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. 4º ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília-DF: Editora da UnB, 1998.
- VEYNE, Paul. (1998). Foucault revoluciona a história. In: Como se escreve a história. 4. ed. Brasília. Editora universitária de Brasília.)
- VINÃO FRAGO, Antônio, ESCOLANO, Agustín. Do Espaço Escolar e da Escola como Lugar: Propostas e Questões. In: Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.